



PLANO NACIONAL DE MÉDIO PRAZO 2027 - 2030

*Fase Final de Implementação do
Plano Estratégico de Desenvolvimento
2011-2030*



DESENVOLVIMENTO
INCLUSIVO



CRESCIMENTO
SUSTENTÁVEL



BOA
GOVERNAÇÃO



MAIS FORTES
JUNTOS



ÍNDICE

ÍNDICE	ii
ABREVIATURAS	vi
PREFÁCIO	1
AGRADECIMENTOS	4
SUMÁRIO EXECUTIVO	8
O PMP 2027-2030 em síntese	8
• Progresso e principais realizações da execução do PED (2011-2024)	8
Restando aproximadamente cinco anos até ao prazo final do Plano Estratégico de Desenvolvimento, em 2030, o Governo deve transitar do planeamento preparatório para a execução acelerada:	13
• O papel fundamental do Plano de Médio Prazo 2027-2030	14
2.3.1. Síntese dos pilares setoriais e das metas centrais do PMP	15
2.3.2 QUADROS DE APOIO E MEDIDAS DE RESPONSABILIZAÇÃO	17
• Capítulo 8: Integração das questões transversais	17
• Capítulo 9: Monitorização, Avaliação e Reporte (MAR)	17
• Visão global e estratégia macroeconómica 2027-2030	17
3.2.2. Pilar das Infraestruturas: qualidade, fiabilidade e reformas dos serviços de utilidade pública	19
3.2.3. Pilar do Desenvolvimento Social e do Capital Humano: rentabilizar o dividendo demográfico	19
3.2.4. Pilar do Desenvolvimento Institucional: governação, segurança e Estado de direito	20
3.2.5. Integração espacial, habitação e questões transversais	21
• As dez prioridades estratégicas nacionais de alto nível	21
• Monitorização de resultados, avaliação e medidas de responsabilização	22
• Significado estratégico global na construção de um horizonte resiliente	24
INTRODUÇÃO	26
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO	27
1.1. Antecedentes e Visão do PED 2011-2030	27
1.2. Finalidade e importância estratégica do PMP 2027-2030	31
1.3. Abordagem e metodologia	32
1.3.1. Abordagem	32
1.3.2. Metodologia	34
1.4. Conteúdo e estrutura do PMP 2027-2030	35
1.4.1 Estrutura do documento	35
1.4.2 Os pilares e as Áreas de Resultados-Chave do PMP	35
.....	38
CAPÍTULO 2: QUADRO ESTRATÉGICO	39
2.1. Visão de alto nível do PED 2011-2030 e sua ligação ao PMP 2027-2030	39
2.1.1 Contexto macroeconómico e orçamental	40
2.1.2 Cenários de desenvolvimento de médio prazo e planeamento por cenários	42
2.1.3 Condições facilitadoras do Cenário de Diversificação Ambiciosa	44
2.2 Principais reformas de políticas e agenda para 2027-2030	46
2.6 Painel das Prioridades Estratégicas Nacionais de Alto Nível (2027-2030)	46
CAPÍTULO 3	55

PREFÁCIO	56
CAPÍTULO 3: DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA.....	58
3.1. Introdução e contributo para as prioridades nacionais.....	58
3.1.1 Desenvolvimento do setor privado e clima de investimento.....	58
3.1.2 Percursos de diversificação económica	58
3.2 Questões estratégicas dos setores económicos	59
3.3 Objetivos Estratégicos e Áreas de Resultados-Chave ao nível do pilar	61
3.4 Quadro de resultados do pilar.....	62
3.5 Estratégia de resultados por subsetor	63
3.5.1. Agricultura, pecuária e florestas	63
3.5.2. Economia Azul e recursos marinhos sustentáveis	68
3.5.3. Turismo	70
3.5.4. Indústria transformadora.....	72
3.5.5. Expansão das empresas privadas - Desenvolvimento do setor privado, MPME e cooperativas	75
3.6 ICD e metas do Pilar da Diversificação Económica	82
3.7 Resultados rápidos, intervenções prioritárias faseadas, mecanismos de execução e prioridades espaciais.....	83
Capítulo 4	87
PREFÁCIO	88
CAPÍTULO 4: DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS	89
4.1. Introdução e contributo para as prioridades nacionais.....	89
4.1.1. Questões estratégicas do setor das infraestruturas	89
4.1.2. Objetivos estratégicos e prioridades do setor das infraestruturas.....	91
4.2. Resultados do pilar das infraestruturas para 2030	92
4.3. Resultados subsetoriais	93
4.3.1. Estradas e pontes	93
4.3.2. Água e saneamento.....	96
4.3.3. Eletricidade	99
4.3.4. Transporte marítimo e aéreo	102
4.3.5. Transportes públicos.....	105
4.3.6. Infraestruturas digitais.....	108
4.4. ICD e metas do pilar das infraestruturas	111
4.5 Resultados rápidos, intervenções prioritárias faseadas, mecanismos de execução e prioridades espaciais.....	112
CAPÍTULO 5.....	115
PREFÁCIO	116
CAPÍTULO 5: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DO CAPITAL HUMANO	117
5.1. Introdução e contributo para as prioridades nacionais.....	117
5.2. Questões estratégicas e constrangimentos críticos	117
5.3. Objetivos estratégicos e Áreas de Resultados-Chave ao nível do pilar	120
5.4 Quadro de resultados do Pilar do Desenvolvimento Social e do Capital Humano	123
5.5 Indicadores e metas do pilar	127
5.6 Resultados subsetoriais	129
5.7.1. Educação	129
5.7.2. Ensino Superior	133

5.7.3. Saúde.....	136
5.7.4 Prevenção, deteção precoce e tratamento do cancro e desenvolvimento do registo oncológico	139
5.7.5 Proteção social	143
5.7.6. Juventude, Desporto, Artes e Cultura.....	147
CAPÍTULO 6.....	151
PREFÁCIO	152
CAPÍTULO 6: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	154
6.1. Introdução e contributo para as prioridades nacionais.....	154
6.1.1 Desenvolvimento do setor privado e clima de investimento.....	154
6.1.2 Contributo de cada subsetor para o desenvolvimento institucional	154
6.2 Questões estratégicas do Pilar do Desenvolvimento Institucional	155
6.3 Objetivos estratégicos e Áreas de Resultados-Chave ao nível do pilar	158
6.4 Quadro de resultados do desenvolvimento institucional	159
6.5 Resultados subsetoriais	162
6.5.1 Setor da justiça e posse da terra	162
6.5.2 Governação municipal	164
6.5.3. Finanças públicas e luta contra a corrupção	169
6.5.4. Administração pública e administração pública digital	171
6.5.5. Segurança e defesa.....	174
6.5.6. Relações internacionais.....	177
6.6 ICD e metas do Pilar do Desenvolvimento Institucional.....	182
6.7 Resultados rápidos, intervenções prioritárias faseadas e disposições de implementação	183
CAPÍTULO 7	188
CAPÍTULO 7: INTEGRAÇÃO ESPACIAL E HABITAÇÃO.....	189
7.1. Introdução e contributo para as prioridades nacionais.....	189
7.2 Questões estratégicas do Pilar da Integração Espacial e Habitação.....	189
7.3 Objetivos estratégicos e Áreas de Resultados-Chave ao nível do pilar	191
7.4 Resultados do Pilar da Integração Espacial e Habitação.....	191
7.5 Resultados subsetoriais	193
7.5.1 Ordenamento do território e desenvolvimento urbano	193
7.5.2 Desenvolvimento do mercado da habitação e habitação resiliente	195
7.5.3 Sistemas de financiamento da habitação	197
7.5.4 Normas de construção, licenciamento e governação espacial	199
7.6 ICD e metas da integração espacial e habitação	201
7.7 Resultados rápidos, intervenções prioritárias faseadas, disposições de implementação e prioridades espaciais.....	201
INTEGRAÇÃO DAS QUESTÕES TRANSVERSAIS: GEDSI, ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E AMBIENTE	203
Capítulo 8	203
CAPÍTULO 8	203
PREFÁCIO	205
CAPÍTULO 8: INTEGRAÇÃO DAS QUESTÕES TRANSVERSAIS.....	206
8.1 Introdução e contributo para as prioridades nacionais.....	206
8.2 Questões estratégicas nas áreas transversais.....	206
8.3 Objetivos estratégicos e Áreas de Resultados-Chave	207

8.4	Quadro de resultados do pilar transversal	208
8.5	Quadro de resultados por Área de Resultados-Chave.....	211
8.5.1	GEDSI	211
8.5.2	Alterações climáticas, biodiversidade, controlo da poluição e gestão da sustentabilidade ambiental.....	212
8.5.3	Conservação da biodiversidade, controlo da poluição e gestão da sustentabilidade ambiental	215
8.6	ICD e metas do pilar transversal	216
8.7	Resultados rápidos, intervenções prioritárias faseadas, disposições de implementação e prioridades espaciais.....	217
CAPÍTULO 9: MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E REPORTE		223
9.1	Introdução.....	223
9.1.1	Finalidade e princípios do sistema de M&A.....	223
9.1.2	Princípios fundamentais.....	223
9.1.3	Disposições institucionais	224
9.2	Matriz de papéis e responsabilidades.....	224
9.3	Quadro de resultados e indicadores-chave	226
9.4	Mecanismos de reporte e revisão	226
9.5	Metodologia de classificação do desempenho	226
9.6	Fontes de dados e sistemas de informação	227
9.6.1	Sistemas fundamentais.....	227
9.6.2	Prontidão dos sistemas de dados.....	228
9.6.3	Plano de Colmatação das Lacunas de Dados.....	229
9.7	Protocolo de consistência dos indicadores entre capítulos.....	232
9.8	Alinhamento com o reporte internacional	232
9.9	Desenvolvimento de capacidades	233
9.9.1	Divulgação pública e envolvimento das partes interessadas	233
9.9.2	Riscos e mitigação	233
ANEXO 3 — DEFINIÇÕES E TERMINOLOGIA.....		235

ABREVIATURAS

ABREVIATURA	DESIGNAÇÃO COMPLETA
A4AI	Alliance for Affordable Internet (Aliança para uma Internet Acessível)
ACNOC	Conselho Nacional Organizador da Presidência da ASEAN
BAD	Banco Asiático de Desenvolvimento
ANAAA	Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica
IAP	Informação Antecipada sobre Passageiros
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
ASYCUDA	Sistema Automatizado de Dados Aduaneiros
BAS	Inquérito à Atividade Empresarial (Business Activity Survey)
BCTL	Banco Central de Timor-Leste
BESS	Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias
BMA	Aspiração de Medula Óssea
BdP	Balança de Pagamentos
CARAT	Cooperation Afloat Readiness and Training (exercício marítimo bilateral da Marinha dos EUA)
CBD	Convenção sobre a Diversidade Biológica
ICC	Indústrias Criativas e Culturais
CFJJ	Centro de Formação Jurídica e Judiciária
CSC	Centro de Saúde Comunitário
MCAE	Ministério Coordenador dos Assuntos Económicos
CMEF	Designação completa não especificada nos documentos de origem
DPC	Desenvolvimento Profissional Contínuo
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSIRT	Equipa de Resposta a Incidentes de Cibersegurança
RRC	Redução do Risco de Catástrofes
E-Gate	Porta eletrónica (controlo fronteira automatizado)
E-Health	Saúde Eletrónica
E-Visa	Visto Eletrónico
ZEE	Zona Económica Exclusiva
EGNA	Avaliação de Numeracia nos Primeiros Anos de Escolaridade (Early Grade Numeracy Assessment)
EGRA	Avaliação de Leitura nos Primeiros Anos de Escolaridade (Early Grade Reading Assessment)
EhD	Ema ho Defisiensia (Pessoas com Deficiência)

EMIS	Sistema de Informação de Gestão da Educação
PAV	Programa Alargado de Vacinação
FELINO	Exercício militar conjunto multilateral da CPLP (nome próprio)
TPFTF	Taxa de Participação Feminina na Força de Trabalho
FMIS	Sistema de Informação de Gestão Financeira
GLF	Gestão de Lamas Fecais
G2G	Governo a Governo
PIB	Produto Interno Bruto
GEDSI	Igualdade de Género, Deficiência e Inclusão Social
GHO	Observatório Mundial da Saúde
GLOBOCAN	Observatório Mundial do Cancro
RNB	Rendimento Nacional Bruto
OSG	Orçamentação Sensível ao Género
GRP	Planeamento de Recursos Governamentais (sistema)
GSMA	Associação Global do Sistema de Comunicações Móveis
ICH	Índice de Capital Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
HMIS	Sistema de Informação de Gestão da Saúde
HPV	Vírus do Papiloma Humano
IARC	Agência Internacional de Investigação do Cancro
IBDS	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial
ICAO	Organização da Aviação Civil Internacional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
CIC	Comissão Interministerial de Coordenação
FMI	Fundo Monetário Internacional
INETL	Instituto Nacional de Estatística de Timor-Leste
ITU	União Internacional das Telecomunicações
INN	Pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada
AIV	Avaliação Integrada de Vulnerabilidade
ICD	Indicador(es)-Chave de Desempenho
ARC	Área(s) de Resultados-Chave
TPFT	Taxa de Participação na Força de Trabalho
IFT	Inquérito à Força de Trabalho
LPDP	Lembaga Pengelola Dana Pendidikan – Indonésia (Instituição de Gestão do Fundo para a Educação)
SMI	Saúde Materno-Infantil

MDA	Conhecimento do Domínio Marítimo (Maritime Domain Awareness)
IMF	Instituição(ões) de Microfinanças
MIDAS	Sistema de Informação e Análise de Dados Migratórios (sistema de gestão de fronteiras)
MIR	Rácio Mortalidade/Incidência
RM	Ressonância Magnética
MAE	Ministério da Administração Estatal
MPME	Micro, Pequena(s) e Média(s) Empresa(s)
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
QDMP	Quadro de Despesa de Médio Prazo
PMP	Plano de Médio Prazo
PNA	Plano Nacional de Adaptação
NAPA	Ação Prioritária Nacional de Adaptação
NBSAP	Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade
NCC	Centro Nacional do Cancro
DNT	Doença(s) Não Transmissível(eis)
CDN	Contribuição Determinada a Nível Nacional
DNPCC	Direção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários
NEET	Jovens que não estudam, não trabalham nem frequentam formação
ANTP	Autoridade Nacional de Transportes Públicos
NRAMS	Sistema Nacional de Gestão de Ativos Rodoviários
ANF	Água Não Faturada
O&M	Operação e Manutenção
OPD	Organizações de Pessoas com Deficiência
Balcão Único	Balcão Único (One-Stop Shop)
PALM	Pacific Australia Labour Mobility (Mobilidade Laboral Pacífico–Austrália)
PBCR	Registo Oncológico de Base Populacional
CMBD	Contrato de Manutenção Baseado no Desempenho
PET-CT	Tomografia por Emissão de Positrões – Tomografia Computorizada
GFP	Gestão das Finanças Públicas
PMOT	Plano(s) Municipal(ais) de Ordenamento do Território
PNOT	Plano Nacional de Ordenamento do Território
PNR	Registo de Identificação dos Passageiros (Passenger Name Record)
PPP	Parceria Público-Privada
OSP	Obrigações de Serviço Público
PcD	Pessoas com Deficiência

RAEOA	Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno
SRMNI	Saúde Reprodutiva, Materna, Neonatal e Infantil
SAIDI	Índice de Duração Média das Interrupções do Sistema
SARA	Avaliação da Disponibilidade e Prontidão dos Serviços
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030
SEA-PLM	Southeast Asia Primary Learning Metrics (Métricas de Aprendizagem do Ensino Primário do Sudeste Asiático)
SIGAP-FOUN	Sistema Integrado de Gestão da Administração Pública (novo); «FOUN» significa «novo» em tétum
SIGAS	Sistema de Informação de Gestão da Assistência Social
SIGI	Sistema de informação de gestão setorial (facilitador do governo digital)
PME	Pequena(s) e Média(s) Empresa(s)
SNF	Alimentos Nutritivos Especializados
SNQ	Sistema Nasional Kualifikasaun (Sistema Nacional de Qualificações)
OE	Objetivo(s) Estratégico(s)
STEM	Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática
T&D	Transporte e Distribuição
QCD	Quadro de Competências Docentes
BCTL	Banco Central de Timor-Leste
TLSSC	Cabo Submarino Sul de Timor-Leste
EFTP	Educação e Formação Técnica e Profissional
CSU	Cobertura Sanitária Universal
UPF	Unidade de Patrulhamento de Fronteiras, PNTL
USARPAC	Exército dos Estados Unidos no Pacífico
ECG	Ultrassonografia
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
WASH	Água, Saneamento e Higiene
PAM	Programa Alimentar Mundial
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMC	Organização Mundial do Comércio

PREFÁCIO



Timor-Leste iniciou o seu percurso de reconstrução nacional em 2002, partindo praticamente do zero. Desde o início, sabíamos que a paz e o progresso duradouros exigiriam mais do que a simples reconstrução física das infraestruturas: exigiriam uma visão clara de longo prazo, um planeamento concreto e a participação de todos os cidadãos timorenses e dos nossos principais parceiros. **O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) tornou-se essa visão partilhada, orientando os nossos esforços coletivos rumo a 2030.**

O Plano de Médio Prazo (PMP) 2027-2030 representa um momento decisivo neste percurso. Ao entrarmos na fase final e mais determinante do Plano Estratégico de Desenvolvimento, este documento consagra o compromisso inabalável do nosso Governo de transformar Timor-Leste num país de rendimento médio-alto, próspero, inclusivo e resiliente, até 2030.

Ao longo das últimas duas décadas, construímos algo notável a partir de bases muito modestas. Das cinzas do conflito, estabelecemos uma paz e uma estabilidade que hoje nos colocam entre as dez nações mais pacíficas da região Ásia-Pacífico. Reforçámos as nossas instituições democráticas, consolidámos os nossos sistemas de governação e assegurámos o lugar que legitimamente nos cabe como membro mais recente da ASEAN. Construímos as fundações físicas de uma economia moderna: redes elétricas, portos, aeroportos e infraestruturas digitais que ligam as nossas comunidades e abrem caminhos de oportunidade. Em suma, olhando para trás, Timor-Leste possui todos os atributos de um Estado moderno e as condições necessárias para uma economia moderna.

Estas conquistas são genuínas e foram arduamente alcançadas. São testemunho da dedicação do nosso povo e da parceria com os nossos parceiros de desenvolvimento. Contudo, devemos ser honestos: não progredimos ao ritmo e à escala que o PED inicialmente previa na transformação da nossa economia numa economia mais sustentável, mais produtiva e capaz de gerar rendimento, emprego e exportações para além do setor público.

A realidade é que continuamos fortemente dependentes das receitas petrolíferas e da despesa pública. O nosso rendimento per capita, de aproximadamente 1.341 USD, está longe do estatuto de rendimento médio-alto. A pobreza persiste em muitas dimensões da sociedade, sobretudo nas zonas rurais. Os nossos jovens têm dificuldade em encontrar emprego digno. As nossas crianças continuam a enfrentar uma crise de aprendizagem, com apenas 30 por cento dos alunos do 3.º ano a atingir a proficiência mínima em literacia. A malnutrição, com uma prevalência de 45%, continua a ser uma das taxas mais elevadas da ASEAN entre os nossos cidadãos mais jovens. Demasiados cidadãos carecem de serviços de saúde adequados, de proteção social e de acesso a infraestruturas de qualidade.

Não se trata de fracassos; trata-se do reconhecimento honesto do ponto em que nos encontramos e da urgência com que devemos agir nos anos que restam até 2030.



O PMP 2027-2030 é a resposta estratégica do nosso Governo a estes desafios. Não é uma lista de desejos, mas um quadro de ação disciplinado, focado e orçamentalmente realista. Fizemos escolhas difíceis quanto às prioridades nacionais, dentro dos constrangimentos que enfrentamos: receitas decrescentes do Fundo Petrolífero, espaço orçamental limitado, capacidade institucional restrita e incertezas externas crescentes decorrentes das tensões geopolíticas, das alterações climáticas e da volatilidade económica global.

Este Plano centra-se no que mais importa: **a transformação económica através da diversificação, do crescimento liderado pelo setor privado e da reforma estrutural.**

Aceleraremos os nossos esforços para criar capacidade competitiva na agricultura, nas pescas, no turismo, na indústria transformadora e nos serviços. Concluiremos os investimentos críticos em infraestruturas que permanecem por terminar, assegurando que as nossas estradas ligam os agricultores aos mercados, que os nossos sistemas de abastecimento de água funcionam de forma fiável, que o nosso sistema de irrigação permite aumentar a produtividade agrícola, que a nossa rede elétrica opera com eficiência, que a nossa ligação à Internet é barata e acessível e que o aeroporto internacional é ampliado e plenamente funcional. Modernizaremos as nossas instituições, reforçaremos o Estado de direito e o nosso sistema judicial e criaremos o ambiente favorável de que os investidores privados necessitam para se estabelecerem e prosperarem.

Em todo o Plano, integraremos de forma transversal a igualdade, a inclusão, a resiliência climática e a sustentabilidade ambiental, para garantir que o desenvolvimento beneficia todos os timorenses.

O nosso compromisso organiza-se em torno de três Pilares fundamentais:

Em primeiro lugar, comprometemo-nos com um crescimento económico sustentado e com a criação de emprego. Temos como meta um crescimento anual do PIB não petrolífero de 6,0-7,5 por cento durante 2027-2030, acelerando para 7-8 por cento após 2030, impulsionado sobretudo pelo crescimento do consumo interno, do investimento privado e das exportações não petrolíferas. Alargaremos as oportunidades de emprego para mulheres, homens, jovens e grupos vulneráveis, assegurando simultaneamente que o investimento contribui para a resiliência climática e para a sustentabilidade ambiental.

Em segundo lugar, comprometemo-nos a melhorar a qualidade dos serviços públicos e os resultados do desenvolvimento humano. A educação, os cuidados de saúde, a água, a eletricidade e a proteção social têm de funcionar de forma fiável para todos os cidadãos timorenses. Enfrentaremos a crise de aprendizagem nas nossas escolas, reduziremos a malnutrição infantil, melhoraremos a saúde materna e alargaremos a proteção social aos mais vulneráveis. Reconhecemos que o desenvolvimento consiste, em última análise, em melhorar a vida e o bem-estar do nosso povo.

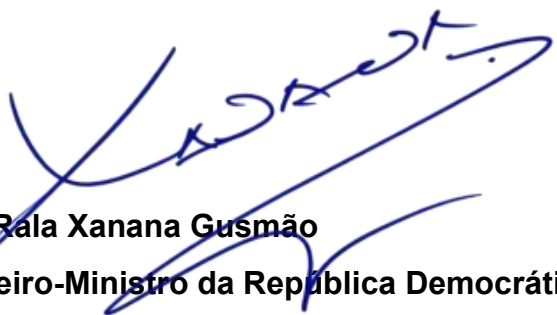
Em terceiro lugar, comprometemo-nos a reforçar uma governação responsável e sensível ao género, a capacidade institucional e a sustentabilidade orçamental. O nosso Fundo Petrolífero tem sido inestimável para a construção da nossa nação, mas não podemos depender dele indefinidamente. Temos de alargar a nossa base tributária

interna, melhorar a qualidade da execução orçamental para garantir que cada cêntimo que gastamos tem um impacto real nos nossos cidadãos, reforçar o nosso sistema judicial e construir instituições do Estado capazes de prestar serviços públicos de qualidade de forma consistente. Este é o alicerce de que tudo o resto depende.

Um plano vale apenas o que valer a sua execução. Este PMP foi deliberadamente concebido para ser executável: centrado num número limitado de prioridades que podem ser financiadas, executadas e monitorizadas dentro dos nossos constrangimentos reais. Estabelecemos um sistema abrangente de Monitorização, Avaliação e Reporte orientado para resultados, diretamente articulado com os nossos processos orçamentais anuais. A evidência orientará a nossa tomada de decisão. Se as intervenções não estiverem a funcionar, ajustaremos. Se surgirem novas oportunidades, responderemos com celeridade.

Os próximos quatro anos determinarão se a visão do PED será substancialmente alcançada. Devemos, por isso, acelerar os nossos esforços, aprender com os nossos erros, melhorar os nossos processos e sistemas e aprofundar a participação a todos os níveis da sociedade.

Apelo a todas as instituições, aos municípios, aos parceiros de desenvolvimento, ao setor privado, à sociedade civil e a cada cidadão timorense para que se comprometam plenamente com o Plano Nacional de Médio Prazo 2027-2030. As fundações estão lançadas. Agora temos de concluir a transformação **rumo a um desenvolvimento sustentável e inclusivo, a uma economia sustentável e diversificada, a um crescimento sustentado do rendimento, ao emprego digno, a serviços públicos de qualidade, à igualdade de oportunidades para todos e ao bem-estar de todos os timorenses, hoje e para as gerações vindouras.**



Kay Rala Xanana Gusmão

Primeiro-Ministro da República Democrática de Timor-Leste

AGRADECIMENTOS

O Governo de Timor-Leste apresenta o Plano de Médio Prazo (PMP) 2027-2030 com sincero apreço por todos os que contribuíram para a sua elaboração. Agradeço ao **Primeiro-Ministro, Sua Excelência Kay Rala Xanana Gusmão**, pela sua liderança, visão e orientação, bem como pelas mensagens fundamentais enunciadas no prefácio. Agradeço igualmente aos Ministros Coordenadores, aos Membros do Conselho de Ministros e à Comissão Interministerial de Coordenação pela sua direção estratégica e supervisão. O seu empenho assegurou que este Plano responde aos desafios de desenvolvimento mais prementes do país e promove as aspirações do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030.

Reconheço os membros do Governo que lideraram a preparação de cada área do Plano:

- **Sua Excelência Francisco Kalbuadi Lay**, Vice-Primeiro-Ministro, Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos e Ministro do Turismo e Ambiente, que liderou o pilar da Diversificação Económica.
- **Sua Excelência Eng. Mariano ASSANAMI Sabino**, Vice-Primeiro-Ministro, Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais e Ministro do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária, que liderou o pilar do Desenvolvimento Social e do Capital Humano.
- **Sua Excelência Agio Pereira**, Ministro da Presidência do Conselho de Ministros, que liderou o pilar do Desenvolvimento Institucional.
- **Sua Excelência Santina J. R. Ferreira Viegas Cardoso**, Ministra das Finanças, que orientou o Plano em todos os pilares.

Louvo a equipa técnica que desenvolveu o Plano. A Unidade de Planeamento Integrado (UPI) do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE) liderou a preparação, a coordenação, a consulta, a redação e a finalização do documento. Sob a direção da sua Coordenadora, **Dr.ª Epi Orleães**, a Unidade definiu a metodologia, supervisionou todos os pilares, assegurou a coordenação em todo o Governo e manteve o Plano assente em evidência, coerente, orçamentalmente realista e orientado para resultados.

Agradeço aos Coordenadores Setoriais, cujo trabalho reforçou o envolvimento dos ministérios **setoriais e assegurou dados rigorosos e atempados**:

- **Dr. Jorge Rui de Carvalho Martins**, Coordenador-Geral do MCAE.
- **Dr. Arcângelo de Jesus Gouveia Leite**, Coordenador-Geral da Unidade Especializada do MCAS.
- **Dr.ª Natália Liliana de Sá Sarmento**, Coordenadora do Gabinete de Políticas Públicas da PCM.

Orgulho-me de que tenham sido peritos nacionais timorenses a conceber e a finalizar este Plano. Agradeço também ao pessoal administrativo e logístico que apoiou o processo ao longo de todo o percurso.

O Governo reconhece o contributo de todos os ministérios setoriais e das suas lideranças: Diretores-Gerais, Diretores Nacionais, técnicos e assessores de planeamento, coordenadores setoriais, institutos autónomos, municípios e instituições públicas, em conjunto com as Comissões Interministeriais de Coordenação. A vossa competência técnica, os vossos dados e o vosso envolvimento reforçaram tanto a qualidade como a apropriação deste Plano.

Expresso sincero apreço aos nossos parceiros de desenvolvimento, em particular à Embaixada da Austrália, através do PROSIVU, pelo destacamento de um assessor de planeamento e infraestruturas e de um investigador sénior e analista de políticas, e à equipa da Economic Equity pela sua revisão externa independente. Os seus contributos, análises e revisões elevaram o Plano ao nível dos referenciais internacionais e das boas práticas, mantendo-o firmemente ancorado no contexto nacional, nas prioridades e nas aspirações de desenvolvimento de Timor-Leste.

O PMP 2027-2030 é o resultado de um processo rigoroso, colaborativo e consultivo, desde o diagnóstico estratégico até à validação interministerial e à finalização. Orgulho-me de que reflita a competência dos peritos nacionais timorenses da UPI, unidos por um compromisso partilhado com uma agenda nacional de desenvolvimento assente em evidência, inclusiva e orientada para resultados.



Eng. Gastão Francisco de Sousa

Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico



Este PMP foi finalizado com o contributo da equipa técnica da Unidade de Planeamento Integrado e da liderança técnica da Comissão Interministerial de Coordenação.

- **Lourenço Pinto**, Chefe de Equipa de Infraestruturas e Economia – MPIE
- **Guteriano Neves**, Investigador Sénior e Analista de Políticas – MPIE
- **Sara Maria Pereira**, Especialista em Planeamento Integrado – MPIE
- **Jean Simões dos Santos**, Especialista em Planeamento Integrado – MPIE
- **Santina Soares**, Assessora para GEDSI e Proteção Social – MPIE
- **Parimal Joshi**, Assessor de Planeamento e Infraestruturas – MPIE
- **Eligio Gusmão Sequeira Belo**, Especialista em Transformação Digital – MPIE
- **Mario da Silva**, Técnico de Planeamento Integrado – MPIE
- **Francisco Freitas da Cruz**, Especialista em Gestão de Projetos – MPIE
- **José Ines de Sousa Pinto**, Técnico de Saúde, Segurança e Ambiente – MPIE
- **Sildonia Maria Sarmento**, Consultora de Desenvolvimento Institucional – MPIE
- **Dulce N.F. da Cunha, Especialista em Proteção Social**, Desenvolvimento Inclusivo e Políticas Públicas – MPIE
- **Ana Teresa Kai-Soce Pereira de Araújo**, Assessora Económica – MCAE
- **Orlando Joaquim Verdial Guterres**, Especialista Técnico de Planeamento, Monitorização e Avaliação – MCAS
- **Octávio Ximenes**, Técnico de Planeamento e Monitorização – MOP
- **Marçal Pinto**, Chefe do Departamento de Planeamento – MTC
- **Edinho F. Gonzaga**, Coordenador de Planeamento – PCM



SUMÁRIO EXECUTIVO

O PMP 2027-2030 em síntese

O Plano de Médio Prazo (PMP) 2027-2030 é a resposta estratégica do Governo de Timor-Leste aos desafios de desenvolvimento do país e constitui a **fase final e mais decisiva** do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030. Estabelece o quadro de políticas para acelerar a transformação económica, superar os constrangimentos estruturais, alargar o emprego, aumentar os rendimentos, melhorar os serviços públicos e reforçar a governação, com o objetivo global de reduzir a pobreza e melhorar o bem-estar de todos os cidadãos timorenses.

6.0 - 7.5% Meta de crescimento anual do PIB não petrolífero, 2027-2030 (7,5-8,0% após 2030)	5,000 - 7,000 Novos empregos formais no setor privado por ano	15-20% Aumento da quota do investimento do setor privado no investimento total
4 Pilares estratégicos (Capítulos 3-7)	2 Temas transversais: GEDSI e Alterações Climáticas (Capítulo 8)	10 Prioridades estratégicas nacionais de alto nível

Cenário orientador: O Governo adotou o **Cenário de Diversificação Ambiciosa** como quadro de referência do plano, estabelecendo as bases para um crescimento liderado pelo setor privado através da reforma estrutural, do investimento estratégico em infraestruturas, do desenvolvimento de competências e do reforço institucional, prevendo-se que a transformação económica mais plena acelere após 2030.

• Progresso e principais realizações da execução do PED (2011-2024)

O **Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) de Timor-Leste 2011-2030** define uma visão de longo prazo para transformar o país numa economia diversificada, inclusiva e sustentável ao longo de um horizonte de 19 anos. Estrutura as políticas públicas e a ação do Estado em torno de cinco grandes setores estratégicos. No final de **2024**, correspondendo a 13 anos de execução, um exercício abrangente de monitorização avaliou as **199 metas de curto e médio prazo** definidas nesses setores. A avaliação global revela progressos significativos e uma forte mobilização institucional, estando a grande maioria das metas em execução ativa.

Globalmente, **53,3%** de todas as metas avaliadas (106 de 199) foram integralmente concluídas ou apresentam progresso avançado [242]. As restantes metas encontram-se

sobretudo em progresso parcial, o que indica que Timor-Leste está atualmente a transitar da fase inicial de formulação de políticas e planeamento para a execução física e a operacionalização no terreno.

1.1 Análise do progresso do PED nas principais áreas prioritárias (setores estratégicos)

A execução do PED tem-se caracterizado por um desempenho desigual entre os diferentes setores, refletindo variações na capacidade institucional, na previsibilidade do financiamento e na complexidade técnica.

Realizações do PED por setor prioritário:

- **Capital Social (pontuação: 66,13%):** Apresenta realizações consistentes e sólidas no ensino básico, nas intervenções de saúde materno-infantil e nas prestações sociais não contributivas. Persistem, contudo, assimetrias acentuadas; as metas da Cultura e Património continuam fortemente atrasadas por falta de infraestruturas e de financiamento, e a educação inclusiva para crianças com deficiência é muito limitada.
- **Desenvolvimento de Infraestruturas (pontuação: 71,4%):** Regista a percentagem mais elevada de metas concluídas, sobretudo na rápida expansão da rede elétrica nacional e na penetração universal dos telemóveis. Em contrapartida, os subsetores da Água e Saneamento e da Drenagem de Díli são dominados por progressos parciais, uma vez que os grandes projetos físicos ainda estão em curso.
- **Desenvolvimento Económico (pontuação: 64,8%):** Evidencia progressos significativos na produtividade cerealífera e no registo de empresas locais. Contudo, o turismo e o petróleo apresentam um número elevado de metas parcialmente concluídas, fortemente condicionadas por atrasos nos investimentos estratégicos de longo prazo e pela dependência do projeto de grande escala Tasi Mane.
- **Quadro Institucional (100% das metas com progresso):** Este setor registou um excelente progresso regulamentar, com a aprovação bem-sucedida dos códigos civil, do trabalho e da legislação de terras, e com a criação de conselhos de coordenação funcionais para a justiça, a defesa e as administrações municipais. **O desafio reside em traduzir estes quadros legais em práticas operacionais quotidianas consistentes**

1.2 As 13 principais realizações nas áreas prioritárias da execução do PED

Ao longo dos últimos 13 anos, Timor-Leste alcançou marcos importantes, sobretudo na criação de infraestruturas básicas, na estabilização do quadro regulamentar e na proteção dos seus cidadãos mais vulneráveis:

- **Cobertura universal da rede móvel (Telecomunicações):** O setor das telecomunicações alcançou uma penetração nacional excecionalmente elevada, com a conectividade móvel a exceder **120%** da população, assegurando uma cobertura telefónica fiável e acessível em todos os municípios.

- **Produção nacional de energia e eletrificação (Eletricidade):** Foi alcançada a eletrificação quase universal de vilas e aldeias, com **99,7%** de cobertura. A capacidade instalada de produção de energia superou as metas iniciais, atingindo **~255 MW** em 2015 e expandindo-se para **276 MW** até 2024, através das centrais elétricas de Hera e Betano.
- **Elevada cobertura de vacinação infantil (Saúde):** As operações atingiram um estágio avançado, com **98%** das crianças com menos de um ano a completar as vacinas recomendadas no âmbito do Plano Nacional de Vacinação, o que representa uma das campanhas de saúde comunitária com melhor desempenho.
- **Sistema de segurança social contributivo (Inclusão Social):** Foi concebido e operacionalizado com sucesso um sistema de segurança social contributivo de âmbito nacional, gerido pelo **Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) desde 2017**, que garante pensões e proteção social aos trabalhadores dos setores público e privado.
- **Superação das metas de água em meio rural (Água e Saneamento):** A meta de curto prazo de 75% de acesso a água potável nas zonas rurais foi formalmente superada, tendo o Censo de 2022 registado **77%** de cobertura de fontes de água melhoradas, graças à expansão persistente das infraestruturas comunitárias de água.
- **Progresso na cobertura do saneamento urbano (Água e Saneamento):** Foi superada a meta de curto prazo de dotar 60% das zonas urbanas de saneamento melhorado, atingindo-se **74%** de cobertura urbana, segundo o Censo de 2022.
- **Apoio e reconhecimento aos Veteranos Nacionais (Inclusão Social):** Entre 2008 e 2024, o Estado concedeu um total de **56.579** benefícios a antigos combatentes e famílias de mártires. Estes incluíram **36.668** pensões mensais (11.144 mulheres, 25.524 homens) e **19.911** pagamentos únicos em numerário.

8. Expansão significativa da produção de arroz e milho (Agricultura e Pescas): A produção de arroz expandiu-se consideravelmente, atingindo **76.000 toneladas** em 2021 e **86.000 toneladas** em 2022, apoiada por políticas reforçadas de extensão agrícola e pela distribuição de fatores de produção. A produtividade média do milho atingiu **2,48 t/ha** em 2019, superando claramente a meta inicial de 1,25-1,54 t/ha.

9. Simplificação do registo de empresas e Balcão Único. A centralização do registo através do **SERVE, I.P.** revelou-se eficiente e o sistema **REGINET** reduziu substancialmente as barreiras à entrada. Um número recorde de 48.269 empresas foi registado através do **SERVE, I.P.**, entre 2014 e 2024.

10. Igualdade de género nos órgãos do Estado (Inclusão Social): Timor-Leste alcançou efetivamente a meta democrática de assegurar que pelo menos **um terço (33,3%)** dos representantes, tanto no **Parlamento Nacional como na função pública, sejam mulheres**. Em 2025, as mulheres representavam **37% dos deputados do Parlamento Nacional**, superando o referencial de um terço e demonstrando um forte progresso na representação política das mulheres. Timor-Leste posiciona-se agora **entre os Estados-Membros da ASEAN mais avançados e em segundo lugar entre os**

Estados-Membros da CPLP, a seguir a Cabo Verde, enquanto a evidência comparativa identifica Timor-Leste como o país com a **maior proporção de mulheres parlamentares no Sudeste Asiático**.

11. Modernização do enquadramento legal da atividade empresarial (Setor Privado): Foi criado um quadro legal altamente previsível e seguro para o investimento privado, com a aprovação e entrada em vigor do **Código Civil, da Lei de Terras (com o REPI) e da Lei do Trabalho**.

12. Expansão dos principais corredores rodoviários (Estradas e Pontes): Foram concluídos **78 km** da ligação rodoviária Manatuto–Natarbora segundo padrões internacionais. Registaram-se progressos significativos nos principais corredores arteriais: a ligação Díli–Baucau está **78% concluída** (121,8 km de 156,8 km) e a ligação Díli–Liquiçá–Bobonaro está **86% concluída** (95 km de 121,7 km).

- **Bases legais para a boa governação e a transparência (Setor Público):** Foi aprovada e aplicada com sucesso legislação crucial em matéria de transparência, nomeadamente a regulamentação do direito dos cidadãos de acesso à informação pública e a proteção dos denunciantes, a par da criação de um Código de Conduta para os membros do Governo.

1.3 Os 13 principais desafios nas áreas prioritárias da execução do PED

Apesar das notáveis realizações em infraestruturas e dos progressos regulamentares desde a independência, Timor-Leste continua a debater-se com défices estruturais persistentes. Esta breve auditoria em formato de infografia compila treze estrangulamentos de desenvolvimento, sociais e económicos graves e altamente críticos, que exigem intervenções direcionadas no âmbito do Plano de Médio Prazo 2027-2030 para colmatar as lacunas na prestação de serviços e alcançar um crescimento não petrolífero resiliente.

Tema 1: Lacunas sociais, de capital humano e de segurança

1. Elevada taxa de mortalidade infantil e desigualdade territorial (Saúde)

Apesar da expansão generalizada dos serviços clínicos, a mortalidade infantil permanece elevada, com 32 óbitos por 1.000 nados-vivos a nível nacional. Existe uma forte disparidade de género, com 52,6 óbitos por 1.000 nados-vivos entre os rapazes, face a 38,2 por 1.000 entre as raparigas, acompanhada de graves desigualdades geográficas e territoriais entre municípios.

2. Baixa taxa de conclusão nos programas de alfabetização de adultos (Educação)

Embora a literacia geral dos adultos tenha subido para ~70% em 2021-2024, a transição pós-alfabetização falha: dos 16.759 alunos inscritos no Programa Nacional de Equivalência (PEN), apenas 2.941 (17,6%) concluíram com sucesso. Isto indica uma taxa de abandono estrutural grave na consolidação das competências fundamentais.

3. Acesso limitado das crianças com deficiência às escolas (Inclusão Social)

O acesso das crianças com deficiência ao ensino básico é criticamente baixo, situando-se em apenas 16,1% para a faixa etária dos 5 aos 16 anos. As matrículas ficam muito

aquém das metas regionais devido à ausência acentuada de acessibilidade física nas escolas, de materiais pedagógicos especializados e de pessoal formado em necessidades educativas especiais.

4. Ausência total de infraestruturas culturais regionais (Cultura e Património)

A preservação cultural tem sofrido de um subfinanciamento sistemático e crónico. Nenhum dos cinco Centros Culturais Regionais previstos foi construído ou está operacional, sobretudo devido a conflitos prolongados e não resolvidos na atribuição de terrenos e a um quadro legal fragmentado.

5. Representação feminina restrita nas Forças Armadas (Defesa)

Embora a participação feminina nas FALINTIL-FDTL tenha mais do que duplicado, permanece severamente restrita a aproximadamente 8% do efetivo total, com muito poucas mulheres em postos de comando superior e de decisão estratégica.

6. Aumento acentuado da violência baseada no género e dos riscos de segurança rodoviária (Segurança)

Apesar de uma PNTL profissionalizada, com 3.987 agentes, e de um policiamento de proximidade a nível comunitário, os acidentes de viação continuam a aumentar. Além disso, os casos denunciados de Violência Baseada no Género (VBG) aumentaram acentuadamente em 2021-2024, exigindo sistemas urgentes de apoio às vítimas.

Tema 2: Estrangulamentos económicos, de infraestruturas e de planeamento físico

7. Elevada dependência do financiamento do setor público

Apesar da intenção declarada de diversificar e transformar a economia de Timor-Leste numa economia liderada pelo setor privado, a economia timorense continua fortemente dependente da despesa pública. Esta situação compromete a trajetória de crescimento e limita a capacidade da economia interna de gerar emprego para um número crescente de jovens.

Risco orçamental: O elevado nível de despesa pública, combinado com receitas internas reduzidas, constitui um risco sério para a sustentabilidade orçamental.

8. Défice crítico na construção de habitação rural (Desenvolvimento Rural)

No âmbito do Programa de Desenvolvimento do Milénio dos Sucos (Uma Kbiit Laek), apenas cerca de 5.000 habitações rurais foram construídas até 2024. Isto representa menos de 10% da meta inicial de 55.000 habitações, refletindo graves constrangimentos de execução, logística e recursos.

9. Atraso total do Porto de Suai e das infraestruturas petrolíferas (Infraestruturas).

Os complexos investimentos no setor petrolífero e no projeto Tasi Mane enfrentam atrasos significativos. O marco crítico de curto prazo relativo à construção do Porto de Suai registou 0% de progresso físico, deixando o porto marítimo totalmente inoperacional e bloqueando a logística do setor petrolífero.

10. Transição energética limpa estagnada e dependência excessiva da lenha (Eletricidade)

A dependência das famílias em relação ao gasóleo e à lenha continua extremamente elevada (mais de 89%). A meta de produzir $\geq 50\%$ da energia nacional a partir de fontes renováveis não registou qualquer progresso, e a construção do Centro Solar previsto para Díli está completamente parada.

11. Atraso na operacionalização do Banco Nacional de Desenvolvimento (Setor Privado)

Apesar dos avanços regulamentares finais por parte do Estado, o Banco Nacional de Desenvolvimento não estava operacional no final de 2024. Persiste, assim, uma lacuna grave e contínua no financiamento público e comercial de longo prazo para as MPME locais, para os mercados de crédito e para os projetos estruturantes.

12. Inundações municipais frequentes em Díli e défices de drenagem (Água e Saneamento)

Embora o acesso das famílias a água potável se tenha alargado, as redes municipais urbanas de drenagem e de esgotos de Díli permanecem largamente incompletas. Isto provoca inundações urbanas graves e frequentes, uma gestão de esgotos pouco eficaz e um tratamento insuficiente das águas residuais.

13. Ausência do Livro Branco da Política Externa Nacional (Negócios Estrangeiros)

Apesar dos repetidos esforços institucionais de redação, Timor-Leste ainda não publicou o seu Livro Branco da Política Externa. Esta situação deixa uma importante lacuna estratégica na coordenação da diplomacia política e económica nacional, na sequência do histórico roteiro de adesão à ASEAN.

1.4 Perspetivas estratégicas e recomendações para o horizonte 2025-2030 com base no Relatório de Monitorização do PED

Restando aproximadamente cinco anos até ao prazo final do Plano Estratégico de Desenvolvimento, em 2030, o Governo deve transitar do planeamento preparatório para a execução acelerada:

- **Concentração nas metas com progresso elevado:** Deve ser dada prioridade à conclusão e operacionalização plenas das metas que já se encontram em fases avançadas (por exemplo, a finalização dos principais corredores rodoviários e a expansão da cobertura regional de saúde e digital).
- **Investimento em áreas de impacto social:** Direcionar recursos e coordenar os ministérios em torno de obras públicas com elevado retorno social direto, especificamente redes municipais de água, condutas de saneamento e energia residencial limpa.
- **Tirar partido das adesões à ASEAN e à OMC:** Com a entrada de Timor-Leste na Organização Mundial do Comércio (2024) e os roteiros formais para a adesão plena

à ASEAN (2025), o Estado deve utilizar estes quadros multilaterais para diversificar a economia e expandir o setor privado não petrolífero.

- **Reforçar a governação dos dados:** Para monitorizar eficazmente as metas do PED, o Estado deve colmatar as lacunas generalizadas de dados, harmonizando os indicadores setoriais, utilizando os dados do Censo de 2022 e institucionalizando a verificação interministerial dos dados.
- **O papel fundamental do Plano de Médio Prazo 2027-2030**

2.1. Panorâmica e contexto do PMP

O Plano de Médio Prazo (PMP) 2027-2030 representa a fase final e mais decisiva do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030. O PMP não pretende resolver todas as metas de longo prazo do PED até 2030. O seu foco principal e realista é, antes, estabelecer as bases institucionais, regulamentares e físicas sólidas necessárias para sustentar um crescimento económico não petrolífero acelerado e o emprego formal para além de 2030.

Atualmente, o crescimento do PIB não petrolífero de Timor-Leste é de 4,1% (linha de base de 2024), enquanto a pobreza afeta quase 40% da população nacional. O emprego formal no setor privado está severamente limitado. Para romper este estrangulamento estrutural, o PMP estabelece um quadro macroeconómico de duplo cenário:

- **Cenário Ambicioso principal:** Visa uma taxa de crescimento anual do PIB não petrolífero de 6,0-7,5% durante o período do plano 2027-2030, aumentando para 7,5-8,0% após 2030. A este ritmo, a economia não petrolífera duplicaria no espaço de uma década, gerando entre 5.000 e 7.000 novos empregos formais por ano.
- **Objetivo de política:** O objetivo central é afastar o Estado da dependência absoluta do Fundo Petrolífero, gerando receitas internas não petrolíferas, expandindo a produção local e criando oportunidades de emprego digno.

2.2 Abordagem e metodologia de formulação

A formulação do PMP assenta em bases legais e está estruturada operacionalmente para assegurar uma coordenação rigorosa e um alinhamento orçamental realista:

Mandato legal: O Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE) dirigiu o processo ao abrigo do Decreto-Lei n.º 68/2023 (Lei Orgânica do MPIE), assegurando o alinhamento com o PED 2011-2030, com o Programa do IX Governo Constitucional e com as condições de integração regional na ASEAN.

Processo de desenvolvimento em 4 fases: A formulação seguiu um calendário estruturado:

- **Fase 1: Diagnóstico estratégico (janeiro de 2025 – abril de 2026):** Avaliações independentes e diagnósticos setoriais dos 15 anos anteriores de execução do PED.
- **Fase 2: Planeamento técnico (abril – junho de 2026):** Formulação das prioridades estratégicas dos pilares, das linhas de base e dos quadros de resultados e metas.

- **Fase 3: Revisão por peritos (maio – julho de 2026):** Validação externa por economistas, especialistas setoriais e parceiros de desenvolvimento.
- **Fase 4: Validação interministerial (julho – agosto de 2026):** Revisões setoriais rigorosas conduzidas pelas Comissões Interministeriais de Coordenação do Desenvolvimento Setorial (CIC), criadas pela Resolução do Governo n.º 43/2024, antes da aprovação pelo Conselho de Ministros.

Operacionalização e lançamento: A execução do Plano está explicitamente articulada com o ciclo do Orçamento Geral do Estado de 2027. As linhas de base utilizam estatísticas nacionais oficiais. Para colmatar as lacunas remanescentes de dados, será integralmente executado um Plano estruturado de Encerramento de Lacunas de Dados até ao final de 2027.

2.3. Quadro central capítulo a capítulo e pilares setoriais

O plano divide-se na Parte I (Quadro Estratégico, Capítulos 1-2) e na Parte II (Pilares Setoriais, Capítulos 3-9). Os Capítulos 3 a 7 descrevem os cinco pilares centrais, enquanto o Capítulo 8 aborda as questões transversais integradas e o Capítulo 9 estabelece o quadro nacional de responsabilização.

2.3.1. Síntese dos pilares setoriais e das metas centrais do PMP

Pilar estratégico e capítulo	Foco estratégico central	Metas-chave de desempenho selecionadas para 2030
Pilar 1: Diversificação Económica (Capítulo 3)	Transição da dependência do petróleo através do reforço da capacidade competitiva na agricultura, na Economia Azul, no turismo, na indústria ligeira, nas MPME e na criação de emprego formal.	○ Turismo: Aumentar as receitas de exportação de 28 M USD para 80 M USD; expandir o turismo comunitário de 18 para 50 circuitos. ○ MPME: Desbloquear 40 M USD em crédito através do Sistema de Garantia de Crédito. ○ Indústria transformadora: 55-75 M USD de valor acrescentado; criar 10.000 empregos formais acumulados.
Pilar 2: Infraestruturas Económicas (Capítulo 4)	Desloca o foco da construção para a conversão dos ativos em facilitadores fiáveis, sustentáveis e resilientes ao clima nas estradas, água, energia, portos,	○ Eletricidade: 100% dos sucos com abastecimento 24 horas por dia, 7 dias por semana; quota de produção renovável a atingir ≥50%. ○ Recuperação de custos: Rácio de recuperação de custos da EDTL superior a 80%.

	transportes públicos e banda larga.	○ Água: Funcionalidade dos sistemas de água rurais de 50% para 90%.
Capítulo estratégico: Ordenamento do Território e Habitação (Área prioritária fundamental do Pilar Infraestruturas) (Capítulo 7)	Estabelecer sistemas regulamentares e de posse da terra que apoiem um crescimento territorial inclusivo e assegurem habitação municipal segura e resiliente.	○ Facilitadores: Aplicar o Código Nacional da Construção, criar sistemas de execução hipotecária e de financiamento à habitação, digitalizar os sistemas municipais de licenciamento.
Pilar 3: Capital Social e Humano (Capítulo 5)	Valorizar o capital humano para impulsionar a produtividade do trabalho e um crescimento equitativo na educação, saúde, proteção social, juventude, desporto e cultura.	○ Educação: Aumentar a literacia no 3.º ano para >50%. ○ Saúde: Criar um Registo Oncológico Nacional, expandir os serviços de nutrição. ○ Emprego: Meta de emprego formal dos graduados do EFTP (estudo de percurso) ≥50%.
Pilar 4: Desenvolvimento Institucional (Capítulo 6)	Construir instituições públicas transparentes e responsáveis, modernizando a justiça, a gestão das finanças públicas (GFP) e a gestão de fronteiras, e preparando a integração regional.	○ Justiça: Redução ≥60% dos processos judiciais pendentes. ○ Terras: Emitir 30.000 títulos formais. ○ Receitas: Aumentar as receitas internas não petrolíferas para 17,5% do PIB. ○ ASEAN: Aderir a todos os protocolos, preparar a Presidência de 2029.

2.3.2 Quadros de apoio e medidas de responsabilização

- **Capítulo 8: Integração das questões transversais**

Em vez de tratar a equidade e o ambiente como questões periféricas, o Capítulo 8 estabelece um quadro de âmbito governamental para integrar a Igualdade de Género, Deficiência e Inclusão Social (GEDSI) e a sustentabilidade ambiental em todos os cinco pilares setoriais. As principais intervenções operacionais incluem:

- **GEDSI:** Aplicação da orçamentação sensível ao género em toda a gestão das finanças públicas e exigência de dados desagregados por sexo nos programas de desenvolvimento local.
- **Resiliência ambiental:** Priorização da restauração dos ecossistemas, da proteção da biodiversidade, do controlo da poluição e dos programas municipais de redução do risco de catástrofes, sobretudo nos municípios agrícolas vulneráveis ao clima.
- **Capítulo 9: Monitorização, Avaliação e Reporte (MAR)**

Para assegurar a disciplina de execução, o Capítulo 9 operacionaliza um sistema centralizado de MAR orientado para resultados, coordenado pela Unidade de Planeamento Integrado (UPI) sob a tutela do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE). Este quadro constitui o principal instrumento do Governo para ajustamentos de política baseados em evidência:

- **Ciclo operacional:** Articula diretamente as métricas de resultados do PMP com as propostas orçamentais anuais dos ministérios. O progresso é avaliado em função das metas efetivamente alcançadas e não dos fundos desembolsados.
- **Calendário de reporte:** Determina a apresentação de um Relatório Anual de Desempenho abrangente ao Conselho de Ministros até março de cada ano, uma revisão intercalar abrangente em 2028 e uma avaliação final em 2031.
- **Integridade do sistema:** Estabelece um protocolo normalizado de verificação de consistência, impõe um protocolo claro de escalonamento para os indicadores classificados a vermelho e detalha um plano de encerramento de lacunas de dados para estabelecer linhas de base sólidas até ao final de 2027.

- **Visão global e estratégia macroeconómica 2027-2030**

O Plano de Médio Prazo (PMP) 2027-2030 de Timor-Leste constitui o principal instrumento estratégico para acelerar a transformação económica, superar os constrangimentos estruturais, reforçar a resiliência económica e alargar o emprego digno. Funcionando como fase final de execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030, este plano representa uma mudança fundamental no planeamento do Estado. Em vez de uma narrativa descritiva de políticas, atua como um quadro disciplinado e baseado em resultados, centrado num número limitado de escolhas nacionais que podem ser integralmente financiadas, executadas e monitorizadas dentro dos limites orçamentais e institucionais de médio prazo do país.

O PMP estabelece metas ambiciosas, mas orçamentalmente fundamentadas, para responder a constrangimentos críticos como a baixa produtividade e a elevada pobreza

(que afeta atualmente quase 40 por cento da população). As principais metas para o período 2027-2030 incluem:

- **Crescimento anual do PIB não petrolífero:** O PMP visa uma taxa de crescimento anual do PIB não petrolífero de 6,0% a 7,5% durante o período 2027-2030, prevendo acelerar o crescimento para 7,5% a 8,0% na década após 2030.
- **Mobilização de receitas internas:** Para mitigar a dependência do petróleo e a vulnerabilidade orçamental, o plano pretende elevar as receitas internas não petrolíferas para 17,5% do PIB até 2030, um aumento significativo face à linha de base de 2025, inferior a 12,2% do PIB.
- **Institucionalização das reformas centrais:** O ciclo 2027-2030 foi explicitamente concebido como «fundação e plataforma de lançamento», centrando-se na criação dos sistemas básicos, da segurança dos títulos de propriedade e da capacidade administrativa necessários para desencadear o investimento privado acelerado.

3.1 A integração na ASEAN como condição económica efetiva

O período 2027-2030 representa o primeiro ciclo de planeamento em que a estratégia nacional de desenvolvimento de Timor-Leste é explicitamente concebida em torno da adesão à ASEAN como condição económica ativa, e não como um objetivo distante. O alinhamento com os quadros da Comunidade Económica da ASEAN (AEC) e da Comunidade Sociocultural da ASEAN (ASCC) está profundamente integrado em todos os setores. Os principais resultados estratégicos incluem a conclusão de acordos económicos bilaterais, Acordos de Reconhecimento Mútuo para trabalhadores timorenses qualificados e a plena preparação para o êxito da Presidência da ASEAN por Timor-Leste em 2029.

3.2 Pilares estratégicos centrais e planos setoriais

Para transformar o panorama económico de Timor-Leste, o PMP organiza-se em torno de cinco pilares setoriais que se reforçam mutuamente e de um pilar transversal. Cada pilar centra-se na remoção dos constrangimentos estruturais e no sequenciamento dos investimentos públicos, de modo a otimizar a integração do setor privado.

3.2.1. Pilar da Diversificação Económica: sequenciamento e fundações

O Pilar da Diversificação Económica define como o investimento público na agricultura e nas cadeias de valor, na Economia Azul, no turismo, na indústria ligeira, no desenvolvimento da iniciativa privada e nas competências apoiará a transição do país da dependência do petróleo para uma economia diversificada, liderada pelo setor privado e inclusiva. Reconhecendo que o desenvolvimento sustentável exige uma abordagem estruturada, o PMP dá prioridade a um sequenciamento adequado: estabelecer primeiro as condições favoráveis, para que o investimento privado possa materializar-se e ganhar escala na década seguinte.

Esta filosofia de sequenciamento reconhece que o capital público, por si só, não pode gerar empregos sustentáveis. Por exemplo, os empréstimos para infraestruturas e os mutuários financeiros não criam emprego se operarem no vazio. Do mesmo modo, os circuitos turísticos sem empresas de base comunitária não distribuem o rendimento de

forma equitativa. Ao colocar o desenvolvimento de competências, o apoio ao empreendedorismo e as cadeias de valor agrícolas no centro do plano económico, o PMP constrói as plataformas legais, técnicas e regulamentares a partir das quais a criação de emprego formal pode acelerar.

3.2.2. Pilar das Infraestruturas: qualidade, fiabilidade e reformas dos serviços de utilidade pública

Em vez de se limitar a construir novos ativos físicos, o Pilar das Infraestruturas centra-se na conversão das infraestruturas públicas existentes em redes fiáveis, financeiramente sustentáveis e resilientes ao clima. Os investimentos públicos são direcionados para estradas, água, eletricidade, portos, aeroportos, transportes públicos e conectividade digital. As principais intervenções estratégicas para 2027-2030 incluem:

- **Coordenação interministerial dos ativos marítimos:** Anteriormente, as infraestruturas portuárias em Timor-Leste eram promovidas de forma fragmentada por vários ministérios setoriais (o MTC através da APORTIL, o MAPPF para os locais de desembarque de pesca e o Ministério do Petróleo, através da TIMOR GAP, ao longo do corredor da Costa Sul). O PMP estabelece um quadro integrado de sequenciamento dos investimentos, sob a Comissão Interministerial de Coordenação para as Infraestruturas, para evitar duplicações e construir instalações marítimas multiusos. O PMP lança um programa acelerado de titulação de terras nos corredores económicos prioritários. Ao colmatar o fosso entre o registo cadastral e a posse juridicamente segura, o Governo emitirá 30.000 títulos de propriedade formais e bancáveis até 2030, estabelecendo a segurança jurídica necessária para desencadear o crédito do setor privado.
- **Governança dos serviços de utilidade pública e reformas do setor elétrico:** A governação empresarial da empresa de eletricidade (EDTL) será reforçada através de relatórios financeiros auditados regulares e de um painel de desempenho energético acessível ao público (abrangendo as perdas do sistema, as tarifas e os rácios de recuperação de custos). Fundamentalmente, para dar prioridade aos investimentos na rede principal, a EDTL compilará e consolidará dados de interrupções ao nível dos alimentadores, publicando anualmente um valor nacional do Índice de Duração Média das Interrupções do Sistema (SAIDI), a partir do final de 2028.

3.2.3. Pilar do Desenvolvimento Social e do Capital Humano: rentabilizar o dividendo demográfico

A população jovem de Timor-Leste, com quase 70% dos cidadãos com menos de 35 anos, representa o seu ativo de longo prazo mais vital. O Pilar do Desenvolvimento Social e Humano apresenta um roteiro baseado em resultados para reforçar o capital humano, impulsionando diretamente a produtividade do trabalho e o crescimento setorial.

- **Educação e aprendizagem fundamental:** É dada prioridade ao reforço da aprendizagem fundamental, visando especificamente os resultados de aprendizagem no 3.º ano para estabelecer linhas de base académicas robustas. Os programas educativos alinharão a formação técnica com a procura efetiva do

mercado de trabalho nos setores económicos prioritários, expandindo as redes de Educação e Formação Técnica e Profissional (EFTP).

- **Qualidade dos cuidados de saúde e registos especializados:** Os investimentos na saúde centram-se na melhoria nutricional, nos cuidados de saúde materno-infantil e no diagnóstico precoce de doenças. Entre as intervenções mais relevantes contam-se a operacionalização de um Registo Oncológico Nacional e a cobertura diagnóstica normalizada, como a ecografia e os protocolos de rastreio do cancro.
- **Proteção social:** Está a ser concebido um quadro sistemático de proteção social para reforçar a resiliência das famílias, assegurando que as famílias vulneráveis ficam protegidas dos riscos climáticos e das armadilhas da pobreza, o que lhes permite adaptar-se e contribuir para o processo de desenvolvimento económico.
- **Juventude, Desporto, Artes e Cultura:** As prioridades estratégicas devem concentrar-se no seguinte, para otimizar o capital humano e a riqueza cultural de Timor-Leste. **Maximizar a produtividade dos jovens:** recorrer a formação de competências direcionada para fazer face à taxa de desemprego jovem de 32,9% e envolver os 29,3% da população jovem em situação NEET. **Reforçar a participação feminina na força de trabalho** acima da atual linha de base de 24,2% e **fortalecer o ecossistema da economia criativa**, valorizando as capacidades institucionais e estabelecendo ligações sólidas ao mercado para os ativos do património cultural.

3.2.4. Pilar do Desenvolvimento Institucional: governação, segurança e Estado de direito

Instituições capazes, transparentes e responsáveis são reconhecidas como a base facilitadora essencial de toda a estratégia do PMP. O plano dá prioridade à conversão de ativos registados, políticas aprovadas e reformas das carreiras em resultados públicos visíveis. As principais metas e intervenções estratégicas deste pilar incluem:

- **Reforma abrangente da posse da terra:** para reforçar a governação institucional e desbloquear o crescimento liderado pelo setor privado, este setor centrar-se-á em duas reformas principais: a expansão da justiça a nível subnacional e a formalização da titularidade dos ativos. Em primeiro lugar, a lacuna da justiça formal será colmatada através da resolução determinada do acervo de **aproximadamente 4.000 processos pendentes** e da expansão dos tribunais de primeira instância para além das quatro jurisdições existentes (**Díli, Baucau, Suai e Oe-Cusse**), abrangendo os **nove municípios ainda não servidos**. Em segundo lugar, para libertar o potencial económico interno, o setor das terras passará do levantamento cadastral para a formalização jurídica. Ao deslocar o foco do levantamento (que já abrangeu com sucesso **mais de 326.111 parcelas**) para a resolução dos estrangulamentos jurídicos da validação dos títulos, o Estado pode converter as parcelas registadas em **ativos juridicamente seguros e bancáveis**, aumentando significativamente a escala face ao atual patamar de **949 títulos formais**.
- **Modernização da função pública:** Para melhorar a prestação de serviços públicos, o Governo operacionalizará plenamente um Regime Unificado de Carreiras, integrando pelo menos 80% dos funcionários públicos até 2030

(começando por uma tranche técnica e profissional em 2027). A administração pública será otimizada através de facilitadores do governo digital, incluindo Balcões Únicos em todos os municípios e o sistema de gestão SIGAP-FOUN.

- **Gestão das finanças públicas e transparência:** Estruturas orçamentais normalizadas e baseadas em políticas abrangerão 100% dos ministérios setoriais. A transparência na contratação pública será institucionalizada através da imposição de uma taxa obrigatória de divulgação de contratos $\geq 80\%$ no portal nacional de contratação pública.
- **Anticorrupção e segurança:** O plano visa uma cobertura institucional $\geq 80\%$ de mecanismos anticorrupção funcionais, supervisionados pela Comissão Anticorrupção (CAC). A segurança e a defesa são reforçadas através da gestão digitalizada de fronteiras (E-Gate, E-Visa, Janela Única) e de uma segurança marítima sistemática.

3.2.5. Integração espacial, habitação e questões transversais

A Integração Espacial e Habitação constitui um capítulo estratégico específico, no âmbito do Pilar das Infraestruturas, centrado na criação de sistemas de planeamento funcionais, de mecanismos de financiamento à habitação e de um Código Nacional da Construção, para desenvolver modelos de execução demonstrados e escaláveis a partir de 2031.

O Pilar das Questões Transversais integra a igualdade de género, a deficiência e a inclusão social (GEDSI), a adaptação às alterações climáticas, a conservação da biodiversidade e o controlo da poluição em todas as políticas públicas, na orçamentação e nos serviços. A orçamentação sensível ao género e as linhas de base de alerta precoce a nível municipal representam facilitadores fundamentais para proteger os recursos naturais e assegurar que o crescimento nacional beneficia equitativamente todos os cidadãos.

• As dez prioridades estratégicas nacionais de alto nível

No essencial, estas **Dez prioridades** recebem atenção política especial, proteção orçamental e monitorização regular por parte do Primeiro-Ministro e do Conselho de Ministros. Constituem o conjunto de ações protegidas do Governo, a ponte entre a orientação estratégica do plano e os quadros setoriais detalhados dos Capítulos 3-8.

N.º	Prioridade estratégica nacional	Resultado em 2030
1	Reforma abrangente da posse da terra e cadastro digital nacional	30.000 títulos emitidos nos corredores prioritários; cadastro digital plenamente operacional
2	Sistema de garantia de crédito às MPME e financiamento misto	40 M USD de crédito adicional desbloqueado; MPME com produtos financeiros formais de 19,1% para $\geq 35\%$

3	Plataforma de desenvolvimento da economia azul	Fiscalização da ZEE em funcionamento; aquicultura ≥ 1.200 toneladas; exportações marinhas a atingir 1 M USD
4	Facilitação do comércio e logística (ASYCUDA / Tibar)	100% de alfândegas digitais; tempo de permanência da carga reduzido $\geq 40\%$; exportações não petrolíferas $\geq 5\%$ do volume movimentado
5	Desenvolvimento dos corredores económicos	Cinco corredores-chave beneficiados; tempo de viagem até às capitais municipais reduzido $\geq 20\%$
6	Plataforma facilitadora do turismo	Chegadas a caminho das 200.000; receitas de viagens a caminho dos 80 M USD; financiamento das empresas comunitárias estabelecido
7	Irrigação e produtividade agrícola	70.000 ha sob irrigação funcional; intensidade de cultivo $\geq 150\%$; valor das exportações de café $\geq 50\%$
8	EFTP alinhado com os setores e desenvolvimento de competências	29.000 graduados do EFTP; $\geq 60\%$ de colocação em emprego formal no prazo de 12 meses
9	Energia e água fiáveis para as zonas económicas	Perdas $< 25\%$; ANF $\leq 65\%$; 100% dos sucos com abastecimento 24/7; renováveis $\geq 50\%$; recuperação de custos $> 80\%$
10	Clima de investimento e reforma regulamentar	Registo de empresas ≤ 15 dias; Balcões Únicos em todos os municípios e na RAEOA

• Monitorização de resultados, avaliação e medidas de responsabilização

Para assegurar a responsabilização e evitar que o plano se torne um documento passivo, o Governo estabeleceu um sistema de Monitorização e Avaliação (M&A) orientado para resultados. O quadro de resultados utiliza uma estrutura hierárquica rigorosa para monitorizar o desempenho da execução e desencadear ações corretivas.

5.1. O quadro hierárquico de resultados

O Quadro de Resultados do PMP está estruturado do seguinte modo, representando uma hierarquia clara e lógica, desde a visão de alto nível até às variáveis mensuráveis a nível municipal:

Elemento do quadro	Quantidade prevista	Representação operacional e definição
Objetivos Estratégicos (todos os Pilares)	19	Os pilares estratégicos centrais que orientam as prioridades de médio prazo e as escolhas de investimento de capital de Timor-Leste, incluindo Diversificação

		Económica, Infraestruturas, Desenvolvimento Social/Humano e Desenvolvimento Institucional.
Áreas de Resultados-Chave (ARC)	35	Áreas focais críticas que operacionalizam cada Objetivo Estratégico, assegurando a ligação direta entre a política de desenvolvimento de alto nível e a execução orçamental.
Resultados Estratégicos por ARC	178	As melhorias de desenvolvimento tangíveis e de longo prazo e as mudanças sistémicas visadas para os cidadãos, as comunidades e a prestação de serviços públicos.
Síntese dos ICD (metas e indicadores) 2030	71	Variáveis e métricas de desempenho mensuráveis, detalhadas no Quadro de Resultados Abrangente e na Referência de Metadados dos Indicadores, para acompanhar o cumprimento integral.

5.2. Mecanismo de governação e ciclo de reporte

Para assegurar que a execução se mantém no rumo certo e que os dados de desempenho orientam as decisões, o PMP é apoiado por um sistema de monitorização, avaliação e reporte orientado para resultados, o mecanismo central de responsabilização para acompanhar a execução. O sistema foi concebido para ser simples, integrado nos sistemas de informação governamentais existentes, desagregado por sexo, deficiência, idade e município, e diretamente articulado com o ciclo anual de orçamentação e planeamento. A coordenação central cabe à Unidade de Planeamento Integrado (UPI), sob a tutela do MPIE, sendo os ministérios setoriais e os municípios responsáveis pelo reporte setorial e local e o Conselho de Ministros pela supervisão de alto nível.

Ciclo de reporte e revisão

- Relatórios Trimestrais de Progresso dos ministérios setoriais e dos municípios, segundo um modelo normalizado.
- Relatório Anual de Desempenho apresentado ao Conselho de Ministros em março de cada ano.
- Revisão Intercalar (2028) para ajustar prioridades e metas e resolver os indicadores assinalados como «a confirmar».
- Avaliação Final (2031) para informar o próximo ciclo de planeamento.

Classificação do desempenho e escalonamento

Uma classificação em quatro níveis:

- **Verde** (no rumo previsto)
- **Âmbar** (atrasado, mas recuperável com ação corretiva),

● **Vermelho** (significativamente fora do rumo), e

● **Ainda não mensurável** (linha de base ainda em definição), aplicada uniformemente a todos os indicadores.

Cada relatório especifica, para cada indicador Âmbar e Vermelho, a ação corretiva, a instituição responsável e a data até à qual se espera que a classificação melhore. Quando um indicador permanece Vermelho em dois relatórios consecutivos, uma via formal de escalonamento exige que o ministério responsável apresente ao Conselho de Ministros um plano corretivo revisto e calendarizado. O reporte alinha-se igualmente com as obrigações existentes de Timor-Leste em matéria de ODS e de Contribuição Determinada a Nível Nacional, para evitar sistemas paralelos, e um Plano de Encerramento de Lacunas de Dados visa a conclusão das linhas de base em falta até ao final de 2027.

• **Significado estratégico global na construção de um horizonte resiliente**

As fundações que construímos hoje moldarão as oportunidades e a prosperidade das gerações vindouras. A prosperidade de longo prazo depende de um desenvolvimento inclusivo, resiliente e sustentável. Ao iniciar este ciclo decisivo de médio prazo, Timor-Leste coloca a igualdade de género, a inclusão das pessoas com deficiência, a inclusão social, a resiliência climática e a sustentabilidade ambiental no centro da sua transformação económica e do seu desenvolvimento nacional. Não se trata de prioridades isoladas; são facilitadores fundamentais da diversificação económica, de uma agricultura produtiva e de uma governação robusta.

O nosso principal ativo demográfico — quase 70% dos cidadãos timorenses têm menos de 30 anos — encerra um potencial imenso. Ao dar prioridade ao desenvolvimento de competências, à formação técnica e profissional e ao emprego digno, transformaremos este dividendo demográfico no principal motor do nosso crescimento económico. O nosso objetivo é construir uma nação autossuficiente, em que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais de contribuir para o nosso progresso e de dele beneficiar.

Com ambição, integridade, parceria e unidade de propósito, comprometemo-nos a ir além do planeamento descritivo, rumo a um quadro de ação concreto, alcançando resultados que os nossos cidadãos e investidores possam ver com clareza.

Comprometemo-nos a investir no PMP com recursos, capacidade, transparência e responsabilização das nossas instituições, para planear, contratar, executar e monitorizar os investimentos em infraestruturas, capital humano e setores económicos, de modo a alcançar e produzir resultados sustentáveis. O PMP 2027-2030 coloca o desenvolvimento institucional e a responsabilização orientada para resultados no centro da transformação nacional. Através de uma governação disciplinada, da integração espacial e da criação de oportunidades económicas para os seus jovens cidadãos, Timor-Leste estabelece uma plataforma de lançamento resiliente e autossuficiente, assegurando um crescimento inclusivo e uma prosperidade de longo prazo para os anos após 2030.





Capítulo 1

INTRODUÇÃO

Define a fase final do PEP 2011–2030 e estabelece o objetivo, a metodologia e a estrutura do Plano de Médio Prazo.

CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO

1.1. Antecedentes e Visão do PED 2011-2030

O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030 é a visão fundacional de longo prazo de Timor-Leste para transformar o país, de um país de baixo rendimento, num «país de rendimento médio-alto, com uma população saudável, bem-educada e segura, até 2030». Esta visão deverá ser alcançada através das ações prioritárias do Governo, organizadas em quatro grandes áreas: diversificação económica, investimentos em infraestruturas, desenvolvimento do capital humano e reformas institucionais e governação.

Figura 1.1.1: Síntese dos pilares e subsectores do PED



O PED assentou numa lógica estratégica clara: utilizar as receitas petrolíferas como ponte temporária para financiar a construção das bases de uma economia não petrolífera produtiva e autossustentável. No seu cerne, o PED reconheceu que a riqueza em recursos naturais, por si só, não pode sustentar a prosperidade de longo prazo. Por conseguinte, Timor-Leste «deve desenvolver uma economia de mercado florescente, com um setor privado forte».¹ A transformação económica exige a criação de capacidade competitiva na agricultura, nas pescas, no turismo, na indústria transformadora e no capital humano ao longo do horizonte de duas décadas do plano. Reconhece a

¹ *Timor-Leste-Strategic-Plan-2011-20301.pdf*, p. 194

importância da diversificação económica para construir bases sustentáveis na agricultura, nas pescas, no turismo, na indústria transformadora, nas infraestruturas, no capital humano e na boa governação.

Após 13 anos de execução, Timor-Leste registou progressos significativos nestas áreas prioritárias fundamentais, criando uma plataforma essencial para acelerar a próxima e última fase dos compromissos do PED. Conforme reportado no Relatório de Monitorização do Progresso do PED,² 53,3% das ações do PED foram concluídas ou registaram progressos significativos, 43% apresentam progresso parcial e apenas 3% registaram progresso limitado, o que representa um historial de execução substancial nos quatro pilares do plano, apesar das perturbações do período pós-2020.

Os resultados da estratégia de desenvolvimento do Governo são cada vez mais evidentes em muitas dimensões do desenvolvimento. Entre as realizações mais importantes conta-se o restabelecimento e a preservação da paz e da estabilidade, estando Timor-Leste hoje classificado entre **os dez países mais pacíficos** da região Ásia-Pacífico. Só na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), Timor-Leste fica apenas atrás de Singapura e da Malásia.³ As suas instituições democráticas tornaram-se igualmente mais consolidadas, posicionando o país entre os mais democráticos dos seus pares da ASEAN. Eleições regulares, transferências de poder constitucionais pacíficas e sem sobressaltos e um envolvimento reforçado nas organizações regionais e internacionais demonstraram a crescente maturidade de Timor-Leste como Estado democrático estável. O país é respeitado internacionalmente, sendo hoje membro ativo do fórum das Nações Unidas, bem como de numerosas organizações internacionais e regionais. A adesão formal de Timor-Leste à ASEAN, em outubro de 2025, representa uma das realizações mais significativas do país nos últimos anos.

A paz, a estabilidade política e a governação democrática criaram a base essencial para a transformação social e económica de Timor-Leste. Com base nestas realizações, Timor-Leste registou progressos substanciais através de investimentos em infraestruturas, na administração pública e nas instituições do Estado. Entre os principais marcos contam-se a cobertura elétrica nacional quase universal, a reabilitação substancial das redes rodoviárias nacionais e rurais, a conclusão e operacionalização do Porto da Baía de Tibar e a modernização em curso do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato (AIPNL). A amarração do Cabo Submarino Sul de Timor-Leste (TLSSC), em junho de 2024, com uma capacidade de projeto de 27 terabits por segundo, resolveu estruturalmente, pela primeira vez, os constrangimentos do país em matéria de largura de banda digital internacional. Trata-se de ativos estratégicos que ligam as comunidades, apoiam a atividade económica e reforçam a integração nacional, posicionando Timor-Leste para uma maior diversificação económica, conectividade regional e crescimento sustentável. Os investimentos no setor social alargaram o acesso à educação, aos cuidados de saúde e aos serviços públicos essenciais, contribuindo para a melhoria dos níveis de vida e para melhores resultados de desenvolvimento humano.

² Relatório de Monitorização do Progresso do PED

³ Institute for Economics & Peace. *Global Peace Index 2026: Identifying and measuring the factors that drive peace*, Sydney, junho de 2026. Disponível em: <http://visionofhumanity.org/resources>.

Em 2022, 72,4 por cento da população com dez ou mais anos sabia ler e escrever, enquanto 54,6 por cento da população entre os 2 e os 29 anos frequentava o ensino. As taxas de mortalidade infantil e de menores de cinco anos também diminuíram significativamente em comparação com os níveis de 2010. As realizações de Timor-Leste em matéria de desenvolvimento têm sido sustentadas pela política orçamental expansionista do Governo e pela gestão prudente das receitas petrolíferas através do Fundo Petrolífero. Enquanto pedra angular do quadro orçamental, o Fundo Petrolífero permitiu a Timor-Leste financiar estrategicamente a construção da paz, a edificação das instituições, o desenvolvimento de infraestruturas e a expansão dos serviços públicos essenciais. A gestão estratégica dos recursos petrolíferos transformou uma riqueza finita em recursos naturais em ganhos de desenvolvimento nacional de longo prazo.

Em síntese, Timor-Leste conseguiu estabelecer as condições básicas de um Estado funcional e construir as suas infraestruturas físicas essenciais e os serviços públicos básicos. Contudo, não progrediu ao ritmo e à escala previstos no PED na transformação da sua estrutura económica numa economia mais sustentável e mais produtiva, geradora de rendimento, emprego e exportações fora do setor público. As realizações de Timor-Leste acima referidas são genuínas, alcançadas em colaboração e parceria com os parceiros de desenvolvimento, e criam as condições para a próxima transição. Os desafios sublinham a necessidade urgente de uma transformação estrutural, que continua por concretizar.

Apesar dos progressos significativos alcançados, Timor-Leste continua a enfrentar desafios de desenvolvimento complexos e em evolução. Timor-Leste é um pequeno Estado-nação com uma economia aberta.⁴ Por conseguinte, o futuro da sua economia e do seu povo continuará a ser influenciado pelas dinâmicas internacionais e regionais. A nível internacional, nos últimos cinco a seis anos, o mundo sofreu perturbações sem precedentes, marcadas pela pandemia de COVID-19, pela crescente tensão geopolítica entre as grandes potências, pela volatilidade económica e pelas alterações climáticas, incluindo perturbações nas cadeias de abastecimento que fizeram aumentar os preços dos alimentos e da energia. Estes fatores comprometem a segurança alimentar e agravaram a vulnerabilidade das famílias em todo o território de Timor-Leste.

No setor social, o investimento significativo ainda não se traduziu nos resultados previstos no PED. Persiste uma crise de aprendizagem fundamental: apenas cerca de 30% dos alunos do 3.º ano atingem a proficiência mínima em literacia, a participação no EFTP situa-se em apenas 2,6% dos alunos do ensino secundário e a certificação de professores abrange aproximadamente 65% do corpo docente. Os resultados em saúde continuam a ser preocupantes: 45% das crianças com menos de cinco anos apresentam atraso de crescimento (stunting), uma das taxas mais elevadas da Ásia, e a mortalidade materna situa-se em 195 por 100.000 nados-vivos, aproximadamente cinco vezes a média da ASEAN. A cobertura da proteção social abrange apenas 27% da população, deixando muitas famílias vulneráveis sem uma rede formal de segurança. Os resultados dos jovens no mercado de trabalho são particularmente preocupantes: 29,3% dos jovens entre os 15 e os 24 anos não trabalham, não estudam nem frequentam formação,

⁴ Uma economia aberta, em termos simples, designa um sistema económico que participa no comércio internacional, permitindo a livre circulação de bens, serviços e capitais através das suas fronteiras.

enquanto a participação feminina na força de trabalho se situa em apenas 24,2%, refletindo barreiras estruturais que limitam a participação económica das mulheres.

Nas infraestruturas e nas instituições, o desafio deixou de ser construir a partir do zero e passou a ser fazer com que os ativos existentes funcionem de forma fiável e sustentável, para apoiar a transformação económica e uma melhor qualidade dos serviços públicos. Apenas 6,9% das estradas municipais e aproximadamente 10% das estradas rurais se encontram em bom ou razoável estado, precisamente os níveis da rede que ligam os agricultores aos mercados e as comunidades aos serviços. A água não faturada⁵ nos sistemas urbanos situa-se em aproximadamente 85%, a funcionalidade dos sistemas de água rurais em apenas 50% e apenas cerca de 70% dos sucros recebem eletricidade fiável 24 horas por dia, 7 dias por semana, apesar da ligação quase universal das habitações. As perdas do sistema elétrico, de aproximadamente 33%, e uma recuperação de custos de apenas 32% dos custos operacionais impõem um encargo orçamental de subsidiação estimado em 5-7% do PIB por ano. A penetração da Internet atinge apenas 34,5% da população, e os serviços digitais continuam a ser incomportáveis para a maioria das famílias e empresas. A nível institucional, os processos judiciais pendentes, as fracas taxas de execução orçamental e a titulação limitada de terras — com menos de 949 títulos formais emitidos, apesar de mais de 326.111 parcelas registadas — continuam a condicionar o investimento privado, a minar a confiança nos serviços públicos e a limitar a atividade económica.

A nível interno, Timor-Leste continua a enfrentar um conjunto de desafios de desenvolvimento significativos. Em 2024, o rendimento per capita do país situava-se em aproximadamente 1.341 USD, muito abaixo do limiar do estatuto de rendimento médio-alto (4.516 USD a 14.005 USD).⁶ A pobreza continua generalizada, sobretudo nas zonas rurais. A economia depende fortemente de bens e serviços importados. Em conjugação com a baixa produtividade interna, esta situação aumenta a vulnerabilidade a choques externos e limita a capacidade de crescimento sustentado. Embora a economia tenha recuperado gradualmente desde 2021, o ritmo permanece abaixo do de muitas economias da ASEAN. O crescimento económico continua a ser impulsionado sobretudo pela despesa pública, financiada através de levantamentos do Fundo Petrolífero.

Este padrão cria vulnerabilidades estruturais e suscita preocupações quanto à sustentabilidade de longo prazo. A disponibilidade limitada de oportunidades de emprego formal digno continua a ser um grande desafio, sobretudo para a população jovem em crescimento.

O Plano de Médio Prazo (PMP) 2027-2030 é a resposta estratégica do Governo a estes desafios. Estabelece o quadro de políticas para acelerar a transformação económica, superar os constrangimentos estruturais, reforçar a resiliência económica, alargar as oportunidades de emprego, aumentar os rendimentos das famílias e o rendimento per capita, melhorar a qualidade dos serviços públicos e reforçar a governação, com o objetivo global de reduzir a pobreza e melhorar o bem-estar de todos os cidadãos

⁵ A água não faturada é, simplesmente, a água presente no sistema que se perde devido a fugas, acrescida da água que não é faturada aos consumidores

⁶ Classificação do Banco Mundial para o exercício de 2024-2025
<https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/906519-world-bank-country-and-lending-groups>

timorenses. Procura colocar o país numa trajetória sustentável rumo a rendimentos mais elevados, a uma maior competitividade e à concretização do seu desenvolvimento inclusivo de longo prazo. O objetivo global do PMP é melhorar os níveis de vida através do crescimento sustentado do rendimento, do emprego digno e do aumento do acesso a serviços públicos de elevada qualidade.

O PMP visa um **crescimento anual do PIB não petrolífero de 6,0-7,5 por cento durante 2027-2030**, aumentando para **7,5-8,0 por cento após 2030**, reconhecendo que o crescimento económico sustentado é essencial para criar emprego digno e aumentar os rendimentos das famílias, alargar a base tributária interna, reforçar a sustentabilidade orçamental e reduzir progressivamente o fosso de desenvolvimento em relação aos Estados-Membros da ASEAN.

A criação de emprego é um pilar central do Plano. O PMP pretende gerar **5.000-7.000 novos empregos formais no setor privado por ano** através da promoção do investimento, da melhoria da produtividade, do apoio ao desenvolvimento empresarial e do reforço das capacidades da força de trabalho, uma meta fundamentada nos 14.400 empregos formais no setor privado já criados entre 2021 e 2024, em condições mais restritivas.

O PMP 2027-2030 representa a fase final e mais decisiva do PED. Centra-se na diversificação e transformação económicas através da aceleração das reformas em curso, da conclusão dos investimentos críticos em infraestruturas e conectividade e da criação do ambiente favorável a um crescimento liderado pelo setor privado, com a expectativa de alcançar resultados tangíveis que determinarão se a visão do PED será substancialmente concretizada até 2030.

Para assegurar que a execução se mantém no rumo previsto e que os dados de desempenho orientam a tomada de decisão, o PMP é apoiado por um sistema abrangente de Monitorização, Avaliação e Reporte orientado para resultados, estabelecido no Capítulo 9. Este sistema articula-se diretamente com os processos orçamentais anuais, acompanha o progresso em relação a todas as prioridades nacionais e aos resultados ao nível dos pilares e permite ao Conselho de Ministros efetuar ajustamentos baseados em evidência às políticas e à afetação de recursos ao longo do período 2027-2030.

1.2. Finalidade e importância estratégica do PMP 2027-2030

Este PMP tem uma dupla finalidade. Fornece quadros estratégicos e operacionais para orientar as políticas e a afetação de recursos durante a fase final de execução do PED.

- **Estratégica:** Fornecer ao Primeiro-Ministro e ao Conselho de Ministros um conjunto focado de prioridades nacionais para supervisão de alto nível, tomada de decisão e proteção orçamental.
- **Operacional:** Fornecer metas claras, quadros de resultados, intervenções, indicadores e orientações de execução aos ministérios setoriais, aos municípios, aos parceiros de desenvolvimento e à sociedade civil.

O Plano está alinhado com o Programa do IX Governo Constitucional, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com os compromissos de Timor-Leste como membro de pleno direito da ASEAN, em particular o Quadro da Comunidade Económica e o Quadro da Comunidade Sociocultural da ASEAN. Tem em consideração os atuais constrangimentos orçamentais que Timor-Leste enfrenta, a capacidade institucional limitada e a crescente incerteza externa. O PMP foi concebido para ir além de um documento de planeamento descritivo. Funciona como um quadro de formulação de políticas, centrado num número limitado de escolhas nacionais que podem ser financiadas, executadas e monitorizadas dentro dos constrangimentos orçamentais e institucionais de médio prazo.

O PMP constitui igualmente o principal instrumento estratégico do Governo para coordenar o apoio dos parceiros de desenvolvimento e dos doadores, assegurando que o financiamento externo, a assistência técnica e as parcerias estão alinhados com as prioridades fundamentais do Governo para o período 2027-2030. Estabelece também mecanismos robustos de monitorização e avaliação e apoia a preparação de Timor-Leste para a sua Presidência da ASEAN em 2029.⁷

1.3. Abordagem e metodologia

1.3.1. Abordagem

Base legal e mandato institucional

O Plano de Médio Prazo 2027-2030 assenta no mandato legal do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 68/2023, de 14 de setembro, que aprova a Lei Orgânica do MPIE.⁸ Nos termos do artigo 2.º, n.º 1, deste Decreto-Lei, o MPIE é designado como «*o departamento governamental responsável pela conceção, coordenação e avaliação da política (...) para a promoção do desenvolvimento económico e social do país, através do planeamento estratégico e integrado e da racionalização dos recursos financeiros disponíveis*».⁵ Este mandato é ainda operacionalizado através do artigo 17.º, n.º 1, que estabelece a Unidade de Planeamento Integrado como o serviço do MPIE «*responsável por executar ou coordenar as atividades técnicas de planeamento estratégico socioeconómico do País (...) em coordenação com os demais departamentos governamentais relevantes*».

Enquanto instituição investida desta função coordenadora, o MPIE tem o mandato de liderar a formulação do PMP em alinhamento com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, com as prioridades do Programa do IX Governo Constitucional e com os compromissos internacionais e regionais de Timor-Leste.

⁷ Intervenção principal do Primeiro-Ministro por ocasião da Reunião dos Parceiros de Desenvolvimento de Timor-Leste (TLDPM) 2026:

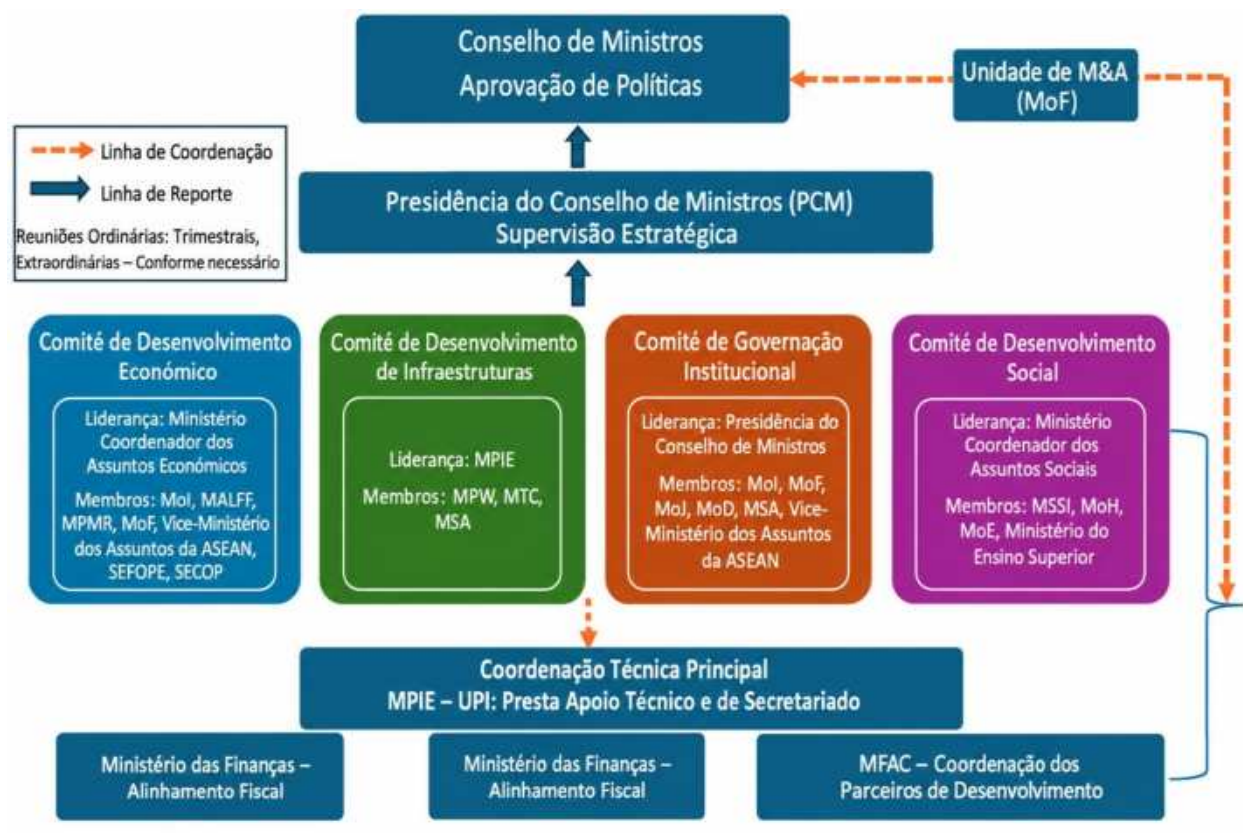
«*Charting a Resilient Horizon: Blue Economy, ASEAN Integration and Coordinated Action*» [Traçar um horizonte resiliente: economia azul, integração na ASEAN e ação coordenada]; convidando os parceiros de desenvolvimento a apoiar e a alinhar-se com as prioridades nacionais, o financiamento, as estratégias de implementação e mecanismos robustos de monitorização e avaliação.

⁸ Decreto-Lei n.º 68/2023, de 14 de setembro, Orgânica do Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico, Jornal da República, Série I, N.º 34A (Número Extraordinário), artigos 2.º, n.º 1, e 17.º, n.ºs 1 e 2

Coordenação interministerial e mecanismo de aprovação

Para assegurar a coordenação multissetorial e a apropriação interministerial do PMP antes da sua submissão ao Conselho de Ministros, o Governo recorreu às Comissões Interministeriais de Coordenação (CIC) existentes, originalmente criadas pela Resolução do Governo n.º 43/2024, de 14 de agosto.⁹ Estas Comissões foram criadas com um mandato mais amplo de reforçar a coordenação interministerial, assegurar a eficácia do apoio dos parceiros de desenvolvimento e garantir o seu alinhamento com a execução das prioridades nacionais de desenvolvimento em quatro pilares: Assuntos Sociais, Desenvolvimento Económico, Infraestruturas e Desenvolvimento Institucional. Em vez de criar uma nova estrutura para o processo do PMP, o Governo utilizou esta arquitetura de coordenação preexistente como mecanismo institucional formal para a tomada de decisão interministerial sobre o conteúdo do PMP, cabendo a cada Comissão, presidida pelo respetivo ministro coordenador, rever e validar as prioridades estratégicas, os quadros de resultados, os indicadores, as linhas de base e a afetação de recursos no seu pilar setorial. Esta abordagem assegurou a continuidade com a arquitetura mais ampla de coordenação e reforma das políticas do Governo, evitando simultaneamente a duplicação de mecanismos institucionais. Depois de todas as Comissões confirmarem as respetivas componentes setoriais, o documento consolidado do PMP é submetido ao Conselho de Ministros para apreciação e aprovação, constituindo assim o compromisso nacional vinculativo de planeamento para o período 2027-2030.

Figura 1.2.1: Comissões Interministeriais de Coordenação Setorial e respetiva liderança



⁹ Resolução do Governo n.º 43/2024, de 14 de agosto, *Jornal da República*, que cria as Comissões Interministeriais de Coordenação do Desenvolvimento Setorial

1.3.2. Metodologia

O PMP foi preparado através de um processo iterativo e baseado em evidência, que combinou diagnóstico a nível estratégico, análise técnica, consulta multissetorial, revisão por peritos e validação ministerial. O processo e o calendário são resumidos a seguir:

Tabela 1.3.1: Processo de desenvolvimento do PMP: fases, atividades e calendário

Fase	Atividades de desenvolvimento	Calendário
Fase 1: Diagnóstico estratégico	Rever a execução do PED 2011-2030; recolher evidência através de avaliações independentes e consultas setoriais	Janeiro de 2025 – abril de 2026
Fase 2 – Planeamento técnico	Realizar diagnósticos setoriais; formular prioridades estratégicas; desenvolver quadros de resultados, indicadores, linhas de base e metas	Abril–junho de 2026
Fase 3 – Revisão por peritos	Revisão independente por economistas, especialistas setoriais e parceiros de desenvolvimento; afinar as intervenções estratégicas e os mecanismos de execução	Maio–julho de 2026
Fase 4 – Validação interministerial	Realizar consultas técnicas com os Ministérios e departamentos setoriais através das Comissões Interministeriais de Coordenação (CIC)	Julho–agosto de 2026

Após a conclusão da Fase 4, o documento final do PMP, em inglês e em tétum, será submetido ao Conselho de Ministros para apreciação e aprovação, estando o lançamento oficial e o início da execução articulados com o ciclo orçamental anual de 2027.

Todos os dados, linhas de base e metas provêm das melhores fontes oficiais disponíveis do Governo de Timor-Leste e das estatísticas setoriais à data da redação. Nos casos em que os dados oficiais ainda não estão disponíveis incluindo para novos indicadores identificados durante o processo de revisão técnica e assinalados como «a confirmar» (TBC) no quadro de resultados, as ações de recolha de dados de linha de base encontram-se documentadas no Plano de Encerramento de Lacunas de Dados (Capítulo 9, Secção 9.7) e têm conclusão prevista até ao final de 2027.

1.4 Conteúdo e estrutura do PMP 2027-2030

1.4.1 Estrutura do documento

Este documento está organizado em duas partes:

- A **Parte I: Quadro Estratégico (Capítulos 1-2)** estabelece o contexto, a fundamentação, a base legal e o quadro macroeconómico do plano. O Capítulo 1 apresenta os antecedentes, a finalidade, o processo de desenvolvimento e a estrutura do documento. O Capítulo 2 expõe a visão do PED e a sua ligação ao PMP, o contexto macroeconómico e orçamental, os cenários de desenvolvimento, as condições facilitadoras, a agenda prioritária de reforma das políticas e as dez Prioridades Estratégicas de Alto Nível monitorizadas diretamente pelo Conselho de Ministros.
- A **Parte II: Pilares Setoriais e Temas Transversais (Capítulos 3-9)** operacionaliza o quadro estratégico em quatro pilares e dois capítulos transversais (Capítulos 7 e 8). Os Capítulos 3 a 8 seguem um formato comum por pilar, que articula as prioridades nacionais com as questões estratégicas, as áreas de resultados-chave, os resultados e indicadores com linha de base e metas para 2030, as intervenções estratégicas, os resultados rápidos faseados e os mecanismos de execução. O Capítulo 9 estabelece o sistema de Monitorização, Avaliação e Reporte, o mecanismo central de responsabilização para o acompanhamento da execução do PMP pelo Conselho de Ministros.

1.4.2 Os pilares e as Áreas de Resultados-Chave do PMP

O PMP está estruturado em torno de quatro pilares estratégicos, cada um operacionalizado através de Áreas de Resultados-Chave centradas no investimento e na reforma nas áreas mais críticas para a concretização da visão do PED. As questões transversais — Igualdade de Género, Deficiência e Inclusão Social (GEDSI) e Alterações Climáticas e Ambiente — são integradas em todos os cinco pilares e tratadas de forma substantiva no Capítulo 8.

Tabela 1.4.1: Estrutura do PMP: pilares, capítulos e Áreas de Resultados-Chave

Pilar	Capítulo	Áreas de Resultados-Chave
1. Diversificação Económica	Capítulo 3	Crescimento acelerado da agricultura e das florestas; desenvolvimento da economia azul; turismo como setor de elevado valor; indústria transformadora e substituição de importações; crescimento das empresas privadas (MPME e cooperativas); emprego e transformação do mercado de trabalho

2. Infraestruturas	Capítulo 4	Melhoria das estradas e pontes; água e saneamento fiáveis; eletricidade fiável e sustentável; modernização das portas de entrada portuárias e aeroportuárias; transportes públicos fiáveis; serviços digitais acessíveis
	Capítulo 7 – Integração Espacial e Habitação	Planeamento nacional e territorial equilibrado; desenvolvimento do mercado de construção de habitação; desenvolvimento do financiamento à habitação; normas de construção e governação
3. Desenvolvimento Social e do Capital Humano	Capítulo 5	Aprendizagem fundamental e preparação para a escola; qualidade dos professores e desenvolvimento profissional; percursos de competências, EFTP e emprego jovem; participação juvenil, desporto, artes e cultura; melhoria da saúde e da nutrição; prevenção e tratamento do cancro; expansão da proteção social; prontidão dos serviços de educação e saúde
4. Desenvolvimento Institucional	Capítulo 6	Reforço do setor da justiça e da posse da terra; melhoria da governação municipal; reforço das finanças públicas e do combate à corrupção; melhoria da administração pública e da governação digital; reforço da segurança e da defesa; expansão das relações económicas internacionais

Paralelamente ao PMP, estão a ser desenvolvidos **Planos de Execução e de Financiamento**, que abrangem a mobilização de recursos, a programação anual do investimento, a coordenação dos parceiros de desenvolvimento e as projeções orçamentais plurianuais, constituindo um documento operacional autónomo.





CAPÍTULO 2

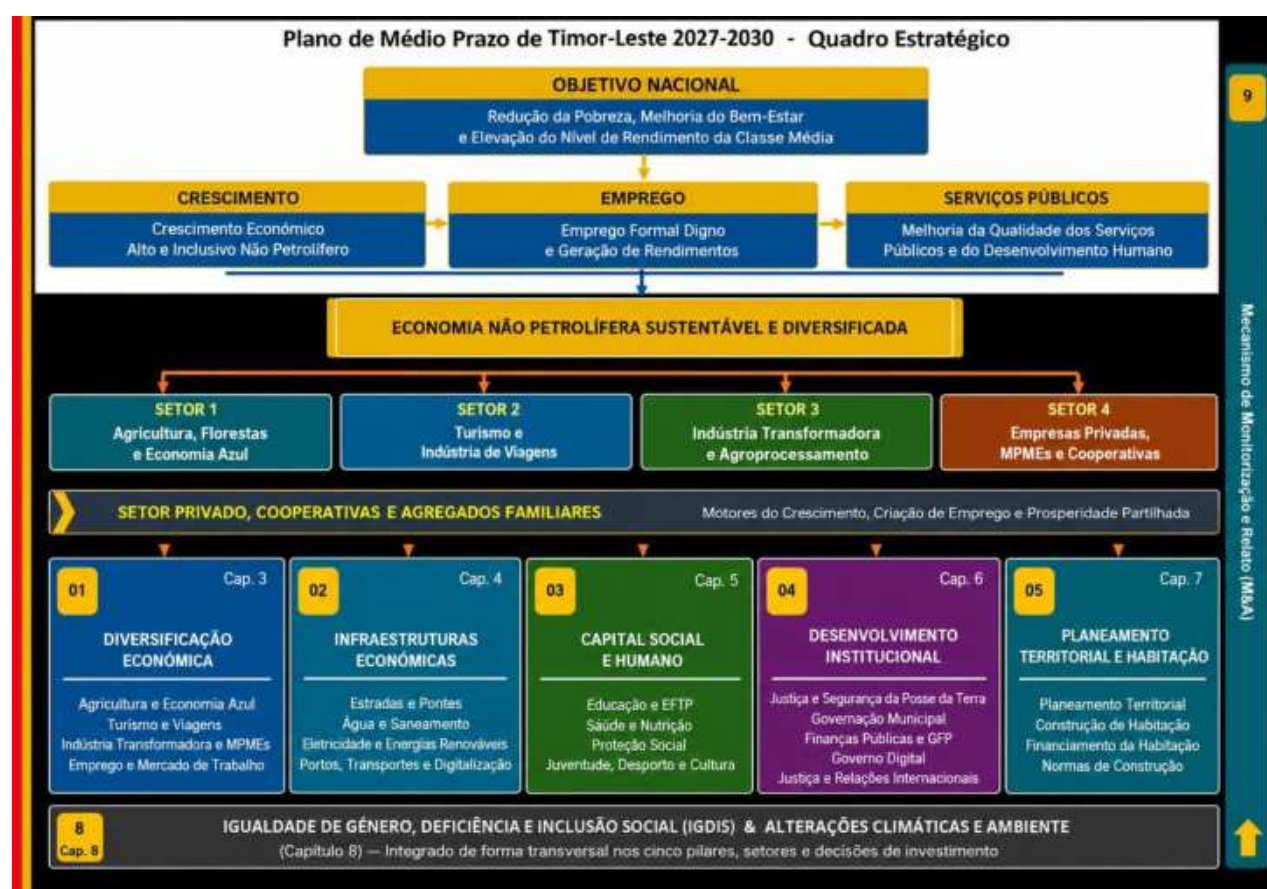
QUADRO ESTRATÉGICO

CAPÍTULO 2: QUADRO ESTRATÉGICO

2.1. Visão de alto nível do PED 2011-2030 e sua ligação ao PMP 2027-2030

O Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) 2011-2030 estabelece a visão de Timor-Leste de se tornar um país pacífico, próspero e de rendimento médio-alto até 2030, com uma economia não petrolífera sustentável, diversificada e competitiva e a erradicação da pobreza extrema. O PMP, por sua vez, reforça a diversificação da economia não petrolífera para alcançar a redução da pobreza e a melhoria do bem-estar.

Figura 2.1.1: Quadro Estratégico do PMP 2027-2030 com base nos cinco pilares estratégicos



O quadro do PMP tem cinco pilares estratégicos: **diversificação económica, infraestruturas, capital social e humano, desenvolvimento institucional e planeamento espacial**. Os detalhes dos cinco pilares estratégicos são descritos nos Capítulos 3 a 7, que estabelecem as condições facilitadoras dentro das quais o setor privado, as cooperativas e as famílias investem, produzem e comercializam. É essa resposta do setor privado que gera, em seguida, atividade nos quatro setores produtivos: agricultura e economia azul, turismo, indústria transformadora e geoprocessamento, e empresas privadas e MPME. A produção combinada destes setores constrói uma economia não petrolífera sustentável e diversificada, que por sua vez gera três resultados intermédios que se reforçam mutuamente: crescimento não petrolífero elevado e inclusivo, emprego formal digno e aumento dos rendimentos das famílias e per capita, com vista à melhoria da qualidade dos serviços públicos e do desenvolvimento humano.

Em conjunto, estes resultados fazem avançar o objetivo nacional global do Plano de reduzir a pobreza, melhorar o bem-estar de todos os cidadãos e lançar as bases para a transição de Timor-Leste para o estatuto de rendimento médio-alto. Ao longo de toda a cadeia de resultados, a Igualdade de Género, Deficiência e Inclusão Social (GEDSI) e a resiliência climática (Capítulo 8) estão integradas como princípios transversais e não negociáveis que orientam as decisões de política, de investimento e de execução. O quadro de monitorização, avaliação e reporte (Capítulo 9) mede o progresso a todos os níveis, fornecendo ao Conselho de Ministros evidência atempada para informar a tomada de decisão, reforçar a responsabilização e permitir correções de rumo adaptativas ao longo do período de execução 2027-2030.

2.1.1 Contexto macroeconómico e orçamental

O PED 2011-2030 estabelece metas macroeconómicas claras. Para alcançar o estatuto de rendimento médio-alto, o PED projetou um crescimento médio anual do PIB não petrolífero de 8,0% a 11%¹⁰ e um aumento do PIB não petrolífero per capita de aproximadamente 610 USD em 2010 para 2.030 USD em 2020 e 5.690 USD em 2030.¹¹ Estas projeções assentavam num aumento significativo da produtividade agrícola, numa base crescente de MPME na indústria transformadora e num investimento privado substancialmente mais elevado.¹² Até 2025, previa-se que as receitas internas representassem aproximadamente 41% da despesa pública total.¹³

O desempenho económico efetivo tem ficado substancialmente abaixo das metas estabelecidas no PED. Embora a economia tenha recuperado e regressado a um crescimento positivo desde 2021, persistem fragilidades estruturais¹⁴. O PIB real não petrolífero cresceu aproximadamente 4,1% em 2024¹⁵ e cerca de 4,3% em 2025, segundo as estimativas. O setor privado formal demonstrou algum dinamismo, criando 14.400 novos empregos entre 2021 e 2024, de acordo com o Inquérito à Atividade Empresarial.¹⁶ Contudo, a média de médio prazo do crescimento do PIB não petrolífero entre 2011 e 2024 — todo o período de execução do PED — foi de apenas 1,9% ao ano, o que se traduz numa taxa média de crescimento do PIB per capita de 1,1% ao ano.¹⁷ Trata-se de uma fração da meta anual de 8,0-11,0% do PED, insuficiente para absorver no emprego formal uma população jovem em rápido crescimento ou para reduzir a pobreza ao ritmo necessário.

O fosso persistente entre as metas do PED e o desempenho efetivo reflete constrangimentos estruturais, como a baixa produtividade, a fraca integração nas cadeias de valor, o investimento privado limitado, o desajustamento de competências e a

¹⁰ GoTL (2011), PED

¹¹ Ibid.

¹² Ibid.

¹³ Ibid., p. 204

¹⁴ Ministério das Finanças, dados do Orçamento Geral do Estado; Banco Mundial, Timor-Leste Country Overview, 2025. O intervalo de 80-85% reflete a variação entre exercícios orçamentais (2010-2024).

¹⁵ Banco Mundial, Macro Poverty Outlook for Timor-Leste, abril de 2026: «O PIB real cresceu 4,1% em 2024, impulsionado pela despesa em infraestruturas.»

¹⁶ Citado no relatório económico do Banco Mundial, «Leveling Up: How ASEAN Membership can Support Timor-Leste's Economic Transformation», <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099041526055538891/pdf/P513278-2731b35e-378d-4386-ac80-2602afbc0633.pdf>

¹⁷ Cálculo baseado no Relatório das Contas Nacionais.

fragmentação institucional. O investimento privado permanece em apenas cerca de 3,7% do PIB não petrolífero, muito abaixo dos níveis observados em economias comparáveis que conseguiram diversificar-se com êxito. As exportações não petrolíferas têm apresentado uma tendência decrescente, atingindo apenas aproximadamente 21 milhões de USD em 2024.¹⁸ Estas tendências demonstram que a despesa pública não tem conseguido impulsionar a melhoria da capacidade produtiva da economia interna, a expansão do investimento do setor privado e o crescimento do setor não petrolífero.

A pobreza e os baixos rendimentos continuam a ser um desafio estrutural. A taxa de pobreza nacional mais recentemente medida foi de 37% em 2014 (comunicado de imprensa do Governo com base no Inquérito aos Padrões de Vida de Timor-Leste de 2024),¹⁹ e, embora seja provável que se tenha registado alguma melhoria desde então, não foi realizada nenhuma medição nacional abrangente na década seguinte.

A sustentabilidade orçamental é importante para a continuidade dos serviços públicos e constitui um grande desafio estrutural. O orçamento anual do Estado corresponde a aproximadamente 110%-120% do PIB não petrolífero, e o défice orçamental atingiu 47% do PIB não petrolífero em 2025.²⁰ Os levantamentos do Fundo Petrolífero, muito acima do Rendimento Sustentável Estimado de 3% do Fundo, continuam a ser a principal fonte de financiamento do Governo.²¹ Sem consolidação e ajustamento orçamentais, os levantamentos excessivos do Fundo acelerarão o seu esgotamento.

Estes desafios evidenciam a necessidade urgente de transitar de um modelo de crescimento liderado pela despesa pública para um modelo de crescimento impulsionado pelo setor privado. Neste modelo, o papel do Governo é facilitar e permitir o crescimento do investimento do setor privado, através do reforço das instituições, da melhoria do ambiente de negócios, do investimento em infraestruturas essenciais e produtivas e do desenvolvimento do capital humano. Neste modelo, é o setor privado que liderará a diversificação e transformação económicas, a criação de emprego e a redução da pobreza.

Timor-Leste dispõe de muitas vantagens que podem ser aproveitadas para a transformação económica. Timor-Leste faz parte da dinâmica região do Sudeste Asiático e é o mais recente membro da ASEAN, reforçando o acesso a um mercado regional avaliado em mais de 3,9 biliões de USD.²² A população jovem e em crescimento de Timor-Leste é um ativo económico e social significativo. A gestão e o investimento prudentes do Fundo Petrolífero resultaram num saldo do fundo de 18,7 mil milhões de USD, equivalente a aproximadamente dez vezes o PIB anual do país.²³ Isto proporciona a Timor-Leste uma

¹⁸ INETL, *Estatísticas do Comércio Externo 2024*. Trata-se do valor total das exportações não petrolíferas, abrangendo o café, os produtos agrícolas transformados e as exportações de serviços, tal como registados na Balança de Pagamentos

¹⁹ Comunicado de imprensa do Governo baseado no Inquérito aos Padrões de Vida de Timor-Leste de 2024, 2026. Trata-se da medição da pobreza representativa a nível nacional mais recente.

²⁰ Relatório económico do Banco Mundial, «Leveling Up: How ASEAN Membership can Support Timor-Leste's Economic Transformation», <https://documents1.worldbank.org/curated/en/099041526055538891/pdf/P513278-2731b35e-378d-4386-ac80-2602afbc0633.pdf>

²¹ Banco Mundial, *Timor-Leste Country Overview*, junho de 2025: «os défices orçamentais situaram-se, em média, em 39,6% do PIB, financiados em grande medida através de levantamentos do Fundo Petrolífero.»

²² ASEAN for Business Bulletin, agosto de 2025

²³ Banco Mundial, *Timor-Leste Country Overview*, junho de 2025: «Em junho de 2025, o Fundo tinha um saldo de 18,74 mil milhões de USD, equivalente a dez vezes o PIB do país, ou 13.400 USD per capita»

janela de oportunidade estratégica para o maximizar em seu próprio benefício. O PMP 2027-2030 foi concebido para assegurar que a riqueza petrolífera de Timor-Leste possa ser estrategicamente mobilizada para construir as bases de uma economia autossustentável liderada pelo setor privado.

O quadro estratégico exige uma priorização e uma afetação de recursos claras e disciplinadas. Num contexto de estreitamento do espaço orçamental, de capacidade de execução sobrecarregada e de crescente incerteza externa, a orientação política do Governo deve centrar-se em reformas estruturais e investimentos que aumentem a produtividade nos setores económicos fundamentais, melhorem a qualidade da prestação de serviços, acelerem o crescimento económico não petrolífero e gerem emprego digno para uma população jovem em rápido crescimento.

2.1.2 Cenários de desenvolvimento de médio prazo e planeamento por cenários

Tendo em conta a incerteza significativa que envolve as receitas petrolíferas, as condições económicas globais, os riscos climáticos e a capacidade de execução, o planeamento por cenários é uma componente essencial do quadro estratégico do PMP. Fornece uma base analítica para as escolhas de política, a priorização do investimento estratégico e a gestão adaptativa.

1. Foram desenvolvidos dois cenários:

- **Cenário de Diversificação Ambiciosa (cenário orientador principal):** Visa um crescimento médio anual do PIB não petrolífero de **6,0-7,5% durante 2027-2030**, estabelecendo as bases para sustentar um **crescimento anual de 7,5-8,0% após 2030**. Nesta trajetória, o PIB não petrolífero praticamente duplicaria no espaço de uma década, gerando aproximadamente **5.000-7.000 novos empregos formais no setor privado por ano** entre 2027 e 2030. Este cenário é impulsionado por um pacote abrangente de reformas estruturais e investimentos estratégicos que melhoram a produtividade, reforçam a competitividade e permitem o investimento e o crescimento liderados pelo setor privado. Este intervalo de metas excede o crescimento médio recente (2021-2024) de 3,4% ao ano, permanecendo abaixo das metas originais do PED de 8,0%-11% de crescimento.
- **Cenário de Base:** Pressupõe constrangimentos orçamentais mais apertados, uma execução mais lenta das reformas e um crescimento do PIB mais moderado, de aproximadamente **4-5% ao ano**, continuando o crescimento a ser impulsionado sobretudo pela despesa pública. Embora represente uma trajetória mais conservadora e potencialmente mais fácil de alcançar, é improvável que gere emprego suficiente para absorver a força de trabalho em crescimento ou para reduzir o fosso de desenvolvimento em relação aos outros membros da ASEAN. Neste cenário, o rendimento das famílias estagnar-se-á, a redução da pobreza será lenta, a diversificação económica permanecerá limitada e a economia interna terá uma capacidade reduzida de gerar receitas fiscais não petrolíferas, prolongando assim a dependência do país dos recursos petrolíferos e limitando o progresso rumo à autossuficiência económica de longo prazo.

O Governo decidiu adotar o Cenário de Diversificação Ambiciosa como quadro orientador do PMP. O foco principal é estabelecer as bases para um crescimento sustentado liderado



pelo setor privado, através de reformas estruturais, investimento estratégico em infraestruturas, desenvolvimento de competências e melhoria institucional e regulamentar, esperando-se que a transformação económica mais plena acelere nos anos posteriores a 2030.

2. Implicações do Cenário de Diversificação Ambiciosa

- **Pilar da Diversificação Económica:** Desenvolvimento acelerado das cadeias de valor na agricultura, florestas, pescas, economia azul, turismo e viagens e indústria transformadora, incluindo a expansão das principais exportações não petrolíferas, a reabilitação de 26.000 ha de regadio e a expansão da aquicultura e das empresas de turismo comunitário, para aumentar a produtividade económica, os rendimentos e a competitividade das exportações
- **Emprego:** O PMP visa 5.000-7.000 novos empregos formais no setor privado por ano, através de reformas estruturais para melhorar o ambiente de negócios, atrair investimento privado e apoiar setores de mão de obra intensiva com crescimento elevado e inclusivo.
- **Infraestruturas:** Reforço das infraestruturas essenciais e produtivas necessárias à diversificação económica, melhoria da fiabilidade dos serviços de eletricidade, redução da água não faturada de ~85% para 65% e das perdas técnicas e comerciais (T&C) de ~33% para <25%, conclusão das estradas prioritárias dos corredores económicos (nacionais, municipais e rurais essenciais) e expansão da rede nacional de banda larga (backbone) para apoiar a produtividade económica e a economia digital.
- **Pilar do Desenvolvimento Social e do Capital Humano:** Melhoria da prontidão da força de trabalho através de programas de Educação e Formação Técnica e Profissional (EFTP) e de desenvolvimento de competências, visando 29.000 diplomados preparados para os setores, com uma taxa de colocação em emprego formal $\geq 60\%$, alinhados com a procura do mercado de trabalho nos setores económicos prioritários, reforçando simultaneamente as aprendizagens fundamentais
- **Governança e Instituições:** Melhoria do ambiente favorável ao investimento privado e à prestação de serviços através do registo sistemático de terras nos corredores prioritários, de Balcões Únicos operacionais em todos os municípios, de reformas da função pública, da digitalização dos serviços públicos e da melhoria da gestão das finanças públicas.

Os setores petrolífero e mineiro continuam a fazer parte da estratégia de crescimento de longo prazo de Timor-Leste. Estes setores são altamente técnicos e são abrangidos por outros processos de planeamento. Este PMP centra-se em estratégias de curto prazo para apoiar a diversificação económica e a criação de emprego em setores não extrativos, dando prioridade à agricultura, ao turismo e à indústria ligeira, a fim de alargar a base económica e reduzir a dependência das receitas extrativas.



2.1.3 Condições facilitadoras do Cenário de Diversificação Ambiciosa

O Cenário de Diversificação Ambiciosa assenta em condições facilitadoras estruturais que se consolidaram no período imediatamente anterior a este PMP. Não se trata de aspirações; são realidades existentes que a estratégia do PMP foi concebida para converter em resultados económicos.

Adesão à ASEAN (outubro de 2025). A adesão de Timor-Leste à ASEAN, concluída no ano anterior a este PMP, representa uma oportunidade económica transformadora. Com a adesão formal e a integração económica na ASEAN, proporciona acesso preferencial a um mercado de mais de 700 milhões²⁴ de pessoas para os bens e serviços timorenses, melhora a competitividade do país na captação de Investimento Direto Estrangeiro proveniente da ASEAN e ativa vias de mobilidade laboral, ao abrigo dos Acordos de Reconhecimento Mútuo da ASEAN, para trabalhadores timorenses qualificados. O período 2027-2030 é o primeiro ciclo de PMP em que a estratégia de desenvolvimento de Timor-Leste pode ser explicitamente concebida em torno da adesão à ASEAN como condição económica efetiva, e não como objetivo futuro.

Dividendo demográfico: Timor-Leste detém um dos seus mais importantes ativos de desenvolvimento de longo prazo: uma população jovem. Com quase 70% dos timorenses com menos de 35 anos, o país tem o potencial de transformar o seu dividendo demográfico no principal motor da transformação económica e social, gerando produtividade, empreendedorismo, inovação e procura interna de consumo. A chave para concretizar este potencial reside na qualidade da educação, no desenvolvimento de competências alinhadas com a indústria e no investimento do setor privado que crie as oportunidades de emprego formal e de empreendedorismo de que os jovens timorenses necessitam.

Conectividade digital internacional (TLSSC, junho de 2024). O Cabo Submarino Sul de Timor-Leste, amarrado em Díli em junho de 2024 com uma capacidade de projeto de 27 terabits por segundo, resolveu de forma fundamental o constrangimento do país em matéria de largura de banda internacional. A próxima fase consiste em converter esta capacidade em serviços digitais acessíveis e alargados, melhorando a produtividade das empresas, permitindo a prestação de serviços de administração pública eletrónica e gerando oportunidades económicas na economia digital.

Infraestruturas de portas de entrada comerciais. O Porto da Baía de Tibar está operacional, constituindo uma moderna porta de entrada de águas profundas para as

²⁴ População da ASEAN em 2026, consultada no sítio Web da Statista — [ASEAN population by country 2026 | Statista](#)



exportações não petrolíferas. A expansão do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato (AIPNL) está em curso, com o lançamento da primeira pedra em abril de 2025 e conclusão prevista dentro do período do PMP, e deverá desbloquear os volumes de chegadas turísticas que sustentam a estratégia de turismo do Capítulo 3. O constrangimento limitativo ao crescimento das exportações reside agora na logística a montante, na certificação e na cadeia de frio, e não na capacidade portuária e aeroportuária.

Quadro legal e institucional. Com a adesão de Timor-Leste à Organização Mundial do Comércio (OMC) e à ASEAN, ambas concluídas no período imediatamente anterior a este PMP, o quadro regulamentar internacional para um comércio aberto e baseado em regras está em vigor. A nível interno, o Código da Recuperação e Insolvência de Empresas (CREI, 2024) e o Código dos Contratos Públicos e do Aprovisionamento (2025) estabeleceram um quadro legal fundacional essencial para o investimento privado, a concorrência de mercado e a responsabilização pública. Timor-Leste reforçou as suas instituições e os seus quadros regulamentares para facilitar o investimento do setor privado, e o período 2027-2030 é sobretudo um período de execução e de consolidação do quadro existente.

Margem do Fundo Petrolífero. Com um saldo de 18,74 mil milhões de USD em junho de 2025,²⁵ o Fundo Petrolífero proporciona uma janela de financiamento finita, mas substancial. Embora não possa sustentar indefinidamente a despesa pública, proporciona uma janela de oportunidade estratégica para investir em infraestruturas produtivas, no capital humano e na capacidade institucional que sustentarão uma economia autossustentável liderada pelo setor privado. O desafio fundamental consiste em converter os ativos financeiros do Fundo Petrolífero em ativos nacionais produtivos antes que a janela de esgotamento se feche.

Em conjunto, estas condições facilitadoras significam que o PMP 2027-2030 parte de uma plataforma fundamentalmente mais sólida do que qualquer plano anterior. A questão não é saber se as condições existem — existem. A questão é saber se a execução das políticas do Governo, a capacidade institucional e a resposta do setor privado são suficientemente fortes e rápidas para converter estas condições na trajetória de

²⁵ Banco Mundial, *Timor-Leste Country Overview*, junho de 2025: «Em junho de 2025, o Fundo tinha um saldo de 18,74 mil milhões de USD, equivalente a dez vezes o PIB do país, ou 13.400 USD per capita.»





crescimento de 6,0-7,5% dentro da janela 2027-2030. As prioridades estratégicas, os quadros de resultados e as intervenções deste PMP foram concebidos para responder a essa questão com confiança.

2.2 Principais reformas de políticas e agenda para 2027-2030

A Agenda de Reforma das Políticas para 2027-2030 define as reformas estruturais essenciais necessárias para apoiar a transição de Timor-Leste para uma maior produtividade, a diversificação económica e o crescimento inclusivo. A reforma das políticas destina-se a superar os constrangimentos limitativos que continuam a restringir a transformação estrutural e o desenvolvimento do setor privado, incluindo a baixa produtividade, a fraca integração nas cadeias de valor, os constrangimentos no nexo entre posse da terra e financiamento, o desajustamento de competências, os estrangulamentos regulamentares e administrativos e a fragmentação institucional. Estes constrangimentos reduziram o impacto catalisador do investimento público e continuam a limitar a mobilização de investimento privado nos setores produtivos.

Assim, a agenda de reformas dá prioridade a medidas que melhorem a eficiência da despesa pública, reforcem o ambiente favorável, apoiem o desenvolvimento empresarial e melhorem as ligações entre as infraestruturas, os setores produtivos e os resultados do mercado de trabalho. Além disso, a agenda é acompanhada de responsabilidades de execução claras, de realizações e resultados mensuráveis e de um quadro de monitorização robusto para apoiar a responsabilização e as ações corretivas.

Nesse sentido, a Agenda Prioritária de Reforma das Políticas para 2027-2030 constitui a base política para transformar o PMP de um instrumento de planeamento num quadro operacional de mudança estrutural, mobilização de investimento e resultados de desenvolvimento mensuráveis.

2.6 Painel das Prioridades Estratégicas Nacionais de Alto Nível (2027-2030)

As dez prioridades estratégicas nacionais de alto nível que receberão atenção política especial, prioridade orçamental e monitorização regular por parte do Primeiro-Ministro e do Conselho de Ministros são apresentadas na tabela abaixo. Estas prioridades constituem o conjunto protegido de ações do Governo para o período do PMP, representando as reformas e os investimentos mais diretamente ligados a um maior crescimento não petrolífero, à criação de emprego e a uma maior confiança pública na execução.



Tabela 2.6.1: Painei das dez principais prioridades estratégicas nacionais de alto nível

Prioridade Estratégica Nacional	Tipo	Ministério líder / Apoio	Calendário	Linha de base (2025)	Resultado-meta / ICD (2030)	Pilares associados
Reforma abrangente da posse da terra e Cadastro Digital Nacional	Reforma	Líder: MJ; Apoio: MF, Municípios	2027-2030 (cadastro digital operacional nos corredores prioritários até 2028; titulação em escala até 2030)	≤949 títulos de propriedade formais emitidos (DNTPSC, 2025); 326.111 parcelas registadas a nível nacional	30.000 títulos de propriedade formalmente emitidos nos corredores económicos prioritários; cadastro digital nacional plenamente operacional	Todos os pilares
Financiamento do setor privado; Sistema de Garantia de Crédito às MPME e financiamento misto	Financiamento	Líder: MF; Apoio: Banco Central (BCTL)	2027-2030 (sistema operacional até 2028; volume de crédito pleno até 2030)	Sistema de crédito ainda não utilizado; 19,1% das MPME têm um empréstimo bancário formal (BAD-MCI, 2024)	Sistema de garantia a desbloquear 40 milhões de USD em crédito adicional às MPME; proporção de MPME com produtos financeiros formais a aumentar de 19,1% para ≥35%	Diversificação Económica
Plataforma de Desenvolvimento da Economia Azul	Setorial	Líder: MAPFF; Apoio: MTA, MPE	2027-2030 (quadro da ZEE e projetos-piloto de aquicultura até	Produção aquícola ~600 toneladas; exportações marinhas próximas	Mapas de zonamento marinho e das pescas operacionais; quadro de	Diversificação Económica

			2028; expansão até 2030)	de zero (5.000 USD em pepino-do-mar, 2020)	fiscalização da ZEE em vigor; produção aquícola ≥1.200 toneladas; exportações marinhas a atingir 1 milhão de USD	
Facilitação do comércio e logística (integração do ASYCUDA e do Porto de Tibar)	Reforma/ Infraestruturas	Líder: MF; Apoio: MTC, MPIE	2027-2029	Processamento aduaneiro digital ~60-70% (implementação parcial do ASYCUDA); tempo de permanência da carga a confirmar com dados do Timor Port até ao final de 2027	100% de processamento aduaneiro digital; tempo de permanência da carga no Porto da Baía de Tibar reduzido em ≥40%; exportações não petrolíferas a aumentar para ≥5% do movimento portuário	Infraestruturas e Económico

Desenvolvimento dos Corredores Económicos	Infraestruturas	Líder: MOP; Apoio: MTC, MPIE, MCAE	2027-2030 (obras nos corredores em curso até 2028; conclusão até 2030)	48% das estradas nacionais em bom/razoável estado (MOP, abril de 2026); 6,9% das estradas municipais	Infraestruturas prioritárias modernizadas em cinco corredores fundamentais (Corredor do Café Díli-Ermera; Díli-Baucau; Díli-Maliana; Díli-Suai; Oe-Cusse); tempo médio de viagem até às capitais municipais reduzido em $\geq 20\%$ face à linha de base de 2027	Infraestruturas e Económico
Plataforma Facilitadora do Turismo	Setorial	Líder: MTA; Apoio: MPIE, MTC, Municípios	2027-2030 (conectividade dos circuitos e janela de financiamento das empresas comunitárias operacionais até 2028; expansão até 2030)	96.718 chegadas internacionais (2024); receitas de exportação de viagens de 28 milhões de USD (BCTL, Balança de Pagamentos, 2024)	Chegadas de turistas internacionais a crescer rumo a 200.000; receitas de exportação de viagens a aumentar rumo a 80 milhões de USD; janela de financiamento das empresas de turismo comunitário estabelecida	Diversificação Económica e Infraestruturas
Regadio e Reforço da Produtividade Agrícola	Investimento	Líder: MAPFF; Apoio: Municípios	2027-2030 (reabilitação em curso até 2028;	~43.834 ha de área de regadio registada; intensidade de cultivo de 117,6%	70.000 ha de área sob regadio funcional;	Diversificação Económica

			hectares-meta até 2030)	(FAO AQUASTAT, 2022); exportações de café de 17,7 milhões de USD / 5.392 toneladas (INETL, 2024)	intensidade de cultivo a aumentar para ≥150%; valor das exportações de café a aumentar ≥50% face à linha de base de 2024	
EFTP e Desenvolvimento de Competências Alinhados com os Setores	Capital Humano	Líder: MESCC; Apoio: SEFOPE, MPIE	2027-2030 (currículos alinhados com a indústria e primeiras coortes de diplomados até 2028; meta de colocação plena até 2030)	Taxa de participação no EFTP: 2,6% dos alunos do ensino secundário (ME, 2024); taxa de emprego dos diplomados: ainda não medida	29.000 diplomados do EFTP nos setores económicos prioritários; taxa de colocação em emprego formal ≥60% nos 12 meses após a conclusão (sistema de acompanhamento de diplomados a estabelecer até ao final de 2027)	Económico e Social
Energia e Água Fiáveis para as Zonas Económicas Prioritárias	Infraestruturas / Reforma	Líder: MOP; Apoio: MF, MPIE	2027-2030 (redução de perdas e de ANF em curso nas zonas prioritárias até 2028; metas	Perdas do sistema elétrico: ~33% (EDTL); ANF: ~85% (BTL); sucos com abastecimento 24/7: ~70%;	Perdas do sistema elétrico reduzidas para <25%; ANF reduzida para ≤65%; 100% dos sucos com abastecimento 24/7;	Infraestruturas Económicas e Diversificação Económica

			atingidas até 2030)	renováveis: <1% do mix de produção; recuperação de custos da EDTL: ~32%	renováveis a atingir ≥50% do mix de produção (ancoradas no Projeto Solar e BESS de Manatuto); recuperação de custos da EDTL a aumentar para >80% — com prioridade explícita às zonas industriais, agroindustriais e turísticas	
Clima de Investimento e Reforma Regulamentar	Reforma	Líder: MCAE / MCI; Apoio: MJ, MF, CNA	2027-2030	Prazo de registo de empresas: ~42 dias; 8 Balcões Únicos operacionais (dezembro de 2025)	Prazo de registo de empresas reduzido para ≤15 dias; Balcões Únicos operacionais em todos os 12 municípios e na RAEOA; melhoria mensurável dos indicadores de registo formal de empresas e de ambiente de negócios	Todos os pilares

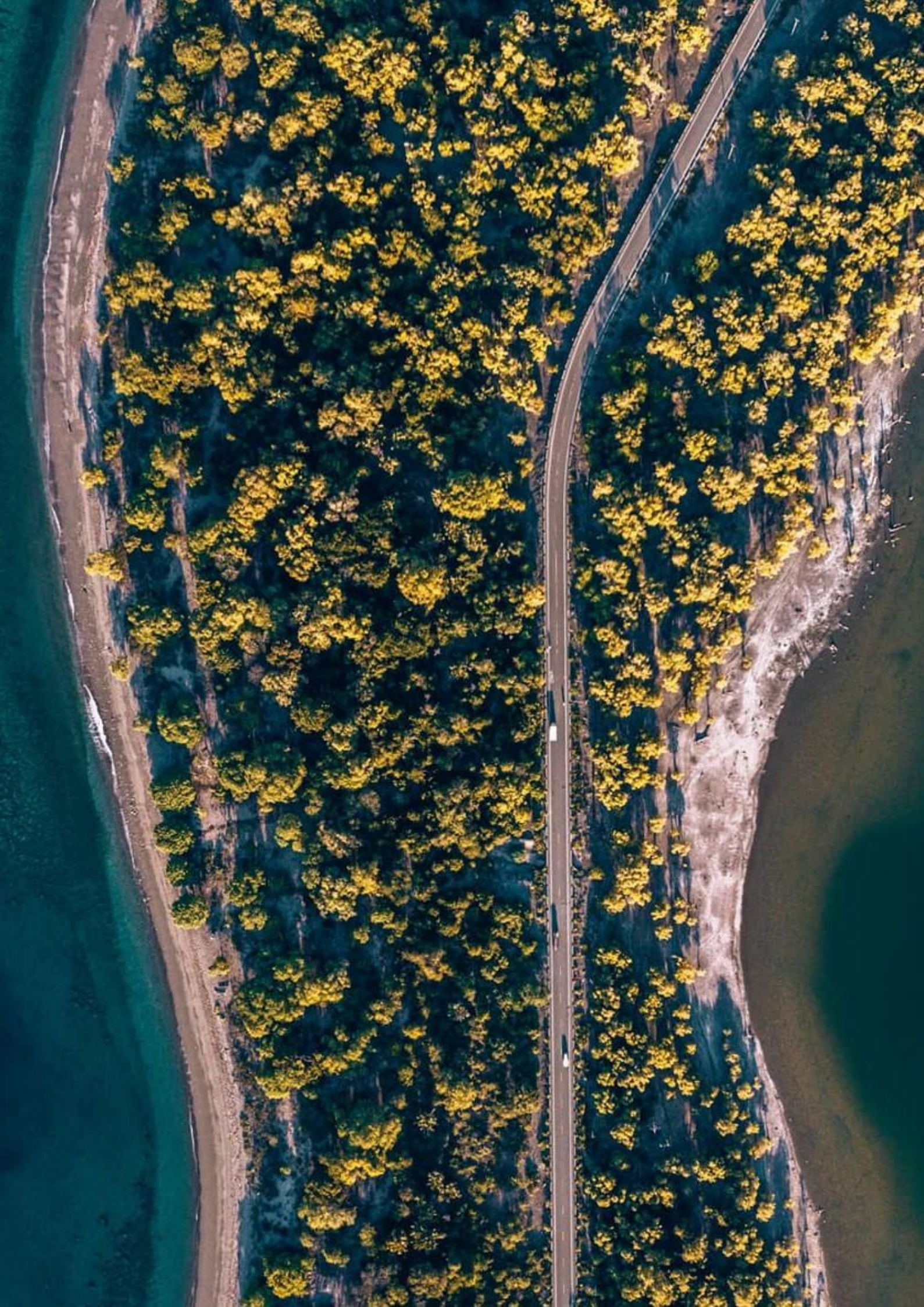
Explicação de cada prioridade

1. **Reforma abrangente da posse da terra e cadastro digital nacional:** Titulação sistemática das parcelas de terra e operacionalização de um cadastro digital, começando pelos corredores económicos prioritários. Com 326.111 parcelas já inscritas no cadastro nacional, o constrangimento não reside no registo, mas na conversão das parcelas registadas em títulos legais formalmente emitidos, que possam servir de garantia ao crédito bancário. As ações de alto nível incluem a adjudicação e titulação sistemáticas, o desenvolvimento de um sistema integrado de informação fundiária digital e a articulação com as instituições bancárias para o registo de garantias.
2. **Financiamento do setor privado sistema de garantia de crédito às micro, pequenas e médias empresas (MPME) e mecanismo de financiamento misto:** Alargar o acesso ao financiamento das MPME através da criação de um sistema de garantia de crédito e de mecanismos de financiamento misto, visando 40 milhões de USD adicionais em crédito bancário comercial. Ações de alto nível: conceber e capitalizar o sistema de garantia, desenvolver mecanismos de partilha de risco com os bancos comerciais e direcionar o crédito para a agricultura, as pescas, o turismo e a agroindústria, os setores prioritários para a diversificação económica.
3. **Plataforma da economia azul.** Estabelecer as bases institucionais, regulamentares e infraestruturais para pescas, aquicultura e turismo marinho sustentáveis. As ações de alto nível incluem a conclusão dos mapas de zonamento marinho e das pescas, o reforço da fiscalização da Zona Económica Exclusiva (ZEE), a expansão dos projetos-piloto de aquicultura e a criação da cogestão comunitária das pescas, construindo a plataforma a partir da qual se espera que o crescimento das exportações marinhas acelere após 2030.
4. **Facilitação do comércio e logística (integração do ASYCUDA e do Porto de Tibar). Melhorar a competitividade comercial através da modernização das alfândegas e da melhoria da conectividade entre o porto e o interior. Ações de alto nível:** implementação plena do ASYCUDA World e do Sistema de Janela Única de Timor-Leste (TileSW), redução do tempo de permanência da carga em pelo menos 40%, melhoria das estradas de ligação entre o porto e o interior e redução dos procedimentos burocráticos no Porto da Baía de Tibar.
5. **Desenvolvimento dos corredores económicos — investimento público focado em infraestruturas ao longo de cinco corredores económicos estratégicos.** Ações de alto nível: modernização das principais estradas e pontes, melhoria das instalações logísticas e coordenação das infraestruturas de energia, água e TIC ao longo dos corredores Díli-Planalto Central (Corredor do Café — Ermera, Liquiçá, Aileu, Ainaro, Manufahi), Díli-Baucau, Díli-Maliana, Díli-Suai e RAEOA.
6. **Plataforma facilitadora do turismo.** Reforçar as bases para o crescimento do turismo através da modernização de infraestruturas e competências fundamentais e da criação de financiamento para empresas de turismo comunitário. Ações de alto nível: dar prioridade ao investimento em estradas e conectividade nos corredores turísticos designados, criar uma janela dedicada de financiamento/apoio

às empresas de turismo comunitário e reforçar as competências da força de trabalho do turismo, lançando as bases para o crescimento mais amplo da economia do visitante visado no Capítulo 3.

7. **Regadio e reforço da produtividade agrícola:** Aumentar a produtividade agrícola e a resiliência climática através da reabilitação e do desenvolvimento de infraestruturas de regadio, visando 70.000 ha. Ações de alto nível: reabilitar os perímetros existentes, construir novos perímetros de pequena e média dimensão nas principais zonas de produção e promover práticas agrícolas resilientes ao clima.
8. **EFTP e desenvolvimento de competências alinhados com os setores — reforma e expansão da formação profissional** para 29.000 diplomados, com >60% de colocação em emprego formal. Ações de alto nível: criar programas de formação ligados à indústria no turismo, na agricultura, nas pescas, na construção e na indústria ligeira; reforçar o sistema de acompanhamento dos diplomados; e alargar a preparação para a mobilidade laboral no âmbito das parcerias G2G com a Coreia, os países da ASEAN e a Austrália.
9. **Infraestruturas fiáveis de energia e água para as zonas económicas prioritárias.** Reduzir as perdas do sistema elétrico e as perdas de água não faturada, com prioridade explícita às zonas industriais, agroindustriais e turísticas identificadas no âmbito das prioridades Corredores Económicos, Economia Azul e Turismo. Ações de alto nível: executar programas de redução de perdas e de ANF primeiro nas zonas prioritárias; modernizar as redes elétricas e de distribuição; e acelerar o desenvolvimento das energias renováveis, ancorado no Projeto Solar e de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias (BESS) de Manatuto, o primeiro produtor independente de energia renovável à escala da rede em Timor-Leste, com início da construção em agosto de 2026 e operação comercial prevista para junho de 2028.
10. **Clima de investimento e reforma regulamentar:** Simplificação dos processos empresariais e melhoria do ambiente favorável. Ações de alto nível: reduzir os requisitos de licenciamento empresarial; digitalizar o registo de empresas; operacionalizar Balcões Únicos em todos os municípios; simplificar e harmonizar regras e regulamentos; digitalizar os serviços públicos; aplicar o Código da Recuperação e Insolvência de Empresas (2024); e reforçar os mecanismos de coordenação com o setor privado.

Estas prioridades devem ser lidas como a lista restrita de ações nacionalmente protegidas do Governo para o período do PMP. Constituem a ponte entre a orientação estratégica ampla do plano e os quadros de resultados setoriais mais detalhados apresentados nos Capítulos 3 a 8.



CAPÍTULO 3

DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Constrói percursos para a Agricultura, a Economia Azul, o Turismo, a Indústria Transformadora, as MPME e a Criação de Emprego Forma



PREFÁCIO



Timor-Leste encontra-se num momento decisivo do seu percurso económico. Durante duas décadas, a nossa nação dependeu fortemente do Fundo Petrolífero para financiar o desenvolvimento, construir infraestruturas e prestar serviços essenciais ao nosso povo.

No entanto, sempre compreendemos que uma prosperidade verdadeira e duradoura não pode assentar num único recurso finito. Chegou o momento de acelerar a nossa transição para uma economia não petrolífera diversificada, competitiva e rica em emprego uma economia sustentável, inclusiva e resiliente face aos choques económicos e climáticos.

Este capítulo sobre a Diversificação Económica está no cerne dessa transição. Traça um caminho claro e honesto para o futuro. Não pretendemos que um crescimento elevado possa ser alcançado de um dia para o outro. Em vez disso, o Plano de Médio Prazo 2027-2030 foi deliberadamente concebido para construir uma **base sólida e uma plataforma de lançamento: estabelecer os sistemas, as instituições e os investimentos básicos que permitirão um crescimento não petrolífero muito mais rápido após 2030**, superando os constrangimentos críticos que há muito travam os nossos setores produtivos e criando os sistemas facilitadores que posicionarão Timor-Leste para um crescimento mais elevado e mais sustentável para além de 2030. O crescimento do nosso PIB não petrolífero foi, em média, de apenas cerca de 4,1 por cento em 2024. A pobreza ainda afeta quase 40 por cento da nossa população. O emprego formal no setor privado continua limitado e as nossas exportações não petrolíferas permanecem baixas. Os nossos agricultores continuam maioritariamente orientados para a subsistência, com apenas cerca de três por cento a produzir sobretudo para venda. A nossa vasta riqueza marinha na Zona Económica Exclusiva permanece quase totalmente por explorar. Os nossos setores do turismo, da indústria transformadora e das MPME encerram um enorme potencial, mas exigem a abordagem e as políticas certas para florescer.

Este plano responde a estes desafios com propósito e disciplina. Através de seis Áreas de Resultados-Chave incluindo **agricultura e florestas, Economia Azul, turismo, indústria transformadora e substituição de importações, MPME e cooperativas, e transformação do mercado de trabalho**, adotamos uma abordagem sistémica que articula produção, cadeias de valor, mercados, instituições e infraestruturas. **As nossas ambições são concretas:** comercializar as nossas cadeias de valor do café e do arroz, converter o nosso potencial marinho em exportações e empregos costeiros, desenvolver uma economia do visitante de elevado valor, criar as zonas industriais e os incentivos que permitam à indústria ligeira enraizar-se e transformar microempresas orientadas para a estabilidade em empresas orientadas para o crescimento, com real alcance de mercado.

Acima de tudo, este é um plano sobre o nosso povo e sobre oportunidades para todas as partes do nosso território. O Governo está empenhado em criar **5.000 a 7.000 novos empregos formais no setor privado por ano, em reduzir a informalidade de mais de 77 por cento para 65 por cento e em alinhar a nossa formação técnica e profissional com as necessidades reais da indústria**. Estamos igualmente empenhados na equidade assegurando que o investimento chega tanto aos nossos municípios mais atrasados como aos corredores de crescimento, e que as mulheres e os jovens, que

representam o nosso recurso empreendedor mais significativo ainda por aproveitar, são colocados no centro do nosso futuro económico.

Reconhecendo que a prosperidade de longo prazo depende de um desenvolvimento inclusivo, resiliente e sustentável, o Plano de Médio Prazo (PMP) 2027-2030 coloca a igualdade de género, a inclusão das pessoas com deficiência, a inclusão social, a resiliência climática e a sustentabilidade ambiental no centro da transformação económica e do desenvolvimento nacional de Timor-Leste. Não se trata de prioridades isoladas; são facilitadores fundamentais da diversificação económica, de uma agricultura produtiva, de um turismo sustentável, de infraestruturas resilientes, da segurança alimentar e hídrica e de comunidades mais fortes. A integração da adaptação climática, da redução do risco de catástrofes, da restauração dos ecossistemas e da gestão sustentável dos recursos naturais em todos os setores do Governo assegurará que os investimentos de desenvolvimento de hoje reforcem a resiliência, salvaguardando simultaneamente o bem-estar das gerações futuras.

O Governo está empenhado em executar esta agenda em alinhamento com a Contribuição Determinada a Nível Nacional (CDN), o Plano Nacional de Adaptação (PNA) e outros compromissos ambientais nacionais de Timor-Leste. As ações prioritárias incluem o reforço da governação climática e ambiental; a preparação de planos de adaptação climática; a conservação da biodiversidade e a proteção dos ecossistemas críticos; a expansão de infraestruturas resilientes ao clima, inclusivas e acessíveis; a restauração de paisagens, florestas e bacias hidrográficas degradadas; o reforço da gestão do risco de catástrofes e dos sistemas de alerta precoce; a melhoria da prevenção da poluição e da gestão de resíduos; a promoção de soluções baseadas na natureza que protejam a biodiversidade, criando simultaneamente meios de subsistência sustentáveis para as comunidades locais; e a integração do planeamento sensível ao género e da inclusão social nas iniciativas de diversificação económica, adaptação climática e gestão ambiental.

As intervenções estratégicas, os resultados rápidos e as prioridades faseadas estabelecidos neste capítulo refletem a determinação do Governo em agir com decisão, em coordenar eficazmente entre ministérios e em medir honestamente o nosso progresso em relação a metas claras. O êxito exigirá parceria com **o setor privado, com as nossas cooperativas e comunidades, com os nossos parceiros de desenvolvimento e com todos os cidadãos que partilham a nossa visão de uma nação autossuficiente.**

As fundações que construímos hoje moldarão as oportunidades e a prosperidade das gerações vindouras. Juntos, com ambição, integridade, parceria e unidade de propósito, construamos um Timor-Leste mais forte, mais verde, mais inclusivo e mais resiliente.



Dato Seri Francisco Kalbuadi Lay
Vice-Primeiro-Ministro, Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos e Ministro do Turismo e Ambiente

CAPÍTULO 3: DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA

3.1. Introdução e contributo para as prioridades nacionais

A diversificação económica e a criação de emprego lideradas pelo setor privado são centrais para a transição de Timor-Leste da dependência do petróleo para uma economia sustentável, inclusiva e resiliente. Este pilar visa acelerar o crescimento na agricultura, nas pescas, nas florestas, no turismo e na indústria ligeira, gerando emprego formal digno, e reforçar o papel do setor privado como principal motor do crescimento económico de longo prazo.

Este PMP 2027-2030 centra-se na construção de uma base sólida e de uma plataforma de lançamento para um crescimento não petrolífero significativamente mais elevado e mais sustentável no período subsequente (2031-2035 e além). Ao superar os constrangimentos críticos e ao criar um ambiente favorável, esta fase final do PED posicionará o país para uma transformação económica acelerada após 2030.

O pilar adota uma abordagem coordenada e sistémica, que articula produção, cadeias de valor, mercados, instituições e infraestruturas, para assegurar que os investimentos públicos se traduzem em maior produtividade, exportações crescentes, mais empregos formais e bem-estar em todos os municípios.

3.1.1 Desenvolvimento do setor privado e clima de investimento

O desenvolvimento do setor privado é o mandato central do Pilar da Diversificação Económica. É uma estratégia principal para alcançar um crescimento económico elevado e emprego digno e para reduzir a dependência orçamental do Fundo Petrolífero. O objetivo é desbloquear o investimento do setor privado e assegurar que os investimentos públicos gerem benefícios económicos e de emprego sustentados. Estes mandatos estão integrados em todos os subsectores.

3.1.2 Percursos de diversificação económica

O PMP estabelece um percurso claro e sequenciado para a diversificação económica. Reconhece a importância da coordenação entre os ministérios setoriais e os departamentos governamentais como preâmbulo da diversificação e transformação económicas. Os elementos fundamentais do percurso são os seguintes:

- **Agricultura, pecuária e florestas:** Dar prioridade à comercialização das cadeias de valor nos principais corredores de produção (zonas do café e do arroz, pescas costeiras), com os objetivos de aumentar as exportações, melhorar a produtividade e aumentar os rendimentos das famílias rurais. No curto prazo, os esforços concentram-se em produtos de nicho com elevado valor de mercado. No médio prazo, a prioridade deslocar-se-á para a agroindústria e a integração nas redes de cadeias de valor regionais e internacionais.
- **Economia azul e recursos marinhos:** Promover o desenvolvimento sustentável das pescas, da aquicultura, do turismo marinho e da gestão dos recursos costeiros na Zona Económica Exclusiva (ZEE) e nas zonas costeiras. Espera-se que contribua para a diversificação das exportações, a criação de emprego, a

segurança alimentar e um crescimento resiliente ao clima. A atenção no curto prazo centra-se no reforço da governação das pescas comunitárias e da gestão comunitária dos recursos. As iniciativas de médio prazo centrar-se-ão no desenvolvimento de projetos-piloto de aquicultura e de cadeias de valor marinhas.

- **Turismo:** Desenvolver infraestruturas que liguem o turismo comunitário à valorização dos ativos naturais, culturais e históricos de Timor-Leste. Desempenhará um papel fundamental na captação de divisas adicionais, na geração de emprego nos municípios mais atrasados e no apoio ao surgimento de empresas locais. A prioridade de curto prazo é desenvolver produtos turísticos de nicho. O foco de médio/longo prazo será a melhoria da qualidade do serviço, o aumento da competitividade e a expansão dos serviços turísticos.
- **Indústria transformadora e indústrias de substituição de importações:** Promover o investimento do setor privado na indústria ligeira e na agroindústria para reduzir a dependência das importações e criar empregos formais nos corredores económicos. As prioridades de curto prazo incluem o apoio a indústrias selecionadas com potencial de crescimento, como o vestuário, a reciclagem e os alimentos e bebidas para consumo interno. No médio prazo, as prioridades evoluirão para maior valor acrescentado, incluindo a transformação de madeira, os produtos de papel e outras indústrias transformadoras baseadas em recursos.
- **Desenvolvimento do setor privado, MPME e cooperativas:** Melhorar o ambiente para o setor privado através de um melhor acesso ao financiamento, da simplificação dos processos regulamentares e de reformas estruturais rumo a um ambiente mais propício aos negócios e aos modelos cooperativos, facilitando o empreendedorismo e a atividade económica local. Envolve o apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPME) e aos modelos cooperativos para fomentar o empreendedorismo, estimular a atividade económica local e promover o crescimento inclusivo nas zonas urbanas e rurais.
- **Emprego e transformação do mercado de trabalho:** Alinhar a educação e formação técnica e profissional (EFTP) com as necessidades da indústria para colmatar a escassez e o desajustamento de competências e aumentar a prontidão da força de trabalho. A melhoria dos serviços de emprego, dos sistemas de informação sobre o mercado de trabalho e das parcerias estratégicas entre os setores público e privado apoiará uma correspondência mais eficiente entre competências e empregos. Estas medidas visam reduzir os desajustamentos de competências e sustentar a criação de emprego formal no setor privado.

Estes percursos são espacialmente direcionados para os corredores de crescimento e para os municípios mais atrasados, a fim de assegurar um desenvolvimento territorial equitativo.

3.2 Questões estratégicas dos setores económicos

Timor-Leste registou progressos significativos na melhoria das infraestruturas e da conectividade e na expansão dos serviços básicos em todo o país. Apesar destes progressos notáveis, a economia continua fortemente dependente da despesa pública, financiada em grande medida através de levantamentos do Fundo Petrolífero. O crescimento do PIB não petrolífero continua lento, apenas cerca de 4,1% em 2024,

enquanto uma grande parte da população continua a viver em várias formas de pobreza. O emprego formal é largamente dominado pelo setor público, e a capacidade do setor privado para gerar emprego digno é limitada. As exportações não petrolíferas continuam muito baixas e representam apenas uma pequena parcela do PIB não petrolífero.

- **Em primeiro lugar, as cadeias de valor na agricultura, nas pescas e nas florestas permanecem subdesenvolvidas e a comercialização continua limitada.** Este setor continua largamente dominado por pequenos agricultores, com baixa comercialização, fraca capacidade de transformação e elevada vulnerabilidade aos choques climáticos. As principais zonas de produção (zonas do café e do arroz em Ermera, Manufahi, Liquiçá, Aileu, Bobonaro e Covalima) continuam inadequadamente ligadas aos mercados internos, limitando o crescimento das exportações e a geração de rendimento rural.
- **Em segundo lugar, o setor da Economia Azul permanece incipiente face ao seu potencial.** Apesar de Timor-Leste possuir recursos marinhos significativos, com um vasto potencial na ZEE, a gestão sustentável das pescas, a aquicultura e o turismo marinho estão subdesenvolvidos. A pesca ilegal, a fragilidade das infraestruturas costeiras e as cadeias de valor limitadas continuam a condicionar a criação de emprego e a diversificação das exportações.
- **Em terceiro lugar, o setor do turismo permanece fragmentado e pouco conectado.** Embora Timor-Leste tenha potencial turístico devido à sua beleza natural única, à sua cultura e à sua história, o desenvolvimento deste setor é condicionado por lacunas de infraestruturas, conectividade limitada, competências inadequadas e uma fraca rede de empresas comunitárias. Isto limita a capacidade do setor para gerar emprego digno, rendimento sustentável e desenvolvimento económico rural.
- **Em quarto lugar, a indústria transformadora e as indústrias de substituição de importações permanecem incipientes.** Devido à capacidade industrial limitada no mercado interno, Timor-Leste depende fortemente de bens importados para satisfazer a procura interna crescente. Isto limita a capacidade do setor para criar emprego nas zonas urbanas e rurais e para acrescentar valor no mercado interno.
- **Em quinto lugar, o desenvolvimento do setor privado, as MPME e as cooperativas são condicionados pelo fraco acesso ao financiamento e ao apoio empresarial.** O acesso limitado ao financiamento, um ambiente regulamentar complexo e serviços de apoio empresarial fracos limitam o crescimento das MPME e dos modelos cooperativos, sobretudo nos municípios rurais e menos servidos. Isto limita as oportunidades económicas.
- **Em sexto lugar, persistem desajustamentos de competências e fragilidades do mercado de trabalho.** Os programas de EFTP não estão suficientemente alinhados com as necessidades da indústria, e a ligação entre a educação e a indústria é fraca. Consequentemente, muitos jovens enfrentam dificuldades em encontrar emprego produtivo.
- **Por último, os desequilíbrios espaciais continuam a concentrar as oportunidades económicas em Díli e em alguns corredores de crescimento.** As atividades económicas estão largamente concentradas em Díli, enquanto os

outros municípios enfrentam pobreza persistente em várias dimensões, infraestruturas inadequadas, acesso limitado ao mercado, baixo investimento do setor privado e fraca prestação de serviços públicos. Este desequilíbrio condiciona o crescimento inclusivo e a distribuição equitativa dos recursos em todo o país. A combinação destes constrangimentos estruturais limita a capacidade do país para gerar o investimento do setor privado, a produtividade económica, o crescimento económico e o emprego digno necessários para concretizar a visão nacional estabelecida no PED.

No seu conjunto, estes constrangimentos estruturais limitam a capacidade de Timor-Leste para gerar os níveis de investimento, produtividade, emprego e crescimento económico necessários para concretizar a visão e os objetivos do PED. Enfrentar estes desafios exigirá uma estratégia coordenada, centrada na diversificação económica, no desenvolvimento do setor privado, na formação de capital humano e na melhoria da eficácia institucional, para apoiar um modelo de crescimento mais resiliente e inclusivo.

3.3 Objetivos Estratégicos e Áreas de Resultados-Chave ao nível do pilar

- **OE1:** Acelerar o crescimento nos setores produtivos e nas cadeias de valor prioritários para impulsionar o crescimento do PIB não petrolífero.
- **OE2:** Reforçar o desenvolvimento do setor privado, o crescimento das MPME e o clima de investimento para criar empregos formais de qualidade no setor privado.
- **OE3:** Transformar o mercado de trabalho através do desenvolvimento de competências e dos serviços de emprego, para reduzir os desajustamentos de competências e apoiar o crescimento inclusivo.

Estes objetivos são operacionalizados através de seis Áreas de Resultados-Chave (ARC):

- **ARC 1: Crescimento Acelerado da Agricultura, Pecuária e Florestas** - Aumenta a produtividade, a comercialização e as exportações nas principais cadeias de valor.
- **ARC 2: Economia Azul e Recursos Marinhos Sustentáveis** - Desenvolve pescas, aquicultura e turismo marinho sustentáveis, articulados com infraestruturas e competências costeiras. Reduz a pesca ilegal (ver Pilar do Desenvolvimento Institucional).
- **ARC 3: Turismo como Setor de Elevado Valor e Criador de Emprego** - Desenvolve circuitos de turismo comunitário e de ecoturismo articulados com infraestruturas e competências.
- **ARC 4: Indústria Transformadora e Indústrias de Substituição de Importações** - Promove a indústria ligeira e a agroindústria para reduzir as importações e criar empregos formais.
- **ARC 5: Desenvolvimento do Setor Privado, MPME e Cooperativas** - Melhora o acesso ao financiamento, os serviços empresariais e o ambiente regulamentar para as MPME.
- **ARC 6: Emprego e Transformação do Mercado de Trabalho** - Alinha o desenvolvimento de competências com as necessidades da indústria e alarga as oportunidades de emprego formal.

3.4 Quadro de resultados do pilar

O quadro de resultados do pilar da diversificação económica resume o contributo do pilar para o crescimento não petrolífero, o emprego, o investimento e a expansão das exportações. A tabela abaixo apresenta a lógica estratégica do pilar, enquanto as secções por subsetor que se seguem fornecem mais detalhe.

Tabela 3.4.1: Quadro de resultados da diversificação económica

Nível	Enunciado do resultado
Impacto	Crescimento económico sustentável, inclusivo e resiliente ao clima
Objetivo	Uma economia não petrolífera diversificada, competitiva e rica em emprego, lançando as bases para um crescimento mais elevado após 2030
Resultado do pilar até 2030	• Crescimento acelerado da agricultura, das pescas, do turismo e da indústria transformadora. • Aumento do emprego formal no setor privado (5.000-7.000 novos empregos por ano). • Peso do investimento do setor privado no investimento total: de 13,1% para 15%-20%. • Valor nominal do investimento do setor privado: de 63 M USD para 150-200 M USD. • Setor das MPME e das cooperativas reforçado, contribuindo para o PIB não petrolífero. • Melhoria do clima de investimento e da confiança do setor privado.
Intervenções estratégicas (2027-2030)	• Desenvolvimento das cadeias de valor agrícolas e pacotes de corredores económicos. • Desenvolvimento da plataforma da Economia Azul e das cadeias de valor marinhas. • Infraestruturas dos circuitos turísticos e desenvolvimento de empresas comunitárias. Líder: Ministério do Turismo e Ambiente; • Zonas industriais e incentivos para a indústria transformadora e a agroindústria • Financiamento das MPME, política de desenvolvimento das MPME e reformas do clima de investimento. • EFTP alinhado com os setores e transformação do mercado de trabalho

3.5 Estratégia de resultados por subsetor

3.5.1. Agricultura, pecuária e florestas

Resultado estratégico: As cadeias de valor agrícolas prioritárias geram rendimentos rurais mais elevados e mais fiáveis.

As receitas de exportação de café cresceram significativamente graças à melhoria dos rendimentos agrícolas, da qualidade pós-colheita e do posicionamento em mercados premium. A produção de arroz apoia a melhoria da segurança alimentar e a redução da dependência das importações, através de um regadio alargado e melhor utilizado. A proporção de famílias agrícolas que produzem sobretudo para venda aumentou substancialmente a partir da linha de base de subsistência de 3%, com um crescimento mensurável dos rendimentos agrícolas médios nos corredores de produção prioritários. A produtividade pecuária melhorou através de melhores práticas de manejo animal, e as florestas de gestão comunitária nas principais zonas agroecológicas geram rendimento sustentável a partir de madeira de elevado valor e de produtos não lenhosos.

A produtividade agrícola em Timor-Leste continua condicionada pela fragmentação das pequenas explorações, pela orientação para a subsistência, pela baixa utilização de fatores de produção, por sistemas pós-colheita fracos e por ligações limitadas ao mercado. A agricultura continua a ser um setor fundamental para os meios de subsistência rurais, o emprego e a economia rural. Contudo, o seu potencial e o seu contributo para o crescimento económico e para o rendimento das famílias continuam limitados devido à baixa produtividade, ao acesso limitado ao mercado e à fraca integração nas cadeias de valor. O Censo da Agricultura e Pescas de 2015 constatou que aproximadamente 51% das famílias agrícolas produzem sobretudo para consumo próprio e apenas ~3%²⁶ produzem sobretudo para venda, o que sublinha a profundidade estrutural do desafio da comercialização. Isto é consistente com a Missão de Avaliação das Culturas e do Abastecimento Alimentar da FAO, que refere explicitamente que a maioria das unidades agrícolas são explorações de subsistência de pequena escala²⁷. As principais zonas de produção das regiões do café e do arroz — Ermera, Bobonaro, Covalima — continuam mal ligadas a mercados fiáveis. O café é a principal exportação não petrolífera, com 17,7 milhões de USD e 5.392 toneladas em 2024²⁸, mas os rendimentos permanecem estruturalmente baixos, em aproximadamente 200 kg/ha de equivalente de café verde, contra um comparador regional de ~500 kg/ha na Indonésia²⁹. Colmatar este fosso exige conjugar a reabilitação do regadio e o investimento na extensão rural com infraestruturas de cadeia de valor e de ligação ao mercado que convertam uma maior produção em rendimentos rurais mais elevados.

²⁶ INETL, *Censo da Agricultura e Pescas, 2015*

²⁷ FAO CFSAM, 2021

²⁸ INETL, *Estatísticas do Comércio Externo, 2024*

²⁹ Banco Mundial, *High-Value Horticulture and Agroforestry Sub-sectoral Report, 2024*

Tabela 3.5.1: Estratégia de resultados para a Agricultura, Pecuária e Florestas

Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
Volume das exportações de café (toneladas) e valor médio de exportação (USD/tonelada) (média de 3 anos)	5.392 toneladas e 17,7 milhões de USD	8.366 toneladas e aumento de 50% do valor	Líder: MAPFF; Apoio: MPIE, MCI, Municípios
Valor nominal do valor acrescentado da agricultura	331 M USD (2024)	500 M USD	Líder: MAPFF; Apoio: MPIE, MCI
Peso do valor nominal da agricultura em percentagem do PIB não petrolífero	19.5% (2024) [INETL, I.P., Contas Nacionais de Timor-Leste 2005-2024, Ministério das Finanças, setembro de 2025]	25%	Líder: MAPFF; Apoio: MPIE, MCI
Rendimento do arroz em casca (produtividade) (toneladas/ha)	2,2 toneladas/ha [MAPFF]	≥2,7 toneladas/ha	Líder: MAPFF; Apoio: MPIE
% de famílias agrícolas que produzem sobretudo para venda	~3% [INETL, Censo da Agricultura e Pescas, 2015; FAO CFSAM, 2021]	≥15%	Líder: MAPFF; Apoio: MPIE, MCI
N.º de agricultores inscritos em cooperativas certificadas pelo MAPFF ou em grupos formais de produtores	~28.000 membros, como indicador indireto parcial	550 grupos formais de agricultores	Líder: MAPFF; Apoio: MCI
Área funcional sob regadio (ha)	43.834 ha	70.000 ha	Líder: MAPFF Apoio: MPIE, MOP
Rácio de intensidade de cultivo nos perímetros de regadio (%)	117.6%	≥150%	Líder: MAPFF; Apoio: MOP, MPIE

Rendimento médio das vendas agrícolas por família agrícola nos municípios das cadeias de valor prioritárias (Ermera, Bobonaro, Covalima), em USD por família e por ano.	Rendimento anual médio da horticultura de elevado valor (HVV) e das cadeias de valor prioritárias: 2.080 USD por ano Valor do rendimento anual gerado pelo pequeno agricultor em geral: 1.536 USD/família por ano Cadeias de valor de produtos básicos de baixo valor: valor anual médio do arroz de 10 USD/família	Aumento de 25%	Líder: MAPFF; Apoio: MF (INETL)
% de aumento da produção interna de carne.	40%	60%	Líder: MAPFF Apoio: MCAE, MF
Peso médio das carcaças no matadouro / % de carcaças que cumprem a norma nacional de classificação.	Rudimentar (básico)	Elevado	Líder: MAPFF Apoio: MCAE, MF
% do efetivo pecuário nacional que recebeu vacinação programada e inspeções veterinárias.	20.5%	80%	Líder: MAPFF Apoio: MCAE, MF
Percentagem de instalações comerciais de bovinos que operam sob gestão profissional de matadouro, supervisão veterinária e Boas Práticas de Maneio Animal (GAHP).	<5%	10%	Líder: MAPFF Apoio: MCAE, MF

Área reflorestada (ha)	300 ha (linha de base 2024-2025)	1.000 ha; (3.981.600 plantas)	Líder: MAPFF Apoio: MCAE, MF, MCI
Área plantada de sândalo e de árvores industriais (ha)	Sândalo: 225 ha e árvores industriais: 200 ha;	Sândalo: 305 ha e árvores industriais: 300 ha;	Líder: MAPFF Apoio: MCAE, MF, MCI
N.º de comités de CBNRM estabelecidos ao nível das aldeias para o zonamento sustentável do território	12 grupos de comités de CBNRM estabelecidos (2024).	22 grupos de comités de CBNRM estabelecidos.	Líder: MAPFF Apoio: MCAE, MF, MCI

Principais intervenções estratégicas (2027-2030):

Para aumentar a produtividade agrícola, o acesso ao mercado e o rendimento rural, as intervenções estratégicas do Governo para a agricultura, as pescas e as florestas centrar-se-ão no aumento da produtividade nas explorações, no reforço das cadeias de valor, na expansão e reabilitação do regadio e no aumento da resiliência climática. As atividades serão executadas através de uma abordagem priorizada e integrada, que combina apoio ao nível da produção com o desenvolvimento dos sistemas de mercado, infraestruturas pós-colheita e coordenação institucional. As principais intervenções estratégicas incluem:

- **Expandir o regadio, os serviços de extensão rural e os sistemas de produção agrícola resilientes ao clima:** As prioridades incidirão na reabilitação e expansão das infraestruturas de regadio nas zonas de produção prioritárias, visando um aumento da intensidade de cultivo de 117,6% para $\geq 150\%$ nos perímetros existentes até 2030. Esta medida é acompanhada pelo reforço do sistema de gestão da água e do sistema de manutenção ao nível dos perímetros.
- **Desenvolver infraestruturas de cadeia de valor e ligações ao mercado nos corredores económicos.** As prioridades incidem nos corredores económicos dos municípios produtores de café (Ermera, Ainaro, Aileu, Manufahi, Liquiçá) e nas principais zonas de produção de arroz (Bobonaro, Covalima, Viqueque, Manatuto). Serão conjugadas com infraestruturas de armazenamento e transformação, com acordos formais de escoamento e com ferramentas digitais de informação de mercado.
- **Estabelecer sistemas de controlo de qualidade e certificação pós-colheita:** Desenvolver infraestruturas de transformação, classificação e certificação pós-colheita para as culturas de exportação prioritárias, com particular atenção ao café e ao arroz, e promover parcerias comerciais para garantir o acesso a mercados premium e o posicionamento da marca. O valor das exportações não petrolíferas foi estimado em 21 milhões de USD em 2024, um aumento de 22% em termos homólogos, com o café como principal motor³⁰, o que demonstra o potencial de expansão das exportações não petrolíferas.

³⁰ Banco Central de Timor-Leste, citado em Lusa/AMAN Alliance, 2024

- **Modernizar a produção dos pequenos agricultores:** Aumentar a produtividade dos pequenos agricultores através de serviços de extensão rural direcionados, variedades de sementes melhoradas e acesso a mecanização de pequena escala adequada. A evidência do Inquérito de Fim de Programa do Seeds of Life³¹ confirma que a adoção de tecnologia aumenta significativamente tanto a produtividade como a participação no mercado das famílias de pequenos agricultores em Timor-Leste. Isto contribuirá para o aumento do rendimento rural e para a redução da pobreza rural.
- **Reforçar o acesso dos agricultores ao mercado.** Alargar os contratos seguros de escoamento, melhorar as infraestruturas de armazenamento rural e implementar ferramentas digitais de informação de mercado, com o objetivo de aumentar a proporção de famílias agrícolas que produzem sobretudo para venda de ~3%³² para ≥15% até 2030.
- **Racionalizar os papéis institucionais e o financiamento:** Melhorar a coordenação institucional entre os principais ministérios e departamentos governamentais, clarificando os papéis e as responsabilidades entre o MAPFF, o MCI e as autoridades municipais, para reduzir a duplicação na prestação de serviços de extensão rural. Para apoiar este setor, o Governo criará uma janela consolidada de financiamento aos pequenos agricultores até 2028.
- **Inclusivo e transparente:** Aumentar a participação das mulheres na governação das cooperativas agrícolas e no alcance dos programas de extensão rural para pelo menos 30%. Publicar relatórios anuais de desempenho setorial com dados desagregados por género e deficiência e por município até 2028, para assegurar uma tomada de decisão baseada em evidência.
- **Introduzir e implementar raças bovinas de carne superiores** para cruzamento com os efetivos locais, acelerando as taxas de crescimento e o peso ao abate através de programas nacionais de inseminação artificial e de genética.
- **Incentivar as instalações comerciais de bovinos** a adotar um período de acabamento de 90 a 120 dias com cereais de elevado teor energético antes do abate, para aumentar a cobertura de gordura, o marmoreado e o rendimento global.
- **Proporcionar reforço de capacidades** para formar os criadores no manejo de baixo stress do gado durante o transporte. O stress elevado imediatamente antes do abate esgota o glicogénio muscular, resultando em carne dura, escura e seca (DFD).
- **Desenvolver uma certificação nacional por níveis de Boas Práticas de Maneio Animal (GAHP).** Associar o cumprimento a benefícios estruturais, como contratos preferenciais de aprovisionamento público ou empréstimos agrícolas a juros baixos.
- **Subsidiar ou coinvestir em matadouros regionais modernos** dotados de linhas de processamento mecanizadas, refrigeração em cadeia de frio e sistemas rigorosos de gestão de resíduos, através de modalidades de PPP.
- **Determinar e financiar inspetores veterinários públicos residentes ou itinerantes** em todas as instalações comerciais de abate licenciadas, para

³¹ *Seeds of Life End-of-Program Survey, 2016, publicado na Wiley Online Library, 2018*

³² *INETL, Censo da Agricultura e Pescas, 2015*

supervisionar as inspeções ante mortem (antes do abate) e post mortem (após o abate).

- **Estabelecer viveiros descentralizados apoiados pelo Estado nas principais zonas agroecológicas** (como Bobonaro, Covalima e Viqueque) para fornecer sândalo nativo, bambu, teca e mogno de elevado rendimento.
- **Criar um processo formal de registo** que garanta a posse das árvores e promova a agrossilvicultura ecológica, para garantir a propriedade dos agricultores e das comunidades e incentivar a plantação de produtos florestais de elevado valor.
- **Desenvolver a capacidade de produção e as competências técnicas** através da criação de polos regionais de transformação de madeira subsidiados pelo Estado.
- **Aplicar uma política rigorosa de «Compra de Madeira Local»** que obrigue as obras públicas, as escolas públicas e os ministérios a dar prioridade ao mobiliário de madeira e bambu de origem legal e transformação local, em detrimento de alternativas sintéticas importadas de baixo custo.
- Acelerar, financiar e implementar a Estratégia Nacional de Silvicultura Comunitária, integrando os Pagamentos por Serviços dos Ecossistemas (PSE) diretamente nos acordos de gestão das aldeias.
- Institucionalizar e expandir a nível nacional o mecanismo de Gestão Comunitária Sustentável dos Recursos Naturais, integrando o Tara Bandu (direito costumeiro tradicional) na regulamentação formal municipal e nacional.

3.5.2. Economia Azul e recursos marinhos sustentáveis

Resultado estratégico: Pescas, aquicultura e turismo marinho sustentáveis geram exportações marinhas e empregos costeiros.

O potencial da Economia Azul de Timor-Leste permanece largamente por explorar. Apesar de uma vasta ZEE, o setor marinho continua subdesenvolvido e o seu contributo para as exportações e para o PIB é reduzido. As estatísticas comerciais do INETL não registam exportações significativas de peixe nos últimos anos, sendo a única exportação marinha rastreável aproximadamente 5.000 USD de pepino-do-mar em 2020³³. A produção total da pesca de captura marinha atingiu cerca de 9.132 toneladas em 2023³⁴, enquanto a aquicultura permanece de pequena escala, com aproximadamente 2.846 produtores a operar em 65 ha de tanques e a produzir cerca de 600 toneladas por ano³⁵. A pesca ilegal não é adequadamente monitorizada, e a aquicultura opera muito abaixo do potencial de produtividade demonstrado: os projetos-piloto do WorldFish alcançaram 17 t/ha/ciclo, contra uma média de 10,7 t/ha no conjunto do sistema. **A prioridade do setor para 2027-2030 é estabelecer o zonamento, a fiscalização da regulamentação marinha e os sistemas de produção à escala piloto necessários para converter este potencial em exportações e empregos costeiros.**

Tabela 3.5.2: Estratégia de resultados para a Economia Azul e os recursos marinhos sustentáveis

³³ Nalar, Avaliação do PED, 2023

³⁴ World Bank Development Indicators / StatBase, 2023

³⁵ WorldFish, Rapid Assessment of Aquaculture in Timor-Leste, 2026

Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
Produção total da pesca de captura marinha (toneladas/ano)	9.132 toneladas (2023)	30.000 toneladas/ano	Líder: MAPFF; Apoio: MPIE, Municípios
Volume de produção aquícola (toneladas/ano); Produtividade média dos tanques (t/ha)	Produção: 600 toneladas (2022-2023); Produtividade média dos tanques: \ 10,7±3,7 t/ha	≥1.200 toneladas (aumento de 100%); ≥15 t/ha	Líder: MAPFF; Apoio: MPIE, Municípios
Receitas do turismo costeiro	96.718 (2024) chegadas de turistas internacionais (receitas de 28 milhões de USD — antes de 2020) Fonte: Dados do Banco Mundial	80 milhões de USD (meta da Economia Azul com base na meta de 100.000 chegadas de turistas)	Líder: MTA; Apoio: MPIE, ATTL, MCAE
Valor das exportações marinhas	~5.000 USD	1 milhão de USD	Líder: MAPFF; Apoio: MCAE, MF
Rendimento anual médio das atividades marinhas por família de pescadores costeiros nos municípios prioritários	\$ 1,200-\$4,800	~1.560 - 6.240 USD/ano (aumento de 30%)	Líder: MAPFF; Apoio: MPIE, MF (INETL)

Principais intervenções estratégicas (2027-2030):

As intervenções estratégicas para a Economia Azul centrar-se-ão no estabelecimento de sistemas fundacionais de governação e zonamento, na expansão da produção aquícola, no desenvolvimento de cadeias de valor de exportação marinha e na integração do turismo marinho com os programas de competências e de infraestruturas. As principais intervenções estratégicas incluem:

- **Desenvolver o zonamento e a governação marinha e das pescas:** Concluir o ordenamento do espaço marinho e os mapas de zonamento da ZEE, para fornecer quadros claros de gestão sustentável dos recursos marinhos, com especial enfoque nas zonas de pesca, nas áreas de desenvolvimento da aquicultura e na proteção marinha. Estabelecer um sistema funcional de monitorização e fiscalização da ZEE em parceria com os organismos regionais de pescas, visando também criar o Centro de Investigação e Educação Marinha de Timor-Leste, onde possam realizar-

se levantamentos e estudos da biodiversidade marinha, incluindo investigação científica marinha internacional.

- **Fiscalizar a ZEE e desenvolver infraestruturas de pesca costeira:** Reforçar a capacidade de combate à pesca ilegal através do investimento em capacidade de vigilância para reduzir a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN). Simultaneamente, o Governo desenvolverá locais de desembarque, infraestruturas de cadeia de frio e instalações de manuseamento de peixe nos polos costeiros prioritários, para melhorar a qualidade pós-captura e permitir a exportação.
- **Expandir os projetos-piloto de aquicultura e as cadeias de valor marinhas:** Alargar os programas de aquicultura de tilápia GIFT e de outras espécies, com base nos resultados dos projetos-piloto do WorldFish, visando uma produtividade dos tanques ≥ 15 t/ha no conjunto do sistema até 2030. Desenvolver sistemas de transformação e certificação de produtos marinhos para permitir a exportação formal. Integrada nesta intervenção estratégica está a criação de uma Conta Satélite do Mar, um instrumento estatístico que pode ser utilizado para medir as atividades económicas relacionadas com o mar.
- **Integrar o turismo marinho com os programas de infraestruturas e de competências:** Integrar o desenvolvimento do turismo marinho com o investimento mais amplo em infraestruturas, competências da força de trabalho e gestão ambiental. É dada especial atenção ao desenvolvimento de produtos de classe mundial de mergulho, snorkeling e ecoturismo costeiro, articulados com a gestão das áreas marinhas protegidas, incluindo o Programa Nacional de Literacia do Oceano e a comemoração anual do Dia do Mar a 5 de junho. Será implementado um reforço de capacidades direcionado aos operadores turísticos locais, guias, hotelaria e operadores de embarcações nos municípios costeiros, para assegurar que a comunidade local beneficia do setor do turismo.

3.5.3. Turismo

Resultado estratégico: O turismo comunitário de elevado valor gera emprego e divisas.

As chegadas de turistas a Timor-Leste continuam baixas. De acordo com o PED, o desenvolvimento do setor do turismo contribuirá para o rendimento e a criação de emprego e promoverá o equilíbrio económico regional.³⁶ O seu potencial e a sua vantagem competitiva residem na beleza natural, na riqueza da história e do património cultural, nas águas tropicais, na vida marinha e nas praias de areia branca.³⁷ Apesar do seu potencial, continua subdesenvolvido. As chegadas internacionais permanecem baixas, em cerca de 96.718 chegadas de turistas em 2024; o país ainda não recuperou o modesto pico de 74.000 de 2017, e esses números anteriores estavam substancialmente inflacionados pelo tráfego de doadores, ONG e corpo diplomático, que já não representa uma base de procura sustentável. As receitas das exportações de viagens permanecem baixas, situando-se em aproximadamente 28 milhões de USD³⁸, o que implica uma despesa média de cerca de 1.032 USD por visitante: baixa para os padrões regionais, refletindo estadas médias curtas, opções limitadas de circuitos no país e uma fraca oferta de

³⁶ GoTL (2011), *Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030*.

³⁷ *Ibid.*

³⁸ *Dados da Balança de Pagamentos do BCTL*

empresas comunitárias. A prioridade estratégica do setor para 2027-2030 não é, portanto, principalmente o volume de chegadas, mas a qualidade da economia do visitante — estadas mais longas, maior despesa por visitante e uma distribuição mais ampla dos benefícios através de circuitos comunitários —, construindo a plataforma a partir da qual um crescimento mais ambicioso das chegadas e das receitas se poderá materializar após 2030.

Tabela 3.5.3: Estratégia de resultados para o Turismo

Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
Chegadas de turistas internacionais	96,718 (2024)	200,000	Líder: MTA; Apoio: MPIE, MTC, MCAE
Receitas de exportação de viagens (milhões de USD) (Balança de Pagamentos do BCTL)	28 milhões de USD (2024)	80 milhões de USD	Líder: MTA; Apoio: MPIE, MTC
Receita turística média por visitante internacional (USD)	1.032 USD	>1.500 USD	Líder: MTA; Apoio: MOP, MTC, MPIE
Número de empresas de turismo comunitário operacionais	18 empresas de turismo comunitário estabelecidas (Tatoli, 2025)	50 PME comunitárias	Líder: MTA; Apoio: Municípios
Número de timorenses empregados no setor do turismo e da hotelaria, desagregado por sexo	~3,500	8,000	Líder: MTA; Apoio: SEFOPE, INETL

Nota sobre a meta de receitas: 80 milhões de USD até 2030 representam aproximadamente a quadruplicação das receitas atuais, dependendo da conclusão da requalificação do aeroporto AIPNL, do estabelecimento de pelo menos uma nova rota internacional e de os investimentos em circuitos comunitários e empresas abaixo indicados atingirem escala operacional.

Principais intervenções estratégicas (2027-2030):

- **Conectividade e infraestruturas dos circuitos:** Dar prioridade ao investimento rodoviário e em transportes e melhorar o acesso aos corredores turísticos designados (Lautém, Baucau, Viqueque, Bobonaro), em coordenação com o programa de Corredores Económicos do pilar das infraestruturas. O investimento em infraestruturas será concebido de modo a assegurar que serve múltiplas funções económicas, nomeadamente o turismo e a produção agrícola, para evitar duplicações. Assegurar que a requalificação do AIPNL é concluída dentro do prazo

e procurar ativamente pelo menos dois novos acordos com companhias aéreas internacionais até 2028, em coordenação com o MTC.

- **Reforçar as empresas de turismo comunitário:** Aumentar o número de empresas de turismo comunitário operacionais de 18 para 50 até 2030, através de uma janela dedicada de financiamento e assistência técnica às empresas comunitárias. Este apoio está articulado com o Sistema de Garantia de Crédito às MPME criado ao abrigo da Prioridade Nacional. Será dada prioridade aos circuitos nos municípios mais atrasados, onde as receitas do turismo podem ter impactos positivos na criação de emprego, no aumento do rendimento, no crescimento inclusivo e na redução da pobreza.
- **Qualidade do visitante e duração da estada:** Desenvolver e promover produtos de circuito de vários dias (circuito do café/cultural das terras altas, circuito marinho e de mergulho, circuito do património) para deslocar o perfil turístico para visitantes de maior despesa e estada mais longa. Estabelecer uma meta explícita de duração média da estada: ≥ 5 noites até 2030, a partir de uma média atual estimada de 3-4 noites.
- **Desenvolvimento da força de trabalho:** Criar programas de formação em hotelaria e turismo ligados à indústria, através das instituições de EFTP nos municípios dos circuitos prioritários, em coordenação com a ARC 6 (Emprego e Transformação do Mercado de Trabalho). Dotará os trabalhadores locais e as empresas comunitárias das competências práticas do setor do turismo, melhorando a sinalização de qualidade junto de empregadores e visitantes. Isto conduzirá à melhoria da qualidade dos serviços e da competitividade do setor do turismo.
- **Sistemas de dados do turismo:** Estabelecer uma Conta Satélite do Turismo anual abrangente até 2028, incluindo inquéritos à despesa dos visitantes, dados sobre a duração da estada e acompanhamento das receitas das empresas comunitárias, para substituir a atual dependência das contagens de entradas no aeroporto e dos indicadores indiretos da Balança de Pagamentos (BdP) como principal instrumento de gestão deste subsetor.

3.5.4. Indústria transformadora

Resultado estratégico: A indústria ligeira e a agroindústria criam empregos formais e reduzem progressivamente a dependência das importações.

O setor da indústria transformadora de Timor-Leste é o mais pequeno e menos desenvolvido dos seis setores da diversificação económica. O valor acrescentado da indústria transformadora foi estimado em aproximadamente 29 milhões de USD em 2024, abaixo do pico pós-COVID de 38 milhões de USD em 2022. Reflete a fragilidade de um setor dominado pela transformação de alimentos e bebidas, pelo sabão, pela impressão e pelo artesanato, e não por uma base de indústria ligeira exportadora ou escalável. Ao mesmo tempo, Timor-Leste continua altamente dependente de bens importados, nomeadamente produtos petrolíferos refinados, materiais de construção, veículos e bens de consumo manufaturados, que em conjunto representam a maior parte da fatura de importações do país. Apesar da sua pequena dimensão, o setor da indústria transformadora contribui significativamente para o emprego. O emprego formal no setor

situa-se em aproximadamente 4.900 trabalhadores em 2024, um aumento de quase 30 por cento face ao nível de 2023.³⁹

A prioridade estratégica para 2027-2030 neste setor é estabelecer o ambiente favorável terrenos industriais, incentivos, percursos de competências e ligações às matérias-primas que permita à indústria ligeira e à agroindústria ganhar escala no período subsequente.

Tabela 3.5.4: Estratégia de resultados para a indústria transformadora

Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
Valor acrescentado da produção da indústria transformadora (milhões de USD)	29 milhões de USD (2024)	55-75 milhões de USD (aumento de aproximadamente 2-2,5 vezes)	Líder: MCI; Apoio: MCAE
Peso do valor acrescentado da indústria transformadora em percentagem do PIB não petrolífero	Inferior a 2%	5%	Líder: MCI; Apoio: MCAE e instituições públicas
Número de trabalhadores formais na indústria ligeira e na agroindústria (Inquérito à Atividade Empresarial)	4.900 (BAS 2024)	10.000 empregos ⁴⁰ (acumulado até 2030)	Líder: MCI Apoio: MCAE, ME, MESCC
Valor do novo investimento privado comprometido na indústria transformadora e na agroindústria (milhões de USD)	Indústria transformadora: 33,0 milhões de USD (2020). Produção de alimentos e bebidas: 140 milhões de USD (17% do investimento total previsto em atividades não petrolíferas: 845,2 milhões de USD)	20 milhões de USD acumulados	Líder: MCI; Apoio: MCAE, MAPFF

³⁹ Inquérito à Atividade Empresarial 2024

⁴⁰ **Nota sobre as metas:** A meta de 7.000-10.000 empregos é ambiciosa face à base atual de 4.900 e à escassa carteira de intervenções estratégicas; depende de pelo menos uma zona industrial estar operacional até 2028 e de atrair investimento privado a partir de 2028-2029. Se as ações relativas à plataforma facilitadora não estiverem concluídas até 2028, o número de empregos realisticamente alcançável neste período do PMP situar-se-á no limite inferior do intervalo. A meta deverá ser revista na revisão intercalar de 2028, com referência aos dados efetivos de ocupação das zonas e de investimento.

Importações de alimentos processados e de materiais de construção reduzidas em pelo menos 15% face à linha de base de 2025.	Importações de alimentos processados >100-150 M por ano. Valor das importações da categoria Materiais de Construção: 30-50 M USD.	Redução de 15%	Líder: MCI; Apoio: MAPFF, MCAE, MF
---	---	----------------	---

Principais intervenções estratégicas (2027-2030):

- **Criar parques industriais e incentivos para a indústria transformadora, a agroindústria e as indústrias de substituição de importações:** O Governo desenvolverá pelo menos duas zonas industriais/agroindustriais prioritárias até 2028: uma em Díli ou nas suas proximidades, para a indústria ligeira (visando inicialmente a transformação de alimentos e bebidas, o vestuário e a reciclagem), e uma segunda zona num corredor agrícola prioritário, para a agroindústria ligada às cadeias de valor do café e do arroz. A conceção das zonas industriais deverá incorporar lotes infraestruturados, serviços básicos (eletricidade e água até ao limite do lote, articulados com os investimentos em infraestruturas do Capítulo 4) e um balcão único de facilitação do investimento. A conceção será de uso múltiplo, para evitar investimentos de finalidade única que comprometam a evolução industrial futura. Isto aumentará a capacidade de produção interna, reduzirá a dependência das importações na transformação alimentar, gerará emprego digno no setor formal e aumentará o valor acrescentado.
- **Quadro de incentivos à indústria transformadora:** Desenvolver e implementar até 2028 um pacote de incentivos à indústria ligeira, que abranja a depreciação acelerada, as isenções de direitos de importação sobre matérias-primas e bens de equipamento e uma via simplificada de licenciamento do investimento, dirigido especificamente à substituição de importações e aos produtos com potencial de exportação em que Timor-Leste tem uma vantagem de custo ou de matéria-prima (agroindústria, vestuário, produtos de madeira, materiais reciclados). Todos os incentivos deverão ser avaliados pelos ministérios competentes, como o MCAE, o Ministério das Finanças e o Ministério do Comércio e Indústria, para assegurar a coerência com a mobilização de receitas.
- **Ligações às matérias-primas locais e às cadeias de valor:** Dar prioridade aos investimentos agroindustriais diretamente articulados com as intervenções de desenvolvimento das cadeias de valor agrícolas da ARC 1, em particular a transformação de café, a descasque de arroz e a transformação de peixe. Evitar incentivos industriais a atividades sem base interna de matérias-primas ou de competências, em que a dependência das importações seria simplesmente reproduzida numa fase diferente da cadeia de valor.

- **Percurso de competências para a indústria transformadora:** Criar programas dedicados de EFTP de ciclo curto, de 3 a 12 meses, para desenvolver as competências técnicas exigidas pela indústria ligeira. A formação centrar-se-á em competências de controlo de qualidade e de operação de máquinas, em instituições localizadas nas zonas industriais prioritárias ou nas suas proximidades, em coordenação com a ARC 6. Estabelecer, a partir de 2028, uma meta para o número anual de diplomados do EFTP preparados para as zonas, articulada com a ocupação prevista das zonas.
- **Reformas regulamentares para desbloquear o investimento na indústria transformadora:** Em coordenação com a Prioridade Nacional 10 (Clima de Investimento e Reforma Regulamentar), o Governo reduzirá o tempo e o custo do licenciamento empresarial para as empresas industriais. Será dada prioridade ao estabelecimento de regimes claros de arrendamento de terrenos para os ocupantes das zonas industriais e à introdução de um mecanismo transparente de resolução de litígios para os investidores. Estas reformas regulamentares estão sequenciadas como prioridade para 2027-2028, uma vez que o investimento não fluirá para zonas fisicamente infraestruturadas, mas administrativamente onerosas.

3.5.5. Expansão das empresas privadas - Desenvolvimento do setor privado, MPME e cooperativas

Resultado estratégico: MPME e cooperativas reforçadas alargam o empreendedorismo formal e contribuem para o crescimento económico não petrolífero.

O setor das MPME de Timor-Leste continua pequeno, dominado pela baixa produtividade e com uma integração limitada nas cadeias de valor de exportação. O inquérito de mapeamento empresarial do Ministério do Comércio e Indústria e o inquérito realizado pelo BAD (julho de 2024, 3.080 empresas em todos os 12 municípios e na RAEOA) revelam um setor das MPME dominado por microempresas orientadas para a estabilidade, praticamente sem ligação às cadeias de valor de exportação. Metade (50,4%) dos inquiridos eram trabalhadores por conta própria, 42,6% eram microempresas e 70,7% declararam um volume de negócios anual não superior a 5.000 USD. Cerca de 44,4% operavam no comércio por grosso e a retalho, com alcance de mercado limitado. Apenas 10,2% estavam envolvidos no comércio internacional, dos quais 85,4% eram importadores e não exportadores. As MPME ligadas ao turismo representavam apenas 2,8% do total. Note-se que 43,2% das MPME eram lideradas por mulheres, o que representa o recurso empreendedor mais significativo ainda por aproveitar; no entanto, os trabalhadores do sexo masculino dominam a força de trabalho das MPME.

No final de 2024, o plano de ação da política nacional de desenvolvimento das MPME ainda não tinha sido formalizado e não existia nenhum sistema de dados regularmente atualizado sobre o panorama das MPME. O desafio do setor não é principalmente o registo ou o acesso básico ao crédito, mas a transformação de microempresas orientadas para a estabilidade em empresas orientadas para o crescimento, com alcance de mercado, trabalhadores qualificados e um percurso para ganhar escala.

Tabela 3.5.5: Estratégia de resultados para o desenvolvimento do setor privado, MPME e cooperativas

Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
Volume de novo crédito às MPME desbloqueado através do Sistema de Garantia de Crédito às MPME (milhões de USD, acumulado)	Sistema de garantia de crédito em vigor (ainda não utilizado)	40 milhões de USD	Líder: MF; Apoio: MCAE, Banco Central
Valor nominal do investimento do setor privado	63 M USD	150-200 M USD	Líder: MCAE; Apoio: MCI e instituições sob tutela do MCAE
Peso do investimento do setor privado no investimento total	13.1%	15% - 20%	Líder: MCAE; Apoio: MCI e instituições sob tutela do MCAE
% de MPME registadas com acesso a pelo menos um produto financeiro formal (empréstimo, conta poupança ou seguro)	19,1% com empréstimos bancários (segundo o inquérito BAD-MCI de 2024)	35%	Líder: MF; Apoio: Banco Central, MF, MCI
Registo anual de novas empresas (número de MPME e cooperativas formais)	6,417 (2025)	10.000 por ano	Líder: MCI; Apoio: MCAE, MJ
Número de MPME que transitam anualmente da classificação de micro para pequena empresa [por limiar de emprego ou volume de negócios, nos termos do Decreto n.º 30/2023]	Não existe sistema de acompanhamento do fluxo de transição. Microempresas: 1.311 (até 5 trabalhadores) Pequenas empresas: 202 (6-20 trabalhadores). [Inquérito de mapeamento empresarial do BAD, julho de 2024].	30% das MPME transitaram de escalão [linha de base fixada a partir de 2027]	Líder: MCI; Apoio: MCAE, incluindo as instituições sob a sua tutela

% de novos registos no SERVE por empresas lideradas por mulheres ou por jovens;	43,2% das MPME existentes são lideradas por mulheres (segundo o inquérito BAD-MCI de 2024)	45% dos novos registos; ≥40% dos beneficiários do sistema	Líder: MCI; Apoio: MCAE, SSE
% de beneficiários do Sistema de Garantia de Crédito às PME que são empresas lideradas por mulheres	0 (sistema ainda não operacional)	≥40% dos beneficiários do sistema	Líder: MF; Apoio: MCAE, SSE
Tempo (dias) e custo (USD) para uma empresa concluir o registo de constituição e obter a licença de funcionamento	~42 dias / ~380 USD (dados históricos do Doing Business do Banco Mundial para Timor-Leste, estimativa de 2020)	≤15 dias / ≤100 USD até 2030	Líder: MCAE; Apoio: MJ, MCI

Principais intervenções estratégicas (2027-2030):

- **Operacionalizar o Sistema de Garantia de Crédito às MPME e os mecanismos de financiamento misto:** Conceber e capitalizar o Sistema de Garantia de Crédito às MPME até ao final de 2027, sendo o Ministério das Finanças a instituição responsável e o Banco Central o responsável pelo mecanismo de supervisão, para assegurar a gestão do risco, a estabilidade do setor financeiro e as práticas de concessão de crédito. Desenvolverá mecanismos de partilha de risco dirigidos às MPME das cadeias de valor da agricultura, das pescas, do turismo e da agroindústria. Será complementado com financiamento misto para PME de maior dimensão que procurem capital de crescimento. O progresso dos desembolsos será reportado trimestralmente ao Conselho de Ministros. Note-se que o inquérito do BAD constatou que a procura de garantias de crédito (59,8% das MPME classificaram-nas como «fortemente necessárias») é inferior à de outros instrumentos financeiros: a adesão dependerá da literacia financeira e da simplicidade da candidatura, e não apenas da conceção do sistema.
- **Agrupamento empresarial (clustering) ligado às cadeias de valor prioritárias:** Será desenvolvido um programa nacional de agrupamento empresarial que ligue o desenvolvimento das MPME às cadeias de valor da agricultura, das pescas, do turismo e da indústria transformadora das ARC 1-4. Isto facilitará a integração das MPME na criação de valor acrescentado, no acesso ao mercado, no desenvolvimento de competências e na normalização. Baseia-se no inquérito MCI-BAD, que identifica os agrupamentos das cadeias de valor do café e dos óleos biológicos e os modelos de eco/agroturismo (agroturismo em plantações de café, desportos náuticos) como as oportunidades de agrupamento mais promissoras. O agrupamento permite às MPME gerir coletivamente os custos de produção, aceder a certificação de qualidade e a infraestruturas de cadeia de frio partilhadas e

cumprir normas de exportação que as microempresas individuais não conseguem alcançar isoladamente. Pilotar dois agrupamentos até 2028, um ligado ao corredor do café e outro ligado a um circuito de turismo costeiro/marinho.

- **Programa de progressão para o crescimento:** Conceber um programa estruturado de progressão das MPME para apoiar a transição de micro para pequena empresa e de pequena para média empresa. Dirigir-se-á a empresas registadas há pelo menos dois anos e que demonstrem orientação para o crescimento. Baseia-se na conclusão central do inquérito MCI-BAD, segundo a qual o desafio das MPME em Timor-Leste é fundamentalmente um problema de mentalidade e de capacidade: a maioria das empresas é deliberadamente pequena e orientada para a estabilidade, e não travada apenas pela falta de financiamento. O programa deverá combinar formação em literacia empresarial, mentoria por empresas estabelecidas, apoio à ligação ao mercado e financiamento para expansão através do Sistema de Garantia de Crédito, com uma vertente dedicada às start-ups lideradas por mulheres e por jovens (47,4% das MPME têm menos de cinco anos). Executar através do IADE, com o envolvimento das câmaras do setor privado.
- **Registo de empresas e harmonização e simplificação regulamentar:** Serão implementadas reformas direcionadas para reduzir o tempo e o custo do registo e da renovação de empresas através do SERVE, visando uma via de registo totalmente digital até 2028. Coordenar com a Prioridade Nacional 10 (Clima de Investimento e Reforma Regulamentar) para eliminar todos os obstáculos burocráticos no processo de licenciamento empresarial e estabelecer um ponto de contacto único para as consultas e aprovações das MPME em cada Balcão Único municipal.
- **Serviços de desenvolvimento empresarial para cooperativas e MPME:** Criar um programa estruturado de Serviços de Desenvolvimento Empresarial ligado à indústria, através do IADE, dirigido às MPME das cadeias de valor apoiadas pelas ARC 1-4. Os serviços deverão incluir gestão financeira básica, acesso ao mercado, certificação de qualidade e ferramentas digitais de negócio. Dar prioridade às cooperativas dos setores do café, do arroz e das pescas, onde a comercialização coletiva pode melhorar substancialmente os rendimentos dos pequenos produtores. Executar através de uma combinação de instituições públicas, câmaras privadas e sociedade civil, e não exclusivamente pelo Governo.
- **Apoio ao empreendedorismo de mulheres e jovens:** Criar um regime de financiamento específico e uma janela de mentoria, no âmbito do Sistema de Garantia de Crédito às PME, para empresas lideradas por mulheres e por jovens, visando pelo menos 40% dos beneficiários do sistema. O inquérito constatou que as MPME lideradas por mulheres têm uma procura mais forte de garantias de crédito (+6,6 pontos percentuais), de procedimentos de empréstimo simplificados (+5,9 p.p.) e de crédito bonificado (+4,6 p.p.) do que as empresas lideradas por homens. Articular esta janela com os programas de literacia digital e de competências da ARC 6.

3.5.6. Emprego e transformação do mercado de trabalho

Resultado estratégico: O desenvolvimento de competências alinhado com a indústria e as reformas do mercado de trabalho reduzem os desajustamentos de competências, alargam o emprego formal no setor privado e melhoram a qualidade do emprego.

O mercado de trabalho de Timor-Leste combina elevada informalidade, baixa participação, desajustamentos persistentes de competências e fraca qualidade do emprego no setor privado formal. O emprego informal representava 77,3%⁴¹ do emprego total, com uma taxa mais elevada entre as mulheres (80,4%) do que entre os homens (75,3%). A taxa de participação na força de trabalho situava-se em 30,5% para as pessoas com 15 ou mais anos, segundo o Inquérito à Força de Trabalho de 2021, a mais baixa do Sudeste Asiático. Indica que uma grande parte da população em idade ativa não está empregada nem procura ativamente trabalho. No setor das MPME, onde se encontra a maior parte do emprego não público, 80,8%⁴² das empresas não oferecem quaisquer benefícios aos trabalhadores e apenas 9,8% contribuem para a segurança social, o que significa que o registo formal não se traduz em resultados de trabalho digno.

Um fosso de género significativo agrava esta situação: Apesar de 43,2% das MPME serem lideradas por mulheres, 83,6% das empresas declaram que as trabalhadoras representam 10% ou menos da sua força de trabalho. Indica que as empresas lideradas por mulheres ainda não estão a traduzir o seu empreendedorismo em emprego para outras mulheres. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento de competências também não está bem alinhado com as necessidades de uma economia em transformação. Em 2022 formaram-se aproximadamente 9.009 diplomados do EFTP, mas o alinhamento dos cursos com os setores produtivos continua incompleto e o emprego dos diplomados não é sistematicamente acompanhado. A prioridade do setor para 2027-2030 é alinhar o EFTP com a procura de competências no mercado, através de programas concebidos em conjunto com a indústria, reforçando simultaneamente o lado da procura do emprego formal através das medidas de progressão das MPME, de agrupamento e de aprovisionamento estabelecidas na ARC 5.

Tabela 3.5.6: Estratégia de resultados para o emprego e a transformação do mercado de trabalho

Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
% de cursos de EFTP alinhados com os setores da diversificação económica	40%	75%	Líder: SEFOPE Apoio: ME, MESCC, UNTL, SENAI-Becora, CNEFP-Tibar

⁴¹ Direção-Geral de Estatística (INETL), Inquérito à Força de Trabalho de Timor-Leste 2021 — Relatório Final, Díli, maio de 2023.

⁴² BAD, Asia Small and Medium-Sized Enterprise Monitor 2024 — Volume II: Trends and Challenges Facing Small Businesses in Timor-Leste, Banco Asiático de Desenvolvimento, Manila, fevereiro de 2025.

Número de diplomados do EFTP nos setores da diversificação económica	9.000 diplomados (2022)	29,000	Líder: SEFOPE Apoio: ME, MESCC
% de diplomados do EFTP em emprego formal 12 meses após a conclusão — acompanhado através do sistema de acompanhamento de diplomados do EFTP	Atualmente não medido não existe sistema de acompanhamento em 2025	≥60%	Líder: SEFOPE Apoio: ME, MESCC
Crescimento do emprego no setor privado	~3.115 por ano	5.000-7.000 empregos por ano	Líder: MCAE Apoio: SEFOPE, MCI, IADE, TradeInvest, MCI
Taxa de informalidade (% do emprego total que é informal) — Inquérito à Força de Trabalho	77.3% (IFT-2021)	<65%	Líder: SEFOPE; Apoio: MCAE

Principais intervenções estratégicas 2027-2030:

- **Reforma curricular do EFTP alinhada com a indústria:** Criar Conselhos Consultivos da Indústria (CCI) formais em cada setor prioritário: agricultura, turismo, pescas, construção e indústria ligeira até 2028. Os Conselhos são compostos pela CCI-TL, pelas associações setoriais, pelos principais empregadores e por instituições públicas, e serão responsáveis por conceber e validar conjuntamente os currículos do EFTP. As prioridades incidirão em programas de ciclo curto (3-12 meses) que conferem certificados e diplomas em profissões onde a procura já está documentada e as vagas permanecem atualmente por preencher. A composição dos Conselhos será diretamente articulada com os programas de agrupamento empresarial da ARC 5, de modo que os agrupamentos gerem especificações de formação a que as instituições de EFTP respondem em tempo real, e não através de ciclos periódicos de revisão curricular.

- **Sistema de acompanhamento de diplomados:** Estabelecer um sistema funcional de acompanhamento de diplomados do EFTP até ao final de 2027, para monitorizar os resultados de emprego aos 6 e 12 meses após a conclusão. Trata-se de um pré-requisito para a gestão do programa de EFTP: sem ele, nem a SEFOPE nem os parceiros de desenvolvimento conseguem determinar quais os programas que colocam diplomados em empregos. Articular os resultados do acompanhamento com as decisões de financiamento dos programas a partir de 2028, para facilitar uma afetação eficiente de recursos. Integrar a recolha de dados de acompanhamento com o sistema anual de dados sobre o panorama das MPME da ARC 5, permitindo cruzar os padrões de contratação das MPME com a oferta de diplomados do EFTP e identificar precocemente os desajustamentos ao nível setorial.
- **Expansão do EFTP de ciclo curto e das microcredenciais:** Expandir os programas de EFTP de ciclo curto (3-24 meses) que conferem certificados profissionais, diplomas e microcredenciais nos ofícios da construção, na hotelaria, na transformação alimentar e nas pescas, setores em que a procura de emprego existe já dentro do período deste PMP, e não dependente de mudanças estruturais de longo prazo. Em parceria com as instituições de formação, alargar a oferta ao nível comunitário para chegar às mulheres e aos jovens dos municípios mais atrasados que não podem deslocar-se para instituições sediadas em Díli. Integrar módulos básicos de gestão financeira e de literacia empresarial em todos os programas de hotelaria, agroindústria e pescas, de modo que os diplomados que ingressam no emprego nas MPME ou no trabalho por conta própria disponham das competências financeiras fundamentais que apoiam os objetivos de formalização da ARC 5.
- **Articulação com o programa de progressão para o crescimento da ARC 5: formalização do emprego nas MPME e segurança social:** Implementar um programa estruturado de formalização do emprego nas MPME, em estreita coordenação com o programa de progressão para o crescimento da ARC 5. À medida que as MPME transitam da classificação de micro para pequena empresa, exigir a inscrição dos trabalhadores no INSS como condição para a manutenção da elegibilidade ao Sistema de Garantia de Crédito às PME e ao acesso ao aprovisionamento público. Trabalhar com o INSS e o Ministério das Finanças para

introduzir uma estrutura simplificada e acessível de contribuições para a segurança social para as MPME com menos de dez trabalhadores, como mecanismo transitório rumo à formalização plena. Meta: aumentar a proporção de MPME registadas que contribuem para a segurança social da linha de base de 9,8% (inquérito do BAD, julho de 2024) para 35% até 2030, acompanhada anualmente através do sistema de dados sobre o panorama das MPME.

- **Reduzir o fosso de género no emprego nas MPME:** Conceber e implementar intervenções direcionadas para colmatar o fosso entre a propriedade de MPME por mulheres e a proporção de mulheres no emprego nas MPME. As medidas deverão incluir: um incentivo ao emprego feminino no âmbito do programa de progressão para o crescimento da ARC 5, que conceda acesso preferencial aos Serviços de Desenvolvimento Empresarial às MPME lideradas por mulheres que aumentem a sua proporção de emprego feminino; apoio à colocação específico por setor, ligando as diplomadas do EFTP a empresas de hotelaria, agroindústria e pescas; e um exercício de mapeamento ao nível municipal para identificar as barreiras estruturais como transportes, cuidados infantis e normas sociais que impedem as mulheres de aceder ao emprego formal nas MPME. Acompanhar anualmente, a partir de 2027, a proporção de mulheres no emprego privado formal como indicador autónomo e reportá-la no Relatório Anual de Desempenho ao Conselho de Ministros.

3.6 ICD e metas do Pilar da Diversificação Económica

Tabela 3.6.1: ICD e metas do Pilar da Diversificação Económica

Nível	ARC	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)
Resultado	Pilar	Taxa de crescimento anual do PIB não petrolífero	4,1% (Banco Mundial, 2024)	Bases lançadas para um crescimento sustentado de 7,5-8,0%
Resultado	Pilar	Novos empregos formais no setor privado criados anualmente	~3.115 (est.)	5.000-7.000 por ano
Resultado	Pilar	Valor das principais exportações não petrolíferas (agricultura, pescas, turismo, Economia Azul)	21 milhões de USD (INETL, 2024)	Aumento de 2-3 vezes
Produto	ARC 1	Área funcional sob regadio (ha)	43.834 ha	70.000 ha

Resultado	ARC 2	Valor das exportações marinhas (Economia Azul)	~5.000 USD (2020)	1 milhão de USD
Resultado	ARC 3	Receitas de exportação de viagens do turismo (milhões de USD)	28 milhões de USD (BCTL, BdP, 2024)	80 milhões de USD
Resultado	ARC 4	Valor acrescentado da indústria transformadora (milhões de USD)	29 milhões de USD (2024)	55-75 milhões de USD
Resultado	ARC 5	Sistema de Garantia de Crédito às PME, crédito acumulado desbloqueado (milhões de USD)	Sistema de garantia de crédito em vigor (ainda não utilizado)	40 milhões de USD
Resultado	ARC 6	% de diplomados do EFTP em emprego formal 12 meses após a conclusão	Não medido: sistema de acompanhamento a estabelecer até ao final de 2027	≥60%
Resultado	ARC 6	Taxa de informalidade (% do emprego total, IFT)	77,3% (INETL, IFT, 2021)	≤65%

3.7 Resultados rápidos, intervenções prioritárias faseadas, mecanismos de execução e prioridades espaciais

As ações prioritárias abaixo foram selecionadas pela sua visibilidade, viabilidade e papel catalisador na fase inicial da execução. Destinam-se a mostrar progressos rapidamente, lançando simultaneamente as bases para reformas estruturais mais amplas ao longo do restante período do PMP. Os resultados rápidos limitam-se a ações que podem iniciar-se sem nova legislação primária ou mudanças institucionais significativas, ou em que a legislação já está a ser preparada. As ações que exigem investimento institucional sustentado estão sequenciadas nas fases de curto e médio prazo.

Resultados rápidos (2027)

- Lançar o Sistema de Garantia de Crédito às PME e os mecanismos de financiamento misto, com o Ministério das Finanças como instituição responsável e as primeiras garantias emitidas até ao final de 2027.
- Pilotar dois agrupamentos empresariais até 2028: um ligado à cadeia de valor agroindustrial do corredor do café (Ermera/Liquiçá) e outro ligado a um circuito de turismo marinho costeiro, como prova de conceito para o programa mais amplo de agrupamento da ARC 5.

- Iniciar o reforço da fiscalização da ZEE e concluir o zonamento marinho e das pescas para as zonas costeiras prioritárias: o resultado rápido fundacional para a Economia Azul, que atualmente não dispõe de qualquer ação inicial, apesar de ter a maior meta de crescimento individual do pilar.
- Criar a janela de financiamento das empresas de turismo comunitário no âmbito da ARC 3, com as primeiras 20 empresas apoiadas até ao final de 2028, articulada com o Sistema de Garantia de Crédito às PME.
- Expandir os programas de EFTP ligados à indústria, alinhados com a construção, o turismo e a agroindústria, com Conselhos Consultivos da Indústria criados em cada setor prioritário até ao final de 2027.
- Estabelecer o sistema de acompanhamento de diplomados do EFTP até ao final de 2027, acompanhando os resultados de emprego aos 6 e 12 meses, pré-requisito para gerir o alinhamento do EFTP e reportar em relação ao indicador de colocação formal.
- Simplificação do acesso das MPME ao aprovisionamento público, reduzindo os requisitos documentais e introduzindo quotas de aprovisionamento reservadas às MPME, em coordenação com a Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA). Iniciar pacotes de desenvolvimento de cadeias de valor nos corredores prioritários da agricultura e do turismo, em coordenação com o investimento em infraestruturas dos corredores económicos do Capítulo 4.

Curto prazo (2028-2029)

- Estabelecer pelo menos duas zonas industriais ou agroindustriais funcionais, com lotes infraestruturados, serviços básicos e balcões de facilitação do investimento: uma em Díli ou nas suas proximidades para a indústria ligeira e outra num corredor agrícola prioritário para a agroindústria.
- Expandir os programas de apoio às cooperativas e às MPME através do IADE, com serviços estruturados de desenvolvimento empresarial para pelo menos 500 MPME por ano a partir de 2028
- Lançar o programa nacional de progressão para o crescimento das MPME, dirigido às MPME registadas com potencial de crescimento demonstrado, para a transição da classificação de micro para pequena empresa
- Lançar o Inquérito à Força de Trabalho anual a partir de 2027, em coordenação com o INETL, para substituir o ciclo quadrienal de inquérito e permitir o acompanhamento anual da taxa de informalidade e do crescimento do emprego formal.
- Finalizar e publicar em jornal oficial o plano de ação da política nacional de desenvolvimento das MPME, com base nas conclusões do inquérito de mapeamento empresarial do BAD (julho de 2024), sob a liderança do Ministério do Comércio e Indústria.
- Introduzir um pacote de desagravamento fiscal para as MPME elegíveis, incluindo um tratamento simplificado em sede de IVA e regimes de diferimento do pagamento de impostos para as empresas nos seus primeiros três anos.

Médio prazo (até 2030)

- Alcançar a comercialização plena das principais cadeias de valor e dos circuitos turísticos, com acordos de escoamento estabelecidos, sistemas de certificação de qualidade e ligações ao mercado operacionais nos corredores prioritários.
- Atingir de forma sustentada 5.000-7.000 novos empregos formais por ano, combinando, do lado da oferta, a colocação de diplomados do EFTP e, do lado da procura, a progressão das MPME, o agrupamento e o emprego nas zonas industriais.
- Alcançar a meta de alinhamento do EFTP de 75% dos cursos alinhados com os setores da diversificação económica e $\geq 60\%$ dos diplomados em emprego formal nos 12 meses após a conclusão.
- Reduzir a taxa de informalidade de 77,3% para $\leq 65\%$, através da conjugação da formalização das MPME, da simplificação do INSS e dos incentivos à qualidade do emprego das ARC 5 e 6.

Mecanismos de execução: A execução será liderada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas (ARC 1-2), pelo Ministério do Turismo e Ambiente (ARC 3), pelo Ministério do Comércio e Indústria (ARC 4), pelo Ministério das Finanças e pelo MCAE (ARC 5) e pela SEFOPE e pelo MCAE (ARC 6), com coordenação do MPE. O Ministério das Finanças e o Banco Central coliderarão o Sistema de Garantia de Crédito às MPME. O INETL liderará o Inquérito à Força de Trabalho anual e o sistema de dados sobre o panorama das MPME. Todos os investimentos serão especialmente priorizados para os municípios mais atrasados e para os corredores de crescimento identificados no Plano Nacional de Ordenamento do Território.

Prioridades espaciais: Os investimentos agrícolas e agroindustriais darão prioridade aos corredores de produção de café e arroz em Ermera, Manufahi, Aileu, Ainaro, Bobonaro, Liquiçá e Covalima. Os investimentos na Economia Azul concentrar-se-ão nas zonas costeiras da ZEE e nas infraestruturas de desembarque em Lautém, Baucau e Viqueque. Os investimentos nos circuitos turísticos darão prioridade aos municípios mais atrasados, incluindo Lautém, Viqueque e Bobonaro, onde as lacunas de conectividade dos circuitos são maiores. O investimento na indústria transformadora e nas zonas industriais dará prioridade a Díli e às zonas de crescimento periurbanas com ligações rodoviárias e de serviços existentes. Os projetos-piloto de agrupamento das MPME serão ancorados no corredor do café e numa zona de turismo costeiro na primeira fase, com expansão a outros corredores a partir de 2028, orientada pelo sistema de dados sobre o panorama das MPME.



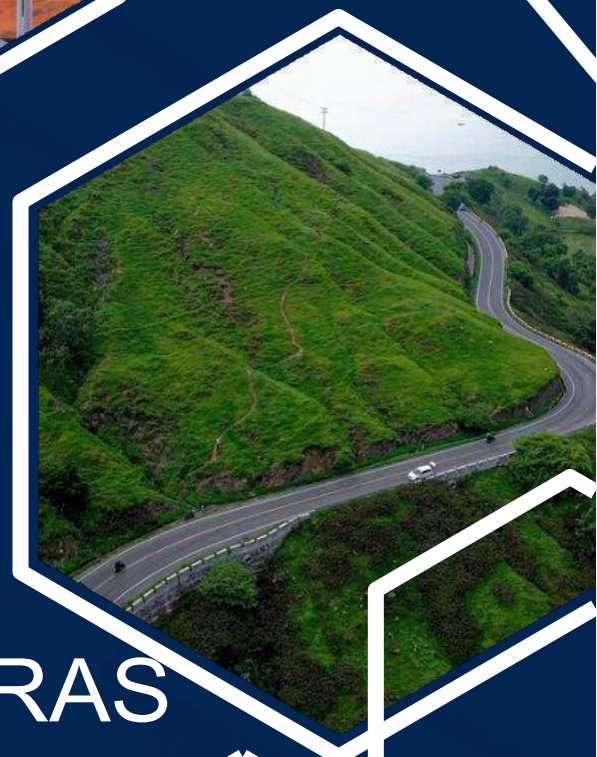


CAPÍTULO 4

DESENVOLVIMENTO

DAS INFRAESTRUTURAS

Dá prioridade a sistemas de infraestruturas fiáveis que ligam as zonas de produção, os serviços e os mercados



PREFÁCIO



O desafio das infraestruturas de Timor-Leste já não consiste, principalmente, em construir a partir do zero. Ao longo dos últimos treze anos, foram concluídos mais de 1.400 projetos de infraestruturas através do Fundo das Infraestruturas, o acesso à eletricidade atingiu 99,7% ao nível dos *sucos*, o Porto da Baía de Tibar está operacional e a expansão do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato está em curso. Trata-se de uma base que a maioria das nações pós-conflito na nossa fase de desenvolvimento invejaria.

Mas ter construído infraestruturas não é o mesmo que ter infraestruturas que funcionam, e infraestruturas que funcionam não são o mesmo que infraestruturas que impulsionam a transformação económica que o nosso povo merece. As estradas municipais as estradas que ligam os nossos agricultores aos mercados, as nossas crianças às escolas e as nossas comunidades aos serviços de saúde estão em bom ou razoável estado em menos de 7% da sua extensão. Cerca de um terço dos nossos sucos não dispõe de abastecimento fiável de eletricidade 24 horas por dia e apenas metade dos nossos sistemas de abastecimento de água rural está plenamente funcional. A era digital traz tantas oportunidades para o nosso povo, mas apenas cerca de um terço da nossa população utiliza a Internet.

O Plano de Médio Prazo 2027-2030 trata as infraestruturas não como um fim, mas como a base essencial para tudo o mais que procuramos alcançar. As estradas não se medem em quilómetros de asfalto: trata-se de agricultores a aceder aos mercados, de circuitos turísticos que se tornam viáveis e de municípios mais atrasados que finalmente participam no crescimento do país. A eletricidade não se mede em taxas de ligação: trata-se de energia fiável que viabiliza a indústria transformadora, as cadeias de frio e os serviços digitais. A conectividade digital não se mede em mapas de cobertura: trata-se da utilização da Internet, da adoção digital pelas empresas e de serviços de administração eletrónica que chegam a todos os cidadãos.

Este capítulo estabelece seis prioridades claras para 2027-2030: estradas que desbloqueiam corredores económicos, serviços de água que se tornam operacionalmente sustentáveis, um sistema elétrico fiável, acessível e progressivamente renovável, portos e aeroportos que viabilizam o crescimento das exportações não petrolíferas, um sistema de transportes públicos regulado que melhora a mobilidade laboral e a segurança, e banda larga acessível que transforma a participação digital. Para cada uma, definimos os resultados com que nos comprometemos, as linhas de base de que partimos, as metas pelas quais seremos responsabilizados e as intervenções estratégicas que nos levarão até lá.

As bases que lançamos nas infraestruturas entre 2027 e 2030 determinarão se a diversificação económica de Timor-Leste terá êxito, e estamos determinados a construí-las bem.

Eng.º Gastão Francisco de Sousa

Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE)

Presidente da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) para as Infraestruturas

CAPÍTULO 4: DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS

4.1. Introdução e contributo para as prioridades nacionais

As infraestruturas são centrais para a agenda de diversificação económica, crescimento inclusivo, integração territorial e resiliência de Timor-Leste. As estradas, a água e o saneamento, a eletricidade, os portos, os aeroportos, os transportes públicos e a tecnologia digital determinam, em conjunto, o acesso ao mercado, a prestação de serviços, o investimento privado e a produtividade das famílias e das empresas em todo o país.

O Pilar das Infraestruturas apoia diretamente a ambição do Governo de reorientar a economia para o crescimento não petrolífero, melhorar a equidade dos serviços e transitar para a energia verde. Incorpora a responsabilidade orçamental ao proteger o valor dos ativos públicos através de uma melhor manutenção e de um planeamento do ciclo de vida. Reflete igualmente a necessidade de dar prioridade a investimentos espacialmente equilibrados, resilientes ao clima e inclusivos das mulheres, dos jovens, das pessoas com deficiência e das comunidades rurais.

O pilar das infraestruturas está também concebido para contribuir para prioridades como os corredores económicos, a logística e a facilitação do comércio, o desenvolvimento da economia azul, as infraestruturas da economia digital, a fiabilidade dos serviços, a adaptação às alterações climáticas e a reforma institucional.

4.1.1. Questões estratégicas do setor das infraestruturas

Timor-Leste registou avanços notáveis nas suas infraestruturas. Em 2011, Timor-Leste criou o Fundo das Infraestruturas e realizou um investimento extensivo, com a conclusão de mais de 1.400 projetos entre 2011 e 2025. Incluiu a instalação e reabilitação de instalações elétricas, a expansão dos sistemas de irrigação, edifícios públicos e a construção e reabilitação de estradas e pontes. O acesso à eletricidade ao nível dos sucos atingiu 99,7% em 2024, entre os mais elevados da região para um país com este nível de rendimento, alcançado num período comprimido de doze anos a partir de uma base quase nula. O estado das estradas nacionais melhorou significativamente, estando agora 48% das estradas nacionais em bom ou razoável estado. O acesso a água potável gerida de forma segura alargou-se a 87% dos agregados familiares, apoiado por mais de 1.800 sistemas de abastecimento de água rural. A abertura do Porto da Baía de Tibar criou uma moderna porta de entrada de contentores em águas profundas para o comércio não petrolífero, e o início da expansão do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato, em abril de 2025, desbloqueará os volumes de chegadas turísticas de que o setor necessita. A amarração, em junho de 2024, do Cabo Submarino Sul de Timor-Leste, com uma capacidade de projeto de 27 terabits por segundo, resolveu estruturalmente, pela primeira vez, o constrangimento do país em largura de banda digital internacional.

Apesar destes progressos, várias questões estratégicas continuam a limitar o pleno contributo das infraestruturas para o desenvolvimento nacional e a diversificação económica.

Em primeiro lugar, a conectividade das infraestruturas e a fiabilidade dos serviços continuam a ser desiguais entre setores e territórios. A conectividade rodoviária permanece incompleta nas zonas municipais e rurais⁴³, limitando o acesso aos mercados, aos circuitos turísticos e aos serviços sociais, enquanto as cheias e os deslizamentos de terras perturbam frequentemente o acesso em locais vulneráveis. Os sistemas de água e saneamento continuam a enfrentar níveis elevados de água não faturada⁴⁴, baixa funcionalidade dos sistemas rurais⁴⁵ e fraca cobertura de saneamento. Os serviços de eletricidade continuam afetados por perdas técnicas e comerciais⁴⁶ e por uma forte dependência da geração a gás⁴⁷. Os serviços de transportes públicos permanecem em grande medida informais e fragmentados, enquanto os elevados custos da Internet⁴⁸ e a qualidade desigual da banda larga continuam a limitar a participação digital.

Em segundo lugar, os sistemas de infraestruturas continuam fracamente integrados com os setores produtivos e os sistemas logísticos nacionais. A fraca coordenação dos transportes e da logística, as infraestruturas limitadas de cadeia de frio, os elevados custos logísticos e as cadeias de abastecimento fragmentadas continuam a limitar a agricultura, as pescas, o turismo, a indústria transformadora e o crescimento do setor privado. Os investimentos em infraestruturas são frequentemente executados como projetos isolados, sem integração suficiente nos corredores económicos mais amplos e nas estratégias de desenvolvimento das cadeias de valor.

Em terceiro lugar, a sustentabilidade orçamental continua a ser um desafio significativo. Os setores das infraestruturas continuam a depender fortemente da despesa de capital financiada pelo petróleo, enquanto o subfinanciamento da manutenção, a fraca orçamentação do ciclo de vida, a recuperação limitada de custos e os modelos pouco claros de financiamento operacional ameaçam o desempenho a longo prazo dos ativos públicos. Sem reformas mais fortes na gestão de ativos e no financiamento, os novos investimentos não gerarão valor económico e social duradouro.

Em quarto lugar, a fragmentação institucional e as fragilidades de governação continuam a comprometer a prestação de serviços e a eficiência operacional. Os mandatos dos ministérios, das empresas de serviços públicos, dos municípios, dos reguladores e das empresas públicas nem sempre estão claramente alinhados⁴⁹, criando problemas de coordenação no planeamento, na regulação, na execução e na supervisão. Vários setores carecem igualmente de modelos operacionais claros, de sistemas regulatórios e de arranjos institucionais sustentáveis para a gestão de ativos a longo prazo.

⁴³ Com base nos dados do Ministério das Obras Públicas, em junho de 2025 apenas 14% das estradas municipais e 37% das estradas urbanas tinham sido reabilitadas. Menos de um terço das estradas rurais encontrava-se em bom estado.

⁴⁴ De acordo com os relatórios da BTL, a ANF situava-se em 85%

⁴⁵ De acordo com o portal do GMF, apenas 911 dos 1.809 sistemas de abastecimento de água rural estão «Não ativos»

⁴⁶ ~33% de perdas de transporte e distribuição, de acordo com os registos da EDTL

⁴⁷ <1% da eletricidade é produzida a partir de fontes de energia renovável. No entanto, o projeto proposto de 72 MW de energia solar e BESS em Manatuto deverá melhorar esta situação nos próximos anos.

⁴⁸ Com base no DataReportal, Digital 2024: o custo por GB de Internet em Timor-Leste foi estimado em ~4,8% do Rendimento Nacional Bruto

⁴⁹ Alguns exemplos incluem a sobreposição entre a BTL e a SMASA nos serviços de WASH e entre o MOP e o Ministério da Administração Estatal no alinhamento das estradas rurais com as prioridades nacionais.

Em quinto lugar, a exposição climática e a vulnerabilidade a catástrofes estão a aumentar. As estradas, os portos, os sistemas de água, as infraestruturas costeiras e os ativos energéticos estão cada vez mais vulneráveis a cheias, secas, deslizamentos de terras, erosão costeira e fenómenos meteorológicos extremos. Normas de resiliência limitadas, sistemas de drenagem inadequados e um fraco planeamento de contingência aumentam a vulnerabilidade das infraestruturas e os custos de manutenção a longo prazo.

Por último, a desigualdade espacial e a exclusão social continuam a ser desafios significativos. Os municípios menos servidos continuam a registar infraestruturas de menor qualidade, acesso mais fraco aos serviços e menos oportunidades económicas. As mulheres, as pessoas com deficiência e as populações vulneráveis continuam a enfrentar barreiras no acesso a serviços de infraestruturas seguros, acessíveis e inclusivos.

4.1.2. Objetivos estratégicos e prioridades do setor das infraestruturas

O pilar das infraestruturas é orientado por três Objetivos Estratégicos (OE):

- **OE1:** Acelerar a diversificação económica e maximizar o impacto económico dos investimentos em infraestruturas, ligando as zonas de produção aos mercados e apoiando os setores de elevado valor.
- **OE2:** Reforçar a sustentabilidade orçamental e a gestão eficaz de ativos para proteger os investimentos públicos e reduzir a dependência a longo prazo do Fundo Petrolífero.
- **OE3:** Reforçar a governação institucional e os quadros regulatórios para melhorar a prestação de serviços, a eficiência operacional e a responsabilização.

Estes objetivos são operacionalizados através de seis Áreas de Resultados-Chave (ARC):

- **ARC 1. Estradas e pontes.** Melhora o estado e a conectividade da rede rodoviária, reduz o tempo de viagem e melhora o acesso económico, com infraestruturas rodoviárias e pontes seguras e resilientes ao clima.
- **ARC 2. Água e saneamento.** Melhora a sustentabilidade operacional e financeira dos serviços de água, o acesso universal e a prestação de serviços, e a sustentabilidade dos sistemas rurais de água e saneamento.
- **ARC 3. Eletricidade.** Melhora a fiabilidade e o acesso à eletricidade, reduz as perdas de eletricidade e promove a transição para as energias renováveis.
- **ARC 4. Portos, aeroportos e transportes.** Melhora a sustentabilidade institucional e financeira dos portos e aeroportos, aumenta a conectividade e a fiabilidade dos serviços.
- **ARC 5. Transportes públicos.** Introduce nova capacidade institucional e regulatória, melhora a cobertura e a qualidade dos serviços de transportes públicos.
- **ARC 6. Infraestruturas digitais.** Acelera a conectividade de alta velocidade e a acessibilidade económica do acesso digital.

Em todas as ARC serão integradas a resiliência climática e a GEDSI. Isto inclui o desenho universal, a adaptação climática dos ativos prioritários e metas desagregadas segundo a GEDSI na execução.

4.2. Resultados do pilar das infraestruturas para 2030

O quadro de resultados do pilar abaixo apresenta os resultados de médio prazo pretendidos para o pilar das infraestruturas. Capta a principal orientação estratégica do setor e constitui o ponto de referência para as cadeias de resultados subsetoriais mais detalhadas que se seguem.

Tabela 4.2.1: Quadro de resultados do desenvolvimento das infraestruturas

Nível	Enunciado do resultado
Impacto	Crescimento económico sustentável, inclusivo e resiliente ao clima.
Objetivo	Os cidadãos e as empresas de todos os municípios beneficiam, até 2030, de conectividade e serviços básicos fiáveis e acessíveis, com sistemas de infraestruturas cada vez mais sustentáveis do ponto de vista financeiro, resilientes ao clima e integrados com os setores produtivos de Timor-Leste.
Resultados do pilar até 2030	Os tempos de viagem entre Díli e as capitais municipais são mensuravelmente reduzidos e as estradas dos corredores agrícolas e turísticos são fiáveis durante todo o ano, permitindo o acesso rural aos mercados, o investimento privado e uma prestação equitativa de serviços nos municípios mais atrasados. As famílias e as empresas das zonas urbanas e rurais beneficiam de serviços de água e eletricidade mais fiáveis, com aumento das horas médias de abastecimento de água urbano, redução da duração das interrupções e melhoria da funcionalidade dos sistemas de água rurais de aproximadamente 50% para 90%. O encargo combinado dos subsídios à EDTL, à BTL e à APORTIL no orçamento do Estado está a diminuir, os rácios de recuperação de custos estão a aumentar e o espaço orçamental consumido pelos subsídios às empresas de serviços públicos é mensuravelmente reduzido em comparação com 2025. O investimento em infraestruturas é cada vez mais resiliente ao clima e de baixo carbono: uma parte crescente dos ativos novos e reabilitados cumpre normas de adaptação climática, e as energias renováveis estão a substituir a geração a gásóleo, reduzindo tanto as emissões como a dependência das importações.
Intervenções estratégicas	Resultados rápidos (2027): Lançar o programa de redução da ANF em Díli e nos principais centros urbanos. Concluir as ligações de última milha da rede elétrica nos municípios mais atrasados. Iniciar a criação do Fundo de Manutenção Rodoviária e arrancar com a reabilitação prioritária de estradas rurais nos corredores agrícolas e turísticos (Ermera, Ainaro, Manufahi, Liquiçá, Lautém, Baucau, Viqueque, Bobonaro). O MTC deverá desenvolver e publicar em jornal oficial, até 2027,

	normas mínimas de serviço aplicáveis aos atuais operadores de transporte público em autocarro, abrangendo paragens fixas nas rotas, requisitos de horários e normas mínimas de segurança dos veículos, permitindo uma formalização progressiva sem perturbar o atual modelo de exploração. Fixar preços grossistas do TLSSC que reflitam os custos, para melhorar a acessibilidade económica da banda larga. Criar um inventário de investimentos portuários para coordenar o planeamento das infraestruturas marítimas entre os ministérios setoriais. Curto prazo (2028-2029): Expandir os pacotes integrados de corredores económicos — estradas, eletricidade, água e logística — nos municípios agrícolas e turísticos designados. Alargar a espinha dorsal digital nacional aos pontos prioritários de prestação de serviços públicos (unidades de saúde, escolas, serviços municipais). Trabalhar com os atuais operadores de microlets para introduzir progressivamente paragens fixas e horários regulares básicos nas rotas urbanas prioritárias de Díli, em coordenação com as normas mínimas de serviço adotadas pelo MTC na fase dos resultados rápidos. Iniciar a reforma tarifária faseada da água, da eletricidade e dos serviços portuários e de ferry domésticos. Médio prazo (até 2030): Concluir a reabilitação e alcançar o estado operacional de cinco portos regionais prioritários. Atingir $\geq 80\%$ de conformidade com a adaptação climática nas infraestruturas novas e reabilitadas em todos os subsetores. Concluir a transição para as energias renováveis até $\geq 50\%$ do mix de produção de eletricidade. Alcançar as metas de melhoria da recuperação de custos na BTL, na EDTL e na APORTIL.
--	---

4.3. Resultados subsetoriais

4.3.1. Estradas e pontes

Resultado estratégico: O estado e a conectividade da rede rodoviária nos níveis nacional, municipal e rural estão a melhorar, com tempos de viagem mensuravelmente reduzidos, custos logísticos mais baixos nos corredores agrícolas e turísticos, e infraestruturas novas e reabilitadas construídas segundo normas resilientes ao clima.

O desafio rodoviário em Timor-Leste é fortemente diferenciado por classe de estrada. Enquanto 48% das estradas nacionais estão em bom ou razoável estado, esta proporção cai para apenas 6,9% nas estradas municipais e para aproximadamente 10% nas estradas rurais, que são os níveis da rede que ligam as zonas de produção, as escolas e as unidades de saúde ao sistema nacional⁵⁰. Colmatar esta lacuna é mais importante

⁵⁰ As categorias de estradas seguem a classificação oficial do MOP. As **estradas nacionais** (~1.426 km) constituem a rede arterial principal que liga entre si as 13 capitais municipais; incluem as 20 estradas de classe A designadas no sistema nacional de numeração de estradas. As **estradas municipais** (~869 km) ligam as capitais municipais às sedes

para o crescimento inclusivo e para o acesso rural aos mercados do que a mera continuação da requalificação da rede nacional, razão pela qual as intervenções abaixo dão prioridade ao investimento nos corredores municipais e rurais em municípios específicos produtores agrícolas e turísticos, a par da conclusão continuada das estradas nacionais.

Tabela 4.3.1: Estratégia de resultados para as estradas e pontes

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
1	% de estradas nacionais em bom/razoável estado	48% ⁵¹	≥85%	Líder: MOP; Apoio: MAE-Municípios
2	% de estradas municipais em bom/razoável estado	6.9% ⁵²	≥45%	Líder: MOP; Apoio: MAE-Municípios
3	% de estradas rurais com acesso em todas as condições meteorológicas / estado melhorado	~10% (estimado a partir do estado pendente/de projeto de execução (DED))	30%	Líder: MAE-Municípios; Apoio: MOP, MPIE
4	Tempo médio de viagem entre Díli e as capitais municipais	O MOP deverá estabelecer um inquérito de linha de base dos tempos de viagem em todas as rotas Díli-capitais municipais até ao final de 2027	Redução ≥20% face à linha de base	Líder: MOP; Apoio: MTC, MAE-Municípios
5	Custo médio do transporte rodoviário de mercadorias por tonelada-quilómetro em seis corredores prioritários	inquérito de linha de base a realizar pelo MOP em seis corredores	Redução ≥20% face à linha de base estabelecida ⁵⁴	Líder: MOP; Apoio: MPIE, MAPFF, MTA, INETL

de posto administrativo e às vilas de cada município. As **estradas rurais** (~3.112 km no total; 1.975 km identificados como rede prioritária) ligam os sucus à rede de estradas nacionais e municipais, sobretudo através de caminhos não pavimentados ou de gravilha.

⁵¹ Estimativa baseada na síntese da atualização de dados de julho de 2025

⁵² Conforme reportado pelo MOP em 10 de abril de 2026

⁵⁴ Entrevistas estruturadas a 20-30 operadores de camiões e agentes de carga nos principais pontos de origem e destino de cada corredor. As perguntas abrangem o custo total da viagem (USD), o peso típico da carga (toneladas), a transitabilidade sazonal da rota e os principais fatores de custo (combustível, manutenção, custos informais). Inquérito a realizar anualmente em maio-junho (pico da estação seca) e janeiro-fevereiro (estação das chuvas). Primeiro inquérito de linha de base a encomendar pelo MOP, com apoio técnico dos parceiros de desenvolvimento, em 2027, com instrumento de inquérito e protocolo de amostragem desenvolvidos em conjunto com o INETL.

	(USD/tonelada-km) — época seca e época das chuvas acompanhadas separadamente ⁵³	designados até ao final de 2027		
6	% de estradas e pontes novas/reabilitadas que cumprem as normas de resiliência climática do MOP (drenagem melhorada, proteção de taludes, geometria resistente a cheias) ⁵⁵	0% (não existe, em 2025, nenhuma norma formal de conceção de estradas resilientes ao clima (o MOP deverá publicar a norma em jornal oficial até ao final de 2027))	>80%	Líder: MOP; Apoio: APC

Intervenções estratégicas 2027-2030

As intervenções estratégicas para as estradas e pontes centrar-se-ão na melhoria da conectividade, no apoio à diversificação económica, no reforço da conectividade rural, no reforço da resiliência climática e na garantia da sustentabilidade a longo prazo dos ativos. As atividades serão executadas através de uma abordagem priorizada e integrada, que combina as estradas nacionais, municipais, rurais e urbanas com a reabilitação e manutenção de pontes. As principais intervenções estratégicas para o período 2027-2030 incluem:

Reabilitação e requalificação da rede: Concluir os troços de estradas nacionais em curso e reabilitar e pavimentar os corredores prioritários principais, secundários, municipais e urbanos. Requalificar aproximadamente 400 km de estradas rurais estratégicas para padrões transitáveis em todas as condições meteorológicas e substituir as pontes degradadas nas ligações críticas, dando prioridade aos corredores em que o mau estado das estradas é o constrangimento crítico ao acesso agrícola aos mercados e à viabilidade dos circuitos turísticos.

Desenvolvimento de corredores económicos: Dar prioridade à requalificação dos principais corredores económicos nos municípios produtores de café Ermera, Ainaro, Manufahi e Liquiçá e nas zonas turísticas de Lautém, Baucau, Viqueque e Bobonaro. Melhorar a gestão do tráfego urbano, a sinalização e a geometria rodoviária nos principais polos, para reforçar as ligações entre as zonas de produção, os mercados e os serviços. Acompanhar o resultado dos investimentos nos corredores em termos de custos

⁵³ Seis corredores designados: Ermera-Dili e Liquiçá-Dili (corredor do café); Maliana-Dili e Suai-Dili (corredor agrícola); Baucau-Dili e Lospalos-Dili (corredor do turismo e das pescas). Média ponderada composta — ponderada pelo volume estimado de carga em cada corredor

⁵⁵ A definir pelo MOP numa circular técnica ou diretriz de projeto rodoviário até ao final de 2027, abrangendo os requisitos mínimos de: capacidade de drenagem dimensionada para um período de retorno de precipitação definido; proteção e estabilização de taludes em inclinações superiores a 15%; folga livre das pontes acima do nível de cheia com período de retorno de 20 anos; e dimensionamento dos pavimentos calibrado para projeções de precipitação ajustadas ao clima. Até que esta norma seja formalmente emitida e publicada em Jornal da República, a conformidade não pode ser medida e a linha de base do indicador permanece em aproximadamente 0%

logísticos, através de um inquérito anual aos custos de transporte (custo do transporte de mercadorias por tonelada-quilómetro) em seis corredores designados, realizado pelo MOP em parceria com o INETL a partir de 2027, para confirmar que as melhorias do estado das estradas se traduzem em reduções mensuráveis dos custos logísticos agrícolas e turísticos.

Resiliência climática: Aplicar normas de planeamento e conceção de resiliência climática e a catástrofes (melhoria da drenagem, proteção e estabilização de taludes) a todas as novas estradas em reabilitação. Reforçar os troços vulneráveis contra cheias e deslizamentos de terras e incorporar elementos de desenho universal e de segurança rodoviária, com especial atenção às zonas de alto risco nos municípios do sul e do leste.

Gestão sustentável de ativos: Criar e operacionalizar o Sistema Nacional de Gestão de Ativos Rodoviários (NRAMS) e um Fundo de Manutenção Rodoviária dedicado até 2028. Desenvolver e expandir modelos de manutenção baseada no desempenho (PBMC) em toda a rede rodoviária, associando o pagamento aos empreiteiros a resultados verificados do estado das estradas. Encomendar, até ao final de 2027, inquéritos de linha de base para ambos os indicadores de resultado do subsetor: um inquérito aos tempos de viagem que abranja as treze rotas Díli-capitais municipais e um inquérito ao custo de transporte por tonelada-km que abranja os seis corredores agrícolas e turísticos designados, a repetir anualmente no âmbito do NRAMS como principal instrumento de monitorização de resultados deste subsetor.

Planeamento inclusivo do investimento e reporte transparente do desempenho: Desenvolver e aplicar um quadro nacional de priorização do investimento rodoviário a todas as propostas orçamentais para estradas e pontes. Assegurar a participação de pelo menos 30% de mulheres nas comissões de manutenção rodoviária em todos os municípios. Publicar, até 2028, relatórios anuais de desempenho rodoviário desagregados por classe de estrada, município, sexo e situação de deficiência, como mecanismo de responsabilização para a supervisão deste subsetor pelo Conselho de Ministros.

4.3.2. Água e saneamento

Resultado estratégico: Serviços de água e saneamento fiáveis e geridos de forma segura estão cada vez mais acessíveis às famílias de todos os municípios, melhorando a saúde, reduzindo o encargo da recolha de água para as mulheres e as raparigas e viabilizando o desenvolvimento da agroindústria e do turismo nos corredores de crescimento.

O desafio da água e do saneamento em Timor-Leste é agora, sobretudo, um desafio de sustentabilidade e não de acesso inicial. Com 87% dos agregados familiares a declararem já dispor de água gerida de forma segura, os constrangimentos críticos do setor residem no desempenho operacional: água não faturada de aproximadamente 85% (água que se «perde» do sistema devido a fugas ou que não é paga), funcionalidade dos sistemas rurais de apenas cerca de 50% e um sistema de saneamento e de gestão de lamas fecais que permanece quase totalmente por desenvolver fora do nível doméstico. As intervenções estratégicas abaixo estão, por isso, orientadas para a eficiência, a sustentabilidade financeira e a durabilidade dos sistemas rurais, em vez de uma nova

expansão global do acesso, continuando embora a colmatar as lacunas remanescentes no saneamento e na funcionalidade rural.

Tabela 4.3.2: Estratégia de resultados para a água e o saneamento

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
1	% de agregados familiares com água gerida de forma segura	87%	100%	Líder: MOP; Apoio: SMASA (MAE), Municípios, MS, ME
2	% de água não faturada	~85% ⁵⁶	<75%	Líder: MOP; Apoio: MF
3	% de sistemas de água rurais plenamente funcionais	~50%	90%	Líder: MOP / Municípios (MAE-SMASA); Apoio: MOP
4	% da população urbana com saneamento gerido de forma segura	75% ⁵⁷	100%	Líder: MOP/ Municípios (SMASA), MAE; Apoio: MOP
5	Número de municípios com serviços operacionais de gestão de lamas fecais (GLF)	0	5	Líder: MOP/ Municípios (SMASA), MAE; Apoio: MOP

Intervenções estratégicas 2027-2030

As intervenções estratégicas para a água e o saneamento centram-se em cinco prioridades: melhorar a eficiência dos sistemas e a sustentabilidade financeira, alargar o acesso equitativo a serviços geridos de forma segura, restabelecer e manter a funcionalidade da água rural, desenvolver infraestruturas de saneamento urbano e de GLF, e integrar a resiliência climática em todo o setor. As principais intervenções estratégicas para 2027-2030 incluem:

- **Eficiência operacional e sustentabilidade financeira:** Reduzir a água não faturada de ~85% para menos de 75% através de melhorias de eficiência em todo o sistema (detecção de fugas, gestão da pressão, contagem) e reforçar a recuperação de custos da BTL rumo à autossuficiência operacional. Inclui a reforma

⁵⁶ Com base no relatório de atualização da BTL submetido ao MPIE

⁵⁷ Based on Population and Housing Census 2022

tarifária, com subsídios direcionados para proteger as famílias vulneráveis, a par do reforço institucional para reduzir a dependência dos subsídios do Governo e do financiamento dos doadores. Dada a sensibilidade política dos ajustamentos das tarifas da água, o período do PMP centra-se na conclusão de um estudo completo do custo do serviço, na conceção da estrutura tarifária e do mecanismo de subsídios e na obtenção da aprovação do Conselho de Ministros, com implementação faseada a iniciar até 2029. Como ação de monitorização de linha de base, a BTL deverá estabelecer e publicar, até ao final de 2027, dados sobre as horas médias diárias de abastecimento por zona para Díli e todas as capitais municipais, fornecendo a linha de base de fiabilidade operacional do serviço para o programa de redução da ANF e permitindo acompanhar, ano após ano, se as melhorias de eficiência se traduzem num abastecimento mais longo e mais fiável para as famílias e as empresas⁵⁸.

- **Acesso universal e prestação inclusiva de serviços:** Alargar a cobertura da rede de água canalizada e as ligações domiciliárias nos corredores de crescimento urbanos e periurbanos que apoiam a agroindústria e o turismo, visando ligar mais 40.000 agregados familiares a um abastecimento de água melhorado até 2030. As novas origens de água e infraestruturas de adução darão prioridade aos municípios com planos de ordenamento territorial aprovados (PMOT), incluindo Baucau, Lautém e Viqueque. Os serviços de WASH nas escolas e unidades de saúde serão requalificados para cumprir normas mínimas, com desenho inclusivo para as mulheres, os jovens e as pessoas com deficiência.
- **Sustentabilidade dos sistemas de água rurais:** Restabelecer a plena funcionalidade de pelo menos 150 sistemas de água rurais, dando prioridade à reabilitação em grande escala dos GMF não funcionais em Bobonaro e Ermera, que apresentam a maior concentração de sistemas inativos, seguida da reabilitação sistemática em Ainaro, Manufahi, Manatuto e Lautém, com base nos atuais dados de funcionalidade do SMASA. O investimento em reabilitação será acompanhado do reforço da gestão comunitária, da liderança das mulheres na gestão dos GMF e

⁵⁸ Os dados sobre as horas de abastecimento serão extraídos dos registos de operação por zona da BTL, que cobrem os horários diários de funcionamento das bombas e as horas de abastecimento por zona de distribuição. Reportados anualmente no relatório de desempenho operacional da BTL, desagregados por centro urbano. Estes dados não exigem um novo inquérito: existem nos próprios registos operacionais da BTL e requerem apenas consolidação e publicação. Formato de reporte sugerido: média de horas de abastecimento por dia, por zona, para Díli, e média de horas por dia para cada uma das outras doze capitais municipais. Primeira publicação até ao final de 2027; atualização anual no âmbito do relatório de desempenho do setor da água do PMP submetido ao MPIE/UPI

de uma supervisão técnica municipal sustentada, para evitar a recorrência de falhas.

- **Saneamento urbano e gestão de lamas fecais:** Alargar o saneamento melhorado a pelo menos 25.000 agregados familiares adicionais e estabelecer progressivamente serviços básicos de GLF em 5 capitais municipais, começando por uma implementação-piloto em centros urbanos prioritários selecionados; serão construídas instalações comunitárias de saneamento em escolas e centros de saúde nos *sucos* de maior necessidade identificados nos planos de ordenamento territorial municipais aprovados
- **Resiliência climática e proteção das origens de água:** Integrar normas de resiliência climática e a catástrofes em todas as infraestruturas de água e saneamento novas e reabilitadas. O investimento dará prioridade aos municípios identificados como de elevado risco climático nos planos de ordenamento territorial municipais aprovados, em particular Baucau, Lautém e Viqueque, com enfoque na proteção das origens de água, na conceção de sistemas resilientes a cheias e secas e na garantia da continuidade do serviço para as comunidades rurais mais vulneráveis.

4.3.3. Eletricidade

Resultado estratégico: As famílias e as empresas de todos os *sucos* beneficiam de um abastecimento de eletricidade fiável 24 horas por dia, as perdas do sistema estão a diminuir, o mix de produção está a deslocar-se para as energias renováveis e a recuperação de custos da EDTL está a melhorar rumo à sustentabilidade financeira, reduzindo o encargo orçamental dos subsídios no orçamento do Estado.

O sucesso de Timor-Leste no acesso à eletricidade tornou-se um desafio de sustentabilidade orçamental. O acesso das famílias à eletricidade atingiu 99,7% em 2024 entre os mais elevados da região para um país com este nível de rendimento, mas este êxito esconde três fragilidades subjacentes: apenas cerca de 70% dos *sucos* recebem abastecimento fiável 24 horas por dia, as perdas do sistema mantêm-se em aproximadamente 33% e a recuperação de custos da EDTL situa-se em apenas cerca de 32% dos custos operacionais, exigindo subsídios que nos últimos anos representaram, em média, 5-7% do PIB. A prioridade estratégica do setor para 2027-2030 é converter a ligação quase universal num serviço fiável, prestado de forma eficiente e financeiramente sustentável.

Tabela 4.3.3: Estratégia de resultados para a eletricidade

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
1	% de agregados familiares com acesso à eletricidade	99.7%	100%	Líder: MOP Apoio: MAE, Municípios
2	% de sucos com acesso à eletricidade 24 horas por dia	~70%	100%	Líder: MOP; Apoio: MAE, Municípios
3	Perdas do sistema (técnicas + comerciais)	~33%	<25%	Líder: MOP; Apoio: MF
4	Quota das energias renováveis no mix de produção ⁵⁹	<1%	≥50%	Líder: MOP; Apoio: MF
5	Rácio de recuperação de custos da EDTL (receitas em % dos custos operacionais)	~32% (com base nos dados financeiros internos da EDTL para 2020-2024)	>80%	Líder: MOP; Apoio: MF

Intervenções estratégicas 2027-2030

A intervenção estratégica para a eletricidade centra-se em quatro prioridades interligadas: concluir o acesso universal e fiável, reduzir as perdas e melhorar a eficiência operacional, acelerar a transição para as energias renováveis e restabelecer a sustentabilidade financeira através de reformas de governação e tarifárias. Estas prioridades estão deliberadamente sequenciadas: as reformas de eficiência e institucionais são antecipadas como base para atrair investimento em energias renováveis e reduzir o encargo orçamental dos subsídios, que nos últimos anos representaram, em média, 5-7% do PIB. As principais intervenções estratégicas para 2027-2030 incluem:

- **Acesso universal e fiabilidade do abastecimento:** Concluir a expansão da rede de última milha e implantar soluções solares e híbridas fora da rede nos sucros remotos que não podem ser servidos de forma economicamente eficiente pela extensão da rede, completando os restantes 0,3% de agregados familiares não ligados e visando 100% de acesso das famílias até 2028. Reforçar as infraestruturas de espinha dorsal de transporte e distribuição para eliminar as interrupções e alcançar o abastecimento 24 horas por dia em todos os sucros, com prioridade para os cerca de 30% de sucros que atualmente registam interrupções de abastecimento acima do limiar de 24 horas por dia, identificados através dos registos de interrupções por alimentador da EDTL. Como ação de monitorização de linha de base, a EDTL deverá consolidar os registos de interrupções por

⁵⁹ Quota de renováveis medida como percentagem do total de eletricidade produzida (kWh) a partir de fontes renováveis (solar, hídrica, eólica, biomassa) ao longo do ano civil. Fonte: registos de despacho da produção da EDTL.

alimentador num Índice Nacional de Duração Média das Interrupções do Sistema (SAIDI: horas de interrupção por cliente por ano) a partir de 2028, fornecendo uma medida de resultado de fiabilidade precisa e internacionalmente comparável, que complementa o indicador de % de sucos com abastecimento 24 horas por dia da tabela de resultados.⁶⁰

- **Redução de perdas e eficiência operacional:** Reduzir as perdas do sistema de ~33% para 25% através da implantação de contagem avançada, da monitorização por alimentador, da substituição/reabilitação de linhas de distribuição e transformadores antigos e ineficientes, e do reforço dos sistemas de faturação e cobrança de receitas. Criar uma função dedicada de garantia de receitas na EDTL, como ação inicial crítica para estancar as perdas comerciais atualmente estimadas em 11-13% da produção total e melhorar a justificação financeira de novos investimentos em infraestruturas. A redução das perdas para <25% é o principal produto-pré-requisito tanto para o resultado do abastecimento 24 horas por dia como para a melhoria da recuperação de custos para >80%.
- **Expansão das energias renováveis:** Aumentar a quota das energias renováveis de <1% para ≥50% do mix de produção até 2030, ancorada no Projeto Solar e de Sistema de Armazenamento de Energia em Baterias (BESS) de Manatuto, de 72 MW. Desenvolver um quadro de licenciamento para as energias renováveis e a interligação à rede, construindo uma carteira financiável de projetos em PPP para investimentos solares, hídricos e eólicos para além do projeto BESS de Manatuto. Pilotar tecnologias de armazenamento em baterias e de redes inteligentes para permitir a integração fiável das renováveis variáveis e reduzir a dependência da geração a gásóleo importado.
- **Sustentabilidade financeira e reformas de governação:** Implementar uma reforma tarifária faseada para elevar a recuperação de custos da EDTL de ~32% para >80%, com subsídios direcionados que protejam as famílias mais vulneráveis ao longo da transição. Uma reforma tarifária desta escala é política e institucionalmente complexa e exigirá uma consulta pública extensa, uma conceção robusta de proteção social e a aprovação do Conselho de Ministros antes da implementação. Prevê-se que o período do PMP conclua a fase analítica e de conceção e inicie o primeiro ajustamento tarifário; a trajetória para uma recuperação de custos >80% estende-se para além de 2030 e será um objetivo central do ciclo de planeamento subsequente. Proceder ao reforço institucional e de governação da DNRES para assegurar uma supervisão regulatória credível e independente o pré-requisito para atrair investimento privado em PPP de energias renováveis. Reforçar a governação empresarial da EDTL através de relatórios financeiros auditados regulares e de um painel de desempenho energético acessível ao público, que abranja as perdas do sistema, as tarifas, a quota de renováveis, o rácio de recuperação de custos e os fluxos de subsídios, criando o

⁶⁰ A EDTL deverá compilar os registos de duração e frequência das interrupções ao nível dos alimentadores, agregá-los ao nível do suco e do município e publicar anualmente um valor nacional de SAIDI no relatório de desempenho da EDTL. Primeira publicação do SAIDI até ao final de 2028. Estes dados existem nos sistemas operacionais da EDTL; a ação necessária é a consolidação e publicação, não a recolha de novos dados. O SAIDI servirá de base de evidência principal para definir as prioridades dos sucos que receberão investimento em infraestruturas estruturantes em 2028-2029.

mecanismo de responsabilização e transparência tanto para a supervisão governamental como para o envolvimento dos parceiros de desenvolvimento.

4.3.4. Transporte marítimo e aéreo

Resultado estratégico: As exportações não petrolíferas estão a crescer através do Porto da Baía de Tibar, as chegadas de turistas estão a aumentar através de um AIPNL concluído e as comunidades de Oe-Cusse e Ataúro dispõem de serviços de ferry fiáveis, com os portos regionais reabilitados e os sistemas de facilitação do comércio modernizados, de modo que a logística a montante, e não a capacidade das portas de entrada, deixe de limitar o crescimento das exportações.

Tabela 4.3.4: Estratégia de resultados para o transporte marítimo e aéreo

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
1	Rácio de recuperação de custos dos serviços portuários e de ferry domésticos (APORTIL) (receitas da APORTIL em % dos custos operacionais) ⁶¹	<10% (estimado) ⁶²	≥40%	Líder: MTC; Apoio: MF
2	% dos seis portos regionais prioritários com equipamento operacional de movimentação de carga e instalações para passageiros ⁶³	33% (2 de 6)	83% (5 de 6)	Líder: MTC, Apoio: MAPFF
3	Tonelagem de exportações não petrolíferas através do Porto da Baía de Tibar em % do movimento total	~1.3% (2023)	≥5%	Líder: MTC; Apoio: MCI; MCAE
4	Expansão do AIPNL concluída e em conformidade com as normas do Anexo 14 da ICAO	Em requalificação (lançamento da primeira pedra em abril de 2025)	Plenamente operacional e em conformidade e --	Líder: MTC Apoio: MF

⁶¹ Rácio de recuperação de custos definido como o total das receitas da APORTIL (taxas portuárias, tarifas de ferry e outras receitas) em percentagem do total dos custos operacionais da APORTIL (tripulação, combustível, manutenção das embarcações, operações portuárias e administração).

⁶² Estimativa: o MTC deverá confirmar a partir das demonstrações financeiras auditadas até ao final de 2027

⁶³ Seis portos prioritários identificados no Plano Diretor Portuário: Com, Ataúro, Cairabela, Manatuto, Beão e Oe-Cusse. «Operacional» é definido como: equipamento funcional de movimentação de carga (grua ou empilhador), zona coberta de espera de passageiros e armazenagem básica, enquanto normas mínimas para utilização comercial e de passageiros.

5	Número de aeroportos municipais que cumprem as normas mínimas de segurança de aeródromos da ICAO	Limitado	≥3	Líder: MTC, Apoio: MF
6	% de declarações aduaneiras processadas digitalmente no Porto da Baía de Tibar e no AIPNL	~60-70% (implantação parcial do ASYCUDA desde 2019)	100%	Líder: MF (Alfândegas), Apoio: MTC
7	Tempo de permanência da carga no Porto da Baía de Tibar (dias desde a chegada do navio até ao desalfandegamento da carga)	NA [a estabelecer a partir dos dados do operador Timor Port]	Redução ≥40% face à linha de base estabelecida	Líder: MF; Apoio: MTC
8	Partidas semanais de ferry nas rotas Díli-Oe-Cusse e Díli-Ataúro	2-3 por semana	≥5 por semana	Líder: MTC; Apoio: MF, MPIE

Intervenções estratégicas 2027-2030

As intervenções estratégicas para o transporte marítimo e aéreo centram-se em seis prioridades: clarificar os mandatos institucionais e melhorar a sustentabilidade financeira das atuais autoridades portuárias e aeronáuticas, reabilitar as infraestruturas portuárias e aeroportuárias regionais para apoiar a diversificação económica e a conectividade vital, concluir a requalificação do aeroporto internacional e reforçar a facilitação do comércio e a resiliência climática. Uma conclusão central que molda esta estratégia é que a principal infraestrutura de porta de entrada de Timor-Leste o Porto da Baía de Tibar está a operar a aproximadamente 8% da capacidade, representando as exportações apenas 1,3% do movimento. O constrangimento crítico ao crescimento das exportações não é, portanto, a capacidade portuária, mas a logística a montante, a certificação e as infraestruturas de cadeia de frio. As intervenções são concebidas em conformidade. As principais intervenções estratégicas para 2027-2030 incluem:

- **Coordenação interministerial do investimento portuário entre os ministérios setoriais:** As infraestruturas portuárias em Timor-Leste são promovidas por vários ministérios setoriais o MTC através da APORTIL, o MAPFF em discussão com os parceiros de desenvolvimento sobre instalações de desembarque de pesca e o Ministério do Petróleo através da TIMOR GAP no corredor da Costa Sul Tasi Mane sem um plano partilhado ou um quadro de sequenciamento dos investimentos. Isto acarreta o risco de duplicação e de oportunidades perdidas para conceber instalações polivalentes. Utilizando a comissão interministerial de coordenação existente, o MTC criará um **inventário de investimentos portuários**, um registo consolidado e anualmente atualizado de todos os investimentos em infraestruturas marítimas planeados, aprovados e em curso em todos os ministérios setoriais e

fontes de financiamento. Todas as novas propostas de investimento portuário deverão fazer referência a este inventário e obter parecer técnico favorável do MTC antes de entrar no processo de apreciação do Fundo das Infraestruturas. Em paralelo, o MTC e o Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico desenvolverão conjuntamente, até 2027, um **Quadro Espacial Nacional dos Portos** que classifique todos os portos segundo a sua função principal comércio internacional, ferry doméstico, pescas e aquicultura, logística petrolífera e resiliência a catástrofes para orientar a priorização do investimento e evitar duplicações funcionais. No caso específico de Beaço, um protocolo de planeamento conjunto entre o MTC, o Ministério do Petróleo e a TIMOR GAP assegurará que o porto serve tanto a logística petrolífera como a conectividade regional mais ampla, evitando investimentos paralelos com arranjos de governação separados.

- **Sustentabilidade financeira e reforma do mandato dos serviços marítimos:** Rever o mandato estatutário da APORTIL para refletir o seu papel pós-contentores, centrado nos serviços de ferry domésticos, na gestão dos portos regionais e na supervisão da reconversão prevista do Porto de Díli em marina e terminal de cruzeiros. Introduzir um quadro formal de Obrigações de Serviço Público (OSP) para as rotas vitais de ferry para Oe-Cusse e Ataúro, com tarifas transparentes e refletindo os custos, em substituição do quadro atual, inalterado desde 2003, e com subsídios direcionados para as rotas socialmente essenciais. A introdução de tarifas que reflitam os custos nas rotas vitais de ferry para Oe-Cusse e Ataúro é socialmente sensível e exige um quadro claro de OSP com subsídios direcionados antes da implementação, para assegurar que as comunidades remotas não são prejudicadas. O período do PMP visa a conceção do quadro de OSP e a primeira fase da revisão tarifária, e não a transição completa. O MTC deverá solicitar as demonstrações financeiras auditadas da APORTIL até ao final de 2027, para estabelecer uma linha de base verificada de recuperação de custos atualmente estimada abaixo de 10% em relação à qual a meta de $\geq 40\%$ possa ser acompanhada.
- **Reabilitação dos portos regionais para a diversificação económica:** Reabilitar os seis portos regionais prioritários identificados no Plano Diretor Portuário — Com, Ataúro, Cairabela, Manatuto, Beaço e Oe-Cusse — com equipamento básico de movimentação de carga, armazenamento frigorífico, instalações para passageiros e armazenagem. Sempre que viável, conceber os portos para múltiplas funções — por exemplo, o porto de Com servindo tanto o desembarque de pesca como a carga geral, para evitar investimentos de finalidade única que impeçam usos futuros. Designar e equipar formalmente pelo menos dois portos regionais como bases logísticas para catástrofes. Resolver os constrangimentos pendentes de posse da terra em Cairabela e Beaço em paralelo com o investimento em infraestruturas, para evitar atrasos na execução. Os progressos na reabilitação dos portos regionais serão acompanhados em relação ao indicador de resultado da tonelagem de exportações não petrolíferas isto é, se os portos reabilitados estão a gerar movimento de carga, e não apenas a cumprir normas de estado das instalações.

- **Requalificação dos aeroportos internacional e municipais:** Assegurar a conclusão atempada da requalificação do AIPNL em plena conformidade com o Anexo 14 da ICAO, com um modelo de operação e manutenção (O&M) pelo setor privado claramente definido antes da entrada em funcionamento.
- **Facilitação do comércio e logística de exportação:** Concluir a plena integração do sistema aduaneiro digital ASYCUDA, parcialmente implantado desde 2019 no Porto da Baía de Tibar e no AIPNL, visando 100% de processamento digital e uma redução de 40% do tempo de permanência da carga. O Ministério das Finanças e o Ministério dos Transportes e Comunicações deverão solicitar formalmente ao operador Timor Port, até ao final de 2027, os dados de linha de base do tempo de permanência da carga: estes dados existem nos registos operacionais dos manifestos de carga da Timor Port, e a sua publicação é o pré-requisito para acompanhar o indicador de resultado do tempo de permanência na tabela de resultados. Desenvolver instalações de agregação logística e de cadeia de frio nos portos prioritários, para responder aos constrangimentos a montante que impedem os produtos agrícolas locais de cumprir as normas internacionais de certificação para exportação, apoiando diretamente a agenda de crescimento das exportações não petrolíferas.
- **Resiliência climática e acesso inclusivo:** Aplicar a conceção resiliente ao clima a todas as infraestruturas portuárias e aeroportuárias novas e reabilitadas, dando prioridade às instalações costeiras mais expostas a marés de tempestade e inundações. Integrar o acesso universal e elementos de GEDSI em todas as instalações terminais, para assegurar serviços equitativos para as mulheres, as pessoas com deficiência e as comunidades insulares remotas que dependem dos serviços de ferry como principal ligação aos serviços essenciais e aos mercados.

4.3.5. Transportes públicos

Resultado estratégico: Os serviços de transporte público urbano de Díli são progressivamente mais estruturados e seguros, com abrigos de autocarro fixos e horários básicos nas rotas prioritárias, horários de funcionamento alargados, terminais requalificados e utilizadoras que declaram cada vez mais sentir-se seguras, enquanto o atual sistema baseado nos microlets continua a servir de espinha dorsal do transporte público a nível nacional.

O microlet continua a ser a espinha dorsal do transporte público em Díli e nos municípios de Timor-Leste, proporcionando à maioria dos utilizadores diários um acesso flexível e de baixo custo aos destinos urbanos. O PMP 2027-2030 não procura substituir nem perturbar este sistema. Em vez disso, centra-se em melhorias práticas que podem sobrepor-se ao modelo atual: requalificar a segurança e a acessibilidade dos terminais e paragens de autocarro, introduzir progressivamente paragens fixas e horários básicos nos corredores urbanos prioritários e reforçar a capacidade do MTC para definir e fazer cumprir normas mínimas de serviço aplicáveis aos operadores existentes. As rotas intermunicipais economicamente mais vitais, que ligam Díli aos centros de produção agrícola e aos destinos turísticos, têm âmbito nacional e beneficiam da coordenação do MTC para assegurar que são adequadamente servidas. Nestas, o papel do MTC é facilitar, e não

operar — apoiando os operadores privados com informação sobre as rotas, normas mínimas e infraestruturas para passageiros, em vez de criar novas entidades públicas.

Tabela 4.3.5: Estratégia de resultados para os transportes públicos

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
1	% de rotas urbanas que operam com serviços programados e paragens fixas	~0% (todas as 13 rotas de microlet de Díli operam sem paragens fixas, sem horários e apenas durante o dia)	≥60%	Líder: MTC; Apoio: operadores privados de autocarros
2	Número médio de horas diárias de serviço de transporte público urbano	~12 horas	≥16 horas	Líder: MTC; Apoio: operadores privados
3	Tempo médio de viagem dos passageiros nas rotas urbanas prioritárias de Díli (minutos, hora de ponta)	A confirmar — inquérito de linha de base do MTC a concluir até ao final de 2027	Redução de 20% face à linha de base confirmada	Líder: MTC; Apoio: MPIE
4	% dos principais terminais de autocarros que cumprem as normas mínimas de segurança e de acesso universal ⁶⁴	~0%	≥70% (principais terminais em Díli e nas capitais municipais)	Líder: MTC; Apoio: MOP, MSSSI
5	% de utilizadoras dos transportes públicos que declaram sentir-se seguras	A estabelecer (o MTC deverá realizar o inquérito até ao primeiro	≥70%	Líder: MTC; Apoio: MSSSI

⁶⁴ As «normas mínimas de segurança e acessibilidade universal» serão definidas no Plano Diretor de Transportes Públicos adotado pelo MTC, abrangendo a segurança estrutural e a proteção contra intempéries; pontos designados de embarque para cadeiras de rodas e percursos acessíveis; elementos sensíveis ao género, incluindo iluminação, videovigilância (CCTV) e zonas de espera separadas; e construção resistente a inundações em zonas baixas. Fonte: registos anuais de inspeção de terminais do MTC/NPTA.

		trimestre de 2027)		
--	--	--------------------	--	--

Intervenções estratégicas 2027-2030

As intervenções estratégicas para os transportes públicos estão sequenciadas em quatro prioridades: primeiro, estabelecer uma base institucional e regulatória; segundo, expandir os serviços programados e contratualizados; e terceiro, requalificar as infraestruturas para um acesso seguro e inclusivo. A reforma começa com a adoção do Plano Diretor dos Transportes Públicos, que serve de roteiro para a transição do atual sistema informal, não programado e dominado pelos microlets para um sistema mais regulado e baseado em contratos. A clareza institucional deve preceder a expansão dos serviços; sem um quadro regulatório funcional, capaz de contratualizar e fazer cumprir normas de serviço, o investimento na frota e nas infraestruturas não produzirá melhorias fiáveis ou sustentadas. As principais intervenções estratégicas para 2027-2030 incluem:

- **Normas mínimas de serviço e formalização das rotas:** O MTC deverá desenvolver e publicar em jornal oficial, até ao final de 2027, normas mínimas de serviço para os operadores de transportes públicos, abrangendo paragens fixas nas rotas, horários básicos e requisitos mínimos de segurança e de aptidão dos veículos para circulação, recorrendo à atual direção regulatória do MTC em vez de criar uma nova entidade. Em colaboração com as associações de operadores de microlets existentes e com os governos municipais, o MTC introduzirá progressivamente sinalização de paragens e cartões de rota publicados nos corredores urbanos prioritários de Díli durante 2027-2028, estabelecendo o quadro no qual os operadores privados podem adotar serviços mais estruturados.
- **Melhoria das rotas e alargamento dos horários de serviço:** Trabalhando dentro do atual modelo de exploração dos microlets, o MTC deverá dar prioridade a três a cinco corredores urbanos de grande volume em Díli para a introdução antecipada de paragens fixas e horários básicos durante 2027-2028, em coordenação com as associações de operadores. Alargar progressivamente às rotas interurbanas que ligam Díli a Baucau, Maliana e Suai até 2029. Como linha de base de monitorização, o MTC deverá registar os volumes diários de passageiros nas rotas onde forem introduzidas melhorias de paragens e horários, desde o primeiro mês de funcionamento, permitindo avaliar se a formalização dos serviços está a gerar crescimento do número de passageiros. Alargar o número médio de horas diárias de serviço das atuais ~12 horas para pelo menos 16 horas, através da coordenação com os operadores existentes sobre regimes de turnos alargados.
- **Infraestruturas seguras e inclusivas para passageiros:** Construir e requalificar os principais terminais e paragens de autocarros em Díli e em todas as capitais municipais segundo normas mínimas de segurança e acessibilidade, incorporando o desenho universal para pessoas com deficiência, elementos sensíveis ao género incluindo iluminação e segurança adequadas e construção resistente a inundações. Dado que as mulheres e as raparigas são desproporcionadamente afetadas por transportes inseguros e pouco fiáveis, será realizado até 2027 um inquérito de linha de base sobre a perceção de segurança das mulheres nos transportes públicos, para informar as normas de conceção e fornecer uma linha de base mensurável

para o indicador de segurança. O instrumento de inquérito será desenvolvido conjuntamente pelo MTC, pelo Ministério da Solidariedade Social e pelo Ministério da Administração Estatal até ao final de 2027, com os primeiros resultados publicados antes do início da requalificação dos terminais, para assegurar que as decisões de conceção se baseiam em evidência. Todas as novas infraestruturas deverão cumprir as normas estabelecidas no Plano Diretor dos Transportes Públicos.

- **Mobilidade de baixas emissões:** O MTC deverá concluir, até 2027, um estudo de viabilidade detalhado sobre autocarros elétricos, com base nas investigações do Plano Diretor, e conceber um programa-piloto para os corredores urbanos mais planos de Díli, condicionado à melhoria demonstrada da fiabilidade do abastecimento da EDTL. Qualquer projeto-piloto será estruturado num modelo de PPP ou de externalização que transfira o risco operacional e tecnológico para o setor privado.

4.3.6. Infraestruturas digitais

Resultado estratégico: A utilização da Internet mais do que duplica, de 34,5% para ≥65% da população, impulsionada por uma banda larga acessível, tornada possível pela reforma dos preços grossistas do Cabo Submarino Sul de Timor-Leste (TLSSC), com os serviços públicos cada vez mais acessíveis em linha, as empresas a adotar pagamentos digitais e quadros de cibersegurança a proteger a economia digital em expansão.

Uma característica determinante do período do PMP é que o constrangimento de conectividade internacional de Timor-Leste foi estruturalmente resolvido. O TLSSC amarrou em Díli em junho de 2024, ligando o país ao North-West Cable System da Austrália, com uma capacidade de projeto de 27 terabits por segundo — a primeira ligação submarina de fibra ótica de Timor-Leste. O desafio estratégico para 2027-2030 já não é, portanto, construir capacidade de largura de banda internacional, mas converter essa capacidade em acesso doméstico acessível e generalizado e em utilização digital produtiva. Isto depende da política de preços grossistas, das infraestruturas de última milha, da concorrência no mercado, da literacia digital e dos quadros legais necessários para reger uma atividade digital segura, tanto como das próprias infraestruturas físicas.

Tabela 4.3.6: Estratégia de resultados para as infraestruturas digitais

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
1	% da população coberta por banda larga móvel 4G ou superior	~45 ⁶⁵ % (cobertura populacional; 4G disponível nos 13 distritos, mas	≥90%	Líder: MTC; Apoio: MOP, operadores privados

⁶⁵ GSMA Intelligence, 2025

		com alcance desigual)		
2	Velocidade mediana da Internet móvel (Mbps)	~5 Mbps	≥25 Mbps	Líder: MTC; Apoio: operadores privados
3	Custo do plano mensal de dados móveis de nível de entrada em % do RNB per capita	~5% ⁶⁶ (2024)	<2%	Líder: MTC; Apoio: MF
4	% da população que utiliza a Internet ⁶⁷	34,5% (início de 2025) ⁶⁸	≥65%	Líder: MTC; Apoio: ME
5	% dos pontos prioritários de prestação de serviços públicos com conectividade de banda larga ativa (unidades de saúde, escolas, serviços municipais) ⁶⁹	20%	≥80%	Líder: MTC; Apoio: MOP, MS, ME
6	% dos serviços públicos essenciais disponíveis em linha	5%	≥50%	Líder: MTC; Apoio: todos os ministérios setoriais
7	% de MPME registradas que utilizam pagamentos digitais ou sistemas digitais de gestão empresarial	0,8% (inquérito BAD-MCI, julho de 2024)	≥20%	Líder: MTC; Apoio: MCAE, BCTL

⁶⁶ GSMA Intelligence (2025), cabaz normalizado de banda larga móvel de nível de entrada em % do RNB per capita (método Atlas, Banco Mundial)

⁶⁷ % da população que utiliza a Internet, definida como os indivíduos com 15 ou mais anos que utilizaram a Internet a partir de qualquer local e de qualquer dispositivo nos últimos 3 meses. Fonte: DataReportal / dados de inquéritos aos agregados familiares da UIT, início de 2025

⁶⁸ DataReportal / Kepios (citando a metodologia da UIT/Banco Mundial)

⁶⁹ Pontos prioritários de prestação de serviços públicos definidos como: todas as unidades públicas de saúde (hospitais, CSC, postos de saúde); todas as escolas do ensino básico e secundário; e todas as sedes de município e de posto administrativo.

8	Quadro legislativo de cibersegurança adotado	Projeto elaborado	Aprovado e em vigor até 2027	Líder: Presidência do Conselho de Ministros; Apoio: MTC
---	--	-------------------	------------------------------	--

Intervenções estratégicas 2027-2030

As intervenções estratégicas para as infraestruturas digitais centram-se em quatro prioridades: traduzir o investimento no cabo submarino TLSSC em conectividade acessível e generalizada; alargar as infraestruturas digitais domésticas aos pontos de prestação de serviços públicos; colmatar as lacunas de cobertura nos municípios menos servidos, aumentando simultaneamente a inclusão digital; e estabelecer os quadros legais e institucionais para a cibersegurança e a governação de dados. As principais intervenções estratégicas para 2027-2030 incluem:

- **Traduzir a capacidade do cabo submarino em acesso económico:** A empresa pública criada em 2025 para gerir os preços grossistas do TLSSC deve fixar tarifas competitivas e que reflitam os custos, permitindo que todos os operadores licenciados Timor Telecom, Telkomcel, Telemor e novos entrantes, incluindo a Starlink repercutam as reduções do custo da largura de banda nos utilizadores finais. A acessibilidade económica da Internet, e não a cobertura física, é a principal barreira à adoção: os dados móveis de nível de entrada custam atualmente cerca de 5% do rendimento mensal médio, mais do dobro do limiar de acessibilidade internacionalmente reconhecido de 2% do rendimento nacional per capita⁷⁰. Alcançar a meta de acessibilidade do PMP depende, por isso, mais das decisões de preços grossistas da entidade gestora do TLSSC do que de qualquer novo investimento em infraestruturas, o que faz desta a intervenção com maior efeito de alavanca durante o período do PMP. Para promover a responsabilização, o MTC publicará relatórios trimestrais de monitorização do mercado a partir de 2027. Estes relatórios avaliarão em que medida as reduções dos custos grossistas de conectividade se refletem nos preços pagos pelos utilizadores finais, constituindo o principal mecanismo de responsabilização para o indicador de resultado da acessibilidade económica (custo em % do RNB per capita).
- **Conectividade governamental e prestação de serviços de administração eletrónica:** Expandir a espinha dorsal nacional de fibra terrestre para ligar os pontos prioritários de prestação de serviços públicos, como unidades de saúde, escolas e serviços municipais, visando pelo menos 80% ligados até 2030. Operacionalizar o centro de dados nacional do Governo com mecanismos adequados de redundância e cópias de segurança. O investimento em conectividade deve ser acompanhado do desenvolvimento de serviços públicos em

⁷⁰ Alliance for Affordable Internet (A4AI), *Affordability Report* (a partir de 2013); limiar posteriormente adotado pela União Internacional das Telecomunicações (UIT) em *Measuring Digital Development: ICT Price Trends* (série anual). O limiar de acessibilidade económica é definido como 1 GB de dados móveis de banda larga com um custo não superior a 2% do RNB mensal médio per capita. O valor de aproximadamente 5% para Timor-Leste provém da GSMA Intelligence (2025), com base no tarifário pré-pago de 1 GB de dados móveis mais baixo disponível em relação ao RNB per capita do Banco Mundial (método Atlas, 2023).

linha: a ligação física sem serviços digitais utilizáveis não produz resultados de administração eletrónica. O PMP estabelece, por isso, uma meta paralela de pelo menos 50% dos serviços públicos essenciais disponíveis em linha até 2030, exigindo que todos os ministérios setoriais desenvolvam roteiros de prestação de serviços digitais no âmbito dos seus planos de ação anuais. O MTC deverá realizar, até ao final de 2027, uma auditoria de conectividade a todas as unidades de saúde públicas, escolas e serviços municipais, estabelecendo a linha de base para o indicador de produto da conectividade governamental esta auditoria é o pré-requisito para acompanhar os progressos rumo à meta de $\geq 80\%$.

- **Colmatar as lacunas de cobertura e aumentar a inclusão digital:** A penetração da Internet situa-se em apenas 34,5% da população no início de 2025, entre as mais baixas do Sudeste Asiático, apesar de a cobertura de voz atingir 95-98%. O fosso entre a cobertura de voz e a penetração da Internet reflete barreiras de custo e de literacia digital, e não a ausência de infraestruturas. As intervenções incluirão obrigações de serviço universal para os operadores licenciados, para alargar a cobertura 4G acessível à restante população ainda não abrangida, conectividade subsidiada para escolas e clínicas de saúde nos distritos remotos e programas estruturados de literacia digital dirigidos às mulheres, às comunidades rurais e aos grupos etários mais velhos, atualmente os mais excluídos do acesso digital. Acompanhar anualmente a adoção da economia digital através do SME Monitor BAD-MCI ou do inquérito de inclusão financeira do BCTL: a linha de base de 0,8% de adoção de finanças digitais pelas empresas (BAD, 2024) constitui um ponto de partida imediatamente disponível e liga o investimento em infraestruturas digitais aos resultados das MPME e da diversificação económica do Capítulo 3.
- **Quadros de cibersegurança e de governação de dados.** Concluir a operacionalização da Equipa Nacional de Resposta a Incidentes de Cibersegurança (CSIRT), com base no processo já iniciado, para dotar o país da sua primeira capacidade técnica operacional de deteção e resposta a incidentes cibernéticos. Aprovar uma lei de cibersegurança e de proteção de dados, com regulamentação de execução, para reger a recolha, a utilização e a salvaguarda dos dados pessoais, desenvolvida através de consulta pública transparente. Estas medidas são uma condição prévia para a expansão segura da administração eletrónica, dos pagamentos digitais e dos serviços de comércio eletrónico.

4.4. ICD e metas do pilar das infraestruturas

Tabela 4.4.1: Quadro de resultados do desenvolvimento das infraestruturas

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)
1	% de estradas nacionais e municipais em bom/razoável estado	48% nacionais 6,9% municipais	$\geq 85\%$ (nacionais) $\geq 45\%$ (municipais)

2	% de agregados familiares com água gerida de forma segura	87%	100%
3	Tempo médio de viagem de Díli às capitais municipais, acompanhado nas 13 rotas	inquérito de linha de base pelo MOP até ao final de 2027	Redução $\geq 20\%$ face à linha de base
4	Água não faturada (ANF) nos sistemas de distribuição urbanos	~85%	$\leq 65\%$
5	% de sucos com abastecimento de eletricidade 24 horas por dia	~70%	100%
6	Encargo combinado dos subsídios às empresas de serviços públicos, EDTL e BTL, em % do PIB	~7-9% do PIB (estimado)	Reduzido para metade
	Perdas do sistema elétrico	~33%	<25%
7	Energias renováveis na produção de eletricidade	<1%	$\geq 50\%$
8	Tonelagem de exportações não petrolíferas através do Porto da Baía de Tibar em % do movimento portuário total	~1.3%	>5%
9	% de rotas urbanas em Díli que operam com serviços de transporte público programados e paragens fixas	~0%	$\geq 60\%$
10	% da população que utiliza a Internet	34.5%	$\geq 65\%$
11	% de MPME registadas que utilizam pagamentos digitais ou sistemas digitais de gestão empresarial	0,8% (SME Monitor BAD-MCI, 2024)	$\geq 20\%$

4.5 Resultados rápidos, intervenções prioritárias faseadas, mecanismos de execução e prioridades espaciais

Os resultados rápidos e as intervenções faseadas propostos abaixo estão sequenciados de acordo com a sua viabilidade no prazo indicado e o seu contributo direto para os objetivos estratégicos do Pilar das Infraestruturas. Os resultados rápidos limitam-se a ações que podem iniciar-se sem nova legislação, novas instituições ou reformas politicamente contestadas, reconhecendo que algumas das ações listadas, como o Fundo de Manutenção Rodoviária e a reforma das tarifas portuárias, envolvem uma complexidade institucional ou política genuína e devem, por isso, ser entendidas como reformas de fase inicial iniciadas no período, e não como resultados rápidos concluídos.

Resultados rápidos 2027

- Lançar o programa de redução da ANF nos principais centros urbanos
- Concluir as ligações de última milha da rede elétrica nos municípios mais atrasados

- Iniciar a conceção e a orçamentação do Fundo de Manutenção Rodoviária
- O MTC deverá desenvolver e publicar em jornal oficial normas mínimas de serviço para os operadores de transportes públicos e introduzir paragens fixas em três a cinco corredores urbanos prioritários de Díli, em coordenação com os atuais operadores de microlets
- Fixar preços grossistas do TLSSC que reflitam os custos, para melhorar a acessibilidade económica da banda larga.
- Criar o inventário de investimentos portuários para coordenar o planeamento das infraestruturas marítimas entre os ministérios setoriais

Curto prazo (2028-2029)

- Expandir os pacotes integrados de corredores económicos (estradas, eletricidade, logística) nos municípios agrícolas e turísticos designados.
- Alargar a espinha dorsal digital nacional aos pontos prioritários de prestação de serviços públicos e lançar as primeiras plataformas de administração eletrónica
- Alargar progressivamente as paragens fixas e os horários básicos às rotas interurbanas que ligam Díli a Baucau, Maliana e Suai, em coordenação com os operadores existentes.
- Operacionalizar o Fundo de Manutenção Rodoviária com base na conceção concluída em 2027-2028, iniciando contratos de manutenção baseada no desempenho nos corredores prioritários.
- Iniciar a reforma tarifária faseada dos serviços portuários e de ferry domésticos, a par da continuação da conceção da reforma das tarifas da água e da eletricidade.

Médio prazo (2030)

- Concluir a reabilitação e alcançar o estado operacional de cinco portos regionais prioritários.
- Atingir $\geq 80\%$ de adaptação climática das infraestruturas novas e reabilitadas em todos os subsetores.
- Iniciar a reforma da recuperação de custos e das tarifas em todas as empresas de serviços públicos (BTL, EDTL, APORTIL).

A execução será liderada pelo Ministério das Obras Públicas, pelo Ministério dos Transportes e Comunicações e pelos Municípios, com coordenação do MPIE.



CAPÍTULO 5

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DO CAPITAL HUMANO

Ligar a Educação, a Saúde e as Competências à Produtividade, à Inclusão e à Resiliência Económica de Longo Prazo



PREFÁCIO



O desenvolvimento do setor social de Timor-Leste continua a ser central para a visão de longo prazo do nosso país de construir uma sociedade resiliente, inclusiva e próspera. Enquanto Vice-Primeiro-Ministro e Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais, reafirmo o firme compromisso do Governo com o reforço do capital social como motor fundamental do desenvolvimento humano, da transformação económica e da coesão nacional. Investir no nosso povo, especialmente nos nossos jovens, é fundamental para moldar o futuro de Timor-Leste.

Reconhecemos a habitação adequada como um pilar crítico da redução da pobreza e do bem-estar humano. Uma habitação adequada e a preços acessíveis não só melhora as condições de vida, como também contribui para a estabilidade social, os resultados de saúde e a produtividade económica. O reforço das políticas de habitação e dos mecanismos de financiamento continuará, por isso, a ser uma prioridade para promover o desenvolvimento inclusivo.

A educação contínua é a base da formação do capital humano. O nosso enfoque não está apenas em alargar o acesso, mas também em melhorar a qualidade da educação a todos os níveis. Está a ser dada particular atenção ao reforço das competências dos professores, especialmente nas áreas das Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática (STEM) e da Física, para dotar os alunos das competências necessárias para prosperar numa economia global em rápida evolução.

Em paralelo, reconhecemos que a educação deve também promover valores sólidos, a ética e a responsabilidade cívica. A integração da formação do carácter no currículo nacional é essencial para formar cidadãos responsáveis, resilientes e socialmente conscientes, que contribuam positivamente para a construção da nação.

Além disso, o reforço da educação pré-escolar e do ensino básico é crítico para assegurar uma base sólida para a aprendizagem ao longo da vida. Os investimentos no ensino pré-escolar e básico reforçarão o desenvolvimento cognitivo, melhorarão os resultados de aprendizagem e reduzirão a desigualdade desde a mais tenra idade.

Através de esforços coordenados e integrados nos sistemas de educação, saúde e proteção social, pretendemos construir uma sociedade em que todos os cidadãos tenham a oportunidade de prosperar. Isto exige parcerias sólidas, políticas eficazes e investimentos sustentáveis que coloquem as pessoas no centro do desenvolvimento.

Juntos, continuaremos a fazer avançar um Timor-Leste inclusivo, equitativo e preparado para o futuro.

Eng.º Mariano ASSANAMI Sabino

Vice-Primeiro-Ministro, Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais e Ministro do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária.

CAPÍTULO 5: DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DO CAPITAL HUMANO

5.1. Introdução e contributo para as prioridades nacionais

O desenvolvimento do capital humano é central para a diversificação económica, o crescimento inclusivo, a resiliência de longo prazo e a melhoria do bem-estar de Timor-Leste. A educação e a saúde moldam, em conjunto, a produtividade, as competências, o bem-estar e a capacidade de adaptação da população. A proteção social constrói resiliência e assegura que todos os timorenses dispõem das competências e dos conhecimentos necessários e críticos para contribuir para o processo de desenvolvimento e partilhar os seus benefícios. Uma população qualificada, saudável e inclusiva é essencial para aumentar a produtividade do trabalho, apoiar o crescimento setorial e viabilizar a transição do país para uma economia diversificada e resiliente, bem como a partilha dos benefícios deste resultado.

Este PMP 2027-2030 centra-se na construção de uma base sólida e de uma plataforma de lançamento para melhorias significativas dos resultados de aprendizagem, do estado de saúde e da preparação da força de trabalho no período seguinte (2031-2035 e depois). Ao responder aos estrangimentos críticos e criar sistemas facilitadores, esta fase final do PED 2011-2030 posicionará o país para uma maior produtividade e um crescimento económico sustentável para além de 2030.

O Pilar do Desenvolvimento Social e do Capital Humano adota uma abordagem disciplinada e orientada para os resultados, que desloca o enfoque da mera expansão do acesso para a melhoria dos resultados de aprendizagem, da preparação da força de trabalho, da qualidade dos serviços e da eficiência dos sistemas. Os investimentos serão priorizados de acordo com a sua capacidade para responder aos estrangimentos críticos, reduzir as desigualdades, apoiar a diversificação económica e assegurar a sustentabilidade orçamental. Uma estreita coordenação com os Pilares da Diversificação Económica e das Infraestruturas assegurará que os investimentos na educação, na saúde, nas competências e na proteção social respondem às necessidades do mercado de trabalho, reforçam os setores produtivos e contribuem para um crescimento económico inclusivo e resiliente. Espera-se que estes esforços integrados contribuam para melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano de Timor-Leste, reportado em 0,634, o que coloca Timor-Leste na categoria de desenvolvimento humano médio e na 142.^a posição a nível mundial (Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD 2025).

5.2. Questões estratégicas e estrangimentos críticos

Apesar do investimento público sustentado, os resultados na educação, na saúde, na proteção social, na juventude, na participação juvenil, no desporto, nas artes e na cultura são desiguais devido a estrangimentos sistémicos:

5.2.1 Educação

O reforço da aprendizagem fundamental continua a ser uma prioridade, com 30% [EGRA 2009, Banco Mundial] dos alunos do 3.º ano a atingir a proficiência mínima em literacia e 72% [EGNA 2011, Banco Mundial] dos alunos do 3.º ano a atingir a proficiência mínima em numeracia. Aproximadamente 65% dos professores das escolas públicas registados cumprem a qualificação mínima exigida por lei [dado da Direção Nacional de Recursos

Humanos do Ministério da Educação, 2024]; contudo, subsistem desafios significativos de colocação e rotação nas zonas rurais. O Quadro de Competências dos Professores (QCP), adotado em maio de 2026, estabelece novos padrões nacionais para os professores em todo o Timor-Leste. A taxa bruta de escolarização no ensino secundário é de 77,28% (EMIS 2025) e o acesso ao pré-escolar é de apenas 30,81% (Ministério da Educação, EMIS, 2025). Embora 79,9% das escolas tenham declarado dispor de instalações sanitárias, apenas 52% [Censo Escolar do Ministério da Educação 2024, não publicado] tinham sanitários em condições de funcionamento. A educação inclusiva para crianças com deficiência é muito limitada, com apenas 16,1% (Censo INETL 2022) de escolarização entre as pessoas com deficiência dos 5 aos 16 anos. A despesa com a educação representa apenas 7,6% da despesa pública total, valor significativamente inferior à média da ASEAN de 13,8% (BAD, Asia Development, 2025).

5.2.2 Saúde

A elevada malnutrição continua a ser uma questão crítica, com 45% das crianças com menos de cinco anos com atraso de crescimento (stunting), entre as taxas mais elevadas da Ásia e acima da média do Sudeste Asiático de aproximadamente 22%. É um dos desafios de capital humano mais significativos, colocando Timor-Leste na categoria de muito elevada relevância para a saúde pública. A subnutrição persistente durante os primeiros 1.000 dias de vida compromete o desenvolvimento cognitivo, o sucesso educativo, a produtividade do trabalho e o crescimento económico de longo prazo. A redução do atraso de crescimento é, por isso, uma prioridade nacional para o reforço do capital humano e para alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O rácio de mortalidade materna de 195 por 100.000 nados-vivos (estimativa da OMS, 2020) é aproximadamente cinco vezes superior à média da ASEAN. Em 2024, a mortalidade infantil foi de 32 por 1.000, segundo estimativas do Banco Mundial/UNICEF. A prontidão para a prestação de serviços de saúde é baixa: apenas 61% das unidades cumprem as normas mínimas. A força de trabalho da saúde está distribuída de forma desigual, com densidades que variam entre 1,0 e 4,0 por 1.000 habitantes entre municípios. A despesa em saúde per capita situa-se em apenas 59 USD (BAD, 2025), em forte contraste com a média da ASEAN de 630 USD. O peso crescente das doenças não transmissíveis (DNT), especialmente o cancro e as doenças cardiovasculares, é alarmante e exige respostas integradas e interministeriais de prevenção e deteção precoce.

5.2.3 Cancro

Os dados sobre o cancro em Timor-Leste continuam fragmentados em todos os níveis do sistema de saúde, limitando a capacidade do país para medir com precisão e responder à carga do cancro. Embora o Registo Oncológico de Base Populacional (PBCR), criado em 2019 através da colaboração entre a OMS e o Ministério da Saúde, tivesse registado 976 casos até 2021, os dados estão fortemente enviesados para os pontos de acesso aos serviços de saúde, com 54,2% dos casos provenientes de Díli e apenas 7,4% de Baucau, não refletindo, por isso, a verdadeira incidência nacional. Agravando esta situação, a maioria dos doentes apresenta-se em fase avançada: 80,5% recebem apenas cuidados paliativos, a intervenção cirúrgica é realizada em apenas 7,6% dos casos e o GLOBOCAN 2022 estima uma taxa de mortalidade padronizada por idade de 12,95 por 100.000 e um

rácio mortalidade/incidência de 62 por 100.000, confirmando um diagnóstico sistemicamente tardio.

Os constrangimentos críticos são tanto clínicos como financeiros. A capacidade interna é severamente limitada nos serviços de biópsia e histopatologia, na imuno-histoquímica, nas análises laboratoriais avançadas (marcadores tumorais, recetores hormonais) e na imagiologia médica, e existe uma escassez crítica de oncologistas, patologistas e profissionais de saúde afins, a par da ausência, no país, de quimioterapia, imunoterapia e radioterapia. Em consequência, a maioria dos doentes é referenciada para tratamento no estrangeiro — como o comprovam os registos da DNASH de 1.316 referências para 369 doentes entre 2021 e 2025, com um custo de 19,36 milhões de USD, e uma estimativa anterior, para 2019-2023, de 15,4 milhões de USD para 344 doentes —, um padrão de despesa que é simultaneamente insustentável do ponto de vista orçamental e subótimo do ponto de vista clínico. Responder a estes constrangimentos exige reforçar e operacionalizar o PBCR como espinha dorsal nacional dos dados, investir num Centro Nacional de Oncologia para consolidar localmente o diagnóstico e o tratamento, e construir programas integrados de rastreio, vacinação contra o HPV e deteção precoce, para deslocar o sistema da referência reativa para o estrangeiro para a prevenção, o diagnóstico atempado e a gestão dos casos no país.

5.2.4 Proteção social

A cobertura global da proteção social é baixa, com aproximadamente 27% (OIT, Towards Universal Coverage in Timor-Leste, novembro de 2025) da população coberta por pelo menos uma prestação em 2024, deixando cerca de 73% sem qualquer forma de proteção social. 45,8% da população vive em pobreza multidimensional, agravada pela elevada malnutrição, com 45% das crianças com menos de cinco anos afetadas pelo atraso de crescimento. A Bolsa da Mãe condicional Saúde Nutrisaun Inan no Oan (SANUTRIO) destina-se a responder à redução do atraso de crescimento, integrando transferências monetárias condicionais e Alimentos Nutritivos Especializados (SNF) como uma das principais medidas de proteção social para mães e crianças nas zonas de elevada prevalência. O Governo continua a prestar a Bolsa da Mãe Kondisional às famílias vulneráveis a nível nacional, para apoiar o acesso e a conclusão do ensino básico pelos seus filhos. É igualmente importante considerar a elevada prevalência do atraso de crescimento em outros municípios, nomeadamente Ainaro, Aileu e Manufahi. Contudo, o programa continua a enfrentar desafios na interoperabilidade das bases de dados entre o Ministério da Educação e o Ministério da Solidariedade Social e Inclusão, o que impede uma visão completa das taxas de conclusão escolar e de abandono no âmbito do programa.

5.2.5 Juventude, Desporto, Artes e Cultura

A proporção de jovens que não trabalham, não estudam nem seguem formação (NEET) aumentou de 22,3% em 2015 para 29,3% (INETL, IFT 2022) em 2022, uma tendência de agravamento que indica que o crescimento económico não se traduziu em oportunidades para os jovens. O desemprego jovem entre os 15 e os 24 anos é de 32,9% (BAD, Asia Development), significativamente superior à média nacional de 5,3%. A participação feminina na força de trabalho é particularmente baixa, em 24,2% (2021), refletindo barreiras estruturais como o trabalho de cuidados não remunerado, o acesso limitado a cuidados infantis e as oportunidades económicas restritas. Com mais de 70% (MJDAC, Plano de

Ação Nacional para a Juventude 2023-2027) da população com menos de 35 anos, este dividendo demográfico arrisca-se a tornar-se um encargo sem investimento direcionado no desenvolvimento da juventude, nas competências e no envolvimento cívico. O rico património cultural tradicional de Timor-Leste representa um ativo económico por desenvolver para o empreendedorismo jovem e a construção de identidade. O desporto, as artes e a cultura sofrem igualmente de défices institucionais e de governação críticos, devido a uma arquitetura institucional fragmentada entre ministérios, políticas e quadros legais incompletos e desatualizados, ausência de sistemas normalizados de monitorização e avaliação e subinvestimento crónico. Explorar a criação de um Fundo para a Juventude para apoiar atividades nas áreas identificadas como necessárias.

5.3. Objetivos estratégicos e Áreas de Resultados-Chave ao nível do pilar

O pilar é orientado por quatro objetivos estratégicos:

- **Objetivo 1:** Melhorar as bases da aprendizagem, reforçar a qualidade do ensino superior, os resultados de saúde e a capacidade de prestação de serviços públicos.
- **Objetivo 2:** Assegurar o acesso equitativo a educação de qualidade, ao desenvolvimento de capacidades e aos serviços de saúde.
- **Objetivo 3:** Reforçar a cobertura da proteção social, com enfoque na focalização e na sustentabilidade orçamental.
- **Objetivo 4:** Reforçar e valorizar as competências dos jovens de acordo com a procura do mercado, fortalecer a identidade cultural, promover as indústrias criativas e reforçar as infraestruturas essenciais para o desporto, a juventude, as artes e a cultura.

Estes objetivos são operacionalizados através de dez (10) Áreas de Resultados-Chave

- **ARC 1: Preparação para a escola e aprendizagem fundamental** - Centra-se na expansão da qualidade dos programas pré-escolares e dos primeiros anos de escolaridade, para assegurar a preparação para a escola e um ensino e aprendizagem eficazes nos primeiros anos, de modo que todas as crianças - em particular nas zonas rurais e desfavorecidas - desenvolvam competências fundamentais sólidas em literacia, numeracia e desenvolvimento socioemocional, necessárias para o sucesso escolar.
- **ARC 2: Qualidade dos professores, implementação e desenvolvimento profissional** - Operacionalizar o Quadro de Competências dos Professores (QCP, 2026); melhorar a formação inicial; institucionalizar o desenvolvimento profissional contínuo (DPC); e assegurar a colocação equitativa de professores nas escolas rurais e remotas, com incentivos e sistemas de apoio.
- **ARC 3: Ensino pós-básico, ensino secundário, percursos de competências, ensino superior e desenvolvimento da juventude** - Expandir o ensino secundário

e reforçar o EFTP alinhado com a indústria no turismo, na agricultura, no setor marinho, nas pescas, na construção e na indústria ligeira. Inclui a reforma do FDCH (Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano), a preparação para a mobilidade laboral e o programa de desenvolvimento da juventude do MJDAC, alinhado com o Plano de Ação Nacional para a Juventude 2023-2027. Disponibilizar infraestruturas e equipamentos para apoiar o processo de aprendizagem e de prática durante a formação de EFTP. Rever o currículo do EFTP para o alinhar com a procura do mercado identificada no PMP.

- **ARC 4: Emprego jovem, empreendedorismo, participação cívica, competências para a vida e redução dos jovens que não trabalham, não estudam nem seguem formação (NEET)** - Capacitar os jovens através da expansão do emprego e do trabalho por conta própria nos setores criativo, cultural e desportivo, reforçando o ecossistema com empreendedorismo, financiamento e mentoria; aumentar a participação cívica e a liderança, melhorar as competências para a vida e a resiliência, e reduzir de forma mensurável as taxas de jovens NEET, com prioridade para as mulheres rurais e os jovens fora do sistema escolar. Explorar a criação de um Fundo para a Juventude para apoiar atividades nas áreas identificadas como necessárias.
- **ARC 5: Excelência desportiva nacional, participação comunitária, equidade de género, governação federativa e economia do desporto.** Enfoque no aumento do desempenho internacional de elite, na expansão da qualidade das instalações e da programação nos 12 municípios e na RAEOA, no aumento da participação de mulheres, raparigas e pessoas com deficiência, no reforço da governação e do bem-estar dos atletas e no desenvolvimento de uma economia do desporto geradora de receitas.
- **ARC 6: Proteção do património, desenvolvimento das Indústrias Culturais e Criativas (ICC), turismo cultural, quadros de Propriedade Intelectual (PI) e acesso ao mercado.** Enfoque na valorização do setor cultural e criativo, protegendo e valorizando sistematicamente o património material, imaterial, tradicional e a propriedade intelectual, e expandindo simultaneamente as indústrias criativas, o turismo cultural e o acesso ao mercado, para impulsionar o rendimento das empresas, o emprego e as receitas de exportação.
- **ARC 7: Resultados em saúde, nutrição e prestação de serviços.** Reduzir a malnutrição e as doenças evitáveis através do reforço dos cuidados de saúde

primários, dos serviços de saúde materno-infantil, dos programas de nutrição e da divulgação de informação nas comunidades, reforçando a coordenação dos esforços interministeriais conjuntos de redução da malnutrição.

- **ARC 8: Reforçar a vigilância oncológica, expandir a prevenção do cancro, o rastreio, o diagnóstico de dupla função, o registo oncológico e o tratamento precoce** - Os casos de cancro em Timor-Leste são dominados por cinco tipos principais: cancro da mama, do colo do útero, gastrointestinal e do fígado, pediátrico e da garganta/linfoma/tiroide. A capacidade de diagnóstico continua a ser básica e limitada na maioria das unidades de saúde, sublinhando a necessidade de modernizar e expandir serviços integrados de diagnóstico e tratamento para melhorar a deteção precoce, a confirmação e a qualidade dos cuidados. O Registo Oncológico Nacional de Base Populacional (PBCR) deverá ser reforçado para captar a incidência, a mortalidade, a sobrevivência e a distribuição por tipo de cancro. As principais prioridades incluem aumentar a cobertura da vacinação contra o HPV, implementar o rastreio do cancro do colo do útero e desenvolver protocolos normalizados de deteção precoce e tratamento dos cancros prioritários.
- **ARC 9: Prontidão e resiliência dos serviços de educação e saúde.** Melhorar as escolas e as unidades de saúde com serviços básicos fiáveis e desenho inclusivo; reforçar o EMIS e o HMIS para uma responsabilização baseada em dados; e integrar a resiliência climática em todos os investimentos em instalações.
- **ARC 10: Proteção social.** Melhorar a cobertura da Bolsa da Mãe Kondisional para as famílias vulneráveis, para o acesso e a conclusão do ensino básico, incluindo crianças com deficiência; expandir a cobertura da Bolsa da Mãe Kondisional ba Saúde Nutrisaun Inan no Oan (BdMK-SANUTRIO) para mulheres grávidas e mães com crianças até aos 3 anos de idade, melhorar a coordenação da implementação da BdMK-SANUTRIO; aumentar a cobertura do INSS para 100% dos trabalhadores formais; desenvolver um registo unificado de beneficiários; responder à sustentabilidade orçamental das pensões dos veteranos; e reforçar os sistemas de socorro em catástrofes adaptados ao clima. Expandir o programa BdMK_SANUTRIO a outros municípios após a conclusão da primeira fase de implementação nos atuais três municípios - Ermera, Covalima e RAEOA, concebido para melhorar o estado nutricional das mães e reduzir o atraso de crescimento nas crianças.

5.4 Quadro de resultados do Pilar do Desenvolvimento Social e do Capital Humano

Tabela 5.5.1: Quadro de resultados do pilar do desenvolvimento social e do capital humano

Impacto	Desenvolvimento inclusivo, sustentável e resiliente do capital humano e social
Objetivo	Uma população timorense mais saudável, mais instruída, mais qualificada e protegida até 2030, alcançando a proficiência na aprendizagem fundamental e uma redução mensurável do atraso de crescimento; Aumento dos diplomados do EFTP em emprego formal e expansão da cobertura da proteção social, para proporcionar a base para a diversificação do capital humano e um crescimento económico sustentável após 2030.
Resultado do pilar 2030	A aprendizagem fundamental foi reforçada de forma mensurável: a literacia no 3.º ano subiu de ~30% para >50%, a certificação de professores aproximou-se de >95% (e 100% para todos os professores das escolas públicas) e o acesso ao pré-escolar aumentou de 30,81% para 60% da taxa bruta de escolarização. Inclui igualmente os alunos com deficiência.
	Os resultados de saúde e nutrição da população estão a melhorar: o atraso de crescimento entre as crianças com menos de cinco anos diminuiu de 45% para ≤35%, o Índice de Cobertura dos Serviços de CSU aumentou de ~60 para ≥80 e >90% das unidades de saúde cumpriram as normas mínimas de prontidão.
	Os jovens timorenses estão a adquirir competências valorizadas pelo mercado e a ingressar no emprego formal: A taxa bruta de escolarização no ensino secundário aumentou de 77,28% para 85%. A participação no EFTP subiu de 2,6% para ≥10%, ≥60% dos diplomados do EFTP estavam em emprego formal 12 meses após a conclusão e a taxa de participação feminina na força de trabalho (TPFFT) aumentou de 24,2% para ≥35%. Explorar as opções de um Fundo para a Juventude e criá-lo em conformidade.
	Gestão nacional do cancro e diagnóstico precoce reforçados: Operacionalizar o Registo Oncológico de Base Populacional (PBCR) e publicar um relatório nacional com dados integrados até 2030. Aumentar em 80% a cobertura da vacinação contra o Vírus do Papiloma Humano (HPV) em adolescentes e crianças, implementar programas de rastreio ativo dos grupos populacionais de alto risco para os cinco (5) tipos de cancro mais frequentes. Em paralelo, reforçar a capacidade e a disponibilidade dos serviços de diagnóstico, incluindo biópsia (citologia, histopatologia e imuno-histoquímica/IHQ), colposcopia, endoscopia, imagiologia médica (RX,

	ecografia, TAC, RM e PET-CT, consoante a capacidade) e laboratórios avançados. Estas medidas reforçarão o sistema de vigilância, gestão e controlo do cancro no país, melhorarão a deteção precoce e os resultados do tratamento e contribuirão para reduzir o rácio mortalidade/incidência (MIR) a nível nacional. Cobertura da proteção social: alargada de 27% para 40% da população, o INSS aproximou-se de 100% dos trabalhadores formais e melhorou a coordenação interministerial sobre o registo social como registo unificado de beneficiários, permitindo uma melhor focalização dos programas de proteção social e de socorro em catástrofes. Os jovens são economicamente ativos, civicamente envolvidos, capacitados para o empreendedorismo e socialmente resilientes, incluindo as raparigas e os jovens com deficiência.
Intervenções estratégicas	Resultados rápidos 2027 • Lançar um programa de expansão do nível pré-escolar e reforçar a literacia e a numeracia fundamentais nos primeiros anos de escolaridade, incluindo o ensino em língua materna do 1.º ao 3.º ano. • Iniciar a institucionalização do DPC através do INFORDEPE. • Operacionalizar o Quadro de Competências dos Professores (QCP, maio de 2026) nos sistemas de formação inicial e contínua. Criar um Conselho Consultivo da Indústria para o EFTP em cinco setores prioritários e lançar um sistema de acompanhamento de diplomados do EFTP até ao final de 2027. • Realizar o exame nacional do Ensino Básico através de um sistema modernizado, baseado em competências e inclusivo para os alunos com deficiência. • Melhorar a coordenação ministerial sobre a interoperabilidade das bases de dados da Bolsa da Mãe Kondisional para o acesso à educação entre os ministérios responsáveis, de modo a incluir os beneficiários com deficiência. • Implementar a reforma curricular do ensino secundário, incluindo o ensino secundário geral e o ensino técnico-vocacional, como parte da garantia do desenvolvimento das competências do século XXI. • Introduzir gradualmente o início do ensino do inglês no 2.º ciclo do Ensino Básico. • Reforçar a componente de investigação operacional da BdMK_SANUTRIO nos municípios com maior prevalência de atraso de crescimento e malnutrição — Ermera, Covalima e RAEOA —, com evidência do impacto na redução do atraso de crescimento, alimentos locais que possam ser utilizados para produzir alimentos nutritivos especializados no país e planos de

	orçamentação da expansão da SANUTRIO a todo o território nacional após 2030. • Reforçar a coordenação interministerial para a implementação do Registo Social na BdMK_SANUTRIO e a sua interoperabilidade com outras bases de dados. • Os programas de vigilância e controlo do cancro foram incluídos no Orçamento Geral do Estado (OGE) anual, para assegurar a sustentabilidade da implementação dos programas. As atividades de promoção da saúde e de educação sobre a prevenção e a deteção precoce do cancro são implementadas ao nível dos cuidados de saúde primários e secundários. Os dados sobre o cancro são integrados no Sistema Nacional de Informação em Saúde e reportados regularmente ao nível nacional, de acordo com a capacidade das instalações de diagnóstico e tratamento disponíveis em cada nível de serviço de saúde. • Criar centros de juventude do MJDAC nos municípios-piloto iniciais (no mínimo 3, até abranger todos em 2028). • Reformar o FDCH para focalizar a composição e o acompanhamento dos resultados dos diplomados. • Fixar um preço normalizado para o Cabo Submarino Sul de Timor-Leste (TLSSC) que reflita os custos, para permitir a expansão da literacia digital. Líder: Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Solidariedade Social e Inclusão, Instituto Nacional de Estatística, SEFOPE, MJDAC; coordenação MPIE/UPI.
	Curto prazo (2028-2029) • Implementar a reforma curricular do ensino secundário • Desenvolver e operacionalizar sistemas nacionais de avaliação das aprendizagens. • Rever o currículo do EFTP e alinhá-lo com a procura do mercado de trabalho • Expandir o EFTP ligado à indústria e às cadeias de valor na agricultura (horticultura, café, pecuária), nas pescas/setor marinho, no turismo/hotelaria, no empreendedorismo e na construção. • Lançar a formação certificada de mobilidade de trabalhadores G2G para os programas da Coreia, da ASEAN e da Austrália. • Reabilitar escolas, incluindo de EFTP, e unidades de saúde prioritárias com WASH, eletricidade e desenho inclusivo, dando prioridade aos sete municípios prioritários com as maiores lacunas de serviços. • Operacionalizar o Registo Oncológico Nacional, implementar o Programa Nacional Integrado de Rastreio dos cinco (5) tipos de

	cancro mais frequentes e assegurar a disponibilidade e o funcionamento das modalidades de diagnóstico e tratamento do cancro a nível nacional, de acordo com a capacidade e as normas dos serviços de saúde estabelecidas. • Operacionalizar o registo dos beneficiários da proteção social nos cinco programas, com identificação única. • Reformar a elegibilidade das bolsas de estudo no estrangeiro do FDCH para um modelo dependente do rendimento. • Expandir os centros de juventude do MJDAC a seis municípios-alvo. • Explorar as opções de criação de fundos para a juventude para apoiar as atividades de Juventude, Desporto, Artes e Cultura. Líder: Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Ministério da Solidariedade Social, SEFOPE, MJDAC, MF/MPIE; Coordenação: MPIE.
	Médio prazo 2030 • Taxas de proficiência em literacia no 3.º ano acima de 50% e certificação de professores acima de 95%, confirmadas através de avaliações nacionais. • Atraso de crescimento entre as crianças com menos de cinco anos igual ou inferior a 35%. • Mais de 90% das unidades de saúde cumprem as normas mínimas de prontidão. • Participação no EFTP $\geq 10\%$, $\geq 60\%$ dos diplomados em emprego formal aos 12 meses, taxa de participação feminina na força de trabalho (TPFFT) aumentada para $\geq 35\%$, NEET reduzido para $\leq 22\%$. • O registo oncológico nacional publica o primeiro relatório anual de dados (2029). Cobertura da vacinação contra o HPV $\geq 80\%$. • Cobertura da proteção social de 40% da população; para a BdMK_SANUTRIO, considerar a expansão a outros municípios com elevada prevalência de atraso de crescimento, como Ainaro, Aileu e Manufahi, em particular o inquérito aos agregados familiares para determinação da elegibilidade. • Manter serviços de elevada qualidade na educação, na saúde, na proteção social e na participação dos jovens envolvidos. • Documentar 5.000 bens do património cultural até 2030, incubar empresas e apoiar diversas indústrias criativas e culturais, desenvolver três sítios de turismo cultural dirigidos à ASEAN e lançar uma plataforma de comércio eletrónico, com participação em feiras internacionais, para melhorar o acesso do artesanato local aos mercados globais. • Valorizar o capital humano dos jovens timorenses através de centros de juventude que integrem competências para a vida,

	literacia digital, formação profissional, apoio psicossocial e programas de educação cívica; e ligar estes jovens às oportunidades económicas através da incubação de empresas, da mentoria por empreendedores experientes e de ligações ao mercado selecionadas nas economias criativa, cultural e desportiva. • Prestar apoio integral aos atletas selecionados em cinco disciplinas prioritárias (futebol, taekwondo, atletismo, natação e halterofilismo), expandir as ligas desportivas comunitárias, os programas de desporto escolar e as instalações recreativas em todos os municípios e em Oe-Cusse, e reforçar os programas nacionais e institucionais de luta contra a dopagem. Líder: Todos os ministérios setoriais; Coordenação: MPIE/UPI.
--	---

5.5 Indicadores e metas do pilar

Tabela 5.6.1: ICD e metas do Pilar do Desenvolvimento Social e do Capital Humano

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)
1	Índice de Capital Humano (ICH do Banco Mundial)	0,45 (ICH do Banco Mundial 2020)	0.55
2	Taxa de alfabetização, população dos 15 aos 24 anos	87.3%	95%
3	Esperança de vida à nascença (anos)	69 anos	70 anos
4	Taxa de desemprego jovem (15-24)	32.9%	<10%
5	Proficiência em literacia no 3.º ano	~30% (ME, EGRA 2023)	≥50%
6	Certificação de professores	~65% (ME, Registo de Professores, 2024)	>95%
7	% de diplomados do EFTP em emprego formal 12 meses após a conclusão — sistema de acompanhamento de diplomados	Atualmente não medido — sistema de acompanhamento a estabelecer até ao final de 2027	≥60%
8	Total de jovens empreendedores/empresas	0	1,000

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)
	apoiados e com acesso a oportunidades económicas.		
9	Taxas de participação desportiva nacional (comunitária)	21%	36%
10	Receitas do turismo cultural (milhares de USD)	1,2 milhões de USD	4,5 milhões de USD
11	Registos de propriedade intelectual de produtos culturais	12	150
12	Taxa de participação feminina na força de trabalho (TPFFT)	24,2% (INETL, IFT 2021)	≥35%
13	Atraso de crescimento entre as crianças com menos de cinco anos	45%	≤35%
14	Índice de Cobertura dos Serviços de Saúde de CSU (ODS 3.8.1)	~60 (estimativa 2024; 55 em 2019)	≥80
15	Unidades de saúde que cumprem as normas mínimas de prontidão para o serviço	61% (Ministério da Saúde, SARA, 2023)	>90%
16	Controlo e vigilância do cancro: estado operacional do registo oncológico nacional	Sem dados de incidência (2025). Os dados nacionais de incidência não estão integrados; registo hospitalar básico com 976 casos (dados OMS/HNGV 2018-2021)	Operacional; primeiro relatório anual até 2029; Operacionalizar a nível nacional e publicar dados anuais integrados (incidência, mortalidade, sobrevivência e tipo de cancro), pela primeira vez até 2029.
17	% da população coberta por pelo menos um dos regimes de proteção social	27% (OIT, Towards Universal Coverage in TL, novembro de 2025)	50%

5.6 Resultados subsetoriais

5.7.1. Educação

Resultado estratégico: Os resultados de aprendizagem no ensino primário melhoraram, o corpo docente tornou-se mais qualificado e equitativamente colocado, a qualidade do ensino superior melhorou e um número crescente de jovens timorenses, incluindo jovens fora do sistema formal, adquire competências relevantes para a indústria formal ou para o trabalho produtivo por conta própria.

Tabela 5.7.1: Estratégia de resultados para a educação

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Líder / Apoio
1	% de alunos do 3.º ano que atingem a proficiência mínima em literacia	~30% ⁷¹	>50%	Líder: ME; Apoio: ONG
2	% de alunos do 3.º ano que atingem a proficiência mínima em numeracia	NA [linha de base EGNA normalizada a estabelecer pelo ME em 2027]	80%	Líder: ME Apoio: ONG
3	% de professores que cumprem as normas nacionais de certificação ao abrigo do Quadro de Competências dos Professores (QCP)	~98% ⁷²	100%	Líder: ME; Apoio: UNTL, MESCC, CFP
4	Taxa de participação no EFTP entre os alunos do ensino secundário	2.6% ⁷³	≥10%	Líder: ME; Apoio: SEFOPE, MESCC
5	% de diplomados do EFTP em emprego formal 12 meses após a conclusão — acompanhado através de um sistema de	Atualmente não medido [será estabelecido um	≥60%	Líder: SEFOPE; Apoio: ME, MCAE

⁷¹ ME, EGRA 2023, [Timor-Leste: An Analysis of Early Grade Reading Acquisition, Banco Mundial, 2009]

⁷² Registo de Professores do ME, 2024) [Registo de professores das escolas públicas, DNRH do Ministério da Educação, 2024.

⁷³ ME, Estatísticas da Educação, 2024

	acompanhamento de diplomados	sistema de acompanhamento até ao final de 2027]		
6	% de jovens dos 15 aos 24 anos que não trabalham, não estudam nem seguem formação (taxa NEET)	29,3% (INETL, IFT 2022)	≤22%	Líder: SEFOPE / MJDAC; Apoio: ME, MCAE
7	Taxa de participação feminina na força de trabalho (TPFFT)	24,2% (INETL, IFT 2021)	≥35%	Líder: MCAE / SEFOPE; Apoio: MJDAC, MSSI
8	N.º de centros de juventude construídos; N.º de jovens que participam em formação profissional, empreendedorismo e envolvimento cívico	Existiam 7 centros de juventude; Ainda sem linha de base para o n.º de jovens	Mais 6 centros de juventude operacionais até 2030; 23.444 jovens participantes	Líder: MJDAC; Apoio: MCAE, ME, Municípios
9	% de escolas que cumprem as normas mínimas de infraestruturas e inclusão (WASH, eletricidade, desenho acessível)	<52% (ME, Censo Escolar 2024, não publicado)	≥85%	Líder: Ministério da Educação Apoio: MOP, MF

Intervenções estratégicas

As principais intervenções estratégicas para 2027-2030 incluem:

- **Aprendizagem fundamental e expansão do pré-escolar:** Alargar a cobertura do pré-escolar de 20,5% para 35% de taxa bruta de escolarização das crianças dos 3 aos 5 anos até 2030, dando prioridade aos municípios rurais através de um modelo de pré-escolar de base comunitária. Reforçar a literacia e a numeracia na primeira infância do 1.º ao 3.º ano através de uma pedagogia estruturada, do ensino baseado na língua materna nos primeiros anos com transição para as línguas oficiais, e de uma avaliação normalizada da preparação para a escola. Introduzir a Avaliação da Numeracia nos Primeiros Anos (EGNA) como instrumento nacional de linha de base até ao final de 2027, à semelhança da atual avaliação da literacia EGRA, para estabelecer pela primeira vez uma linha de base da numeracia.

- **Formação de professores, incentivos e colocação rural:** Operacionalizar o Quadro de Competências dos Professores (QCP, maio de 2026) como norma nacional para a qualificação inicial e contínua dos professores em todo o Timor-Leste, associando o recrutamento, a promoção e o DPC à obtenção de competências verificadas. Introduzir um pacote de incentivos para os professores rurais nos sete municípios prioritários com as maiores lacunas de serviços (Oecusse, Ainaro, Manufahi, Manatuto, Lautém, Viqueque, Bobonaro), composto por um suplemento salarial de 15-20%, disponibilização de habitação ou subsídio de habitação e aceleração da progressão na carreira. Uma obrigação de 40 horas de DPC estruturado por professor por ano, institucionalizada através do INFORDEPE e acompanhada através do registo de professores. Criar grupos de mentoria a partir de 10 escolas por município, com trabalho conjunto entre professores experientes e professores das zonas rurais para apoio profissional.
- **Infraestruturas escolares, EMIS e educação inclusiva:** Requalificar as escolas prioritárias nos sete municípios prioritários com as maiores lacunas de serviços com WASH (água, saneamento, higiene), eletricidade fiável (rede ou solar) e desenho inclusivo (acessos acessíveis, sanitários sensíveis ao género), para alcançar uma norma mínima em $\geq 85\%$ de todas as escolas até 2030. O Ministério da Educação apoia a formação de professores, os materiais de aprendizagem e os currículos adaptados para melhorar a taxa de escolarização de 16,1% das pessoas com deficiência. Reforçar o Sistema de Informação de Gestão da Educação (EMIS) para o acompanhamento em tempo real da escolarização, da conclusão, do estado das infraestruturas e da colocação de professores, desagregado por situação de deficiência, sexo e município, e articulado com os ciclos anuais de planeamento e afetação orçamental ao nível das escolas.
- **EFTP e alinhamento das competências com a diversificação económica:** Desenvolver e expandir percursos de EFTP de ciclo curto, através de certificados, diplomas e microcredenciais de 3 a 24 meses, em cinco setores económicos prioritários — turismo, agricultura (café, horticultura, pecuária), recursos marinhos e pescas, construção e indústria transformadora —, com execução através da NAPE, do CNEFP-Tibar e de aproximadamente 100 prestadores de EFTP registados. Criar Conselhos Consultivos da Indústria em cinco setores prioritários até ao final de 2027, para alinhar o conteúdo dos cursos com as necessidades reais dos empregadores, abrangendo os níveis de competências baixo, médio e elevado. Realizar, até ao final de 2027, um exercício de mapeamento da procura setorial na SEFOPE, no Ministério da Agricultura, no Ministério do Turismo e no MCI, para dar prioridade a modelos de formação ligados à cadeia de valor (formação técnica combinada com pequenos subsídios à produção e ligações ao mercado) para a horticultura, as pescas e o turismo/hotelaria. Operacionalizar o sistema de acompanhamento de diplomados do EFTP até ao final de 2027, como pré-requisito para a meta de $\geq 60\%$ de colocação em emprego formal, exigindo que todos os prestadores registados reportem anualmente os dados de inscrição, conclusão e colocação profissional, publicados anualmente por prestador, setor e nível de qualificação.
- Reforma do **Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH)** para resultados relevantes para a indústria: o FDCH (aproximadamente 1% do Orçamento Geral do Estado) afeta atualmente a maior parte do financiamento a bolsas de estudo

no estrangeiro, com metas de composição limitadas, sem salvaguardas de sustentabilidade orçamental e sem acompanhamento sistemático dos resultados dos diplomados, o que contribui para uma diversificação económica limitada.

As reformas do FDCH para o período do PMP incluem:

- estabelecer uma meta orçamental para a componente de bolsas de estudo, em percentagem do Orçamento Geral do Estado;
 - estabelecer metas de composição com quotas mínimas definidas para a formação técnica e profissional e para os setores prioritários de diversificação económica;
 - eliminar gradualmente o financiamento do FDCH à formação em administração pública, que deve ser gerida pela Comissão da Função Pública;
 - reformar a elegibilidade das bolsas de estudo no estrangeiro, de modo que as bolsas integrais fiquem disponíveis apenas para estudantes desfavorecidos, com reembolsos parciais de empréstimos dependentes do rendimento para os restantes beneficiários, segundo o modelo indonésio “*Lembaga Pengelola Dana Pendidikan*” (LPDP) e mobilizando financiamento dos parceiros de desenvolvimento; e
 - exigir que todos os beneficiários financiados pelo FDCH participem no sistema de acompanhamento dos resultados dos diplomados, com publicação anual dos resultados.
- **Preparação para a mobilidade laboral e competências certificadas para o emprego no estrangeiro.** Desenvolver programas de formação certificada de ciclo curto (3 a 12 meses) alinhados com os requisitos dos parceiros de cooperação laboral G2G de Timor-Leste, dando prioridade à Coreia (indústria semiqualficada, através do Sistema de Autorização de Emprego), à Malásia (comércio e serviços de qualificação média) e, em alinhamento com o Acordo da ASEAN, à Austrália (esquema PALM, categoria semiqualficada). Coordenar com a SEFOPE e o Ministério dos Negócios Estrangeiros a negociação e a manutenção de acordos de cooperação laboral G2G que proporcionem aos trabalhadores timorenses uma via transparente, protegida e certificada de acesso ao emprego formal no estrangeiro. Acompanhar o número de colocações no estrangeiro e o volume anual de remessas como indicadores de produto complementares desta ARC.
- **Desenvolvimento da juventude, património cultural e indústrias criativas (MJDAC):** Implementar o Plano de Ação Nacional para a Juventude 2023-2027 (GoTL/MJDAC, março de 2023) através da criação de centros de juventude em seis (6) municípios até 2030, proporcionando formação integrada em empregabilidade, competências de empreendedorismo digital, desporto e envolvimento cívico direcionado a jovens de ambos os sexos, incluindo os que se encontram fora do sistema formal de educação, com enfoque nos municípios com as maiores lacunas de serviços e nos jovens com deficiência. Capacitar jovens empreendedores, indivíduos e grupos para desenvolver o património cultural tradicional, as artes contemporâneas e as indústrias criativas como vias de subsistência e de diversificação económica, ligando o desenvolvimento do setor cultural ao Regime de Garantia de Crédito às PME (Capítulo 3, ARC 5) para apoiar o financiamento de empresas lideradas por jovens. Coordenar o programa de desporto e atividade física

do MJDAC com a promoção da prevenção das DNT e da redução do risco de cancro do Ministério da Saúde.

5.7.2. Ensino Superior

Resultado estratégico: Reforçar a qualidade do ensino superior através da base legal do ensino superior, aprovar a Política Nacional do Ensino Superior, criar mecanismos regulatórios mais rigorosos para a oferta formativa, incluindo a implementação do Currículo Nacional Padrão do Ensino Superior, e reforçar a internacionalização e a cooperação académica com parceiros internacionais.

Tabela 5.7.2: Estratégia de resultados para o ensino superior

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
1	Percentagem de requisitos cumpridos pelas instituições para obter o licenciamento/acreditação inicial.	75%	95%	Líder: MESCC; Apoio: FDCH, organismos sob tutela do MESCC, universidades.
2	Percentagem de IES classificadas com “Muito Bom” na acreditação institucional e programática em dois processos consecutivos.	50% [IES que receberam a classificação “Muito Bom”]	75%	Líder: MESCC; Apoio: FDCH, organismos sob tutela do MESCC, universidades.
3	Número de funcionários do MESCC que participam em formação em cada ano.	~5	~50	Líder: MESCC; Apoio: FDCH, organismos sob tutela do MESCC, universidades.
4	Percentagem de IES que implementam o SNQ e o Currículo Nacional Padrão.	Linha de base em curso ⁷⁴	90%	Líder: MESCC; Apoio: FDCH, organismos sob tutela do MESCC, universidades.

⁷⁴ A proposta de Decreto-Lei do SNQ e o Currículo Nacional Padrão encontram-se em fase de finalização.

5	% de docentes das IES públicas e privadas que progridem na carreira ao abrigo do Regime da Carreira Docente	• 75% dos docentes das IES públicas • 5% das IES privadas	• 100% dos docentes das IES públicas • 25% dos docentes das IES privadas	Líder: MESCC; Apoio: FDCH, organismos sob tutela do MESCC, universidades.
6	Número de docentes das IES públicas e privadas inscritos em programas de doutoramento.	50	250	Líder: MESCC; Apoio: FDCH, organismos sob tutela do MESCC, universidades.
7	% de sistemas de bases de dados das IES integrados no sistema nacional de base de dados do ensino superior.	60%	80%	Líder: MESCC; Apoio: FDCH, organismos sob tutela do MESCC, universidades.
8	O Anuário Estatístico do Ensino Superior é publicado anualmente.	Ainda não publicado	Publicação de 3 Anuários Estatísticos do Ensino Superior.	Líder: MESCC; Apoio: FDCH, organismos sob tutela do MESCC, universidades.
9	% de diplomas legalizados registados através do sistema de base de dados.	Atualmente ainda não é feita nenhuma legalização de diplomas através do sistema	90% dos diplomas legalizados são registados através do sistema de base de dados.	Líder: MESCC; Apoio: MPIE-FDCH, organismos sob tutela do MESCC, universidades.
10	Número de acordos de cooperação no domínio do ensino superior e da ciência implementados.	10 acordos de cooperação implementados	Acordos de cooperação implementados.	Líder: MESCC; Apoio: FDCH, organismos sob tutela do MESCC, universidades.
11	Número de participantes em eventos internacionais por ano	5 investigadores participam por ano	20 investigadores participam anualmente	Líder: MESCC, Apoio: FDCH, organismos sob

			em eventos internacionais e publicam a sua investigação num meio académico reconhecido, incluindo os sítios Web das IES	tutela do MESCC, universidades.
12	Número de bolsas de estudo parciais financiadas anualmente pela cooperação internacional em parceria direta com o MESCC	200	400	Líder: MESCC; Apoio: FDCH, organismos sob tutela do MESCC, universidades.
13	Número de docentes e estudantes que participam em programas internacionais de intercâmbio académico por ano	10/ano	30/ano	Líder: MESCC, Apoio: FDCH, organismos sob tutela do MESCC, universidades.
14	Número de cursos de formação científica para investigadores nacionais	1 formação científica para investigadores nacionais	6 cursos de formação científica (cumulativo)	Líder: MESCC; Apoio: FDCH, organismos sob tutela do MESCC, universidades.
15	Número de artigos científicos de investigadores nacionais publicados em revistas indexadas	5 artigos científicos	30 artigos publicados em revistas indexadas (cumulativo)	Líder: MESCC; Apoio: FDCH, organismos sob tutela do MESCC, universidades.
16	Número de revistas científicas nas IES.	8 revistas científicas	30 artigos científicos publicados em revistas indexadas.	Líder: MESCC. Apoio: FDCH, organismos sob tutela do MESCC, universidades.

Intervenções estratégicas 2027-2030:

- Reforçar a qualidade e a regulação do ensino superior através do reforço dos critérios e do processo de avaliação para a criação de novos cursos e de Instituições de Ensino Superior; reforçar a capacidade institucional da ANAAA e os processos

de acreditação institucional e programática; implementar o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) e o Currículo Nacional Padrão do Ensino Superior; formar os recursos humanos do MESCC nas áreas de currículo, avaliação, auditoria, finanças, tecnologia e gestão de recursos humanos.

- Desenvolver o Ensino Superior Politécnico - Criar novos cursos de natureza politécnica para responder às áreas prioritárias nacionais dos setores produtivos identificados no plano de médio prazo do setor económico e articular ativamente os programas e os diplomados diretamente com o mercado de trabalho no país e no estrangeiro.
- Reforçar o reconhecimento internacional das IES de Timor-Leste - através de esforços como o reforço dos acordos de cooperação com os países da ASEAN e da CPLP; a promoção de redes científicas internacionais; a participação em programas de mobilidade académica; e o reforço da acreditação internacional da ANAAA.
- Promover a ciência, a tecnologia e a investigação - Advogar o aumento do financiamento da investigação científica; formar investigadores nacionais; organizar eventos científicos em Timor-Leste; apoiar a participação em conferências e seminários internacionais; incentivar a criação de revistas científicas nas IES.

5.7.3. Saúde

Resultado estratégico: Reduzir o atraso de crescimento infantil, reduzir a mortalidade materna e fazer chegar os serviços de saúde materno-infantil às comunidades subservidas, com unidades de saúde que cumprem de forma consistente as normas mínimas de prontidão, Índice de Cobertura dos Serviços de CSU aumentado para 80 e distribuição mais equitativa do pessoal de saúde em todos os municípios.

Tabela 5.7.3: Estratégia de resultados para a saúde

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
1	Índice de Cobertura dos Serviços de CSU (ODS 3.8.1, OMS GHO): mede a cobertura dos indicadores de referência de SRMNI, doenças infecciosas, DNT e capacidade dos serviços, numa escala de 0 a 100	~60 (estimativa 2024; valor publicado de 2019: 55)	≥80	Líder: MS Apoio: OMS
2	Atraso de crescimento entre as crianças com menos de cinco anos	45%	≤35%	Líder: MS Apoio: MSSI, ONG
3	Rácio de mortalidade materna (por 100.000 nados-vivos)	195/100,000	≤90/100,000	Líder: MS; Apoio: ONG
4	% de unidades de saúde que cumprem as normas mínimas de prontidão para o serviço	61% (Ministério da	>90%	Líder: MS Apoio: MOP, MF

	(WASH, eletricidade, gestão de resíduos hospitalares)	Saúde, SARA, 2023)		
5	Densidade de pessoal de saúde por 1.000 habitantes, desagregada por município	1,0-4,0 por 1.000 (Base de Dados de RH do MS, 2024)	≥2,0 por 1.000 em todos os municípios	Líder MS Apoio: CFP, MPIE
6	Percentagem da população elegível rastreada para os cinco cancros prioritários, tal como definidos nas orientações nacionais).	976 casos de cancro registados. ⁷⁵	70%	Líder: MS; Apoio: ONG
7	Percentagem de hospitais de referência nacionais e regionais que prestam serviços integrais funcionais de diagnóstico e tratamento do cancro (incluindo histopatologia, IHQ, endoscopia e imagiologia médica)	80,5% dos doentes receberam cuidados paliativos e, destes, apenas 7,6% receberam tratamento cirúrgico no país.	>50% dos casos que necessitam do serviço receberam diagnóstico e tratamento cirúrgico em Timor-Leste.	Líder: MS Apoio: OMS

Intervenções estratégicas 2027-2030

As intervenções estratégicas em saúde centram-se em sete prioridades integradas: expansão dos programas comunitários de nutrição e de SMI, reforço da referenciação e dos cuidados obstétricos de emergência, reabilitação resiliente ao clima das unidades de saúde, garantia de uma afetação equitativa do pessoal de saúde e reforço dos sistemas de dados de saúde para a responsabilização.

As principais intervenções estratégicas para 2027-2030 incluem:

- **Nutrição de base comunitária, SMI e ações preventivas de saúde de proximidade:** Expandir as ações comunitárias de nutrição, a monitorização do crescimento, o apoio à alimentação complementar e a suplementação em micronutrientes nos quatro municípios com elevada carga de atraso de crescimento em Ermera, Aileu, Ainaro e Manufahi, através de programas articulados com os agentes comunitários de saúde nos centros de saúde. Reforçar os serviços de saúde materno-infantil para alcançar quatro ou mais consultas pré-natais, assistência qualificada ao parto em todos os CSC até 2028 e acompanhamento pós-natal

⁷⁵ Registo básico apenas nos hospitais, com um total de 976 casos de cancro registados (2018-2021); o programa nacional de rastreio não foi integrado nem implementado de forma sistemática.

sistemático em todos os municípios. Líder: Ministério da Saúde; Apoio: Ministério da Solidariedade Social, Ministério da Agricultura, UNICEF, PAM.

- **Coordenar as intervenções nutricionais com o programa BdMK_SANUTRIO (ARC 7)**, que exige a monitorização nutricional regular de todos os agregados familiares beneficiários da SANUTRIO como condição do programa. Implementar mecanismos de coordenação interministerial, liderados pelo Ministério da Saúde com o Ministério da Agricultura, o Ministério da Solidariedade Social, o MF em especial o Instituto Nacional de Estatística, para a Base de Dados do Registo Social e a recolha de dados e o MPIE, para alinhar a produção agrícola sensível à nutrição, a distribuição de alimentos e a prestação de cuidados de saúde nos municípios de elevada carga.
- **Cuidados obstétricos de emergência e sistema de referenciação:** Estabelecer vias de referenciação clínica claras e documentadas, desde os centros de saúde comunitários, passando pelos hospitais regionais, até ao hospital nacional (HNGV), para emergências obstétricas, malnutrição grave e outras condições potencialmente fatais, com pelo menos cinco unidades equipadas para prestar cuidados obstétricos e neonatais de emergência (CONEm) até 2028. Reforçar os meios de ambulância e de transporte de doentes nos 12 municípios e na RAEOA, dando prioridade aos municípios menos desenvolvidos, onde as barreiras de transporte constituem a principal limitação ao acesso aos cuidados. Desenvolver um protocolo nacional de preparação para emergências que abranja a resposta a surtos de doenças, as necessidades de saúde relacionadas com catástrofes e os impactos dos eventos climáticos na saúde. Líder: Ministério da Saúde; Apoio: Municípios, parceiros de desenvolvimento.
- **Reabilitação das unidades de saúde e resiliência climática:** Melhorar as unidades de saúde prioritárias, começando pelos hospitais distritais e pelos CSC nos municípios menos desenvolvidos, com eletricidade solar, WASH (abastecimento de água, saneamento, higiene), sistemas de gestão de resíduos hospitalares e desenho acessível para pessoas com deficiência. Unidades novas e reabilitadas resilientes ao clima face a inundações, deslizamentos de terras e calor extremo nos municípios de alto risco (Baucau, Lautém, Viqueque) e noutros municípios de risco mais elevado, em alinhamento com o plano de ordenamento municipal aprovado. Normas mínimas para todas as unidades de saúde: pontos de água funcionais; saneamento funcional separado por sexo; eletricidade fiável; e eliminação funcional de resíduos hospitalares a mesma norma com base na qual foi medida a linha de base de 61%. Líder: Ministério da Saúde; Apoio: MOP, MF, parceiros de desenvolvimento.
- **Planeamento do pessoal de saúde, DPC e colocação rural:** Implementar um pacote estruturado de incentivos à colocação rural suplemento salarial de 20-25%, habitação subsidiada e vias de promoção acelerada, para reduzir o fosso na densidade de pessoal de saúde entre Díli (4,0 por 1.000) e quatro municípios: Lautém, Ainaro, Viqueque e Bobonaro (aproximadamente 1,0 por 1.000). Obrigatoriedade de 30 horas anuais de desenvolvimento profissional contínuo estruturado por cada profissional de saúde, através do Instituto Nacional de Saúde, abrangendo a atualização de competências clínicas, protocolos de nutrição, gestão das DNT e cuidados de emergência. Coordenar o planeamento do pessoal de saúde com a Comissão da Função Pública e o MF, para assegurar a colocação precoce

dos novos diplomados nos municípios subservidos. Líder: Ministério da Saúde; Apoio: Comissão da Função Pública, MPIE.

- **Sistema de Informação de Gestão da Saúde (HMIS) e responsabilização pelo desempenho:** Assegurar a atualização em tempo real dos dados do HMIS ao nível das unidades, abrangendo as consultas de saúde materno-infantil, o estado de prontidão das unidades, a afetação do pessoal e os indicadores de nutrição, com reporte obrigatório de todos os Centros de Saúde Comunitários (CSC). Estabelecer um sistema de interoperabilidade entre o HMIS, o EMIS e o SIGAS, que regista os beneficiários da proteção social sob a responsabilidade de três ministérios-chave — o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e o Ministério da Solidariedade Social e Inclusão (MSSI) —, e o cadastro nacional, para apoiar a focalização intersectorial dos recursos. Publicar o painel anual de desempenho da saúde ao nível municipal, abrangendo a prontidão das unidades, a densidade de pessoal, a cobertura de SMI, os progressos em nutrição e a contribuição para o índice de CSU, como principal mecanismo de responsabilização para a supervisão pelo ministro coordenador deste subsector. Líder: Ministério da Saúde; Apoio: MPIE, MTC, MCAS, parceiros de desenvolvimento.

5.7.4 Prevenção, deteção precoce e tratamento do cancro e desenvolvimento do registo oncológico

Os dados sobre o cancro em Timor-Leste continuam a ser limitados e fragmentados aos níveis primário, secundário e terciário dos cuidados de saúde. Em resposta a esta limitação, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em conjunto com o Ministério da Saúde, iniciou em 2019 a implementação do Registo Oncológico de Base Populacional (PBCR). Até 2021, o PBCR registou um total de 976 casos de cancro provenientes de todo o território nacional.

Do total de 976 casos, 529 (54,2%) eram provenientes do Município de Díli e 72 (7,4%) do Município de Baucau. Estes dados mostram que o sistema de registo oncológico continua a basear-se nos casos identificados através do acesso aos serviços de saúde e não reflete a incidência do cancro em toda a população.

Os dados clínicos mostraram igualmente que 80,5% dos doentes receberam apenas cuidados paliativos, uma vez que a maioria foi diagnosticada em fase avançada. A intervenção cirúrgica foi realizada em apenas 74 casos (7,6%), após biópsia e envio de amostras para laboratórios no país e no estrangeiro para confirmação histopatológica. Após a confirmação, a maioria dos doentes tem de ser referenciada para o estrangeiro para receber quimioterapia, imunoterapia ou radioterapia, de acordo com o tipo e o estágio do cancro, determinados através de análises laboratoriais avançadas ainda não disponíveis em Timor-Leste. Além disso, o estudo retrospectivo de Da Silva et al. relativo ao período 2014-2019 mostrou também que aproximadamente 80% dos doentes oncológicos referenciados para o estrangeiro necessitavam de quimioterapia e que, deste grupo, 60% necessitavam de uma combinação de quimioterapia e radioterapia. Estes dados confirmam que a maioria dos doentes necessita de tratamento oncológico ainda não disponível no país.

A capacidade limitada de diagnóstico, laboratorial e de gestão de casos reflete-se igualmente no número de referenciações médicas para tratamento no estrangeiro. Os dados da Direção Nacional de Apoio aos Serviços Hospitalares (DNASH) relativos ao

período 2021-2025 mostraram 1.316 referências de 369 doentes, com uma despesa total de 19,36 milhões de USD. Os dados da DNASH para o período 2019-2023 registaram também 344 doentes, com uma despesa estimada de 15,4 milhões de USD. Esta despesa é elevada porque a maioria dos doentes tem de ser referenciada para o estrangeiro duas a três vezes para prosseguir o tratamento e o acompanhamento clínico, incluindo a repetição de análises laboratoriais, quimioterapia, imunoterapia, radioterapia e PET-CT, conforme recomendado pelos hospitais de acolhimento na Indonésia, na Malásia e em Singapura. Esta situação decorre do facto de Timor-Leste não dispor de capacidade suficiente para o diagnóstico e o tratamento do cancro. Os constrangimentos de capacidade incluem serviços de biópsia limitados (citologia e histopatologia), imuno-histoquímica (IHQ), análises laboratoriais avançadas (marcadores tumorais e recetores hormonais), falta de recursos humanos subespecializados e indisponibilidade de modalidades de tratamento como a quimioterapia, a imunoterapia e a radioterapia. Devido a estas limitações, o Registo Oncológico de Base Populacional (PBCR) também não consegue captar e integrar os dados oncológicos de todas as comunidades e unidades de saúde, o que limita a capacidade de monitorizar, controlar e gerir os programas oncológicos a nível nacional.

O GLOBOCAN 2022 estima que Timor-Leste tem uma taxa de mortalidade por cancro padronizada por idade de 12,95 por 100.000 habitantes por ano e um rácio mortalidade/incidência de 62 por 100.000 habitantes por ano. Este indicador mostra que a maioria dos doentes é diagnosticada em fase tardia, o que contribui para a elevada mortalidade por cancro.

Para medir com rigor a carga do cancro em Timor-Leste, é necessário reforçar e operacionalizar o Registo Oncológico de Base Populacional (PBCR) como sistema nacional de recolha e análise de dados. Este sistema deve integrar dados sobre a incidência, a mortalidade, a sobrevivência e a distribuição dos tipos de cancro, juntamente com programas de rastreio ativo dos grupos de alto risco, vacinação contra o HPV, serviços de diagnóstico (biópsia, histopatologia, imuno-histoquímica, laboratório e imagiologia médica) e modalidades de tratamento (cirurgia, radioterapia, quimioterapia e imunoterapia) disponíveis localmente. Dados completos e fiáveis constituirão uma base importante para a vigilância, a prevenção, o controlo, o planeamento estratégico, a afetação de recursos e a melhoria da qualidade dos serviços de saúde em Timor-Leste.

Resultados estratégicos: Registo oncológico nacional operacional e publicação do primeiro relatório nacional de incidência e mortalidade até 2029, cobertura da vacinação contra o HPV >80% nas raparigas adolescentes, programa básico de rastreio e diagnóstico do cancro do colo do útero e da mama em todos os municípios e despesa com referências para o estrangeiro reduzida em pelo menos 50%.

Tabela 5.7.4 Prevenção, deteção precoce e tratamento do cancro e desenvolvimento do registo oncológico

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
1	Um registo oncológico nacional de base populacional é criado, está	Sistema de registo básico, com um total de 976 casos de	Sistema de registo oncológico	Líder: MS; Apoio: ONG

	operacional e publica relatórios de dados anuais	cancro registados.	criado e operacional	
2	% de raparigas adolescentes dos 9 aos 14 anos que receberam o esquema completo de vacinação contra o HPV	> 50% (com base no relatório do PAV do MS).	> 80% de cobertura	Líder: MS; Apoio: ONG
3	Número de mulheres rastreadas anualmente para o Vírus do Papiloma Humano (HPV)	< 10% (acesso limitado no Centro de Saúde CSC piloto).	70% ⁷⁶ [serviços de rastreio disponíveis em todos os municípios.	Líder: MS; Apoio: ONG
4	Cobertura do rastreio integrado (cancro do colo do útero/da mama): % de mulheres dos 30 aos 49 anos que tiveram acesso ao rastreio por IVA/ADN-HPV e a exame clínico/ecografia mamária	< 10% (acesso limitado no Centro de Saúde CSC piloto).	> 30% de cobertura nacional através de IVA, ADN-HPV e mamografia.	Líder: MS; Apoio: ONG
5	Número de ações de promoção da saúde e de intervenção realizadas anualmente	0%	> 30% de cobertura nacional através de IVA, ADN-HPV e mamografia.	Líder: MS; Apoio: ONG
6	Reduzir o custo anual dos doentes oncológicos referenciados para tratamento no estrangeiro — medida indireta do défice de capacidade de tratamento no país	Média de 12 milhões de USD/ano (1.316 casos (dados DNASH/MS: 5 cancros representaram 69,5%))	Reduzir em 50% os custos das referenciações para o estrangeiro.	Líder: MS; Apoio: ONG
7	Rácio mortalidade/incidência (MIR) para todos os cancros combinados	~62% (GLOBOCAN 2022)	Reduzir até 50% através da descentralização	Líder: MS; Apoio: ONG

⁷⁶ Timor-Leste é signatário da Estratégia Global da OMS para Acelerar a Eliminação do Cancro do Colo do Útero, que estabelece as metas «90-70-90» para 2030: 90% das raparigas totalmente vacinadas contra o HPV até aos 15 anos, 70% das mulheres rastreadas com um teste de alta precisão aos 35 e aos 45 anos de idade e 90% das mulheres identificadas com doença do colo do útero a receber tratamento e cuidados até 2030.

			do diagnóstico e do tratamento a nível local	
--	--	--	--	--

Intervenções estratégicas 2027-2030

As intervenções estratégicas para o controlo do cancro centram-se em cinco prioridades, sequenciadas desde a medição e a vigilância (registo), passando pela prevenção primária (vacinação contra o HPV), até à deteção precoce (rastreamento), ao acesso ao tratamento e à redução do risco ao nível da população.

As principais intervenções estratégicas para 2027-2030 incluem:

- **Criar um Registo Oncológico Nacional de Base Populacional e um sistema de vigilância:** Conceber, até 2027, um quadro de recolha de dados que inclua definições de caso normalizadas, variáveis de dados (promoção, vacinação, intervenção, diagnóstico, estadiamento, tratamento, resultado), circuitos de reporte a partir dos hospitais, laboratórios de saúde, postos de saúde e centros de diagnóstico, e a formação de registadores oncológicos em cada município, através dos programas regionais de formação da OMS/IARC. Integrar os registos hospitalares eletrónicos e os relatórios dos laboratórios de patologia numa base de dados nacional centralizada e segura até 2028. Publicar o primeiro relatório nacional de dados oncológicos até 2029, abrangendo a incidência, a mortalidade e o estágio no diagnóstico dos cinco cancros mais frequentes, substituindo pela primeira vez as estimativas do modelo GLOBOCAN por dados reais medidos em Timor-Leste. O registo é o resultado fundamental que viabiliza a ARC 8: sem ele, todas as outras intervenções carecem de evidência nacional para a focalização e a avaliação.
- **Líder:** Ministério da Saúde (Unidade do Registo Oncológico); **Apoio:** OMS, IARC, parceiros de desenvolvimento.
- **Capacidade de tratamento do cancro e vias de referenciação:** Reforçar a via de referenciação integrada desde os cuidados primários e secundários até ao HNGV/Centro Nacional de Oncologia (CNO), para assegurar o acesso às modalidades de diagnóstico do cancro no país, dominado por 5 tipos, a saber:
 - **Cancro da mama:** O rastreio deve dar prioridade às pessoas com risco elevado, enquanto a Campanha Nacional de Sensibilização para o Cancro da Mama deve promover o autoconhecimento mamário. As modalidades de diagnóstico incluem ecografia (USG), mamografia, biópsia — citologia, histopatologia e imuno-histoquímica (IHQ), radiografia, TAC, RM, PET e marcadores tumorais.
 - **Cancro do colo do útero:** Rastrear as mulheres dos 30 aos 49 anos através do teste de ADN-HPV e/ou IVA, em conformidade com as orientações nacionais, e aumentar para 80% a cobertura da vacinação contra o HPV nas raparigas dos 9 aos 14 anos. As modalidades de diagnóstico incluem a citologia cervical (Papanicolau), a colposcopia e outros exames definidos nos protocolos nacionais.
 - **Cancros gastrointestinais e do fígado:** Utilizar a avaliação baseada no risco para as pessoas com consumo nocivo de álcool, hepatite, doença hepática

gorda ou antecedentes familiares de cancro, e aplicar as vias de diagnóstico definidas nos protocolos nacionais.

- **Cancro nas crianças (Oncologia Pediátrica):** _Desenvolver vias de referência para o reconhecimento precoce dos sinais de alerta nas crianças dos 0 aos 14 anos nas escolas, nas instituições de acolhimento e nas comunidades. A avaliação diagnóstica pode incluir aspiração de medula óssea (AMO), punção lombar (PL), exames de hemato-oncologia e outras modalidades de diagnóstico acima enumeradas.
- **Cancro da tireoide:** Utilizar a avaliação baseada no risco para as pessoas que consomem tabaco ou álcool, as pessoas com infeção por HPV relevante e as pessoas com antecedentes familiares de cancro. As modalidades de diagnóstico incluem a nasoendoscopia, a faringoscopia, a biópsia aspirativa por agulha fina (BAAF) e outros exames definidos nos protocolos nacionais.

Por conseguinte, a prioridade estratégica para o período 2027-2030 é transformar esta situação através da modernização de serviços estruturados de diagnóstico, prevenção e rastreio baseados na evidência, para reforçar a vigilância do cancro no país e reduzir as transferências para o estrangeiro. Líder: Ministério da Saúde; Apoio: OMS, parceiros de desenvolvimento bilaterais (Haliku, Austrália, Japão).

- **Sensibilização para o cancro, redução do risco de DNT e controlo do tabaco:** Lançar uma campanha nacional de sensibilização para o cancro e as DNT, integrada no atual programa de promoção da saúde, que aborde os principais fatores de risco modificáveis do cancro, como o consumo de tabaco, o consumo de álcool, a inatividade física e os riscos alimentares. Acelerar a implementação da legislação de controlo do tabaco, incluindo os requisitos de embalagem neutra e os espaços públicos sem fumo. Coordenar com o programa de desporto e atividade física do MJDAC (ARC 3) a promoção de estilos de vida ativos como estratégia de redução do risco de cancro e de DNT, criando uma ligação programática sistemática entre o desenvolvimento da juventude e os resultados em saúde. Recorrer aos agentes comunitários de saúde como principal canal de sensibilização nas comunidades rurais e remotas. Líder: Ministério da Saúde; Apoio: MJDAC, Ministério da Educação, OMS, Ministério da Justiça.

5.7.5 Proteção social

Resultado estratégico: Cobertura da proteção social alargada a 40% da população, com a *Bolsa da Mãe Kondisional Saude Nutrisaun ba Inan no Oan* (BdMK_SANUTRIO) a chegar às mães e crianças mais vulneráveis através do apoio focalizado dos serviços de saúde materno-infantil e de suplementos nutricionais; melhoria da coordenação interministerial e dos sistemas de dados interoperáveis da Bolsa da Mãe Kondisional para as famílias vulneráveis, no apoio ao acesso e à conclusão do ensino básico pelas crianças, incluindo crianças com deficiência; cobertura do INSS a aproximar-se de 100% dos trabalhadores formais; e sistemas de dados da proteção social que permitem programas mais sustentáveis do ponto de vista orçamental e bem focalizados.

Tabela 5.7.4: Estratégia de resultados para a proteção social

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
1	% da população coberta por pelo menos uma prestação pecuniária de proteção social	27% (OIT, Universal Coverage in Timor-Leste, novembro de 2025)	40%	Líder: MSSl Apoio: MF, INETL
2	% de trabalhadores formais inscritos na segurança social (INSS)	92,2% (dados administrativos do INSS, 2024)	100%	Líder: INSS Apoio: MSSl, MF
3	Número de agregados familiares que recebem a Bolsa da Mãe Kondisional Saude Nutrisaun Inan no Oan (BdMK_SANUTRIO) com componente integrada de suplemento alimentar nutricional	8,500	60,000	Líder: MSSl, MS Apoio: MF, INETL
4	Rácio de adequação da transferência montante médio mensal da transferência da Bolsa da Mãe Kondisional _SANUTRIO em % do limiar nacional de pobreza	~25% (estimativa a partir do montante da transferência da Bolsa da Mãe, ~8,33 USD/mês, face ao limiar de pobreza de ~25 USD/mês)	≥40% do limiar nacional de pobreza	Líder: MSSl Apoio: MF, INETL
5	Número de crianças e famílias que recebem o subsídio Bolsa da Mãe para a educação (transferência monetária condicionada)	74.648 crianças	94.648 crianças	Líder: MSSl Apoio: ME
6	Número de beneficiários apoiados com suplemento alimentar nutricional da BdMK_SANUTRIO (mulheres grávidas e crianças dos 6 meses aos 3 anos de idade)	7.632 agregados familiares vulneráveis	10,000	Líder: MSSl; Apoio: MS, MAE e INETL

7	% da base de dados de beneficiários da proteção social com dados de elegibilidade verificados e atualizados, permitindo pagamentos eletrônicos e a focalização do socorro em catástrofes e do apoio geral de assistência social.	23,6% [mulheres grávidas, crianças, idosos e pessoas com deficiência (EhD)]	≥80% dos beneficiários no registo digital unificado	Líder: MSSI Apoio: INETL, MF, MTC
---	--	---	---	--

Intervenções estratégicas 2027-2030

As intervenções estratégicas para a proteção social centram-se em quatro (4) prioridades: expandir e reforçar a *Bolsa da Mãe kondisional* para as famílias vulneráveis, no apoio ao acesso e à conclusão do ensino básico pelos seus filhos, incluindo crianças com deficiência, e o programa *Bolsa da Mãe kondisional ba Saude Nutrisaun Inan no Oan (BdMK_SANUTRIO)*; melhorar os sistemas de dados para uma melhor focalização; responder à sustentabilidade orçamental de longo prazo das pensões; alargar a cobertura aos trabalhadores do setor informal; e reforçar os sistemas de socorro em catástrofes.

Principais intervenções estratégicas para 2027-2030

- **Expansão dos programas Bolsa da Mãe kondisional para famílias vulneráveis, para a educação das crianças, e Bolsa da Mãe kondisional ba Saude Nutrisaun Inan no Oan (BdMK_SANUTRIO):** Expandir o programa de transferências monetárias condicionadas Bolsa da Mãe a agregados familiares vulneráveis adicionais, dando prioridade aos agregados chefiados por mulheres, aos agregados com pessoas com deficiência e aos agregados dos sete municípios prioritários com as maiores lacunas de serviços e as taxas de pobreza mais elevadas. Líder: Ministério da Solidariedade Social e Inclusão; Apoio: Ministério da Educação e Ministério da Administração Estatal.

Melhorar a focalização e a cobertura da BdMK_SANUTRIO nos municípios com elevada prevalência de malnutrição e atraso de crescimento, integrando os suplementos alimentares nutricionais como componente obrigatória para todos os beneficiários da Bolsa da Mãe com crianças com menos de três anos, de modo a criar uma ligação direta e baseada em dados entre os setores da proteção social e da saúde e a contribuir para a meta da ARC de redução do atraso de crescimento nas crianças com menos de cinco anos. Tornar a monitorização nutricional regular



uma condição para os beneficiários da BdMK_SANUTRIO, permitindo acompanhar simultaneamente o crescimento e a utilização dos serviços de saúde. Coordenar a identificação da elegibilidade com o registo de SMI do Ministério da Saúde e os dados do inquérito aos agregados familiares do INETL, para assegurar que o programa chega aos agregados mais necessitados. Líder: Ministério da Solidariedade Social e Inclusão; Apoio: MF, Ministério da Saúde, UNICEF, PAM.

- **Registo unificado de beneficiários da proteção social e sistema de dados:** Melhorar a atual Plataforma do Registo Social, desenvolvida pelo MSSI e pelo INETL, como registo digital unificado da proteção social que articule os cinco programas de proteção social — Bolsa da Mãe Kondisional para a Educação e BdMK_SANUTRIO, INSS, prestações para idosos e por deficiência —, integrando dados sobre a mitigação e a intervenção em matéria de risco de catástrofes, numa base de dados única e interligada, com registos de elegibilidade verificáveis e controlos contra a duplicação. Esta reforma é um pré-requisito da sustentabilidade orçamental: sem ela, não é possível eliminar os pagamentos duplicados, aplicar a condição de recursos aos novos beneficiários nem fazer chegar rapidamente o socorro em catástrofes aos grupos mais vulneráveis. Permitir pagamentos eletrónicos a pelo menos 80% dos beneficiários até 2029, reduzindo os custos administrativos e os pagamentos indevidos. Reforçar a coordenação com os dados do inquérito aos agregados familiares do INETL e com o registo civil para a verificação da identidade e a atualização anual da elegibilidade, e assegurar que o sistema possa ser atualizado à medida que a situação dos beneficiários se altera. Líder: Ministério da Solidariedade Social; Apoio: INETL, MF, MTC, MAE e outros ministérios relevantes.
- **Alargamento da cobertura da proteção social ao setor informal:** Conceber e testar um regime contributivo voluntário de proteção social para o setor informal, em coordenação com o INSS e o BCTL, para começar a alargar a cobertura da segurança social, para além dos 92,2% de trabalhadores formais atualmente inscritos, à vasta força de trabalho informal. Basear-se em modelos regionais — o regime de segurança social dos trabalhadores informais da Indonésia e a cobertura de saúde dos trabalhadores informais da Tailândia —, adaptados à capacidade institucional e aos constrangimentos orçamentais de Timor-Leste. Testar o regime em 2028-2029 e avaliá-lo antes de uma decisão de expansão nacional na revisão

final de 2030. Líder: INSS / MF; Apoio: Ministério da Solidariedade Social, BCTL, OIT.

- **Socorro em catástrofes e proteção social adaptados ao clima:** Estabelecer uma lista de beneficiários de proteção social de emergência pré-registados, extraída do registo social digital unificado, para permitir o pagamento célere do socorro em catástrofes aos agregados familiares mais vulneráveis no prazo de 72 horas após a declaração de uma emergência (inundação, sismo ou outro evento climático). Pré-posicionar fundos de emergência no orçamento da proteção social, para evitar a dependência de pedidos de orçamento retificativo que atrasam a resposta às catástrofes. Estabelecer um protocolo coordenado de pagamento rápido entre o Ministério da Solidariedade Social e Inclusão, a Autoridade de Proteção Civil (APC) e todos os municípios. Articular com a meta de socorro em catástrofes do plano municipal de adaptação climática em desenvolvimento no âmbito do Capítulo 8, em particular para os municípios de alto risco (Baucau, Lautém, Viqueque e outras zonas de elevado risco de catástrofe). Líder: Ministério da Solidariedade Social; Apoio: APC, Ministério da Administração Estatal, Municípios, INETL.

5.7.6. Juventude, Desporto, Artes e Cultura

Resultados estratégicos: Ligar os programas culturais, desportivos e de juventude a oportunidades de mercado reais, a cadeias de valor do setor privado, a plataformas digitais e a quadros económicos regionais, de modo que as atividades do subsetor gerem rendimento, emprego e exportações, e não apenas resultados sociais.

Tabela 5.7.5: Estratégia de resultados para a juventude, o desporto e a cultura

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Entidade líder
1	Número de grupos de jovens ou jovens a título individual com capacidade de autofinanciamento para desenvolver atividades empresariais	0	40	Líder: MJDAC Apoio: MCAE, SEFOPE, MCI, SECOOP, MAPFF e CCI-TL.
2	Número de jovens com conhecimentos crescentes e competências profissionais empregáveis	5,861	15,236	Líder: MJDAC Apoio: Organizações de juventude, estudantes universitários; MAPFF

3	Número de jovens ativamente envolvidos na influência das políticas públicas aos níveis comunitário, municipal e nacional.	14,160	56,432	Líder: MJDAC Apoio: MAE, MI, organizações de juventude e religiosas
4	Número de medalhas conquistadas em eventos desportivos regionais e internacionais (incluindo atletas paralímpicos)	57	67	Líder: MJDAC Apoio: MESCC e organizações desportivas
5	Número de pessoas que praticam exercício físico regular e participam em atividades desportivas financiadas pelo MJDAC.	35,351	140,000	Líder: MJDAC Apoio: Organizações desportivas, MAE, ME e MS
6	% de fumadores atuais que comprem cigarros numa loja, a um vendedor ambulante ou numa loja de conveniência (quiosque)	63% (Inquérito Global sobre o Tabaco nos Jovens 2019)	12%-15%	Líder: MS Apoio: MJDAC, ME, MCI, parceiros de desenvolvimento
7	% da taxa de consumo de álcool dos 15 aos 24 anos	21,7% (15-24 anos) (2024) OMS TL: Country Snapshot	≤17%	Líder: MS Apoio: MJDAC, ME, MCI, parceiros de desenvolvimento
8	Participação das mulheres em exercício físico e em eventos desportivos financiados pelo MJDAC	24%	30%	Líder: MJDAC Apoio: Organizações desportivas, SSE
9	% da taxa de criminalidade juvenil dos 15 aos 24 anos na comunidade	21.7%	≤17%	Líder: MJ Apoio: MJDAC
10	Número de bens do património cultural (material e imaterial) documentados, registados e com preservação avaliada.	6,518	12,482	Líder: MJDAC Apoio: SEAC, MCAE, MTA, MOP, MPIE, ONG
11	A população participa em atividades culturais e artísticas, como meio de	17,717	14,235	Líder: MJDAC Apoio: SEAC, ONG

	reforço da coesão social e da identidade nacional.»			
12	Número de MPME das Indústrias Culturais e Criativas (ICC) que recebem apoio ativo e continuam a desenvolver a sua atividade com apoio do Governo.	10	40	Líder: MJDAC Apoio: SEAC, MCAE, MTA, MPIE, MOP, SECOOP, MJ, MCI, SSE

Intervenções estratégicas:

- **Desenvolvimento da juventude** - Aumentar a capacidade e os conhecimentos dos jovens em empreendedorismo, profissionalismo, cidadania, saúde, liderança e participação pública; criar oportunidades de envolvimento comunitário; reforçar o programa do Parlamento da Juventude e as organizações de juventude; e prestar apoio financeiro às iniciativas empreendedoras dos jovens.
- **Desenvolvimento do desporto** - Criar um sistema de desenvolvimento de atletas desde a formação até ao nível de elite, promover a competição desportiva, desenvolver os recursos humanos, melhorar as infraestruturas e instalações desportivas, promover a saúde através da atividade física, garantir um desporto limpo e reforçar a monitorização e a governação das organizações desportivas.
- **Preservação e promoção da cultura** - Documentar e proteger o património cultural material e imaterial, promover as atividades culturais e artísticas a todos os níveis, reforçar os grupos culturais e os artistas, e desenvolver e utilizar as infraestruturas culturais para promover a criatividade e a identidade nacional.
- **Desenvolvimento da indústria criativa** - Capacitação das MPME da indústria criativa através de formação, mentoria, incubação e assistência técnica; facilitação do acesso aos mercados e plataformas digitais; e promoção da comercialização dos produtos culturais para expandir a economia criativa nacional.
- **Desenvolvimento de infraestruturas** - na juventude, no desporto, nas artes e na cultura Construir, reabilitar e restaurar infraestruturas dotadas de instalações completas para desenvolver e promover o talento e a criatividade na juventude, no desporto, nas artes e na cultura.

5.7.7 Reforço da interoperabilidade e estratégia de transformação digital

Um dos constrangimentos comuns às bases de dados ministeriais é a falta de interoperabilidade entre os sistemas de dados. O PMP procurou melhorar a interoperabilidade através de uma ligação obrigatória entre três sistemas principais:

- **Integração de sistemas:** O requisito técnico central é a ligação em tempo real entre o EMIS (Educação), o HMIS (Saúde) e o SIGAS/Registo Único (Proteção Social).
- **Utilidade intersetorial:** A interoperabilidade permitirá à *Bolsa da Mãe* Kondisional verificar automaticamente a assiduidade escolar e as consultas de saúde, eliminando os atuais desafios de coordenação manual.
- **Verificação:** Recorrendo ao Cadastro Nacional e aos painéis de desempenho municipais, o Governo avançará para um registo digital unificado da proteção social,

para eliminar as duplicações de pagamentos e assegurar a verificação de 80% dos beneficiários até 2029

Intervenção estratégica 2027-2030: Utilizar as infraestruturas digitais para melhorar a eficiência da prestação de serviços, a responsabilização orçamental e o desenvolvimento do capital humano alinhado com o mercado.

- Infraestruturas digitais e acesso: Estabelecer preços normalizados para o Cabo Submarino Sul de Timor-Leste (TLSSC), para expandir a literacia digital e reduzir o custo dos dados para as escolas e as unidades de saúde.
- Educação e mercado de trabalho:
 - Sistema de acompanhamento de diplomados do EFTP: Lançar, até ao final de 2027, um sistema digital obrigatório para acompanhar os resultados de emprego dos diplomados e alinhar os currículos do EFTP com a procura do mercado.
 - Ensino superior: Implementar um sistema digital para a legalização de diplomas, para reduzir a fraude e os atrasos administrativos.
- Saúde e proteção social:
 - Saúde eletrónica: Integrar os registos hospitalares eletrónicos no Registo Oncológico Nacional até 2028.
 - Pagamentos digitais: Permitir pagamentos eletrónicos a 80% dos beneficiários da proteção social, para reduzir os custos administrativos e melhorar a resposta rápida a crises.



CAPÍTULO 6

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

reforça a governação, a transparência e a prestação de serviços públicos através da reforma da justiça, da administração pública digital, da governação municipal, da gestão das finanças públicas, da segurança e da cooperação internacional, criando um ambiente favorável ao investimento privado, à diversificação económica e ao desenvolvimento nacional sustentável.



PREFÁCIO



O Pilar do Desenvolvimento Institucional desempenha um papel central na transição de Timor-Leste para uma economia mais resiliente, diversificada e baseada em regras, capaz de sustentar o crescimento a longo prazo. Ao entrar numa fase decisiva do seu desenvolvimento, é claro que a transformação económica do país depende de instituições fortes, credíveis e eficazes, assentes nos princípios do Estado de direito democrático, da boa governação e da integridade institucional.

Desde a Restauração da Independência em 2002 - momento fundador em que o povo timorense exerceu plenamente o seu direito de voto em contexto democrático, o Estado de direito tem-se consolidado de forma constante. Esta trajetória reflete-se no reforço progressivo das instituições, na consolidação do quadro jurídico e no aprofundamento da governação democrática, em alinhamento com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional 2011-2030, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, as prioridades definidas pelo IX Governo Constitucional e os compromissos internacionais e regionais.

No centro desta agenda está a criação de um ambiente cada vez mais favorável ao desenvolvimento do setor privado. Isto exige esforços continuados para **reforçar os mecanismos de transparência, integridade e responsabilização, consolidar os quadros regulatórios e assegurar que as instituições públicas funcionam de forma eficiente, previsível e no interesse nacional**. Ao mesmo tempo, o investimento no capital humano em particular numa educação alinhada com as necessidades do mercado e da indústria é essencial para dotar a população das competências necessárias para competir numa economia regional cada vez mais dinâmica.

A disciplina orçamental e a diversificação económica continuam a ser pilares fundamentais do desenvolvimento. Timor-Leste tem vindo a promover uma visão estratégica orientada para a redução da dependência das receitas petrolíferas uma visão que retira a sua força não de uma única fonte de riqueza, mas do talento, da criatividade e do trabalho árduo do seu povo. Os investimentos estratégicos nos setores-chave apresentam novas oportunidades de crescimento, prevendo-se que os seus contributos evoluam progressivamente a mais longo prazo. Assegurar uma gestão prudente, transparente e estratégica dos recursos públicos continua a ser essencial, como uma via, entre muitas, para uma economia mais diversificada e resiliente.

A integração regional e internacional representa igualmente um motor fundamental desta transformação. A adesão de Timor-Leste à Organização Mundial do Comércio em 2024 e à ASEAN em 2025 constitui uma oportunidade estratégica para acelerar as reformas estruturais, reforçar a competitividade e posicionar o país num mercado regional dinâmico de mais de 600 milhões de pessoas. Este novo contexto reforça a necessidade de **instituições eficazes, de uma coordenação interinstitucional mais forte e de políticas públicas orientadas para a integração económica e a atração de investimento**. A reforma institucional continua a promover uma maior eficiência na utilização dos recursos públicos, fomentando uma economia nacional mais dinâmica e competitiva.

A reforma e a modernização da administração pública continuam a ser uma prioridade estratégica, centrada na melhoria da eficiência, do profissionalismo e da qualidade dos serviços públicos, reforçando simultaneamente a capacidade de liderança, o desenvolvimento dos recursos humanos e as práticas de transparência e responsabilização. No setor da justiça, o reforço institucional em curso desempenha um papel fundamental na consolidação da confiança, na garantia da segurança jurídica e na promoção de um ambiente favorável e previsível ao investimento. Nos setores da segurança e da defesa, a manutenção da estabilidade, do profissionalismo e da confiança pública continua a ser uma prioridade central, proporcionando uma base sólida para o investimento e a coesão nacional.

A política externa mantém-se alinhada com as prioridades nacionais de desenvolvimento, assegurando que o envolvimento diplomático contribui para o crescimento económico, a integração regional e o reforço da posição internacional do país. A integração de Timor-Leste na ASEAN nos seus pilares Político-Securitário, Económico e Sociocultural reflete uma abordagem integrada e inclusiva do desenvolvimento regional.

O Plano de Médio Prazo 2027-2030 coloca o desenvolvimento institucional no centro da transformação nacional, reafirmando que, através de instituições fortes, de uma governação disciplinada e de um compromisso coletivo e criando oportunidades para os jovens e fomentando um sentido partilhado de propósito nacional, Timor-Leste continuará a consolidar o Estado de direito democrático, a promover o crescimento inclusivo, a reforçar a resiliência económica e a assegurar a prosperidade a longo prazo.



Agio Pereira.

Ministro da Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

Presidente da Comissão Interministerial de Coordenação (CIC) para o Desenvolvimento Institucional

CAPÍTULO 6: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

6.1. Introdução e contributo para as prioridades nacionais

O desenvolvimento institucional é fundamental para a diversificação económica, o crescimento inclusivo e a resiliência a longo prazo de Timor-Leste. Instituições fortes, eficientes, transparentes e responsáveis permitem uma implementação eficaz das políticas, a prestação de serviços públicos, o Estado de direito, a descentralização e a confiança do setor privado. Sem instituições capazes, os investimentos em infraestruturas, capital humano e setores económicos não podem produzir resultados sustentáveis.

Este PMP 2027-2030 centra-se na construção de uma base sólida e de uma plataforma de lançamento para uma melhoria significativa da governação, da prestação de serviços e do desempenho institucional no período subsequente (2031-2035 e seguintes). Ao responder aos constrangimentos críticos e ao criar sistemas facilitadores, esta fase final do PED posicionará o país para uma maior produtividade, melhores serviços públicos e um crescimento económico sustentado após 2030.

O pilar apoia diretamente duas prioridades nacionalmente protegidas do painel do Capítulo 2: a Prioridade Nacional 1, relativa à Reforma Integral da Posse da Terra e ao Cadastro Digital Nacional, essencial para desbloquear o investimento privado na agricultura, na habitação e na indústria transformadora; e a Prioridade Nacional 10, relativa ao Clima de Investimento e à Reforma Regulatória, que exige tanto a simplificação do licenciamento através da rede de Balcões Únicos como uma resolução mais rápida dos litígios comerciais através de um sistema judicial alargado e menos congestionado. Todas as outras prioridades nacionais do painel dependem de instituições capazes de planear, contratar, implementar e monitorizar.

O pilar institucional organiza-se em torno de seis subsetores, cada um com o seu próprio quadro de resultados aprovado: justiça e posse da terra; governação municipal; finanças públicas e luta contra a corrupção; administração pública e administração pública digital; segurança e defesa; e relações internacionais, que funciona igualmente como facilitador transversal para o pilar no seu conjunto.

6.1.1 Desenvolvimento do setor privado e clima de investimento

Instituições fortes reduzem a incerteza regulatória, melhoram a execução dos contratos, reforçam a administração fundiária e melhoram a gestão das finanças públicas — todos eles facilitadores críticos do investimento privado e da diversificação económica.

6.1.2 Contributo de cada subsetor para o desenvolvimento institucional

- **Justiça e Estado de direito:** Reduz em pelo menos 60% o volume de processos judiciais pendentes, alarga os tribunais de primeira instância em funcionamento de quatro para pelo menos sete municípios e converte o cadastro digital nacional, substancialmente concluído, em posse juridicamente segura e bancável, através da emissão de 30.000 títulos de propriedade formais nos corredores económicos prioritários.

- **Governança municipal:** Conclui a transição para órgãos eleitos do Poder Local ao abrigo da Lei n.º 23/2021, leva a rede de Balcões Únicos já construída nos 12 municípios, na RAEOA e em Ataúro à prestação plena do pacote de serviços prioritários, reforça o planeamento, a contratação pública e as receitas próprias municipais e reorienta os orçamentos municipais dos encargos administrativos para a prestação de serviços e o investimento de capital ligando as prioridades nacionais às comunidades em todo o território.
- **Gestão das finanças públicas e luta contra a corrupção:** Normaliza as estruturas orçamentais baseadas em políticas em todos os ministérios setoriais, moderniza a contratação pública através da publicação obrigatória dos contratos, alarga a base de receitas internas não petrolíferas, reforça a auditoria interna e a aplicação das medidas anticorrupção e institucionaliza a transparência orçamental e a responsabilização social, assegurando que o aumento do investimento público se traduz em resultados de desenvolvimento concretos.
- **Administração pública e administração pública digital:** Implementa o Regime Unificado de Carreiras, alarga o sistema digital integrado de RH SIGAP-FOUN da atual cobertura de 58% a toda a administração pública, introduz um sistema remuneratório único e o planeamento nacional da força de trabalho e institucionaliza a gestão do desempenho baseada no mérito e a formação contínua, construindo uma função pública profissional e orientada para o desempenho.
- **Segurança e defesa:** Protege os recursos marítimos de Timor-Leste reduzindo as perdas decorrentes da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), estabelece o conhecimento situacional do domínio marítimo nacional e uma coordenação marítima interministerial formal, digitaliza a gestão das fronteiras e da imigração e reforça a segurança comunitária e a resposta a emergências através do policiamento comunitário e da proteção civil assegurando a estabilidade interna de que depende o investimento privado.
- **Relações internacionais e diplomacia:** Conclui os restantes critérios do Roteiro de Adesão à ASEAN e operacionaliza a adesão de Timor-Leste à ASEAN incluindo a implementação do Roteiro Nacional de Implementação da CEA (2026-2030) e a integração dos Planos de Ação Estratégicos Setoriais e dos Planos de Trabalho da CEA nos Planos de Ação Anuais dos ministérios, assegura a Presidência da ASEAN e o seu Programa de Legado, celebra acordos bilaterais de cooperação económica e de proteção do investimento e tira partido da adesão a organizações internacionais para mobilizar assistência técnica e financiamento concessional para as prioridades do PMP.

6.2 Questões estratégicas do Pilar do Desenvolvimento Institucional

Apesar de duas décadas de construção institucional desde a independência, vários constrangimentos críticos continuam a limitar a eficácia:

- **Setor da justiça:** O volume de processos pendentes continua a ser significativo, com aproximadamente 4.000 processos a aguardar decisão nos tribunais distritais em 2024⁷⁷. Os tribunais de primeira instância funcionam em apenas quatro

⁷⁷ Ministério da Justiça / PNUD, *Análise do Setor da Justiça*, maio de 2024

jurisdições em Díli, Baucau, Suai (Covalima) e Oe-Cusse (RAEOA), deixando nove municípios sem acesso direto aos serviços judiciais formais⁷⁸. A insegurança da posse da terra persiste: embora mais de 326.111 parcelas de terreno já tenham sido registadas no cadastro digital nacional, não foram emitidos mais de 949 títulos de propriedade formais, o que revela um grande estrangulamento na conversão dos registos cadastrais em títulos juridicamente seguros e bancáveis. Este défice de titulação, e não um défice de registo, é o constrangimento crítico à utilização da terra como garantia de crédito, à segurança do investimento e à comercialização agrícola nos corredores económicos prioritários.

- **Descentralização e governação municipal:** O programa dos Balcões Únicos concluiu a sua fase de construção: as instalações estão agora disponíveis nos 12 municípios, na RAEOA e na Autoridade Administrativa de Ataúro. O constrangimento crítico deixou, portanto, de ser a cobertura e passou a ser a certificação operacional várias instalações ainda não prestam o pacote completo de serviços prioritários, e o pessoal, o equipamento e as normas de serviço continuam a ser desiguais. Os municípios continuam também a ser administrados por Autoridades Municipais nomeadas, e não por órgãos eleitos do Poder Local, o que limita a responsabilização pela prestação de serviços; entre 40% e 60% dos orçamentos municipais são absorvidos por encargos administrativos, e não pela prestação de serviços ou pelo investimento de capital; e os sistemas de receitas próprias previstos na Lei das Finanças Municipais ainda não estão operacionais.
- **Administração pública:** A gestão da função pública caracteriza-se por uma orientação limitada para o desempenho, lacunas de competências e elevada rotatividade nos cargos técnicos. As carreiras continuam fragmentadas entre um regime geral e aproximadamente dezasseis regimes especiais com tabelas remuneratórias distintas. O Regime Unificado de Carreiras foi aprovado ao nível das políticas e a sua fase preparatória foi concluída, mas nenhum funcionário público foi ainda nele integrado. O sistema digital integrado de RH SIGAP-FOUN está operacional e abrange 58% dos trabalhadores da administração pública, estando ainda em desenvolvimento a interoperabilidade com o GRP/FMIS e o registo dos contratos a termo, e não existe ainda um modelo integrado de planeamento da força de trabalho para os aproximadamente 65.000 trabalhadores da administração pública.
- **Gestão das finanças públicas:** O desafio da GFP em Timor-Leste já não é de conceção jurídica. A arquitetura central está em vigor, incluindo o quadro de Orçamento e Gestão Financeira, o Código da Contratação e dos Contratos Públicos (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2025, de 8 de janeiro, em vigor desde 1 de junho de 2025) e os instrumentos de orçamentação de médio prazo. A questão estratégica para 2027-2030 é a implementação: estes instrumentos são aplicados de forma desigual e a capacidade permanece concentrada no Ministério das Finanças, em vez de estar enraizada nos ministérios setoriais, nos organismos

⁷⁸ PNUD, *Towards Better Justice: Analysis and Recommendations for Improving the Justice Sector in Timor-Leste*, maio de 2024

autónomos e nos municípios que efetivamente executam a despesa⁷⁹. Os constrangimentos são operacionais: projetos que entram no orçamento antes de estarem prontos, contratação pública planeada apenas após a dotação, gestão de contratos deficiente, controlo limitado dos compromissos plurianuais e estruturas orçamentais baseadas em políticas testadas apenas num pequeno número de ministérios, o que significa que as taxas de execução podem aumentar enquanto a entrega de resultados fica aquém. A mobilização de receitas internas é mais um constrangimento crítico: as receitas internas não petrolíferas situam-se abaixo de 12,2% do PIB aquém do objetivo declarado pelo próprio Governo de 17,5% do PIB e contribuem atualmente com menos de 30% do total das receitas do Orçamento Geral do Estado⁸⁰.

- **Luta contra a corrupção e responsabilização:** Embora a Comissão Anticorrupção (CAC) e o quadro jurídico estejam em vigor, menos de 30% dos ministérios setoriais e municípios dispõem de um ponto focal anticorrupção e de um plano de controlo interno aprovados (Relatório Anual da CAC 2024); a função de auditoria interna está apenas parcialmente estabelecida e ainda não é eficaz; a proteção dos denunciadores continua pouco desenvolvida fora da contratação pública, onde os mecanismos de proteção foram introduzidos pelo Código da Contratação e dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 1/2025, de 8 de janeiro), afetando a confiança pública e a confiança dos investidores.
- **Defesa e segurança:** A limitação de embarcações de patrulha, equipamento, recursos humanos e infraestruturas constrange a proteção da soberania nacional e dos recursos marítimos. As perdas decorrentes da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN) na Zona Económica Exclusiva de Timor-Leste são estimadas em aproximadamente 40 milhões de USD por ano, não existe ainda um sistema nacional de Conhecimento Situacional do Domínio Marítimo e a coordenação marítima entre instituições continua a ser ad hoc. O tempo médio de resposta da PNTL às chamadas de emergência excede 60 minutos e, embora 87% dos cidadãos afirmem sentir-se seguros nas suas comunidades, manter e melhorar esta situação depende do reforço da capacidade de policiamento comunitário e de proteção civil. A gestão das fronteiras continua a ser em grande medida manual: os sistemas Midas e de vistos ainda não estão sincronizados e a Janela Única Eletrónica ainda não está operacional.
- **Governança digital:** Os facilitadores essenciais da administração pública digital estão agora em vigor o Cabo Submarino Sul, os sistemas setoriais operacionais (EMIS, HMIS, SIGI, SIGAP-FOUN, SERVE, ASYCUDA) e a rede de Balcões Únicos como canal de prestação. O que falta é o tecido conjuntivo: a interoperabilidade entre sistemas, começando pelo SIGAP-FOUN e o GRP/FMIS; identificadores únicos comuns para cidadãos, empresas e parcelas de terreno, sem os quais os registos não podem ser interligados; uma base legal para a partilha e a proteção de dados; e uma autoridade institucional clara para fazer cumprir as

⁷⁹ Governo de Timor-Leste, Comunicado de imprensa do BCTL sobre o desempenho económico em 2024, março de 2025; Banco Mundial, Timor-Leste Economic Report 2025

⁸⁰ Fundo Monetário Internacional, Departamento da Ásia e do Pacífico, Timor-Leste: 2025 Article IV Consultation, IMF Country Report No. 25/278 (Washington, DC: FMI, 2025), <https://doi.org/10.5089/9798229026673.002>.

normas em todos os ministérios. Enquanto estas questões não forem resolvidas, as plataformas individuais não poderão ser articuladas em serviços integrados de toda a administração.

- **Relações internacionais:** Timor-Leste alcançou a adesão plena à ASEAN em 26 de outubro de 2025, na 47.ª Cimeira da ASEAN em Kuala Lumpur (ASEAN, 2025), e cinco dos sete critérios do Roteiro de Adesão à ASEAN foram substancialmente cumpridos. A implementação dos dois critérios restantes está em curso: (i) a implementação dos instrumentos jurídicos de Prioridade I e a adesão aos instrumentos jurídicos de Prioridade II e III no âmbito do pilar da Comunidade Económica da ASEAN (CEA), estabelecidos no Roteiro Nacional de Implementação da CEA (2026-2030); e (ii) a prontidão das infraestruturas e da logística para acolher reuniões e cimeiras da ASEAN. Traduzir a adesão em ganhos concretos de integração comercial, de investimento e regulatória exige uma capacidade institucional sustentada, a implementação, por toda a administração, dos compromissos da ASEAN estabelecidos no Roteiro Nacional de Implementação da CEA (2026-2030) e uma diplomacia económica ativa. A preparação e a realização da Presidência da ASEAN por Timor-Leste coordenada através do Conselho Nacional Organizador da Presidência da ASEAN (ACNOC), composto por cinco setores e catorze subcomissões constitui mais uma exigência institucional de curto prazo, tal como as Prioridades e Resultados da Presidência e o Programa de Legado, que ainda não foram desenvolvidos.

6.3 Objetivos estratégicos e Áreas de Resultados-Chave ao nível do pilar

O pilar é orientado por cinco objetivos estratégicos:

- **OE1:** Reforçar o Estado de direito, a justiça e o acesso à justiça.
- **OE2:** Melhorar a prestação de serviços públicos através da descentralização e da modernização administrativa.
- **OE3:** Reforçar a governação, a responsabilização e a sustentabilidade orçamental.
- **OE4:** Reforçar a capacidade operacional e a supervisão das forças de defesa e segurança, para proteger eficazmente a soberania, os recursos marítimos e os cidadãos de Timor-Leste.
- **OE5:** Reforçar a integração regional e global de Timor-Leste e elevar a sua diplomacia em apoio ao desenvolvimento nacional sustentável.

Estes objetivos são operacionalizados através de seis Áreas de Resultados-Chave (ARC):

- **ARC 1: Setor da justiça e posse da terra** - Reduz em pelo menos 60% o volume de processos judiciais pendentes, alarga os tribunais de primeira instância em funcionamento de quatro para pelo menos sete municípios e converte as parcelas cadastrais registadas em 30.000 títulos de propriedade formalmente emitidos nos corredores económicos prioritários, com dados de propriedade desagregados por sexo e por situação de propriedade conjunta.
- **ARC 2: Governação municipal** - Conclui a transição para órgãos eleitos do Poder Local ao abrigo da Lei n.º 23/2021, leva a rede de Balcões Únicos nos 12 municípios, na RAEOA e em Ataúro à prestação plena do pacote de serviços prioritários, reforça o planeamento, a contratação pública e as receitas próprias

municipais, reduz os encargos administrativos nos orçamentos municipais e melhora a qualidade e a cobertura da prestação descentralizada de serviços.

- **ARC 3: Finanças públicas e luta contra a corrupção** - Normaliza as estruturas orçamentais baseadas em políticas em todos os ministérios setoriais, antes da integração plena do quadro de despesa de médio prazo, moderniza o sistema de contratação pública através da publicação obrigatória dos contratos, aumenta as receitas internas não petrolíferas, institucionaliza os mecanismos de auditoria interna, de luta contra a corrupção e de proteção dos denunciantes e enraíza a transparência orçamental e a responsabilização social.
- **ARC 4: Administração pública e administração pública digital** - Implementa o Regime Unificado de Carreiras, alarga o sistema digital integrado de RH SIGAP-FOUN à cobertura total da administração pública e torna-o interoperável com o GRP/FMIS, introduz um sistema remuneratório único e o planeamento nacional da força de trabalho, institucionaliza a gestão do desempenho baseada no mérito e a formação contínua e publica roteiros de prestação de serviços digitais para todos os ministérios setoriais.
- **ARC 5: Segurança e defesa** - Reforça a fiscalização marítima para reduzir as perdas decorrentes da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), estabelece o Conhecimento Situacional do Domínio Marítimo nacional e um mecanismo formal de coordenação marítima interministerial, digitaliza a gestão das fronteiras e da imigração, expande o policiamento comunitário e o alerta precoce da proteção civil e assegura a capacidade de coordenação de crises em todos os municípios.
- **ARC 6: Relações internacionais** - Conclui os restantes critérios do Roteiro de Adesão à ASEAN, operacionaliza a adesão de Timor-Leste à ASEAN através da implementação do Roteiro Nacional de Implementação da CEA (2026-2030) e da integração dos Planos de Ação Estratégicos Setoriais e dos Planos de Trabalho da CEA e das prioridades da Visão da Comunidade ASEAN 2045 nos planos e orçamentos nacionais e setoriais, assegura a Presidência da ASEAN e o seu Programa de Legado, negocia acordos económicos bilaterais direcionados e mobiliza assistência técnica e financiamento concessional alinhados com as prioridades do PMP.

6.4 Quadro de resultados do desenvolvimento institucional

O quadro de resultados abaixo resume o contributo estratégico do pilar institucional. Articula as reformas da governação com melhorias mensuráveis na segurança jurídica, no desempenho do setor público, na gestão orçamental e na governação territorial.

As intervenções abaixo constituem as ações de reforma centrais necessárias para traduzir as prioridades institucionais em resultados práticos. Devem ser lidas como a principal via de execução do pilar, e não como uma lista exaustiva de atividades.

Tabela 6.4.1: Quadro de resultados do desenvolvimento institucional

Nível	Descrição do resultado
Impacto	Desenvolvimento nacional sustentável e inclusivo, apoiado por instituições capazes, transparentes e responsáveis.
Objetivo	Instituições eficientes, transparentes e responsáveis, que prestam serviços públicos de qualidade, defendem o Estado de direito e criam as condições favoráveis ao investimento privado e à diversificação económica.
Resultados do pilar (2030):	• Melhor acesso à justiça e maior segurança nos direitos fundiários e de propriedade, com o volume de processos judiciais pendentes reduzido em $\geq 60\%$ (para menos de 1.600 processos pendentes), tribunais de primeira instância em funcionamento em pelo menos 7 municípios e 30.000 títulos de propriedade formais emitidos nos corredores económicos prioritários. • Órgãos eleitos do Poder Local operacionais nos 12 municípios, na RAEOA e em Ataúro, com Balcões Únicos a prestar o pacote completo de serviços prioritários em 100% das instalações e todos os municípios a alcançar pelo menos 80% das suas metas anuais de prestação de serviços. • Gestão das finanças públicas reforçada e risco de corrupção reduzido, com estruturas orçamentais baseadas em políticas em 100% dos ministérios setoriais, $\geq 80\%$ dos contratos públicos publicados dentro do prazo legal e receitas internas não petrolíferas a atingir 17,5% do PIB. • Pontos focais anticorrupção e planos de controlo interno em $\geq 80\%$ das instituições públicas. • Uma função pública profissional e baseada no desempenho, com $\geq 80\%$ dos funcionários públicos integrados no Regime Unificado de Carreiras e 100% geridos através do sistema digital integrado de RH SIGAP-FOUN e abrangidos pelo novo sistema remuneratório. • Segurança marítima, gestão das fronteiras e segurança comunitária reforçadas, com ≥ 120 dias de patrulha combinados por ano nas águas marítimas nacionais e na ZEE, perdas decorrentes da pesca INN reduzidas para ≤ 15 milhões de USD por ano, $\geq 93\%$ dos cidadãos a sentir-se seguros nas suas comunidades e resposta de emergência da PNTL em menos de 30 minutos. • Adesão de Timor-Leste à ASEAN traduzida em ganhos concretos em matéria de comércio, investimento e regulação, através da conclusão plena do Roteiro de Adesão e da implementação do Roteiro Nacional de Implementação da

	CEA (2026-2030), 100% dos compromissos da ASEAN com vencimento até 2030 implementados, uma Presidência e um Programa de Legado realizados com êxito e pelo menos 3 acordos económicos bilaterais assinados.
Intervenções estratégicas	Resultados rápidos (2027) • Lançar o programa acelerado de titulação de terras nos corredores económicos prioritários, convertendo as parcelas registadas em títulos formalmente emitidos. • Introduzir um sistema digital de gestão processual nos tribunais de Díli, Baucau e Suai. • Concluir a certificação operacional da rede de Balcões Únicos e estabelecer o Quadro de Monitorização do Desempenho Municipal do MAE. • Realizar a primeira fase das eleições diretas para Presidentes, Vice-Presidentes e Assembleias Municipais nos municípios elegíveis. • Consolidar o portal de transparência da contratação pública, com divulgação obrigatória dos contratos, e estabelecer a linha de base do cumprimento da publicação. • Estabelecer as restantes linhas de base do Quadro de Resultados previstas para o final de 2027. Implementar e concluir as medidas-chave estabelecidas nos Planos de Trabalho Setoriais 2026-2027 para os instrumentos jurídicos da ASEAN de Prioridade I de Timor-Leste, no âmbito do Roteiro Nacional de Implementação da CEA (2026-2030). Curto prazo (2028-2029) • Alargar o sistema digital integrado de RH SIGAP-FOUN a toda a administração pública e avançar na integração dos funcionários públicos no Regime Unificado de Carreiras. • Expandir a capacidade de vigilância marítima e concluir a Fase I do sistema nacional de Conhecimento Situacional do Domínio Marítimo. • Normalizar as estruturas orçamentais baseadas em políticas em 100% dos ministérios setoriais, antes da integração plena do QDMP. • Realizar a segunda fase das eleições municipais e instalar os órgãos eleitos do Poder Local nos restantes municípios. • Avançar na diplomacia económica, na implementação dos compromissos da ASEAN e na preparação e realização da Presidência da ASEAN. Aderir aos instrumentos jurídicos da ASEAN de Prioridade II e III e concluir as medidas-chave estabelecidas nos Planos de Trabalho Setoriais 2027-2028, no

	âmbito do Roteiro Nacional de Implementação da CEA (2026-2030). Médio prazo (até 2030) • Alcançar uma redução de $\geq 60\%$ do volume de processos judiciais pendentes e emitir 30.000 títulos de propriedade formais nos corredores económicos prioritários. • Levar todos os municípios a alcançar pelo menos 80% das metas anuais de prestação de serviços, com os encargos administrativos reduzidos para $\leq 30\%$ dos orçamentos municipais. • Institucionalizar os mecanismos anticorrupção em $\geq 80\%$ das instituições públicas e aumentar as receitas internas não petrolíferas para 17,5% do PIB. • Integrar $\geq 80\%$ dos funcionários públicos no Regime Unificado de Carreiras, com 100% geridos através do SIGAP-FOUN e abrangidos pelo novo sistema remuneratório. • Manter ≥ 120 dias de patrulha marítima combinados por ano e reduzir as perdas decorrentes da pesca INN para ≤ 15 milhões de USD por ano. • Implementar 100% dos compromissos da ASEAN com vencimento até 2030, concluir as medidas-chave estabelecidas nos Planos de Trabalho Setoriais 2029-2030, no âmbito do Roteiro Nacional de Implementação da CEA (2026-2030), e celebrar pelo menos 3 acordos económicos bilaterais com parceiros prioritários. • Todas as intervenções serão priorizadas especialmente para apoiar os corredores económicos e os municípios mais atrasados.
--	--

6.5 Resultados subsetoriais

6.5.1 Setor da justiça e posse da terra

Resultado estratégico: Justiça mais célere e mais justa e maior segurança na posse da terra.

Tabela 6.5.1: Estratégia de resultados para a justiça e a posse da terra

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Entidade responsável
1	Redução do volume de processos judiciais pendentes.	Elevado (~4.000 processos)	Reduzido em $\geq 60\%$ (para <1.600 processos)	Líder: MJ; Apoio: Tribunal de Recurso, CFJJ

2	Tribunais distritais de primeira instância operacionais.	4 jurisdições: Díli, Baucau, Suai (Covalima) e Oe-Cusse (RAEOA), 2024	≥7 municípios com tribunais de primeira instância em funcionamento	Líder: MJ; Apoio: MAE, Municípios
3	Número de parcelas de terreno nos corredores económicos prioritários registadas digitalmente, com dados de propriedade desagregados por sexo e por situação de propriedade conjunta de mulheres e homens.	>326.111 parcelas registadas a nível nacional no cadastro digital (2025)	Todas as parcelas dos corredores económicos prioritários registadas e validadas para titulação até 2030, apoiando a emissão de 30.000 títulos	Líder: MJ Apoio: MTC, SSE
		≤949 títulos emitidos	30.000 títulos emitidos	Líder: MJ Apoio: MTC, SSE

Intervenções estratégicas 2027-2030

- Redução do volume de processos judiciais pendentes: Reduzir o volume de processos judiciais pendentes através da implantação de um sistema digital de gestão processual nos principais tribunais, do aumento da capacidade de formação judiciária através do Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ) e da simplificação dos protocolos de gestão processual, dando prioridade à eliminação dos processos pendentes há mais de dois anos.
- Alargamento do acesso à justiça: Alargar progressivamente o acesso à justiça para além dos quatro tribunais distritais existentes, recorrendo a sessões de tribunais itinerantes e a secretarias-satélite nos municípios prioritários como passo intermédio, com o objetivo de estabelecer tribunais de primeira instância em funcionamento em pelo menos três municípios adicionais, alcançando pelo menos sete municípios no total até 2030.
- Titulação acelerada de terras nos corredores económicos prioritários: Converter os registos cadastrais existentes em títulos de propriedade formalmente emitidos nos corredores económicos prioritários, começando pelo corredor do café Díli-Ermera e pela zona arrozeira de Bobonaro até 2028. Responder diretamente ao estrangulamento da titulação através do alargamento da capacidade de tramitação jurídica e de resolução de litígios da DNTPSC e da experimentação de procedimentos simplificados de titulação para as parcelas registadas não contestadas. Assegurar a plena ligação do cadastro digital às instituições bancárias, para que os títulos emitidos possam ser utilizados como garantia no

acesso ao crédito, emitindo formalmente 30.000 títulos até 2030. Recolher e reportar explicitamente dados de propriedade desagregados por sexo, incluindo o registo conjunto de mulheres e homens nos títulos de propriedade.

6.5.2 Governação municipal

Resultado estratégico: Capacidade municipal, sustentabilidade financeira e prestação de serviços locais reforçadas, avançando através da transição para o poder local eleito previsto na Lei n.º 23/2021.

Tabela 6.5.2: Estratégia de resultados para a governação municipal

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Entidade responsável
1	% de instalações de Balcão Único plenamente operacionais e a prestar o pacote completo de serviços prioritários	100% das instalações planeadas já construídas nos 12 municípios, na RAEOA e na Autoridade Administrativa de Ataúro, confirmado em 2026 pela base de dados do MAE e pela Estratégia de Descentralização do MAE.	2027: Linha de base concluída; serviço verificado estabelecido; ≥80% a prestar o pacote completo\ 2028: 90%\ 2029: 100%\ 2030: Mantido em 100%	Líder: MAE; Apoio: Municípios, RAEOA e Autoridade Administrativa de Ataúro.
2	Tempo médio de tramitação para os cidadãos nas transações prioritárias do Balcão Único	A estabelecer até ao final de 2027 (resultado rápido)	2028: Norma de serviço definida e publicada\ 2029: Redução ≥20% face à linha de base\ 2030: Norma de serviço cumprida em todas as instalações	Líder: MAE; Apoio: Municípios
3	% de municípios que alcançam pelo menos 80% das metas anuais de prestação de serviços municipais	0 % - ano de estabelecimento do sistema; o Quadro de Monitorização do Desempenho Municipal do MAE ainda não está operacional (2026)	2027: Quadro estabelecido e operacional\ 2028: 40%\ 2029: 70%\ 2030: 100% (todos os municípios)	Líder: MAE; Apoio: Municípios, MF
4	% de municípios que	Metodologia de avaliação já	2027: Avaliação da primeira fase concluída	Líder: MAE;

	concluem a avaliação de condições mínimas necessária para a instalação dos órgãos eleitos do Poder Local	desenvolvida; primeira ronda de avaliações das condições municipais em curso (Estratégia de Descentralização do MAE, 2026)	e publicada\ 2028: Avaliação da segunda fase concluída para os municípios que não cumpriram as condições na primeira ronda\ 2029: 100% dos municípios avaliados pelo menos uma vez\ 2030: Todos os municípios cumprem as condições mínimas	Apoio: todos os municípios, ministérios relevantes
5	Eleições diretas para as Assembleias Municipais e os Presidentes Municipais realizadas ao abrigo do quadro jurídico do Poder Local e da Descentralização Administrativa, com os órgãos eleitos instalados e operacionais	Ainda não implementado; municípios administrados por Autoridades Municipais nomeadas. Metodologia de avaliação de condições mínimas já desenvolvida; regulamentação da Lei Eleitoral Municipal e da Lei das Finanças Municipais em fase de finalização (Estratégia de Descentralização do MAE, 2026)	2027: Primeiras eleições (Presidente Municipal, Vice-Presidente e membros da Assembleia Municipal) realizadas nos municípios que cumprem a avaliação de condições mínimas\ 2028: Avaliação de condições mínimas e eleições concluídas nos restantes municípios\ 2029: Reforço institucional e avaliação de desempenho do primeiro mandato dos órgãos eleitos do Poder Local\ 2030: Todos os municípios, a RAEOA e Ataúro dispõem de órgãos eleitos do Poder Local operacionais	Líder: MAE; Apoio: STAE, CNE, Parlamento Nacional, Municípios
6	Número de municípios com mecanismos operacionais de consulta aos cidadãos e de	Processos de consulta do Conselho Consultivo Municipal e dos Conselhos de Suco já estabelecidos como parte do ciclo	2027: Linha de base da cobertura publicada\ 2028: Protocolo reforçado de responsabilização (audiências públicas, painéis de desempenho) testado	Líder: MAE;\ Apoio: SSE, ONG

	responsabilização social (consultas do Conselho Consultivo Municipal e dos Conselhos de Suco que alimentam o Programa de Orçamento Municipal)	do Programa de Orçamento Municipal (Estratégia de Descentralização do MAE, 2026); dados sistemáticos de cobertura/desempenho ainda não publicados	em 4 municípios\ 2029: 8 municípios\ 2030: Todos os municípios	
7	% do plano de contratação pública municipal efetivamente executado	A estabelecer até ao final de 2027 (resultado rápido)	2028: 70% 2029: 85% 2030: ≥90%	Líder: MAE\ Apoio: MF, CNA
8	% do orçamento municipal afetado à prestação de serviços/investimento de capital, e não a encargos administrativos	~40-60% do orçamento municipal atualmente afetado a encargos administrativos ⁸¹	2027: ≤50% 2028: ≤40% 2029: ≤35% 2030: ≤30%	Líder: MF\ Apoio: MAE, Municípios
9	Número de municípios com sistemas operacionais de receitas próprias (taxa sobre a propriedade) ao abrigo da Lei das Finanças Municipais	Sistemas de taxa sobre a propriedade ainda não operacionais (2026). A regulamentação da Lei das Finanças Municipais é um processo de reforma ativo, com finalização prevista para 2026 (Estratégia de	2027: Piloto em Díli; sistemas concebidos para as quatro cidades secundárias\ 2028: Operacional em Díli e nas quatro cidades secundárias (Baucau, Maliana, Suai, Lospalos)\ 2029-2030: Cobertura alargada a todos os municípios	Líder: MAE\ Apoio: MF, Municípios

⁸¹ Ministério das Finanças, *Relatórios de Execução do Orçamento do Estado 2021-2024*; LoGICA/Decentralization.net, *Intergovernmental Profile: Timor-Leste*, citando dotações orçamentais municipais médias de aproximadamente 3% do orçamento nacional, com 40-60% dos orçamentos municipais afetados ao Secretariado dos Serviços Municipais.

		Descentralização do MAE)		
--	--	--------------------------	--	--

Intervenções estratégicas 2027-2030

- Concluir a transição para o poder local eleito: Operacionalizar a Lei n.º 23/2021 (Lei do Poder Local e da Descentralização Administrativa) através da conclusão da avaliação de condições mínimas, da finalização da regulamentação da Lei Eleitoral Municipal e da Lei das Finanças Municipais e da realização das primeiras eleições diretas para Presidentes, Vice-Presidentes e Assembleias Municipais nos municípios elegíveis em 2027, seguidas de uma segunda fase em 2028 para os restantes municípios. Esta é a reforma fundamental de que dependem todos os outros resultados da governação municipal — a responsabilização pela prestação de serviços, o desempenho financeiro e a participação dos cidadãos não podem ser significativamente reforçados enquanto a autoridade municipal executiva e deliberativa permanecer nomeada e não eleita. Aplicar a quota de género existente, que exige que pelo menos um em cada três candidatos de cada lista à assembleia municipal seja mulher⁸².
- Concluir a verificação e a certificação operacional da rede de Balcões Únicos nos 12 municípios, na RAEOA e em Ataúro: respondendo às instalações que ainda não prestam o pacote completo de serviços prioritários e às lacunas de pessoal e equipamento, alcançando pelo menos 80% das instalações a prestar o pacote completo em 2027, 90% em 2028 e 100% a partir de 2029. Definir e publicar normas de serviço para as transações prioritárias e alcançar uma redução de pelo menos 20% do tempo médio de tramitação para os cidadãos face à linha de base de 2027.
- Simplificar os procedimentos administrativos e acelerar a transformação digital dos serviços da administração local: em articulação com a agenda da administração pública digital no âmbito da ARC 4 deste pilar, para evitar duplicações.
- Estabelecer o Quadro de Monitorização do Desempenho Municipal do MAE até 2027: criando um sistema de medição normalizado para a educação, a saúde, a água, o saneamento, as estradas, os mercados, a proteção civil, o registo e os serviços comunitários prestados ao nível municipal.
- Reforçar os órgãos eleitos do Poder Local recém-instalados: após a instalação, executar um programa estruturado de reforço institucional para os Presidentes, Vice-Presidentes e membros das Assembleias Municipais eleitos — abrangendo o procedimento deliberativo, a supervisão orçamental, a contratação pública e a gestão de ativos — e realizar em 2029 uma avaliação de desempenho do primeiro mandato dos órgãos eleitos do Poder Local, de modo que os 12 municípios, a RAEOA e Ataúro disponham de órgãos eleitos do Poder Local plenamente operacionais até 2030.
- Operacionalizar o Grupo de Trabalho Interministerial para a Descentralização (GTIM) e a Estrutura Nacional de Assistência Técnica: para coordenar o apoio dos ministérios setoriais às Autoridades Municipais.

⁸² A quota de género da Lei Eleitoral Municipal exige que as listas para as eleições das assembleias municipais incluam pelo menos uma mulher em cada três candidatos, sendo as listas não conformes passíveis de rejeição.

- Reforçar a responsabilização descendente: através da formalização e do alargamento dos mecanismos de consulta do Conselho Consultivo Municipal e dos Conselhos de Suco que já contribuem para o Programa de Orçamento Municipal, acrescentando instrumentos normalizados de retorno dos cidadãos e medidas de responsabilização social em todos os municípios.
- Reforçar o planeamento e a execução da contratação pública municipal: incluindo módulos de contratação pública eletrónica e formação, em alinhamento com o Código da Contratação e dos Contratos Públicos nacional, elevando a execução efetiva do plano de contratação pública municipal para 70% em 2028, 85% em 2029 e pelo menos 90% até 2030.
- Reforçar a gestão dos ativos municipais e a pontualidade do reporte financeiro: e dar seguimento sistemático às recomendações de auditoria, consolidados numa pontuação única de desempenho da gestão financeira municipal.
- Reduzir os encargos administrativos e reafetar recursos à prestação de serviços: Rever a atual estrutura orçamental municipal, na qual 40-60% das dotações se destinam ao Secretariado dos Serviços Municipais e não à prestação direta de serviços ou ao investimento de capital, e implementar uma meta de reafetação faseada que reduza os encargos administrativos para 30% ou menos até 2030. Reforçar os sistemas municipais de planeamento e orçamentação através de capacitação direcionada, incluindo o planeamento plurianual de investimentos em alinhamento com os Planos de Ordenamento Municipais aprovados.
- Operacionalizar a Lei das Finanças Municipais e desenvolver as receitas próprias municipais: começando com um piloto em Díli em 2027 e alargando a sistemas operacionais de taxa sobre a propriedade em Díli e nas quatro cidades secundárias em Baucau, Maliana, Suai e Lospalos até 2028.
- Infraestruturas administrativas municipais reforçadas, com os 12 municípios, a RAEOA e Ataúro a funcionar em instalações administrativas plenamente equipadas, construídas de raiz ou requalificadas (edifícios do governo municipal, salas da Assembleia Municipal e instalações do Balcão Único), ligadas a energia fiável, Internet e sistemas de arquivo colmatando o défice de prontidão das instalações que atualmente impede os órgãos eleitos do Poder Local recém-instalados de funcionar em plena capacidade.
- Capacidade de recursos humanos alargada e descentralizada ao nível local, com um quadro de pessoal municipal dedicado criado ao abrigo do Regime Unificado de Carreiras, membros eleitos dos órgãos do Poder Local (Presidentes, Vice-Presidentes e membros das Assembleias Municipais) a concluir formação estruturada de acolhimento e governação nos 6 meses seguintes à tomada de posse, e cada município a atingir um rácio mínimo de pessoal para as funções administrativas, financeiras e técnicas essenciais assegurando que a autoridade transferida é acompanhada pela capacidade transferida.

6.5.3. Finanças públicas e luta contra a corrupção

Resultado estratégico: Os fundos públicos são cada vez mais gastos conforme orçamentado e para os fins previstos, dando prioridade à qualidade da taxa de execução orçamental, os contratos públicos são cada vez mais publicados e abertos ao escrutínio, e as salvaguardas anticorrupção tornam-se uma característica funcional das instituições públicas, e não apenas um requisito formal no papel.

Tabela 6.5.3: Estratégia de resultados para as finanças públicas e a luta contra a corrupção

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Entidade responsável
1	% de contratos públicos publicados no portal nacional da contratação pública (com base no prazo legal ⁸³)	Linha de base a estabelecer com o MF/CNA até ao final de 2027	≥80%	Líder: MF\ Apoio: CNA
2	% de ministérios setoriais e municípios com um ponto focal anticorrupção e um plano de controlo interno aprovados	<30% (estimativa, Relatório Anual da CAC 2024) ⁸⁴	≥80%	Líder: CAC; Apoio: MF, CFP
3	% de ministérios setoriais e municípios com uma unidade de auditoria interna funcional e normalizada	Função de auditoria interna parcialmente estabelecida, ainda não eficaz (Estratégia de Reforma da GFP 2022-2027)	≥80%, em conformidade com o novo Decreto-Lei da Auditoria Interna	Líder: MF (Inspeção-Geral); Apoio: CAC, CFP
4	Receitas internas não petrolíferas em percentagem do PIB	Abaixo de 12,2% do PIB ⁸⁵	17,5% do PIB até 2030 — adotando o objetivo já existente do Governo, pela primeira vez	Líder: MF; Apoio: MPIE

⁸³ «Prazo legal» refere-se ao prazo de publicação previsto no Código da Contratação e dos Contratos Públicos (2025)

⁸⁴ Comissão Anticorrupção (CAC), Relatório Anual 2024.

⁸⁵ Governo de Timor-Leste, Comunicado de imprensa do BCTL sobre o desempenho económico em 2024, março de 2025; Fundo Monetário Internacional, Departamento da Ásia e do Pacífico, Timor-Leste: 2025 Article IV Consultation, IMF Country Report No. 25/278 (Washington, DC: FMI, 2025), <https://doi.org/10.5089/9798229026673.002>.

			com um calendário definido	
5	% de ministérios setoriais que operam estruturas orçamentais normalizadas e baseadas em políticas, com indicadores de desempenho alinhados/integrados	Testado num pequeno número de ministérios (Planeamento, Saúde, Educação); ainda não normalizado em toda a administração (Estratégia de Reforma da GFP 2022)	100% dos ministérios setoriais até 2028, antes da integração plena do QDMP até 2030	Líder: MF; Apoio: MPIE
6	Declaração pré-orçamental e orçamento do cidadão publicados anualmente, com consulta formal à sociedade civil em cada ciclo orçamental	Processo ad hoc, não implementado de forma consistente (Estratégia de Reforma da GFP 2022, Subcomponente 6.3)	Publicados anualmente a partir de 2027, com consulta documentada em cada ciclo	Líder: MF; Apoio: MPIE, ONG

Intervenções estratégicas 2027-2030

- Reforçar os sistemas de planeamento e execução orçamental: Reforçar os sistemas de planeamento e execução orçamental, incluindo os quadros de despesa de médio prazo (QDMP) e o reporte trimestral da execução orçamental desagregado por programa e município, permitindo a identificação mais precoce dos estrangulamentos na execução durante o exercício orçamental.
- Modernizar a contratação pública através do Código da Contratação e dos Contratos Públicos: Implementar o Código da Contratação e dos Contratos Públicos (aprovado em 2025) através da publicação obrigatória dos contratos no portal nacional da contratação pública dentro do prazo legal, do desenvolvimento de módulos de contratação pública eletrónica e da formação dos responsáveis pela contratação em todos os ministérios setoriais e municípios.
- Transição para o acompanhamento do desempenho orçamental por programas: Melhorar os instrumentos de acompanhamento do desempenho orçamental, transitando do reporte baseado em recursos e atividades para resultados mensuráveis por programa alinhando o reporte orçamental com o quadro de resultados do PMP, de modo que a despesa possa ser avaliada em função dos resultados efetivamente alcançados, e não apenas dos fundos desembolsados.
- Institucionalizar os mecanismos anticorrupção e a sua aplicação: Institucionalizar os mecanismos anticorrupção através da CAC, assegurando que todos os

ministérios setoriais e municípios dispõem, até 2028, de um ponto focal anticorrupção, de um plano de controlo interno e de um mecanismo de auditoria interna funcional aprovados. Reforçar a capacidade da CAC de verificação e execução das declarações de património e alargar os mecanismos de proteção dos denunciantes, para incentivar a denúncia de corrupção sem receio de retaliação.

- Alargar e normalizar a capacidade de auditoria interna: Alargar a capacidade de auditoria interna a todos os ministérios setoriais e municípios, com regulamentação normalizada da auditoria interna desenvolvida e aplicada pelo MF, assegurando uma metodologia de auditoria e normas de reporte consistentes, independentemente da dimensão ou da localização da instituição.
- Modernizar os sistemas de receitas e pagamentos: Modernizar a arquitetura nacional de pagamentos e alargar a base de receitas internas através da implantação de instrumentos digitais de cumprimento fiscal, reduzindo a dependência de processos manuais de cobrança de receitas em numerário e melhorando a rastreabilidade dos fluxos de receitas públicas, com o objetivo de elevar as receitas internas não petrolíferas para 17,5% do PIB até 2030.
- Reforçar a transparência orçamental e a responsabilização social: Publicar anualmente uma declaração pré-orçamental e um orçamento do cidadão; realizar fóruns formais de consulta à sociedade civil durante a preparação do orçamento; apoiar a Comissão C do Parlamento na divulgação pública das audições e conclusões das auditorias da Câmara de Contas, em conformidade com a subcomponente Responsabilização Social (6.3) da Estratégia de Reforma da GFP.

6.5.4. Administração pública e administração pública digital

Resultado estratégico: O recrutamento, a colocação e a gestão do desempenho na função pública funcionam através de um sistema unificado e baseado no mérito, e uma parte crescente dos serviços públicos está acessível aos cidadãos em linha, reduzindo a necessidade de transações presenciais nos locais de atendimento público.

Tabela 6.5.4: Estratégia de resultados para a administração pública e a administração pública digital

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Entidade responsável
1	% de instrumentos jurídicos prioritários da administração pública harmonizados e implementados.	Quadro jurídico da administração pública parcialmente desatualizado e fragmentado, exigindo a revisão e a harmonização dos regimes jurídicos relativos aos RH (CFP, 2026)	100%	Líder: CFP; Apoio: PCM
2	% de funcionários públicos integrados no	Sistema de carreiras fragmentado (1 regime geral + ~16 regimes	≥80%	Líder: CFP;

	Regime Unificado de Carreiras (Regime de Carreira Única)	especiais); política do Regime Unificado de Carreiras aprovada e fase preparatória concluída, com 0% de funcionários públicos integrados até à data (CFP, 2026)		Apoio: PCM
3	% de instituições que implementam o planeamento estratégico da força de trabalho	~65.000 trabalhadores na administração pública; não existe atualmente um modelo integrado de planeamento da força de trabalho (CFP, 2026)	Sistema nacional de planeamento da força de trabalho implementado a 100%; ≥80% da força de trabalho ajustada às necessidades institucionais	Líder: CFP; Apoio: PCM
4	% de funcionários públicos abrangidos pelo novo sistema remuneratório	A remuneração difere entre os regimes de carreira fragmentados, com tabelas remuneratórias distintas e ainda não plenamente integrada em termos de remuneração, competências, desempenho e produtividade (CFP, 2026)	100%	Líder: CFP; Apoio: PCM, MF
5	% de funcionários públicos geridos através do sistema digital integrado de RH (SIGAP-FOUN, interoperável com o GRP/FMIS)	SIGAP-FOUN operacional, abrangendo atualmente 58% dos trabalhadores da administração pública; interoperabilidade e registo dos contratos a termo ainda em desenvolvimento (CFP, 2026)	100%	Líder: CFP; Apoio: PCM, MF, MTC
6	% de instituições que implementam a gestão do desempenho baseada no mérito	Existe um sistema de avaliação, mas ainda não plenamente integrado com a progressão na carreira e a remuneração (CFP, 2026)	100%	Líder: CFP; Apoio: PCM, MF

7	% de funcionários públicos que concluem programas prioritários de formação contínua (formação do carácter, liderança, ética, disciplina)	Implementação já em curso, incluindo um piloto de formação do carácter em 2025-2026 que abrangeu 371 funcionários públicos (CFP, 2026)	≥80%; sistema nacional de formação contínua institucionalizado e implementado	Líder: CFP; Apoio: PCM
---	--	--	---	---

Intervenções estratégicas 2027-2030

- Modernizar o quadro jurídico e regulamentar da administração pública: Rever, harmonizar e implementar os instrumentos jurídicos prioritários que regem a gestão dos RH em toda a administração pública, resolvendo a atual fragmentação entre regimes de carreira.
- Implementar o planeamento estratégico e o redimensionamento da força de trabalho: Desenvolver e implantar um modelo nacional integrado de planeamento da força de trabalho em todas as instituições públicas, abrangendo aproximadamente 65.000 trabalhadores da administração pública.
- Reformar o sistema remuneratório da função pública: Conceber e implementar um sistema remuneratório único que integre a remuneração, as competências, o desempenho e a sustentabilidade orçamental, substituindo a atual estrutura remuneratória diferenciada por regime.
- Institucionalizar a formação contínua e o desenvolvimento da liderança e da integridade: Expandir o programa de formação do carácter, liderança, ética e disciplina (testado com 371 funcionários públicos em 2025-2026) para um sistema nacional de formação permanente.
- Estabelecer o sistema digital integrado de gestão de RH SIGAP-FOUN: Alargar o SIGAP-FOUN da atual cobertura de 58% a 100% dos trabalhadores da administração pública até 2030, concluir a sua interoperabilidade com o GRP/FMIS e registar os contratos a termo, estabelecendo uma base de dados integrada dos lugares da função pública, dos registos de pessoal, do processamento de vencimentos e das avaliações de desempenho, e substituindo os registos de RH fragmentados e específicos de cada ministério por um sistema único de referência.
- Implementar o Regime Unificado de Carreiras: Integrar pelo menos 80% dos funcionários públicos no Regime Unificado de Carreiras até 2030, em todos os ministérios setoriais, abrangendo a normalização da estrutura salarial, o recrutamento baseado em competências e a avaliação anual do desempenho, e substituindo as estruturas de carreira inconsistentes, ministério a ministério, por um quadro único baseado no mérito, aplicado a toda a função pública.
- Desenvolver e publicar roteiros de prestação de serviços digitais: Desenvolver e publicar roteiros de prestação de serviços digitais para todos os ministérios setoriais até 2030, dando prioridade à digitalização dos cinco serviços ao cidadão de maior volume: licenciamento de empresas (SERVE), registo civil/documentos de

identificação, situação do registo predial, declarações fiscais e referências dos serviços de saúde.

6.5.5. Segurança e defesa

Resultado estratégico: Os mecanismos de coordenação da gestão de crises funcionam eficazmente, os cidadãos sentem-se seguros nas suas comunidades locais, enquanto a cobertura de patrulhamento da ZEE se alarga e as perdas financeiras decorrentes da pesca ilegal continuam a diminuir.

Tabela 6.5.5: Estratégia de resultados para a segurança e a defesa

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Entidade responsável
1	% de cidadãos que se sentem seguros na sua comunidade local (nível do suco/posto)	87% (Ministério do Interior, 2026, citando o Dados de Matadalan Survey & Research Institute)	≥93%	Líder: MI; Apoio: PNTL, Municípios
2	Tempo médio de resposta da PNTL às chamadas de emergência	Tempo médio de resposta >60 minutos (Ministério do Interior, 2026). No ano de referência, a PNTL realizou 5.072 operações (5.040 de rotina, 12 periódicas e 20 ocasionais)	<30 minutos	Líder: Ministério do Interior; Apoio: PNTL
3	Difusão rápida de alertas precoces ao público (pelo menos 1 hora antes das catástrofes)	A Autoridade Nacional de Proteção Civil (MI-APC) já estabeleceu equipas de bombeiros e de resposta a emergências em 14 municípios e 7 postos administrativos e criou um Sistema Nacional de Alerta Precoce	Alertas precoces difundidos ao público pelo menos 1 hora antes do início dos eventos previstos / 70-90% dos locais e das pessoas afetadas colocados em segurança	Líder: Ministério do Interior / Apoio: MI-APC, Bombeiros
4	Dias de patrulha combinados por ano nas águas marítimas nacionais e na ZEE	Limitação de embarcações de patrulha, equipamento, recursos humanos e	≥120 dias/ano	Líder: MD Apoio: MI, MAPFF

	(Componente Naval, Unidade de Polícia Marítima e entidades parceiras)	infraestruturas (Ministério do Interior, 2026)		
5	Digitalização da gestão das fronteiras e da imigração: E-Gate, E-Visa, API/PNR e Janela Única Eletrônica operacionais	Sistemas Midas e de vistos ainda não sincronizados; Janela Única Eletrônica ainda não operacional (Ministério do Interior, 2026)	E-Gate e E-Visa plenamente implementados; sistemas Midas-vistos sincronizados; API/PNR plenamente implementado; Janela Única Eletrônica operacional; a maioria das deslocações transfronteiriças processada digitalmente, até 2030	Líder: MI; Apoio: MTC, MF
6	Valor anual estimado das perdas decorrentes da pesca INN na ZEE de Timor-Leste	~40 milhões de USD/ano (estimativa de 2023) ⁸⁶	≤15 milhões de USD/ano até 2030	Líder: MAPFF;\n Apoio: MI, MD
7	Mecanismo formal de coordenação marítima interministerial estabelecido e operacional	Coordenação ad hoc entre instituições (DGRD, 2026)	1 mecanismo formal estabelecido e operacional até 2027	Líder: MD;\n Apoio: MI, MAPFF
8	Fase I do sistema nacional de Conhecimento Situacional do Domínio Marítimo (MDA) concluída	Não existe atualmente nenhum sistema de MDA (DGRD, 2026)	Fase I (capacidade básica de vigilância/conhecimento situacional)	Líder: MD;\n Apoio: MF, MTC

⁸⁶ Comunidade do Pacífico (SPC) / MRAG, *Regional Fisheries Compliance Assessment*; citado nos documentos de planeamento do Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas (MAPFF). Nota: trata-se de uma estimativa; as perdas efetivas são incertas. A meta relativa à pesca INN será revista na Revisão Intercalar de 2028, quando estiverem disponíveis melhores dados de vigilância.

			concluída até 2027	
9	Exercícios conjuntos e combinados institucionalizados	5 quadros de exercícios institucionalizados: Exercício FELINO (quadro multilateral da CPLP); Exercício Harii Hamutuk (quadro multilateral de engenharia/logística); Exercício Dalan ba Dame (quadro terrestre bilateral com o USARPAC); Exercício CARAT (quadro marítimo bilateral com a Marinha/Corpo de Fuzileiros dos EUA); Manobras Marítimas Francesas (quadro naval bilateral)	5 quadros de exercícios essenciais mantidos anualmente, com a interoperabilidade e a prontidão avaliadas e documentadas após cada exercício	Líder: MD;\n Apoio: MNEC

Intervenções estratégicas 2027-2030

- Reforçar e melhorar a eficácia do policiamento comunitário: através da capacitação contínua, da cooperação entre a PNTL e as comunidades e de mecanismos de monitorização, para aumentar a segurança pública e a confiança dos cidadãos ao nível do suco e do posto administrativo, com acordos normalizados de policiamento comunitário, avaliações conjuntas regulares de segurança PNTL-comunidade e protocolos de coordenação de crises articulados com as estruturas de governação municipal estabelecidas no âmbito da ARC 2, visando que pelo menos 93% dos cidadãos afirmem sentir-se seguros nas suas comunidades e um tempo médio de resposta da PNTL às chamadas de emergência inferior a 30 minutos até 2030.
- Reforçar a capacidade de vigilância marítima: Reforçar a capacidade de vigilância marítima através da aquisição de embarcações de patrulha adicionais e da formação de tripulações para a componente naval das F-FDTL, visando pelo menos 120 dias de patrulha combinados por ano nas águas marítimas nacionais e na Zona Económica Exclusiva, e concluir a Fase I do sistema nacional de Conhecimento Situacional do Domínio Marítimo (MDA) até 2027. Manter os cinco quadros institucionalizados de exercícios conjuntos e combinados (FELINO, Harii Hamutuk, Dalan ba Dame, CARAT e Manobras Marítimas Francesas), com a interoperabilidade e a prontidão avaliadas após cada exercício.
- Estabelecer a coordenação marítima interministerial para a fiscalização da pesca INN: Estabelecer um mecanismo de coordenação marítima interministerial que

articule o Ministério da Defesa, o Ministério do Interior e o MAPFF para a comunicação, a fiscalização e a repressão da pesca INN, criando o complemento de governação dos investimentos na Economia Azul descritos no Capítulo 3, uma vez que a expansão da atividade das pescas e da aquicultura aumenta o valor dos recursos marinhos que carecem de proteção. Estabelecer um mecanismo formal até 2027 e reduzir o valor anual estimado das perdas decorrentes da pesca INN de aproximadamente 40 milhões de USD para não mais de 15 milhões de USD até 2030.

- Modernizar os sistemas de gestão das fronteiras e da imigração: Sincronizar o sistema de vistos Midas, implementar o processamento E-Gate e E-Visa, concluir a implementação do API/PNR (Informação Antecipada sobre Passageiros/Registo de Identificação dos Passageiros) e colocar a Janela Única Eletrónica em pleno funcionamento, a par do reforço do pessoal da UPF nos postos fronteiriços e de patrulhas comunitárias da fronteira verde.
- Reforçar a educação cívica e a resiliência comunitária: Manter a rede de prevenção e mediação da Direção Nacional de Prevenção de Conflitos Comunitários (DNPCC), acompanhar as perceções comunitárias de segurança através do Inquérito Dados de Matadalan (ou de um instrumento de inquérito sucessor) e manter o sistema de alerta precoce da Autoridade Nacional de Proteção Civil, de modo que os alertas sejam difundidos ao público pelo menos uma hora antes do início das catástrofes previstas.

6.5.6. Relações internacionais

Resultado estratégico: O envolvimento diplomático de Timor-Leste traduz-se em acordos económicos bilaterais concretos com os parceiros comerciais e de investimento prioritários, os compromissos de adesão e pós-adesão à ASEAN no âmbito do Roteiro Nacional de Implementação da CEA (2026-2030) são cumpridos dentro do calendário, e a política externa do país salvaguarda os seus interesses estratégicos a nível global.

Tabela 6.5.6: Estratégia de resultados para as relações internacionais

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Entidade responsável
1	% dos restantes critérios do Roteiro de Adesão à ASEAN concluídos (compromissos de implementação pós-adesão ao abrigo do Roteiro para a Adesão Plena de Timor-Leste à ASEAN)	Cinco dos sete critérios do Roteiro substancialmente cumpridos (MNEC, 2026). Os dois critérios restantes são (i) a implementação dos instrumentos jurídicos de Prioridade I e a adesão aos	Cumprimento integral até 2030 (100% dos restantes critérios do Roteiro concluídos)	Líder: MNEC\ Apoio: MJ (adesão a tratados), MTC (normas de conectividade), ministérios setoriais

		instrumentos jurídicos de Prioridade II e III no âmbito do pilar da Comunidade Económica da ASEAN (CEA) e (ii) a prontidão das infraestruturas e da logística para acolher reuniões e cimeiras da ASEAN		
2	% de compromissos da ASEAN implementados pelos ministérios e instituições responsáveis ao abrigo do Roteiro Nacional de Implementação da CEA (2026-2030)	Mecanismos de coordenação de toda a administração estabelecidos (2026) para implementar o Roteiro Nacional de Implementação da CEA (2026-2030); ACNOC criado para preparar a Presidência da ASEAN de 2029	100% dos compromissos com vencimento até 2030	Líder: MNEC\ Apoio: MCAE, MCI, MJ (adesão a tratados), MTC (normas de conectividade), MPIE, ministérios setoriais
3	% dos Planos de Ação Estratégicos Setoriais e dos Planos de Trabalho da CEA, no âmbito do Roteiro Nacional de Implementação da CEA (2026-2030), integrados nos Planos de Ação Anuais (PAA) dos ministérios e instituições e implementados dentro do calendário	Implementação dos Planos de Ação Estratégicos Setoriais e dos Planos de Trabalho da CEA iniciada em meados de 2026 (MNEC, 2026); cobertura dos Planos de Ação Anuais ainda não medida	100% integrados nos Planos de Ação Anuais e implementados dentro do calendário até 2030	Líder: MNEC / Apoio: MCAE, MCI, MPIE, ministérios setoriais

4	Número de instrumentos jurídicos da ASEAN a que se aderiu ao abrigo do calendário faseado de adesão acordado	29 Instrumentos de Adesão depositados, abrangendo 49 instrumentos jurídicos económicos da ASEAN de Prioridade I (MNEC, 2026)	Adesão aos acordos económicos da ASEAN de Prioridade II e III até 2030 (aproximadamente 185 instrumentos; total a confirmar no exercício de linha de base de 2027)	Líder: MNEC; Apoio: MCAE, MCI, MJ, ministérios setoriais
5	% das prioridades da Visão da Comunidade ASEAN 2045 integradas nos planos de desenvolvimento nacionais e setoriais	Mapeamento inicial das prioridades da Visão 2045 já realizado (2026)	Plenamente integradas	Líder: MNEC\ Apoio: ministérios setoriais
6	Estado operacional do Conselho Nacional Organizador da Presidência da ASEAN (ACNOC)	ACNOC já criado, composto por cinco setores e catorze subcomissões (2026)	Em transição para a governação do Programa de Legado	Líder: Gabinete do Primeiro-Ministro/MNEC (Secretariado do ACNOC)\ Apoio: ministérios setoriais
7	% das Prioridades e Resultados da Presidência da ASEAN implementados	Prioridades e Resultados da Presidência ainda não desenvolvidos (2026)	100% dos resultados consolidados	Líder: MNEC\ Apoio: ministérios setoriais
8	% de ministérios e instituições responsáveis que cumprem as normas de preparação para a Presidência	Processo preparatório iniciado através da coordenação do ACNOC (2026)	100%	Líder: MNEC/ACNOC\ Apoio: MF, MI, MTA

9	Programa de Legado da Presidência estabelecido e operacional	Quadro do legado ainda não desenvolvido (2026)	2027: Quadro concebido\ 2028: Disposições institucionais acordadas\ 2029: Lançado na conclusão da Presidência\ 2030: Operacional; resultados do legado reportados	Líder: MNEC\ Apoio: ministérios setoriais
10	Número de acordos bilaterais de cooperação económica, de proteção do investimento ou de livre comércio assinados	Timor-Leste não é atualmente parte em nenhum acordo de livre comércio bilateral ou regional (MNEC, 2026); o conjunto mais vasto de acordos de cooperação económica e de proteção do investimento será verificado e publicado pelo MCAE e pelo MNEC até ao final de 2027 (resultado rápido)	2027: Linha de base estabelecida; 1 substancialmente avançado\ 2028: 2 assinados/avançados (cumulativo)\ 2029: 3 assinados (cumulativo)\ 2030: Mantido/alargado	Líder: MCAE\ Colíder: MNEC; Apoio: MCI, ministérios setoriais
11	% de parcerias com organizações internacionais (ASEAN, OMC, CPLP, Comunidade do Pacífico) que geram apoio técnico ou financiamento concessional registado para as prioridades do PMP	NA [A verificar até ao final de 2027 (resultado rápido)]	70%	Líder: MNEC\ Apoio: MPIE

Intervenções estratégicas 2027-2030

- Operacionalizar os compromissos da adesão à ASEAN: Operacionalizar a adesão de Timor-Leste à ASEAN através da conclusão dos restantes critérios do Roteiro de Adesão à ASEAN adesão aos instrumentos jurídicos de Prioridade II e III e prontidão das infraestruturas e da logística e da implementação do Roteiro Nacional de Implementação da CEA (2026-2030). O Roteiro da CEA abrange a adesão aos instrumentos jurídicos da ASEAN de Prioridade II e III e a implementação dos instrumentos jurídicos de Prioridade I relativos à liberalização de bens e serviços, à facilitação do investimento e à conectividade e às normas regionais. Integrar os Planos de Ação Estratégicos Setoriais e os Planos de Trabalho da CEA nos Planos de Ação Anuais e nos orçamentos dos ministérios e integrar as prioridades da Visão da Comunidade ASEAN 2045 nos planos de desenvolvimento nacionais e setoriais sob coordenação do MNEC com o MCAE e os ministérios setoriais relevantes, visando a implementação de 100% dos compromissos da ASEAN com vencimento até 2030 pelos ministérios e instituições responsáveis.
- Negociar acordos económicos bilaterais direcionados: Negociar acordos bilaterais direcionados de cooperação económica e de proteção do investimento com os parceiros prioritários de Timor-Leste, Indonésia, Austrália, Portugal, Japão, República da Coreia e China, dando prioridade aos setores diretamente alinhados com as prioridades de diversificação económica do PMP: café, pescas, turismo e indústria ligeira, visando pelo menos 3 acordos assinados, em termos cumulativos, até 2029.
- Harmonizar os quadros regulatórios para atrair investimento: Harmonizar as leis e os regulamentos nacionais com as normas regionais e internacionais, para reduzir os atritos para os investidores estrangeiros, complementando a negociação diplomática de novos acordos de cooperação económica com a reforma regulatória necessária para tornar esses acordos operacionalmente significativos.
- Tirar partido da adesão a organizações internacionais para obter apoio técnico e financeiro: Tirar partido da adesão de Timor-Leste a organizações internacionais como a ASEAN, a OMC, a CPLP e a Comunidade do Pacífico para aceder a assistência técnica, capacitação e financiamento concessional em apoio às prioridades dos pilares do PMP, de modo que pelo menos 70% destas parcerias gerem apoio técnico ou financiamento concessional registado até 2030.
- Assegurar a Presidência da ASEAN e estabelecer uma revisão anual da diplomacia económica: Consolidar o Conselho Nacional Organizador da Presidência da ASEAN (ACNOC), composto por cinco setores e catorze subcomissões, desenvolver e implementar as Prioridades e Resultados da Presidência, levar 100% dos ministérios e instituições responsáveis a cumprir as normas de preparação para a Presidência e conceber, acordar e lançar o Programa de Legado da Presidência, de modo que os resultados do legado estejam operacionais e sejam reportados até 2030. Em paralelo, estabelecer uma revisão anual da diplomacia económica, coordenada pelo MNEC, que avalie o contributo das parcerias internacionais para resultados mensuráveis do PMP e identifique questões a mitigar.

6.6 ICD e metas do Pilar do Desenvolvimento Institucional

Tabela 6.8.1: ICD e metas do Pilar do Desenvolvimento Institucional

N.º	Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)
1	Redução do volume de processos judiciais pendentes (processos pendentes nos tribunais distritais)	Elevado (≈4.000 processos, 2024)	Reduzido em ≥60%\ (para <1.600 processos)
2	Número de títulos de propriedade formalmente emitidos nos corredores económicos prioritários, com dados de titularidade desagregados por sexo e por situação de propriedade conjunta de mulheres e homens	≤949 títulos (2025)	30.000 títulos
3	% de municípios que alcançam pelo menos 80% das suas metas anuais de prestação de serviços municipais	0% -Quadro de Monitorização do Desempenho Municipal do MAE ainda não operacional (2026) /	100% (todos os municípios)
4	Dias de patrulha combinados por ano nas águas marítimas nacionais e na ZEE	Limitação de embarcações de patrulha, equipamento, recursos humanos e infraestruturas (2026)	≥120 dias/ano
5	% de ministérios setoriais e municípios com um ponto focal anticorrupção e um plano de controlo interno aprovados	<30% (estimativa, Relatório Anual da CAC 2024)	≥80%
6	% de funcionários públicos integrados no Regime Unificado de Carreiras	0% integrados; política aprovada e fase preparatória concluída (CFP, 2026)	≥80%
7	Receitas internas não petrolíferas em percentagem do PIB	Abaixo de 12,2% do PIB; as receitas internas contribuíram com menos de 30% da receita total do	17.5%

		Orçamento Geral do Estado (2025) ⁸⁷	
8	Valor anual estimado das perdas decorrentes da pesca INN na ZEE de Timor-Leste	~40 milhões de USD/ano (estimativa de 2023) ⁸⁸	≤15 milhões de USD/ano
9	% de compromissos da ASEAN implementados pelos ministérios e instituições responsáveis ao abrigo do Roteiro Nacional de Implementação da CEA (2026-2030)	Mecanismos de coordenação de toda a administração estabelecidos (2026); Planos de Ação Estratégicos Setoriais e Planos de Trabalho da CEA em implementação desde meados de 2026	100% dos compromissos com vencimento até 2030, incluindo a realização bem-sucedida da Presidência da ASEAN (2029)

6.7 Resultados rápidos, intervenções prioritárias faseadas e disposições de implementação

Resultados rápidos (2027)

- Lançar o programa acelerado de titulação de propriedades nos corredores económicos prioritários, dando prioridade aos processos de litígio pendentes e à tramitação jurídica em Ermera e Bobonaro, para conclusão até 2027, uma vez que o registo das parcelas subjacentes está já substancialmente concluído (mais de 326.111 parcelas registadas a nível nacional) e o constrangimento crítico reside na conversão das parcelas registadas em títulos oficialmente emitidos.
- Introduzir um sistema digital de gestão de processos nos tribunais distritais, dando prioridade a Díli, Baucau e Suai como tribunais da primeira fase, até ao final de 2027.
- Reforçar a implementação do policiamento comunitário através de sistemas de monitorização e avaliação e de mecanismos de resposta às preocupações de segurança das comunidades, utilizando a linha de base do Inquérito Dados de Matadalan de 87% de cidadãos que afirmam sentir-se seguros nas suas comunidades.
- Consolidar e reforçar o portal de transparência da contratação pública com divulgação obrigatória dos contratos, com base no Código da Contratação e dos Contratos Públicos de 2025, estabelecendo a linha de base em função da qual a meta de ≥80% de contratos publicados dentro do prazo será acompanhada a partir de 2027.

⁸⁷ Fundo Monetário Internacional, Departamento da Ásia e do Pacífico, Timor-Leste: 2025 Article IV Consultation, IMF Country Report No. 25/278 (Washington, DC: FMI, 2025), <https://doi.org/10.5089/9798229026673.002>.

⁸⁸ Estimativa do Governo de Timor-Leste, baseada em avaliações do Ministério da Defesa, do Ministério do Interior e do Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas (MAPFF), 2023; não está atualmente disponível nenhuma fonte externa verificada de forma independente para esta estimativa.

- Operacionalizar o Regime Unificado de Carreiras para a primeira tranche de lugares da função pública, começando pelas carreiras técnicas e profissionais, até ao final de 2027.
- Encomendar dados de linha de base sobre os dias de patrulha marítima combinados e os tempos de resposta a emergências ao Ministério da Defesa e ao Ministério do Interior, estabelecendo o ponto de partida em função do qual serão medidas as metas de ≥ 120 dias de patrulha por ano e de tempo de resposta inferior a 30 minutos.
- Estabelecer o Quadro de Monitorização do Desempenho Municipal do MAE, criando o sistema de medição de linha de base necessário para acompanhar a meta de todos os municípios alcançarem pelo menos 80% das suas metas anuais de prestação de serviços.
- Concluir a avaliação de condições mínimas e realizar, em 2027, as eleições diretas da primeira fase para Presidentes e Vice-Presidentes de Município e Assembleias Municipais nos municípios elegíveis, ao abrigo do quadro jurídico do Poder Local e da Descentralização Administrativa.
- Concluir a certificação operacional da rede de Balcões Únicos, levando pelo menos 80% das instalações nos 12 municípios, na RAEOA e em Ataúro à prestação plena do pacote de serviços prioritários até 2027.
- Estabelecer o mecanismo formal de coordenação marítima interministerial para a comunicação, a fiscalização e a repressão da pesca INN e concluir a Fase I do sistema nacional de Conhecimento Situacional do Domínio Marítimo (MDA), ambos até 2027.
- Estabelecer as restantes linhas de base do Quadro de Resultados previstas para o final de 2027: tempo médio de tramitação para os cidadãos das transações prioritárias do Balcão Único; implementação dos planos de contratação municipais; cumprimento da publicação dos contratos públicos; acordos bilaterais de cooperação económica e de proteção do investimento celebrados; e parcerias com organizações internacionais que geram apoio técnico ou financiamento concessional.
- Implementar e concluir as medidas-chave estabelecidas nos Planos de Trabalho Setoriais 2026-2027 para os instrumentos jurídicos da ASEAN de Prioridade I de Timor-Leste, no âmbito do Roteiro Nacional de Implementação da CEA (2026-2030).

Curto prazo (2028-2029)

- Alargar o sistema digital integrado de gestão de RH SIGAP-FOUN para além da atual cobertura de 58%, rumo à cobertura total da administração pública, concluir a sua interoperabilidade com o GRP/FMIS e fazer avançar a integração dos funcionários públicos no Regime Unificado de Carreiras rumo à meta de $\geq 80\%$.
- Implementar sistemas de gestão de RH baseados no desempenho, incluindo avaliações anuais e recrutamento baseado no mérito, em todas as instituições públicas, em conformidade com a meta de 100% para a gestão do desempenho baseada no mérito.

- Operacionalizar pontos focais anticorrupção, planos de controlo interno e mecanismos de auditoria interna funcionais em todos os ministérios setoriais e municípios, avançando para a meta de $\geq 80\%$ de cobertura institucional.
- Alargar a capacidade de vigilância marítima através da aquisição de embarcações de patrulha adicionais e da formação de tripulações das F-FDTL, visando pelo menos 120 dias de patrulha combinados por ano nas águas marítimas nacionais e na Zona Económica Exclusiva.
- Operacionalizar o mecanismo de coordenação marítima interministerial estabelecido em 2027 - assegurando a comunicação, a fiscalização e a repressão conjuntas da pesca INN entre o Ministério da Defesa, o Ministério do Interior e o MAPFF - e fazer avançar o sistema nacional de Conhecimento Situacional do Domínio Marítimo para além da Fase I.
- Negociar e fazer avançar substancialmente acordos bilaterais de cooperação económica e de proteção do investimento com os parceiros prioritários, rumo à meta de pelo menos 3 acordos assinados, em termos cumulativos, até 2029.
- Aderir aos instrumentos jurídicos da ASEAN de Prioridade II e III e concluir as medidas-chave estabelecidas nos Planos de Trabalho Setoriais 2027-2028, no âmbito do Roteiro Nacional de Implementação da CEA (2026-2030).
- Operacionalizar os sistemas prioritários de receitas próprias municipais, começando pelos sistemas de contribuição predial em Díli e nas quatro cidades secundárias de Baucau, Maliana, Suai e Lospalos.

Médio prazo (até 2030)

- Alcançar uma redução de $\geq 60\%$ do volume de processos judiciais pendentes (para menos de 1.600 processos pendentes) e estabelecer tribunais de primeira instância funcionais em pelo menos três municípios adicionais, para além dos quatro atuais, atingindo pelo menos sete no total.
- Emitir 30.000 títulos de propriedade formais nos corredores económicos prioritários, colmatando o fosso entre o registo cadastral e uma posse juridicamente segura e bancável.
- Normalizar as estruturas orçamentais baseadas em políticas em 100% dos ministérios setoriais, antes da integração plena do quadro de despesa de médio prazo, alcançar um cumprimento da publicação de contratos de $\geq 80\%$ no portal

nacional da contratação pública e elevar as receitas internas não petrolíferas para 17,5% do PIB.

- Atingir $\geq 80\%$ de cobertura institucional de mecanismos anticorrupção funcionais.
- Integrar pelo menos 80% dos funcionários públicos no Regime Unificado de Carreiras, abranger 100% dos funcionários públicos pelo sistema digital integrado de RH SIGAP-FOUN e pelo novo sistema remuneratório e publicar roteiros de prestação de serviços digitais para todos os ministérios setoriais.
- Manter pelo menos 120 dias de patrulha combinados por ano nas águas marítimas nacionais e na Zona Económica Exclusiva e reduzir o valor anual estimado das perdas decorrentes da pesca INN de aproximadamente 40 milhões de USD para não mais de 15 milhões de USD.
- Implementar 100% dos compromissos da ASEAN com vencimento até 2030 no âmbito do Roteiro Nacional de Implementação da CEA (2026-2030) em todos os ministérios e instituições responsáveis, concluir as medidas-chave estabelecidas nos Planos de Trabalho Setoriais 2029-2030, integrar plenamente as prioridades da Visão da Comunidade ASEAN 2045 nos planos nacionais e setoriais, celebrar pelo menos 3 acordos económicos bilaterais com parceiros prioritários e assegurar que pelo menos 70% das parcerias com organizações internacionais geram apoio técnico ou financiamento concessional registado para as prioridades do PMP.
- Levar todos os municípios a alcançar pelo menos 80% das suas metas anuais de prestação de serviços, com órgãos eleitos do Poder Local operacionais nos 12 municípios, na RAEOA e em Ataúro, Balcões Únicos a prestar o pacote completo de serviços prioritários em 100% das instalações e despesas administrativas reduzidas a não mais de 30% dos orçamentos municipais.

A implementação será coordenada pelo MPIE, com papéis de liderança da Presidência do Conselho de Ministros (PCM), do Ministério da Justiça, do MAE, do MF, da Comissão da Função Pública (CFP), da Comissão Anticorrupção (CAC), do Ministério do Interior, do Ministério da Defesa e do MNEC. Todas as intervenções serão espacialmente priorizadas para apoiar os corredores económicos e os municípios mais atrasados.



Dili

Liquica

Aileu

Manatuto

Baucau

Lautem

Bobonaro

Ermera

Viqueque

Manufahi

Ainara

Cova Lima

Ambeno

CAPÍTULO 7

INTEGRAÇÃO ESPACIAL E HABITAÇÃO



CAPÍTULO 7: INTEGRAÇÃO ESPACIAL E HABITAÇÃO

7.1. Introdução e contributo para as prioridades nacionais

O ordenamento do território e a habitação são facilitadores fundamentais da diversificação económica, do crescimento inclusivo e da equidade territorial de Timor-Leste. Sem um desenvolvimento territorial equilibrado, os ganhos económicos do PMP 2027-2030 arriscam-se a permanecer concentrados em Díli, enquanto os municípios mais atrasados continuam a enfrentar pobreza elevada, fraca conectividade e oportunidades produtivas limitadas. Sem habitação adequada, acessível e resiliente, uma grande parte dos agregados familiares timorenses permanece exposta a riscos climáticos, armadilhas de pobreza e degradação das condições de vida.

O PMP 2027-2030 não pretende concluir todas as metas espaciais e de habitação até 2030. Centra-se no estabelecimento das bases institucionais, financeiras e regulamentares: sistemas de planeamento funcionais, mecanismos de financiamento da habitação, um Código Nacional da Construção e modelos de execução demonstrados a partir das quais um sistema escalado e sustentável possa operar a partir de 2031.

O pilar apoia diretamente a **Prioridade Nacional relativa à Reforma Abrangente da Posse da Terra e ao Cadastro Digital**, que sustenta todas as intervenções no mercado da habitação e no investimento espacial. Complementa o Pilar das Infraestruturas (Capítulo 4), assegurando que os investimentos públicos em estradas, água e energia são espacialmente orientados por planos territoriais aprovados. O pilar está alinhado com o Plano Nacional de Ordenamento do Território (PNOT, Decreto-Lei n.º 45/2023), os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) aprovados, o Roteiro Nacional da Habitação (Resolução do Governo n.º 42/2025) e o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).

7.2 Questões estratégicas do Pilar da Integração Espacial e Habitação

Apesar dos progressos, persistem desafios significativos para alcançar um desenvolvimento territorial equilibrado:

- **Concentração espacial em Díli:** O município de Díli concentra uma parte desproporcionada do investimento público, do emprego formal e do acesso a serviços, com uma população estimada de 324.000 habitantes, em crescimento devido à contínua migração rural-urbana⁸⁹. As cidades secundárias (Baucau, Maliana, Suai, Lospalos) carecem de oferta planeada de solos, de lotes infraestruturados e de infraestruturas económicas para absorver o crescimento de forma sustentável. Oito dos treze municípios ainda não dispõem de Planos Municipais de Ordenamento do Território aprovados, o que significa que o desenvolvimento urbano avança sem orientação formal de planeamento, zonamento de uso do solo ou controlos baseados no risco⁹⁰.

⁸⁹ INETL, *Censo da População e Habitação 2022*.

⁹⁰ Decreto do Governo n.º 7/2023 (PMOT de Bobonaro); Decreto do Governo n.º 8/2023 (PMOT de Ermera); Decretos do Governo n.ºs 4, 5 e 6/2025 (PMOT de Baucau, Lautém e Viqueque). Decreto-Lei n.º 45/2023 (Plano Nacional de Ordenamento do Território — PNOT)

- **Défices de qualidade habitacional amplos e crescentes:** A nível nacional, 44,1% das habitações são construídas com materiais não permanentes e 49,5% das famílias dependem de latrinas.⁹¹ O desafio habitacional é sobretudo qualitativo: o parque existente é em grande medida deficiente, vulnerável ao clima e construído sem supervisão de engenharia. A acessibilidade económica limita a atividade do mercado formal: apenas 10-12% dos agregados familiares urbanos conseguem adquirir uma habitação construída por um promotor (as unidades mais baratas começam em aproximadamente 50.000 USD), enquanto cerca de 75% das famílias apenas conseguem suportar habitações no intervalo de 14.000-22.000 USD — um segmento de mercado sem oferta formal⁹².
- **Financiamento da habitação praticamente inexistente:** Não existem produtos formais de crédito hipotecário em Timor-Leste. O total de depósitos bancários atingiu 1,6 mil milhões de USD em 2024⁹³, mas os fundos são canalizados para o exterior em vez de para a habitação interna, devido à insegurança da posse da terra, que limita as garantias, à ausência de legislação sobre execução hipotecária e propriedade horizontal e à elevada informalidade da força de trabalho (77,3%).
- **Insegurança da posse da terra como constrangimento transversal:** As reivindicações não resolvidas de terras costumeiras e do Estado e a lenta titulação ao abrigo da Lei de Terras n.º 13/2017 limitam o investimento na habitação, condicionam o desenvolvimento de infraestruturas e impedem o funcionamento de mercados imobiliários formais. A resposta operacional (adjudicação sistemática e títulos legais, cadastro digital) é liderada no âmbito da Prioridade Nacional 1 e do Capítulo 6 (Desenvolvimento institucional); este Capítulo 7 aborda as consequências a jusante para a habitação e o planeamento.
- **Vulnerabilidade climática e a catástrofes:** Muitos aglomerados e a maior parte do parque habitacional estão expostos a inundações, deslizamentos de terras, erosão costeira e tempestades cada vez mais severas. As inundações de 2021 causaram danos e perdas estimados em 307,7 milhões de USD.⁹⁴ As práticas de construção atuais, dominadas pela autoconstrução sem normas mínimas, produzem habitações que não são resilientes ao clima nem seguras face a catástrofes.
- **Fragmentação institucional:** Os mandatos do MPIE, do MOP, do MDRHC, do MJ e do MAE não estão plenamente alinhados. A Comissão Interministerial de Acompanhamento do Roteiro da Habitação (Resolução do Governo n.º 42/2025) constitui agora o mecanismo de governação para resolver esta questão, mas é necessária a sua plena operacionalização.

Estes constrangimentos críticos limitam diretamente o crescimento equitativo, a prestação de serviços e a coesão social.

⁹¹ INETL, *Censo da População e Habitação 2022*

⁹² *Roteiro Nacional da Habitação, Resolução do Governo n.º 42/2025, setembro de 2025*

⁹³ Banco Central de Timor-Leste (BCTL), *Relatório Anual 2024*

⁹⁴ Governo de Timor-Leste / BAD / Banco Mundial, *Post-Disaster Needs Assessment: April 2021 Floods, Timor-Leste, 2021*

7.3 Objetivos estratégicos e Áreas de Resultados-Chave ao nível do pilar

O pilar é orientado por dois objetivos estratégicos:

- **OE1:** Alcançar um desenvolvimento territorial equilibrado e reduzir as disparidades regionais.
- **OE2:** Melhorar o acesso a habitação adequada, acessível e resiliente.

Estes objetivos são operacionalizados através de quatro Áreas de Resultados-Chave (ARC):

- **ARC 1: Ordenamento do território nacional e planeamento territorial equilibrado** - Conclui os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) para os 12 municípios e a RAEOA e operacionaliza o Plano Nacional de Ordenamento do Território, para orientar um investimento e um uso do solo equilibrados e informados pelo risco.
- **ARC 2: Desenvolvimento do mercado da habitação e habitação resiliente** - Alarga o acesso a habitação adequada e resiliente ao clima através de programas comunitários liderados pelo Governo (Uma Dignu), de um piloto de habitação em PPP (Hera) e da disponibilização de solos infraestruturados.
- **ARC 3: Sistemas de financiamento da habitação:** Desenvolve e testa produtos de crédito à habitação e de microfinanciamento habitacional com bancos comerciais e IMF, sustentados pelos instrumentos jurídicos necessários à garantia hipotecária.
- **ARC 4: Normas de construção, licenciamento e governação espacial:** Aprova o Código Nacional da Construção e implanta sistemas operacionais de licenciamento e inspeção de obras em todos os municípios.

7.4 Resultados do Pilar da Integração Espacial e Habitação

Tabela 7.4.1: Quadro de resultados da integração espacial e habitação

Nível	Descrição dos resultados
Impacto	Desenvolvimento territorial sustentável, inclusivo e resiliente ao clima, que reduz as desigualdades espaciais e melhora as condições de vida de todos os timorenses
Objetivo	Crescimento espacial equilibrado, alargamento do acesso a habitação adequada e acessível e governação eficaz do uso do solo em todos os municípios até 2030.
Resultados do pilar (2030):	• O desenvolvimento territorial nas cidades secundárias e nos municípios mais atrasados é cada vez mais orientado por planos de ordenamento aprovados, com o investimento público comprovadamente alinhado com o zonamento de uso do solo aprovado, em vez de avançar de forma ad hoc. • Um aumento mensurável do número de agregados familiares timorenses que vivem em habitações adequadas, seguras e resilientes ao clima em comparação com 2025, com estruturas duradouras e posse da terra documentada.

	• O capital privado e comercial começa a fluir para a habitação: pelo menos 10 milhões de USD em crédito à habitação cumulativo mobilizados através de bancos comerciais e IMF até 2030. • A segurança da construção está a melhorar: os sistemas de licenciamento e inspeção de obras estão operacionais e em utilização, e a construção formal cumpre cada vez mais as normas estabelecidas no Código Nacional da Construção.
Intervenções estratégicas (2027-2030)	Resultados rápidos (2027) • Finalizar e aprovar os PMOT para os restantes municípios prioritários (Díli, Covalima, Ainaro). • Lançar o concurso público da PPP de Hera e fazer avançar as aprovações governamentais. • Testar produtos de crédito à habitação e de microfinanciamento habitacional com bancos e IMF parceiros. • Lançar o sistema digital de licenciamento de obras em Díli e em cinco municípios com PMOT. • Aprovar o Código Nacional da Construção. • Finalizar e publicar em Jornal da República a Política Nacional de Habitação. Curto prazo (2028-2029) • Concluir os PMOT para pelo menos 5 municípios adicionais. • Expandir os programas Uma Dignu/Uma Kain com normas de resiliência climática. • Disponibilizar pacotes de solos infraestruturados destinados a 2.500 agregados familiares. • Aprovar a legislação sobre execução hipotecária e propriedade horizontal. • Colocar inspetores de obras em todos os municípios. Médio prazo (até 2030) • PMOT operacionais em todos os municípios. • 5.000 agregados familiares cumulativamente beneficiados por programas de habitação. • 12 aglomerados informais requalificados. • ≥80% de cumprimento do licenciamento de obras. • 10 milhões de USD em financiamento da habitação. Implementação liderada pelo MPIE (ordenamento do território), pelo MOP (licenciamento de obras e infraestruturas urbanas) e pelo MDRHC (habitação comunitária), com o BCTL e o MF a liderar o financiamento da habitação. Coordenação através da Comissão Interministerial de Acompanhamento do Roteiro da Habitação (Resolução do Governo n.º 42/2025).

7.5 Resultados subsetoriais

7.5.1 Ordenamento do território e desenvolvimento urbano

Resultado estratégico: O desenvolvimento territorial em Timor-Leste é cada vez mais planeado e orientado: o crescimento descontrolado de aglomerados expostos a perigos é reduzido, as cidades secundárias atraem investimento produtivo e os fundos públicos são espacialmente direcionados por planos de uso do solo aprovados, em vez de aplicados de forma ad hoc.

Tabela 7.5.1: Estratégia de resultados para a integração espacial e o desenvolvimento urbano

Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
Número de municípios com PMOT aprovados e operacionais	5 (Bobonaro, Ermera, Baucau, Lautém, Viqueque)	Todos os municípios e a RAEOA	Líder: MPIE; Apoio: MAE, Municípios
Número de cidades secundárias que implementam um plano de desenvolvimento urbano com pacotes de solos infraestruturados e conectividade aos serviços básicos	0 (nenhum plano formal implementado)	≥4 cidades secundárias (Baucau, Maliana, Suai, Lospalos e Oe-Cusse)	Líder: MOP; Apoio: MPIE, Municípios
% de grandes investimentos públicos (≥500.000 USD) nos municípios com PMOT documentados como conformes com o zonamento do PMOT na fase de apreciação pelo CAFI ⁹⁵	Linha de base a partir de 2027	≥80%	Líder: MPIE / CAFI; Apoio: MOP, MF
Número de aglomerados informais requalificados com infraestruturas básicas e regularização da posse	Piloto/escala limitada	Pelo menos 2 aglomerados requalificados	Líder: MOP / MDRHC; Apoio: MJ, Municípios
% de agregados familiares nos aglomerados requalificados com acesso a água	0%	≥70%	Líder: MOP / MDRHC; Apoio: MAE

⁹⁵ Mecanismo de acompanhamento: o MPIE deverá incorporar a verificação da conformidade com os PMOT na lista de verificação de apreciação de projetos do CAFI até ao final de 2027. Relatório anual de conformidade publicado pelo MPIE.

canalizada, eletricidade e estrada transitável em todas as condições meteorológicas - verificado 12 meses após a requalificação ³			
--	--	--	--

Intervenções estratégicas 2027-2030

- **Concluir e operacionalizar os planos de ordenamento do território para todos os municípios.** Dar prioridade à preparação e aprovação dos PMOT para os oito municípios sem plano, começando por Díli (plano revisto), Covalima, Ainaro e Manufahi até 2028, incorporando em cada plano o zonamento do risco de inundação, a proteção dos solos agrícolas, normas de conceção resilientes ao clima e requisitos de acessibilidade universal. Uma vez aprovados, ativar imediatamente todos os PMOT através do requisito de apreciação de investimentos do CAFI: a partir do final de 2027, nenhum grande investimento público (≥500.000 USD) avança num município com PMOT sem conformidade documentada com o zonamento. Este é o mecanismo de governação mais importante para evitar que os planos sejam produzidos e arquivados.
- **Executar pacotes integrados de desenvolvimento urbano nas cidades secundárias prioritárias.** Conceber e implementar pacotes de investimento para pelo menos cinco cidades secundárias: Maliana, Suai, Baucau, Lospalos e Oecusse, combinando: oferta de solos infraestruturados (estradas, água, saneamento, eletricidade e TIC até aos limites dos lotes); espaços públicos e infraestruturas pedonais; e infraestruturas de mercado e comerciais para apoiar as funções de polo económico. Coordenar os pacotes diretamente com os investimentos nos corredores de infraestruturas do Capítulo 4 em especial com a BTL, a EDTL e o MTC para assegurar que as redes de serviços chegam aos limites dos lotes infraestruturados. Introduzir, até 2028, regulamentação de emparcelamento e loteamento para consolidar a posse informal fragmentada com vista à disponibilização de lotes infraestruturados, com pilotos em pelo menos dois municípios com PMOT aprovado.
- **Requalificar os aglomerados informais com serviços básicos e regularização da posse.** Aprovar, até 2027, um Quadro de Requalificação de Aglomerados Informais, estabelecendo vias jurídicas claras para a regularização da posse, o loteamento e a provisão de infraestruturas básicas nos aglomerados informais existentes. Visar a requalificação de pelo menos 2 aglomerados até 2030, dando prioridade aos aglomerados ribeirinhos de alta densidade e propensos a inundações em Díli e nas cidades secundárias. Coordenar com o Ministério da Justiça a regularização da posse como componente integrada de cada pacote de requalificação, e não como pré-requisito separado a montante. Medir os resultados através de inquéritos verificados de acesso a serviços junto dos agregados familiares beneficiários, 12 meses após a conclusão, e não apenas através da conclusão das obras.
- **Integrar a resiliência climática e a GEDSI em todos os investimentos espaciais e urbanos.** Aplicar normas de resiliência climática e a catástrofes melhoria ddrenagem, proteção de taludes, faixas de proteção contra o risco de inundação a

todas as obras de infraestruturas urbanas no âmbito desta ARC. Assegurar normas de desenho universal e acessibilidade em todos os novos espaços públicos, lotes infraestruturados e aglomerados requalificados. Aplicar a triagem GEDSI a todos os investimentos através do processo de apreciação do Secretariado GEDSI do MPIE/UPI. Publicar, a partir de 2028, relatórios anuais de desempenho com dados dos beneficiários desagregados por género e deficiência para todos os investimentos em ordenamento do território e desenvolvimento urbano.

7.5.2 Desenvolvimento do mercado da habitação e habitação resiliente

Resultado estratégico: Um aumento mensurável do número de agregados familiares timorenses que vivem em habitações adequadas, seguras e resilientes ao clima, com modelos de execução governamentais, em PPP e liderados pelas comunidades demonstrados à escala piloto e um quadro de replicação estabelecido para a expansão pós-2030.

Tabela 7.5.2: Estratégia de resultados para o desenvolvimento do mercado da habitação e a habitação resiliente

Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
Agregados familiares que recebem apoio à habitação através dos programas governamentais Uma Dignu, Uma Kain, PPP de Hera e lotes infraestruturados, cumulativo	Escala piloto ⁹⁶	Pelo menos 5.000 agregados familiares	Líder: MDRHC e MOP; Apoio: MPIE, MF
% de agregados familiares apoiados pelos programas com (i) uma estrutura duradoura que cumpre as normas mínimas de construção e (ii) posse da terra documentada, verificados através de inquérito estruturado de acompanhamento 12 meses após a conclusão do programa ⁹⁷	0%	≥80% de todos os beneficiários dos programas	Líder: MOP; Apoio: MDRHC, MJ, MAE
PPP de Hera operacional: concurso público concluído,	O projeto da PPP de Hera encontra-	PPP de Hera a entregar unidades; ≥1 local adicional	Líder: MF e MOP Apoio: MJ, MPIE, MDRHC;

⁹⁶ Os programas Uma Dignu e Uma Kain encontram-se em fase-piloto em 2025; o MDRHC deverá fornecer a contagem de linha de base ao nível do programa até à Revisão Anual de 2027

⁹⁷ Mecanismo de medição: o MDRHC deverá conceber e orçamentar uma lista de verificação normalizada da qualidade das habitações e da posse, para inquéritos de acompanhamento, no âmbito da Política Nacional de Habitação (ver Intervenção 1 abaixo). Os inquéritos serão realizados 12 e 24 meses após a conclusão, para todas as coortes do programa. Ambas as condições — durabilidade estrutural e documentação da posse — devem estar reunidas para que um agregado familiar seja contabilizado neste indicador. Contar beneficiários sem verificar o que receberam é uma medida de produto, não de resultado

promotor selecionado, unidades em construção	se em preparação	de PPP identificado até 2030	
% de unidades da PPP de Hera vendidas a agregados familiares no escalão de acessibilidade económica visado de 14.000-50.000 USD, verificado através de documentação de rendimentos no momento da venda ⁹⁸	O projeto da PPP de Hera encontra-se em preparação	≥70% das unidades entregues ao segmento visado	Líder: MF; Apoio: MPIE, MDRHC
% de todas as unidades habitacionais apoiadas pelo Governo construídas segundo as normas mínimas de construção resiliente ao clima definidas no Código Nacional da Construção da ARC 4 ⁹⁹	0% (ainda não existem normas formais)	≥90% de todas as unidades apoiadas pelo Governo	Líder: MOP; Apoio: MDRHC, MPIE, MI-APC

Intervenções estratégicas 2027-2030

- **Finalizar e publicar em Jornal da República a Política Nacional de Habitação e as Orientações para a Disponibilização de Solos Infraestruturados até ao final de 2027.** Este é o pré-requisito de todas as outras intervenções de oferta de habitação. Construir a base facilitadora em que assenta cada uma das restantes intervenções de oferta de habitação, designadamente as definições de acessibilidade económica e os segmentos visados, os critérios de elegibilidade e priorização, uma responsabilização institucional clara entre ministérios e municípios, um mecanismo de monitorização e de inquérito de acompanhamento para o seguimento dos resultados e o quadro jurídico e financeiro que sustenta o modelo de habitação em PPP de Hera.
- **Fazer avançar a PPP de Hera através das aprovações governamentais e do concurso público para seleção do promotor.** Concluir, até ao final de 2027, as três aprovações governamentais necessárias para Hera: aval do CAFI, transferência do terreno de Hera pelo Ministério da Justiça e aprovação do plano de reinstalação pelo Conselho de Ministros. Em seguida, lançar o concurso público para um promotor com capacidade financeira e competência técnica demonstradas em habitação acessível.

⁹⁸ Escalão de acessibilidade económica baseado no Roteiro Nacional da Habitação (Resolução do Governo n.º 42/2025): o segmento de mercado subatendido entre a capacidade de autoconstrução (14.000-22.000 USD) e a unidade mais barata de um promotor formal (~50.000 USD). O mecanismo de verificação de rendimentos será especificado nas obrigações contratuais dos promotores durante a contratação — esta é a principal salvaguarda comercial que assegura que a PPP serve os beneficiários pretendidos e não o segmento de rendimentos mais elevados

⁹⁹ «Normas de resiliência climática» tal como definidas no Código Nacional da Construção, a aprovar no âmbito da ARC 4 até 2028. Até à aprovação do Código, o MDRHC e o MOP aplicarão diretrizes técnicas provisórias relativas aos requisitos estruturais mínimos, à drenagem e à conformidade com os riscos do local. Todas as obras apoiadas pelo Governo após 2028 devem remeter para o Código aprovado.

- **Expandir a habitação comunitária liderada pelo Governo através dos programas Uma Dignu e Uma Kain.** Expandir o programa Uma Dignu do MDRHC para agregados familiares rurais e periurbanos e o programa Uma Kain, incorporando em todas as novas unidades as normas de construção resiliente ao clima da ARC 4. Coordenar a seleção dos locais com os PMOT aprovados no âmbito da ARC 1, para assegurar que todo o investimento público em habitação respeita o zonamento de uso do solo, evita terrenos propensos a inundações e expostos a perigos e se articula com os pacotes de lotes infraestruturados.
- **Estabelecer assistência técnica estruturada aos autoconstrutores e à requalificação do mercado secundário.** Estabelecer um programa de assistência técnica, prestado através dos serviços municipais, dos técnicos de extensão do MDRHC e dos líderes comunitários, que forneça aos autoconstrutores orientação estrutural básica, informação sobre materiais resilientes, aconselhamento em matéria de drenagem e sensibilização para os perigos do local, em particular nos municípios mais atrasados com elevada exposição a inundações e deslizamentos de terras.

7.5.3 Sistemas de financiamento da habitação

Resultado estratégico: O capital comercial interno começa a fluir para a habitação: produtos funcionais de financiamento da habitação estão, pela primeira vez, acessíveis aos agregados familiares timorenses, e o quadro jurídico que permite a garantia hipotecária e a propriedade formal está estabelecido, criando a base a partir da qual o financiamento da habitação pode crescer significativamente após 2030.

Tabela 7.5.3: Estratégia de resultados para os sistemas de financiamento da habitação

Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios e entidades responsáveis
Número de produtos de crédito à habitação ou de microfinanciamento habitacional lançados comercialmente com bancos/IMF parceiros	Não existem produtos formais de financiamento da habitação ¹⁰⁰	Pelo menos 2 produtos testados (1 de crédito à habitação; 1 de microfinanciamento habitacional)	Líder: BCTL / MF; Apoio: MPiE, MDRHC
Volume cumulativo de crédito à habitação concedido por bancos comerciais e IMF (milhões de USD)	Nova iniciativa aprovada (linha de base 0)	10 milhões de USD cumulativos até 2030 (meta da fase piloto) ¹⁰¹	Líder: BCTL; Apoio: Bancos comerciais, IMF

¹⁰⁰ BCTL, Relatório de Estabilidade Financeira 2024. Em 2025, não existem produtos de crédito hipotecário registados nem regimes específicos de crédito à habitação.

¹⁰¹ Roteiro Nacional da Habitação (Resolução do Governo n.º 42/2025), setembro de 2025; estimativa da fase-piloto baseada em 2 produtos × ~500 empréstimos × montante médio de 10.000 USD por empréstimo

Número de agregados familiares que acederam a um produto formal de financiamento da habitação	Nova iniciativa aprovada (linha de base 0)	Meta a fixar na Revisão Intercalar de 2028, com base nos dados de adesão do primeiro ano do piloto	Líder: BCTL; Apoio: Bancos comerciais, IMF
Instrumentos jurídicos essenciais aprovados: lei da execução hipotecária; legislação sobre propriedade horizontal; normas de avaliação imobiliária	Nenhum aprovado	Pelo menos 2 dos 3 instrumentos aprovados até 2030	Líder: MJ / BCTL; Apoio: MF
Prazo médio de reembolso dos produtos de financiamento da habitação oferecidos pelos bancos e IMF parceiros do piloto, como indicador indireto de que os produtos são efetivamente concebidos para a aquisição de habitação e não para crédito pessoal de curto prazo ¹⁰²	Não existem produtos	≥5 anos para o crédito à habitação; ≥3 anos para os produtos de microfinanciamento habitacional.	Líder: BCTL

Intervenções estratégicas 2027-2030

- **Conceber e lançar produtos de crédito à habitação e de microfinanciamento habitacional com instituições parceiras até 2028.** Através da Comissão Interministerial de Acompanhamento do Roteiro da Habitação e do BCTL, conceber um produto de crédito à habitação para trabalhadores do setor formal e um produto de microfinanciamento habitacional para agregados familiares com rendimentos informais. Identificar pelo menos dois bancos comerciais e duas IMF como parceiros de execução até 2027.
- **Aprovar de forma sequenciada os três instrumentos jurídicos prioritários para o financiamento da habitação.** A lei da execução hipotecária é a base essencial — sem ela, os bancos não financiarão empréstimos imobiliários; a legislação sobre propriedade horizontal permite o financiamento de condomínios e de edifícios multifamiliares; e as normas de avaliação imobiliária estabelecem métodos consistentes de avaliação das garantias.
- **Estabelecer um cadastro digital funcional que permita aos bancos verificar os títulos de propriedade, criando uma base de garantias escalável para o**

¹⁰² O prazo de vencimento é um indicador de salvaguarda crítico. Os empréstimos à habitação exigem normalmente períodos de reembolso de 10 a 25 anos para gerar prestações mensais acessíveis nos montantes de empréstimo visados. Prazos curtos (1-3 anos), com prestações mensais correspondentemente elevadas, não servem o escalão de acessibilidade visado, independentemente da designação dos produtos. O BCTL deverá exigir aos parceiros o reporte da distribuição efetiva dos prazos no âmbito da monitorização do piloto

crédito hipotecário nas áreas urbanas prioritárias até 2029. Integrar a titulação da terra com o sistema bancário através do desenvolvimento de um cadastro digital a que os bancos comerciais possam aceder para verificar a titularidade da propriedade e a ausência de ónus.

- **Promover a literacia em financiamento da habitação e explorar incentivos de política para mobilizar a liquidez dos bancos comerciais.** Construir uma adesão sustentável ao financiamento da habitação, combinando a literacia financeira do lado da procura com incentivos de política do lado da oferta. Ministrando módulos estruturados de literacia em financiamento da habitação através das redes de extensão comunitária existentes, dos serviços municipais e dos canais das IMF, para dotar os potenciais mutuários de conhecimentos essenciais sobre as condições dos empréstimos, as obrigações e os direitos de posse.

7.5.4 Normas de construção, licenciamento e governação espacial

Resultado estratégico: A construção em Timor-Leste torna-se progressivamente mais segura e mais resiliente ao clima: um Código Nacional da Construção estabelece a norma mínima; sistemas operacionais de licenciamento e inspeção em todos os municípios asseguram o seu cumprimento; e as obras financiadas pelo Estado cumprem-no comprovadamente, reduzindo as falhas estruturais e as perdas por catástrofes causadas por décadas de construção não regulamentada.

Tabela 7.5.4: Estratégia de resultados para as normas de construção, o licenciamento e a governação espacial

Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
Regulamento/Código Nacional da Construção aprovado e publicado em Jornal da República	Nenhum - o Decreto-Lei n.º 9/2022 estabelece o quadro de licenciamento, mas não existem normas de construção	Aprovado até 2028	Líder: MOP; Apoio: MPIE, MAE
Número de municípios com um sistema digital operacional de licenciamento e inspeção de obras baseado no risco	Limitado/parcial (apenas Díli, parcialmente) ¹⁰³	Todos os 12 municípios e a RAEOA	Líder: MOP; Apoio: MAE, Municípios
% de pedidos formais de licenciamento tramitados	Baixa (sem dados sistemáticos disponíveis)	≥80% em todos os municípios até 2030 (meta intercalar: ≥60%)	Líder: MOP; Apoio: MAE

¹⁰³ O Decreto-Lei n.º 9/2022 estabeleceu o quadro jurídico das licenças de construção e do licenciamento urbanístico; contudo, a sua aplicação prática permanece limitada fora de Díli.

com inspeção no local nos municípios visados		em Díli e nos municípios com PMOT até 2028)	
% de novas obras de habitação e infraestruturas financiadas pelo Estado que cumprem as normas de construção resiliente ao clima definidas no Código Nacional da Construção aprovado ¹⁰⁴	0% - não existem normas em função das quais medir	≥90% de todas as obras financiadas pelo Estado a partir de 2028	Líder: MOP / MDRHC; Apoio: APC, MPIE

Intervenções estratégicas 2027-2030

- **Elaborar e aprovar um Código Nacional da Construção simplificado e adequado ao contexto até 2028.** Adotar e divulgar um Código Nacional da Construção simplificado e aplicável no terreno (por Diploma Ministerial), acompanhado de orientações em língua tétum para autoconstrutores que traduzam os requisitos estruturais, de resiliência climática e de perigos essenciais em práticas concretas e acessíveis ao setor da construção informal de Timor-Leste.
- **Estabelecer um sistema digital de licenciamento de âmbito nacional que integre verificações automáticas de conformidade com o zonamento e verificação da posse da terra** através do cadastro digital, com implementação plena em todos os municípios até 2030. Implantar o sistema digital de licenciamento e inspeção de obras, começando por Díli e pelos cinco municípios com PMOT, até 2028.
- **Formar e colocar inspetores de obras qualificados em todos os municípios e estabelecer capacidade de fiscalização.** Desenvolver um programa de formação estruturado para os inspetores de obras municipais, abrangendo o Código Nacional da Construção, a avaliação estrutural básica, o reconhecimento de perigos climáticos — em particular os indicadores de risco de inundação e de deslizamento de terras — e os procedimentos de fiscalização.
- **Tornar obrigatório o cumprimento do Código Nacional da Construção em todas as obras de habitação e infraestruturas financiadas pelo Estado até 2028,** utilizando os projetos públicos como principal mecanismo de conformidade. O controlo do Estado sobre as normas dos projetos gera um impacto imediato, estabelece referências de mercado e produz dados de desempenho estrutural essenciais para medir a eficácia do código. Apoiar esta medida com duas ações facilitadoras: (1) integrar os requisitos de conformidade na lista de verificação de apreciação de projetos do MPIE/CAFI e (2) operacionalizar, até 2027, um protocolo

¹⁰⁴ *Mecanismo de acompanhamento: o MPIE/CAFI deverá incorporar uma verificação da conformidade com o projeto resiliente ao clima em todas as apreciações de projetos de obras financiadas pelo Governo a partir de 2027, utilizando os critérios definidos no Código Nacional da Construção aprovado. Até à publicação do Código em Jornal da República, aplicam-se as orientações técnicas provisórias do MOP. Este indicador está articulado com o resultado da ARC 2, linha 5 — a mesma norma de conformidade aplica-se tanto aos programas de habitação como às obras de infraestruturas*

de inspeção de edifícios pós-catástrofe para recolher sistematicamente dados sobre falhas estruturais a partir de 2028.

7.6 ICD e metas da integração espacial e habitação

Tabela 7.6.1: ICD e metas do Pilar da Integração Espacial e Habitação

Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)
Municípios com PMOT aprovados e operacionais	5	13 (todos)
% de grandes investimentos públicos nos municípios com PMOT conformes com o zonamento do PMOT (na apreciação)	Na apreciação	≥80%
Aglomerados informais requalificados com infraestruturas básicas e regularização da posse	Piloto	2
% de agregados familiares dos aglomerados requalificados com acesso a água canalizada, eletricidade e estrada transitável em todas as condições meteorológicas (verificado 12 meses após a conclusão)	0%	≥70%
Agregados familiares que recebem apoio através dos programas governamentais de habitação (cumulativo)	Piloto	Pelo menos 5.000
% de agregados familiares apoiados pelos programas com estrutura duradoura + posse da terra documentada	0%	≥80%
Produtos de financiamento da habitação lançados comercialmente (crédito à habitação + microfinanciamento habitacional)	0	Pelo menos 2
Volume cumulativo de crédito à habitação — bancos comerciais e IMF (milhões de USD)	~0	10 milhões de USD
Municípios com sistemas operacionais de licenciamento e inspeção de obras	NA	Todos os 13
% de pedidos de licenciamento com inspeção no local e aprovação de conformidade	0%	≥80%

7.7 Resultados rápidos, intervenções prioritárias faseadas, disposições de implementação e prioridades espaciais

Resultados rápidos (2027)

- Fazer avançar a PPP de Hera e lançar o concurso público para seleção do promotor até ao final de 2027: a ação inicial de maior impacto para demonstrar a viabilidade do mercado da habitação.
- Finalizar e publicar em Jornal da República a Política Nacional de Habitação, as Orientações para a Disponibilização de Solos Infraestruturados e o Quadro de Requalificação de Aglomerados Informais até ao final de 2027.
- Iniciar a preparação dos PMOT para os oito municípios restantes, dando prioridade a Díli e Covalima até ao final de 2028.

- Lançar o sistema digital de licenciamento de obras em Díli e nos cinco municípios com PMOT e elaborar o Regulamento Nacional da Construção até ao final de 2028.
- Testar produtos de crédito à habitação e de microfinanciamento habitacional com pelo menos dois bancos comerciais e duas IMF até ao final de 2028.

Curto prazo (2028-2029)

- Concluir a preparação dos PMOT para pelo menos 5 dos 8 municípios restantes, incluindo Díli.
- Expandir os programas de habitação comunitária Uma Dignu e Uma Kain com normas de resiliência climática; disponibilizar pacotes de solos infraestruturados destinados a 2.500 agregados familiares.
- Aprovar a lei da execução hipotecária e a legislação sobre propriedade horizontal; colocar inspetores de obras em todos os municípios.
- Identificar e iniciar a preparação de pelo menos um local adicional de habitação em PPP numa cidade secundária.

Médio prazo (até 2030)

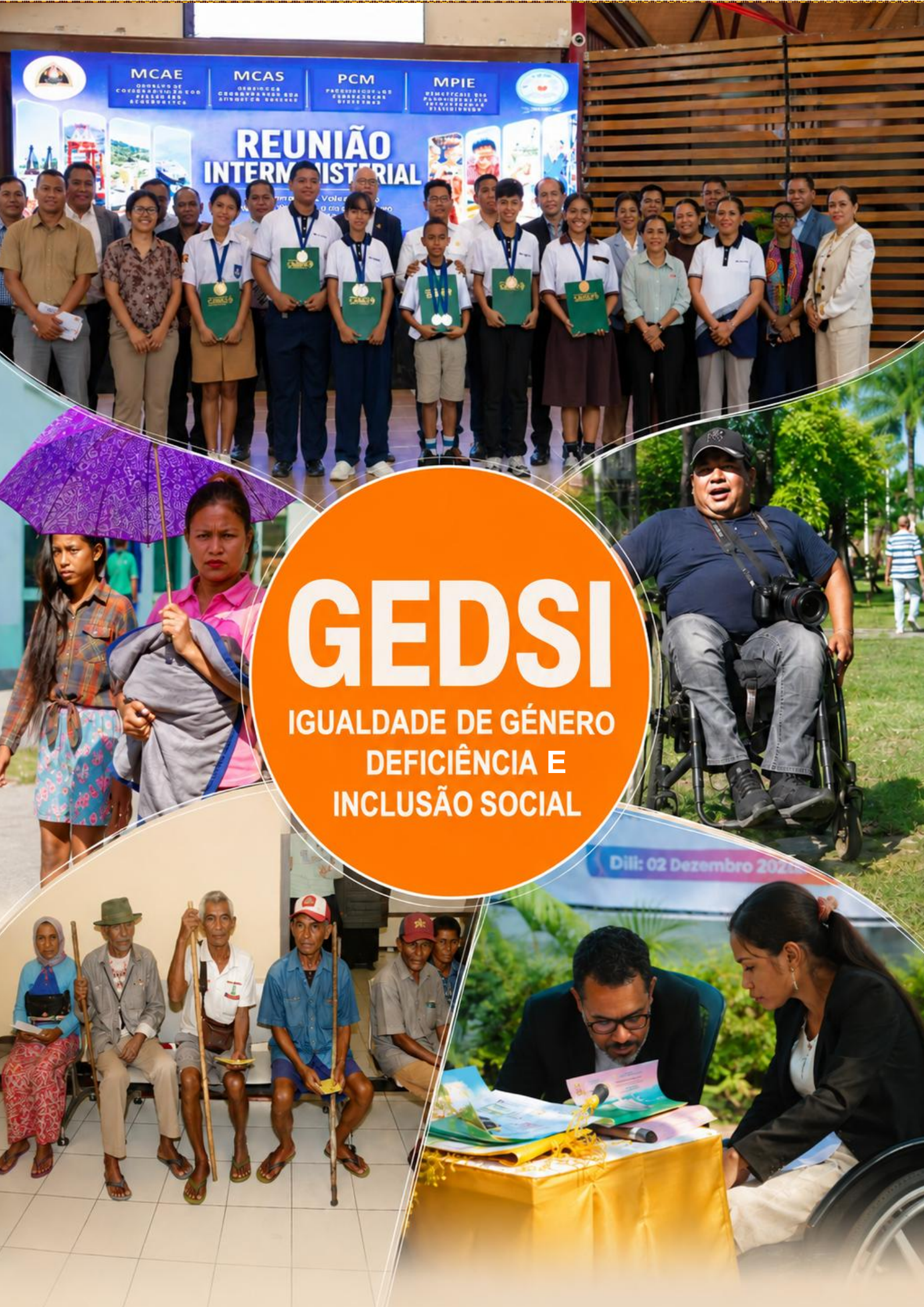
- Todos os 12 municípios e a RAEOA com PMOT aprovados e operacionais a orientar o investimento e o controlo da construção.
- 5.000 agregados familiares cumulativamente beneficiados por programas de habitação; 2 aglomerados informais requalificados.
- Sistemas operacionais de licenciamento de obras com $\geq 80\%$ de cumprimento em todos os municípios.
- 10 milhões de USD em crédito à habitação cumulativo; PPP de Hera a entregar unidades, com quadro de replicação estabelecido.

A implementação será liderada pelo MPIE (ordenamento do território e preparação dos PMOT), pelo MOP (licenciamento de obras, infraestruturas urbanas e requalificação de aglomerados informais) e pelo MDRHC (programas de habitação comunitária), com o BCTL e o Ministério das Finanças a liderar o financiamento da habitação. A Comissão Interministerial de Acompanhamento do Roteiro da Habitação (Resolução do Governo n.º 42/2025), copresidida pelo MPIE e pelo MDRHC, com as Finanças, a Justiça, as Obras Públicas, a Administração Estatal e a Solidariedade Social, assegura a governação interministerial. Todos os investimentos espaciais e de habitação darão prioridade aos municípios mais atrasados e às normas GEDSI na seleção dos beneficiários e no reporte. As prioridades espaciais são sequenciadas em função da cobertura dos PMOT: primeiro Díli e os cinco municípios com PMOT existentes (2027), depois os restantes municípios à medida que os seus planos forem aprovados (2028-2030). O desenvolvimento das cidades secundárias concentra-se em Maliana, Suai, Baucau, Lospalos e Oe-Cusse Ambeno.

CAPÍTULO 8

**Integração das Questões Transversais:
GEDSI, Alterações Climáticas e Ambiente**





MCAE
MINISTÉRIO DA
CIVILIZAÇÃO E DO
PATRIMÔNIO CULTURAL

MCAS
MINISTÉRIO DA
CIVILIZAÇÃO E DO
PATRIMÔNIO CULTURAL

PCM
MINISTÉRIO DA
CIVILIZAÇÃO E DO
PATRIMÔNIO CULTURAL

MPIE
MINISTÉRIO DA
CIVILIZAÇÃO E DO
PATRIMÔNIO CULTURAL

REUNIÃO INTER-MINISTERIAL

GEDSI

IGUALDADE DE GÉNERO
DEFICIÊNCIA E
INCLUSÃO SOCIAL

Dili: 02 Dezembro 2023

PREFÁCIO



O Plano de Médio Prazo (PMP) 2027-2030 reafirma o compromisso do Governo de Timor-Leste com a construção de uma Nação na qual o desenvolvimento é inclusivo, equitativo e não deixa ninguém para trás. À medida que prosseguimos o crescimento económico sustentável e a prosperidade nacional, a Igualdade de Género, a Deficiência e a Inclusão Social (GEDSI) devem permanecer no centro das políticas públicas, do planeamento, da orçamentação e da prestação de serviços, para assegurar que todos os cidadãos têm oportunidades iguais de participar no desenvolvimento e de beneficiar dele.

Timor-Leste realizou progressos significativos na promoção da igualdade de género e da inclusão social. O Governo reforçou o quadro legislativo e político através da Constituição, do Plano de Ação Nacional para as Pessoas com Deficiência (2021-2030), da Declaração de Maubisse III (2023-2028) e da integração da Orçamentação Sensível ao Género (OSG) e dos marcadores GEDSI no Sistema de Gestão das Finanças Públicas. As mulheres estão também a dar um contributo crescente para o desenvolvimento económico, representando 43,2% das MPME registadas, enquanto 36 dos 132 ministérios e instituições públicas começaram a aplicar o Marcador GEDSI e os instrumentos de OSG nos seus processos de planeamento e orçamentação.

Apesar destes progressos, subsistem desafios importantes. A taxa de participação das mulheres na força de trabalho situa-se em 24,2%, face a 36,9% para os homens. As pessoas com deficiência continuam a enfrentar barreiras no acesso à educação, ao emprego, às infraestruturas e aos serviços públicos, enquanto muitos grupos vulneráveis e marginalizados permanecem excluídos das oportunidades de participar plenamente no desenvolvimento nacional. Responder a estas disparidades exige um compromisso institucional mais forte e uma integração mais sistemática da GEDSI em todos os setores e níveis da administração.

Este capítulo fornece um quadro estratégico para incorporar a GEDSI nas políticas, nos programas, nos orçamentos e no investimento público. Promove a aplicação sistemática da Orçamentação Sensível ao Género, a institucionalização dos marcadores GEDSI e de deficiência, normas de acessibilidade universal para as infraestruturas públicas e sistemas inclusivos de planeamento, implementação e monitorização. Em conjunto, estas medidas reforçarão a responsabilização e assegurarão que os investimentos no desenvolvimento contribuem para uma maior igualdade, participação e prosperidade partilhada.

Concretizar estas ambições exige uma liderança forte, uma coordenação eficaz e parcerias entre as instituições do Estado, os municípios, os parceiros de desenvolvimento, as organizações da sociedade civil, as organizações de pessoas com deficiência, o setor privado e as comunidades. Através da ação coletiva, podemos alargar as oportunidades das mulheres, dos jovens e das pessoas com deficiência na educação, no empreendedorismo, no emprego e na liderança, reforçando simultaneamente a coesão social, a resiliência económica e a boa governação.

Continuemos a trabalhar em conjunto rumo a um Timor-Leste em que a dignidade, a igualdade e as oportunidades estão garantidas para todos, assegurando que ninguém fica para trás no nosso percurso rumo a uma nação mais forte, mais inclusiva e mais próspera.

Elvina Sousa Carvalho

Secretária de Estado para a Igualdade



CAPÍTULO 8: INTEGRAÇÃO DAS QUESTÕES TRANSVERSAIS (GEDSI, alterações climáticas e ambiente)

8.1 Introdução e contributo para as prioridades nacionais

As questões transversais são parte integrante do sucesso de todos os pilares deste PMP 2027-2030. A Igualdade de Género, a Deficiência e a Inclusão Social (GEDSI), bem como as alterações climáticas e a sustentabilidade ambiental, devem ser sistematicamente integradas em todos os setores, para assegurar que o desenvolvimento é inclusivo, equitativo e resiliente. A programação específica para a juventude é tratada de forma substantiva no Capítulo 5 (Desenvolvimento do Capital Social e Humano, ARC 3), através da agenda de desenvolvimento da juventude do MJDAC; este capítulo assegura que as considerações relativas à juventude são incorporadas como requisito de desagregação e de conceção em todas as intervenções GEDSI e climáticas, em coordenação com o Capítulo 5.

Este capítulo fornece um quadro estratégico unificado para a integração da GEDSI e da resiliência climática, de modo que a diversificação económica, as infraestruturas, o capital humano e o desenvolvimento institucional gerem benefícios para todos os timorenses, especialmente os mais vulneráveis, protegendo simultaneamente o ambiente para as gerações futuras.

8.2 Questões estratégicas nas áreas transversais

8.2.1 Género, igualdade, deficiência e inclusão (GEDSI)

Apesar dos progressos significativos no estabelecimento de um quadro político e jurídico favorável, Timor-Leste continua a enfrentar desigualdades de género persistentes, barreiras socioculturais profundamente enraizadas e a exclusão das pessoas com deficiência e de outros grupos marginalizados. Embora a Constituição garanta a igualdade de género e os direitos das pessoas com deficiência, e a Declaração de *Maubisse* III (2023-2028) forneça um quadro estratégico para a capacitação económica das mulheres rurais e das pessoas com deficiência, subsistem lacunas de implementação em todos os setores. A taxa de participação das mulheres na força de trabalho, de 24,2% face a 36,9% para os homens¹⁰⁵, permanece entre as mais baixas do Sudeste Asiático. A segurança da posse da terra para as mulheres continua igualmente limitada, uma questão diretamente tratada através da disposição relativa ao registo de títulos de propriedade conjuntos e individuais, agora incorporada no Capítulo 6, ARC 1. Apesar da crescente conectividade, apenas cerca de 35%¹⁰⁶ da população utilizou a Internet em 2024, e as avaliações de literacia digital sublinham a necessidade de reforçar as competências digitais das mulheres, dos jovens, dos agregados familiares de baixos rendimentos e das comunidades rurais, para apoiar a inclusão financeira e o crescimento económico inclusivo¹⁰⁷.

¹⁰⁵ INETL, *Inquérito à Força de Trabalho 2021*

¹⁰⁶ *DataReportal/UIT*

¹⁰⁷ UNCDF (2023), *Assessing Digital and Financial Literacy in Timor Leste: A Survey on Knowledge, Skills and Access*

Para colmatar esta lacuna, o Governo integrou a Orçamentação Sensível ao Género (OSG) no Sistema de Gestão das Finanças Públicas. O Plano de Ação Nacional para a Deficiência (2021-2030) introduz um marcador de deficiência destinado a melhorar a monitorização e a integrar a inclusão da deficiência em todos os ministérios setoriais, embora a implantação e a utilização efetiva deste marcador ainda não sejam sistematicamente acompanhadas.

8.2.2 Alterações climáticas, biodiversidade, controlo da poluição e sustentabilidade ambiental.

Timor-Leste é altamente vulnerável a perigos induzidos pelo clima, incluindo inundações severas, secas prolongadas, deslizamentos de terras e subida do nível do mar, bem como à degradação ambiental provocada pelo uso insustentável do solo, pela desflorestação e pela poluição. Uma avaliação integrada de vulnerabilidade que abrangeu 122 aldeias concluiu que muitas comunidades continuam a enfrentar acesso inadequado a água potável, baixos rendimentos familiares, infraestruturas agrícolas limitadas e degradação ambiental. A resposta de Timor-Leste está ancorada na sua Contribuição Determinada a Nível Nacional (CDN) atualizada em 2026 e no Plano Nacional de Adaptação (PNA), que dá prioridade à governação do risco climático, ao crescimento e à transição positivos para a natureza, ao desenvolvimento hipocarbónico e à adaptação climática e ao reforço da resiliência nos setores-chave incluindo infraestruturas, biodiversidade, saúde, agricultura, água e saneamento, redução do risco de catástrofes e turismo e constitui a componente estratégica de adaptação da CDN. A utilização sustentável dos recursos naturais requer atenção para mitigar os riscos de poluição do ar e da água, especialmente em torno do crescimento urbano, dos transportes, da indústria transformadora, do desenvolvimento agrícola e da gestão de resíduos.

Além disso, Timor-Leste é dotado de uma rica biodiversidade terrestre e marinha, incluindo florestas, recifes de coral, mangais e ecossistemas de água doce de importância mundial. Estes ecossistemas sustentam a segurança alimentar, os meios de subsistência, o património cultural e a resiliência climática. Contudo, a biodiversidade está cada vez mais ameaçada pela alteração do uso do solo, pela utilização insustentável dos recursos, pelas espécies invasoras, pela poluição e pelas alterações climáticas. Para responder a estes desafios, o Governo atualizou a Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade (NBSAP) 2026-2030, que constitui o quadro nacional para a conservação da biodiversidade e a integração da gestão dos ecossistemas no desenvolvimento sustentável. Timor-Leste é Parte na Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) e ratificou o Acordo relativo à Criação do Centro da ASEAN para a Biodiversidade e o Acordo da ASEAN sobre a Poluição Transfronteiriça por Fumo, reafirmando o seu compromisso com a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável e o reforço da governação ambiental através da melhoria da monitorização da poluição, da fiscalização e da aplicação do princípio do poluidor-pagador. Alterações climáticas, biodiversidade, poluição e sustentabilidade ambiental.

8.3 Objetivos estratégicos e Áreas de Resultados-Chave

A integração das questões transversais é orientada por dois Objetivos Estratégicos (OE) e três Áreas de Resultados-Chave (ARC)

- OE1: Assegurar um desenvolvimento inclusivo, equitativo e sensível ao género, incorporando os quadros GEDSI na gestão das finanças públicas, nos setores económicos e no planeamento das infraestruturas, para não deixar ninguém para trás.
- OE2: Reforçar a resiliência nacional aos perigos induzidos pelo clima e promover a sustentabilidade ambiental através da adaptação climática, da restauração dos ecossistemas, de infraestruturas resilientes ao clima, da gestão sustentável dos recursos naturais, do controlo da poluição e da gestão localizada do risco de catástrofes, em alinhamento com os compromissos da CDN 3.0 de Timor-Leste e com o Plano Nacional de Adaptação (PNA).

Estes objetivos são operacionalizados através de 3 Áreas de Resultados-Chave (ARC):

- **ARC 1: Institucionalização da GEDSI e integração setorial** - Integração sistemática da orçamentação sensível ao género e de marcadores de acompanhamento da inclusão social nas políticas, nos orçamentos, nos programas e na monitorização.
- **ARC 2: Adaptação climática, governação ambiental, redução do risco de catástrofes e resiliência comunitária** - Reforço da resiliência nacional às alterações climáticas e ao risco de catástrofes, através da adaptação climática integrada, da redução do risco de catástrofes e da gestão sustentável dos recursos naturais, em alinhamento com o PNA e a CDN 3.0.
- **ARC 3: Conservação da biodiversidade, controlo da poluição e gestão sustentável dos ecossistemas** - Reforço da conservação, da restauração e da gestão sustentável dos ecossistemas terrestres e costeiros através da proteção da biodiversidade, da restauração dos ecossistemas, do controlo da poluição e das práticas tradicionais de conservação (*Tara Bandu*), bem como do desenvolvimento de infraestruturas de conservação, em alinhamento com a Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade (NBSAP) 2026-2030.

8.4 Quadro de resultados do pilar transversal

Nível	Descrição do resultado
Impacto	Desenvolvimento nacional inclusivo, equitativo, resiliente ao clima e ambientalmente sustentável, e um Timor-Leste resiliente a catástrofes, que assegura um desenvolvimento equilibrado e elimina as disparidades regionais e as desigualdades estruturais.
Objetivo	Acesso equitativo a oportunidades e recursos e redução das vulnerabilidades socioeconómicas através de uma governação inclusiva, da resiliência climática, da conservação da biodiversidade e da gestão ambiental sustentável para todos os cidadãos, em particular as mulheres, os jovens e as pessoas com deficiência, até 2030.
Resultados do pilar (2030)	• Marcadores GEDSI e orçamentação sensível ao género em funcionamento em todos os ministérios setoriais, com as infraestruturas cada vez mais certificadas em matéria de acessibilidade antes da aprovação do financiamento.

	• Mulheres, jovens e pessoas com deficiência a participar mais plenamente na educação, no emprego formal, na propriedade de MPME e no acesso ao crédito. • Todos os 12 municípios e a RAEOA implementam de forma inclusiva medidas de adaptação climática e de redução do risco de catástrofes, resultando em comunidades resilientes, no reforço da capacidade adaptativa local, na redução do risco climático e numa parte crescente de infraestruturas construídas segundo normas combinadas de resiliência climática e acessibilidade. • Os ecossistemas terrestres, de água doce, costeiros e marinhos são restaurados e geridos de forma sustentável, reforçando a biodiversidade, os serviços dos ecossistemas e a resiliência climática, apoiando simultaneamente meios de subsistência sustentáveis e a conservação comunitária com recurso às práticas tradicionais de “<i>Tara Bandu</i>”, o estabelecimento de infraestruturas de conservação da biodiversidade, incluindo um parque nacional de conservação de crocodilos, e a implementação da Estratégia e Plano de Ação Nacional para a Biodiversidade (NBSAP) 2026-2030.5. • A qualidade ambiental é melhorada através da prevenção e do controlo eficazes da poluição, da gestão sustentável dos resíduos e de infraestruturas inclusivas e resilientes ao clima, que apoiam comunidades saudáveis e o desenvolvimento sustentável. • Sistemas de alerta precoce de catástrofes e programas de reflorestação que reduzem a exposição e restauram as bacias hidrográficas, com partilha de benefícios mensurável para as mulheres e os jovens marginalizados.
Intervenções estratégicas	Resultados rápidos (2027) • Estabelecer o Secretariado GEDSI no âmbito do MPIE-UPI, para permitir a triagem sistemática dos grandes projetos de infraestruturas e assegurar a sua conformidade com os princípios GEDSI. Institucionalizar o marcador OSG/GEDSI em todos os ministérios setoriais. • Finalizar planos municipais de adaptação climática orçamentados para os 12 municípios e a RAEOA. • Desenvolver e adotar regulamentos e orientações de apoio à adaptação climática, ao controlo da poluição, à conservação da biodiversidade e à gestão ambiental, incluindo o reforço do “<i>Tara Bandu</i>”. • Estabelecer iniciativas piloto de adaptação climática e gestão ambiental de base comunitária nas aldeias vulneráveis prioritárias. Lançar iniciativas piloto de Escolas Verdes, Aldeias Verdes e Economia Azul.

- Estabelecer viveiros florestais comunitários e iniciar a produção de plantas autóctones e resilientes ao clima. Concluir a criação do Parque de Conservação de Crocodilos e do Centro de Conservação da Flora e Fauna. Estabelecer a linha de base do alerta precoce de catástrofes.

Líder: Secretariado GEDSI do MPIE/UPI, Ministério do Turismo e Ambiente.

Curto prazo (2028-2029):

- Aplicação plena do marcador OSG/GEDSI em todos os ministérios setoriais.
- Alargar o emprego inclusivo; expandir a aplicação das normas de infraestruturas resilientes ao clima.
- Expandir as iniciativas de adaptação climática de base comunitária a todos os municípios.
- Alargar as iniciativas de Escolas Verdes, Aldeias Verdes e Economia Azul a todo o país.
- Reforçar a governação ambiental de base comunitária através da implementação do *Tara Bandu* e da regulamentação ambiental.
- Alargar os programas de reflorestação e restauração dos ecossistemas com plantas produzidas pelos viveiros comunitários.
- Alargar e implantar programas de agrossilvicultura sustentável com acompanhamento dos benefícios para as mulheres, os jovens, as pessoas com deficiência (PcD) e as comunidades locais.
- Alargar os programas de fogões de cozinha limpos nos municípios prioritários.

Médio prazo (até 2030)

- Aplicação a 100% do marcador OSG/GEDSI.
- Todas as infraestruturas prioritárias certificadas segundo as normas combinadas.
- Planos municipais de adaptação climática concluídos nos 12 municípios e na RAEOA.
- Alcançar a implementação plena dos planos municipais de adaptação climática em todos os municípios e na RAEOA.
- Manter os programas de conservação da biodiversidade, controlo da poluição e restauração dos ecossistemas através do reforço dos sistemas de gestão institucionais e comunitários. Operacionalizar viveiros comunitários em todos os municípios para apoiar programas de longo prazo de reflorestação e agrossilvicultura.
- Generalizar a agrossilvicultura sustentável e a gestão climaticamente inteligente dos solos a todo o país. Institucionalizar as iniciativas de Escolas Verdes, Aldeias Verdes,

	Economia Azul e cozinha limpa como parte dos programas ambientais municipais. 1.000 hectares reflorestados com $\geq 40\%$ de partilha de benefícios. Conclusão da escolaridade por PcD, atribuição de empregos a PcD. Reforçar a monitorização, a avaliação e o reporte da implementação da CDN e do PNA e dos resultados ambientais.
--	--

8.5 Quadro de resultados por Área de Resultados-Chave

8.5.1 GEDSI

Resultado estratégico: Os marcadores GEDSI e a orçamentação sensível ao género funcionam em toda a administração, o investimento em infraestruturas é cada vez mais certificado como acessível antes da aprovação do financiamento, e as mulheres, os jovens e as pessoas com deficiência participam mais plenamente na educação, no emprego e na economia formal.

Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios e instituições responsáveis
% de ministérios setoriais que aplicam o Marcador GEDSI e os instrumentos de OSG	36 de 132 ministérios setoriais, secretarias de Estado, AA e administrações municipais	100%	Líder: SEI; Apoio: MPIE, MF
% de ministérios setoriais que utilizam ativamente o marcador de deficiência nas propostas de planeamento/orçamento	10 de 132 ministérios setoriais, secretarias de Estado, AA e administrações municipais	100%	Líder: SEI; Apoio: MF, MSSSI, MPIE
% de projetos de infraestruturas públicas certificados como conformes com as Normas de Acessibilidade Universal e de Conceção Segura antes da aprovação do financiamento	<10%	100%	Líder: MPIE Apoio: MOP, MTC, MF, SEI
Taxa de conclusão/transição do ensino secundário e do	~15%	$\geq 60\%$	Líder: ME Apoio: SEFOPE, SEI

EFTP por PcD, desagregada por género e idade			
% de novos empregos formais do setor privado ocupados por PcD	Baixa	≥1% da meta de 5.000-7.000 empregos anuais (Capítulo 3, ARC 6)	Líder: MCAE/SEFOPE Apoio: SEI

Intervenções estratégicas 2027-2030

- **Institucionalizar os marcadores orçamentais GEDSI e de deficiência em todos os setores:** Reforçar a implementação dos marcadores orçamentais GEDSI e do marcador de deficiência em todos os planos e orçamentos dos ministérios setoriais, transformando-os de requisitos de reporte em critérios de conformidade que garantam dotações explícitas de financiamento público. Líder: Ministério do Planeamento e Investimento Estratégico (MPIE) - Secretariado GEDSI da Unidade de Planeamento Integrado (UPI) e Ministério das Finanças (MF); Apoio: Secretaria de Estado para a Igualdade (SEI).
- Estabelecer o Secretariado GEDSI e a triagem obrigatória das infraestruturas: Estabelecer o Secretariado GEDSI no âmbito da UPI/MPIE, dotado de autoridade obrigatória de avaliação e de aprovação de conformidade ao longo do ciclo de vida das infraestruturas nacionais.
- Implantar instrumentos de triagem GEDSI para todos os novos projetos de infraestruturas, incluindo quotas de contratação para empresas detidas por mulheres. Líder: Secretariado GEDSI do MPIE; Apoio: Ministério das Obras Públicas (MOP), Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC) e Ministério das Finanças (MF)
- Alargar a participação económica inclusiva: Alargar os programas de emprego e empreendedorismo inclusivos destinados às mulheres, às pessoas com deficiência e aos jovens rurais, articulados com o Regime de Garantia de Crédito às PME (Capítulo 3) e com os percursos de EFTP para pessoas com deficiência (Capítulo 5). Líder: Ministério Coordenador dos Assuntos Económicos (MCAE); Apoio: Secretaria de Estado para a Igualdade (SEI), Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL), Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE).
- Alargar os programas de literacia e inclusão digitais: Alargar a literacia digital e o acesso aos serviços públicos digitais destinados às mulheres, às pessoas com deficiência e às comunidades rurais, com base nos ganhos de conectividade do Capítulo 4. Líder: Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC); Apoio: Secretaria de Estado para a Igualdade (SEI), Ministério da Educação (ME).

8.5.2 Alterações climáticas, biodiversidade, controlo da poluição e gestão da sustentabilidade ambiental

Resultado estratégico: Todos os municípios reforçaram a adaptação climática e a sustentabilidade ambiental através da implementação inclusiva da adaptação climática,

de infraestruturas públicas resilientes ao clima e ambientalmente conformes, da redução do risco de catástrofes, da conservação da biodiversidade, do controlo da poluição, da reflorestação, da restauração dos ecossistemas e da agrossilvicultura, reforçando a resiliência ambiental e os meios de subsistência sustentáveis, com uma partilha equitativa de benefícios para as mulheres e os jovens marginalizados, em alinhamento com os compromissos de Timor-Leste no âmbito da Contribuição Determinada a Nível Nacional (CDN) e do Plano Nacional de Adaptação (PNA).

Tabela 8.5.2 Matriz de resultados da adaptação climática, governação ambiental, reflorestação, agrossilvicultura sustentável e resiliência a catástrofes

Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)	Ministérios responsáveis
Hectares cumulativos de terras degradadas reflorestados, com pelo menos 40% dos empregos verdes e dos benefícios económicos a reverter para as mulheres e os jovens marginalizados	300 hectares	1.000 hectares (250/ano)	Líder: MAPFF; Apoio: MTA
Hectares cumulativos abrangidos por programas de agrossilvicultura sustentável implementados com mulheres, jovens, PcD e comunidades locais	50 ha	800 ha em todos os municípios	Líder: MAPFF; Apoio: MTA
Número de viveiros florestais comunitários estabelecidos e operacionais, produzindo plantas para programas de reflorestação e agrossilvicultura sustentável.	4 (Maubara, Viqueque, Lautém e Manufahi)	13	Líder: MAPFF; Apoio: MTA
% de municípios com planos de adaptação climática aprovados e implementados, alinhados com a Contribuição Determinada a Nível Nacional (CDN) e o Plano Nacional de Adaptação (PNA), através da participação inclusiva das autoridades locais, com as mulheres, os jovens e as pessoas com deficiência (PcD).	(AIV em 112 aldeias (25% implementadas))	Todos os 12 municípios e a RAEOA	Líder: MTA; Apoio: MPiE, SSE, Municípios
% de ações prioritárias do Plano Nacional de Adaptação (PNA) concluídas	40%	80%	Líder: MTA; Apoio: ministérios setoriais

% de novas infraestruturas prioritárias construídas segundo normas combinadas ambientais, de resiliência climática/a catástrofes e de acessibilidade universal (conformes com a GEDSI)	<10%	100%	Líder: MOP/MTC; Apoio: MPIE
N.º de iniciativas de adaptação climática e gestão ambiental de base comunitária estabelecidas e operacionais nas aldeias visadas.\	Escolas/Ald eias Verdes: 4	Escola e Aldeia Verdes 16	Líder: MTA; Apoio: ME

Intervenções estratégicas 2027-2030

- Finalizar planos municipais de adaptação climática orçamentados e inclusivos: Finalizar planos municipais de adaptação climática orçamentados nos 12 municípios e na RAEOA, assegurando que as zonas de alto risco são priorizadas através de um mapeamento participativo da vulnerabilidade que envolva as mulheres, os jovens e as Organizações de Pessoas com Deficiência (OPD) locais. Alinhar com os setores prioritários do PNA e os compromissos da CDN. Líder: Ministério do Turismo e Ambiente; Apoio: Ministério do Planeamento e Investimento e Municípios.
- Institucionalizar normas combinadas ambientais, de resiliência climática e de acessibilidade: Tornar obrigatória a aprovação na triagem GEDSI do MPIE-UPI e a conformidade com o desenho físico universal, aplicando uma norma única de certificação combinada. Líder: MPIE-UPI; Apoio: Ministério das Obras Públicas, Ministério dos Transportes e Comunicações e Ministério das Finanças.
- Alargar e expandir as iniciativas de adaptação climática e gestão ambiental de base comunitária: Restaurar os ecossistemas degradados, proteger as bacias hidrográficas e as zonas costeiras, promover a gestão sustentável dos recursos naturais, reforçar a resiliência comunitária às alterações climáticas e às catástrofes, reduzir a poluição e assegurar o cumprimento da regulamentação ambiental nacional. Líder: Ministério do Turismo e Ambiente. Apoio: Secretaria de Estado para a Igualdade, Autoridades Municipais e Organizações Comunitárias.
- Aumentar a participação e os benefícios equitativos das mulheres, dos jovens marginalizados e das pessoas com deficiência (PcD): Desenvolver e implementar mecanismos inclusivos de participação e partilha de benefícios, para assegurar que as mulheres, os jovens marginalizados e as pessoas com deficiência (PcD) participam ativamente e beneficiam dos programas de adaptação climática, conservação da biodiversidade, restauração dos ecossistemas e gestão sustentável dos recursos naturais, através da capacitação, de oportunidades de emprego e da liderança comunitária. Líder: Ministério do Turismo e Ambiente; Apoio: Secretaria de Estado para a Igualdade, Autoridades Municipais e ministérios relevantes.
- Reforçar a gestão comunitária das florestas e da agrossilvicultura: Expandir os programas de reflorestação e agrossilvicultura sustentável liderados pelas

comunidades, restaurando florestas e bacias hidrográficas degradadas, estabelecendo viveiros comunitários e mobilizando parcerias multilaterais para conservar a biodiversidade e melhorar a gestão ambiental. Líder: Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas (MAPFF). Apoio: Ministério do Turismo e Ambiente.

- Conceder microssubvenções comunitárias e reforçar a segurança do uso da terra: Mecanismos destinados às mulheres, aos jovens e às comunidades locais para apoiar a reflorestação, a agrossilvicultura, a restauração das bacias hidrográficas e a redução do risco de catástrofes baseada na natureza. Líder: Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas (MAPFF). Apoio: Ministério do Turismo e Ambiente; Apoio: Secretaria de Estado para a Igualdade.
- Escolas Verdes e Aldeias Verdes: Expandir as iniciativas de Escolas Verdes, Aldeias Verdes e Economia Azul a todos os municípios, para reforçar a consciência ambiental, a responsabilidade comunitária, os meios de subsistência sustentáveis e a resiliência climática. Líder: Ministério do Turismo e Ambiente. Apoio: Ministério da Agricultura, Pecuária, Pesca e Florestas (MAPFF), Secretaria de Estado para a Igualdade.

8.5.3 Conservação da biodiversidade, controlo da poluição e gestão da sustentabilidade ambiental

Resultado estratégico: A biodiversidade e os ecossistemas terrestres e costeiros são conservados, restaurados e geridos de forma sustentável através do reforço da governação ambiental, da restauração dos ecossistemas, das práticas tradicionais de conservação (Tara Bandu), do controlo da poluição e da participação comunitária.

Tabela 8.5.3 Conservação da biodiversidade, controlo da poluição e gestão da sustentabilidade ambiental

Indicador	Linha de base	Meta	Entidade responsável
Número de iniciativas de conservação da biodiversidade e restauração dos ecossistemas implementadas	46 áreas de conservação marinhas, terrestres e costeiras estabelecidas e sob conservação	Todas as 46 áreas de conservação marinhas, terrestres e costeiras reforçadas.	Líder: MTA; Apoio: MAPFF
Número de iniciativas tradicionais de conservação (Tara Bandu) reforçadas	27 áreas (18 terrestres, 9 marinhas) - 18 áreas terrestres e 9 marinhas implementadas	40 áreas	Líder: MTA; Apoio: MAPFF
% de instrumentos nacionais desenvolvidos e aprovados	5 leis	Lei de Bases das Alterações	Líder: MTA;

para cumprir a regulamentação e as normas ambientais em matéria de controlo da poluição e gestão das substâncias que empobrecem a camada de ozono e para controlar a poluição do ar, da água, do solo e sonora		Climáticas, Decreto-Lei das Normas Ambientais e Decreto-Lei do Controlo da Poluição desenvolvidos e aprovados.	Apoio: MAPFF
N.º de municípios que implementam medidas de controlo da poluição (ar, água, solo e ruído)	11 municípios implementaram a monitorização da qualidade do ar e do ruído.	12 municípios e a RAEOA	Líder: MTA; Apoio: MCAE
N.º de parques de conservação de crocodilos criados; criação de infraestruturas para a flora e a fauna	Fase de concurso do projeto de execução (DED)	Parque de Crocodilos e Centro de Conservação da Flora e Fauna criados	Líder: MTA; Apoio: MAPFF

Intervenções estratégicas 2027-2030

- Reforçar a conservação da biodiversidade e a restauração dos ecossistemas: através do alargamento das áreas protegidas, da restauração dos ecossistemas degradados e da conservação da flora e fauna prioritárias, com participação comunitária e gestão sustentável dos recursos naturais. Líder: Ministério do Turismo e Ambiente; Apoio: Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas.
- Institucionalizar as práticas tradicionais de conservação (*Tara Bandu*) e reforçar o controlo da poluição através da melhoria da governação ambiental, da aplicação da regulamentação ambiental e da gestão integrada da poluição do ar, da água, do solo e sonora. Líder: Ministério do Turismo e Ambiente; Apoio: Ministério da Agricultura, Pecuária, Pescas e Florestas

8.6 ICD e metas do pilar transversal

Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)
% de ministérios setoriais que aplicam o Marcador GEDSI e os instrumentos de OSG	36 de 132 ministérios setoriais, secretarias de Estado, entidades autónomas e municípios.	100%
% de infraestruturas públicas certificadas como conformes com as Normas de Acessibilidade Universal	<10%	100%

Indicador	Linha de base (2025)	Meta (2030)
Taxa de conclusão/transição do ensino secundário/EFTP por PcD	~15%	≥60%
% de municípios com planos de adaptação climática aprovados e desenvolvidos de forma inclusiva	Baixa	Todos os 12 municípios e a RAEOA
% de novas infraestruturas prioritárias construídas segundo normas combinadas ambientais, de resiliência climática e de acessibilidade	<10%	100%
Hectares cumulativos reflorestados, com ≥40% de partilha de benefícios para as mulheres/jovens marginalizados	300	1.000 hectares
Programas de agrossilvicultura sustentável com mulheres, jovens, PcD e comunidades locais	50 ha	800 hectares

8.7 Resultados rápidos, intervenções prioritárias faseadas, disposições de implementação e prioridades espaciais

Resultados rápidos (2027)

1. Igualdade de Género, Deficiência e Inclusão Social (GEDSI):

- Institucionalizar a OSG e o marcador GEDSI/de deficiência em todos os ministérios setoriais e instituições públicas incluindo a clarificação, pela SSE/MPIE, de se se trata de um único instrumento ou de dois.
- Estabelecer o Secretariado GEDSI no âmbito do MPIE-UPI, com autoridade nacional de coordenação e de conformidade.
- Introduzir a triagem GEDSI obrigatória e a avaliação de acessibilidade universal para todos os novos projetos prioritários de infraestruturas, antes da aprovação do financiamento.
- Desenvolver orientações nacionais e programas de capacitação em planeamento, contratação e conceção de infraestruturas inclusivos.
- Lançar iniciativas de literacia digital e de serviços públicos digitais destinadas às mulheres, aos jovens, às pessoas com deficiência e às comunidades rurais.

2. Alterações climáticas, biodiversidade, controlo da poluição e gestão da sustentabilidade ambiental

- Finalizar planos municipais de adaptação climática orçamentados nos 12 municípios e na RAEOA, dando prioridade às zonas de alto risco. Estabelecer a linha de base da cobertura do sistema de alerta precoce de catástrofes por município, identificando as lacunas atuais.
- Desenvolver e aprovar legislação e regulamentação prioritárias em matéria de alterações climáticas, normas ambientais, controlo da poluição e conservação da biodiversidade.
- Reforçar a governação ambiental de base comunitária, desenvolvendo e implementando orientações para institucionalizar o “*Tara Bandu*” e outras práticas locais de conservação para a conservação da biodiversidade e a gestão sustentável dos recursos naturais.
- Iniciar a construção do Parque de Conservação de Crocodilos e do Centro de Conservação da Flora e Fauna.
- Instalar unidades de tratamento de resíduos perigosos líquidos e sólidos em Díli, Baucau e Bobonaro.
- Construir instalações de armazenamento e tratamento de óleos residuais na RAEOA Oe-Cusse e em Ataúro, para reduzir a poluição marinha.
- Instalar sinalização de aviso de perigo de crocodilos nas áreas de alto risco identificadas (Lautém, Baucau, Viqueque e Díli). Lançar iniciativas de Escolas Verdes, Aldeias Verdes e Economia Azul nos municípios prioritários.
- Estabelecer viveiros florestais comunitários para fornecer plantas aos programas de reflorestação e agrossilvicultura.
- Continuar a instalação de sistemas de dessalinização de água do mar nas comunidades com escassez de água identificadas através da Avaliação Integrada de Vulnerabilidade (AIV).

Curto prazo (2028-2029)

1. Igualdade de Género, Deficiência e Inclusão Social (GEDSI):

- Alcançar a implementação plena da OSG e do Marcador GEDSI em todos os ministérios setoriais.
- Alargar os programas de emprego e empreendedorismo inclusivos para as mulheres, os jovens e as pessoas com deficiência, articulados com o Regime de Garantia de Crédito às PME.

- Reforçar os mecanismos de contratação pública, dando prioridade às empresas elegíveis detidas e lideradas por mulheres nas oportunidades de contratação do Estado.
- Reforçar a monitorização e o reporte dos indicadores GEDSI, resolvendo as lacunas de qualidade dos dados identificadas neste documento.

2. Alterações climáticas, biodiversidade, controlo da poluição e gestão da sustentabilidade ambiental

- Expandir infraestruturas públicas ambientalmente sustentáveis, resilientes ao clima e a catástrofes e conformes com a GEDSI nos setores dos transportes, da água, da saúde, da educação e noutros setores prioritários, integrando normas ambientais, de resiliência climática, de redução do risco de catástrofes (RRC) e de acessibilidade universal no planeamento, na conceção, na construção e na manutenção.
- Implementar os planos municipais de adaptação climática nos 12 municípios e na RAEOA, alargando as iniciativas de adaptação climática e gestão ambiental de base comunitária nas comunidades vulneráveis ao clima, em conformidade com o Plano Nacional de Adaptação (PNA) e a Contribuição Determinada a Nível Nacional (CDN)
- Continuar a instalação de sistemas de dessalinização de água do mar para fornecer água potável segura nas comunidades com escassez de água e vulneráveis ao clima identificadas através da Avaliação Integrada de Vulnerabilidade (AIV).
- Alargar e institucionalizar o «*Tara Bandu*» e outras práticas locais de conservação em todos os municípios, para reforçar a conservação da biodiversidade, a restauração dos ecossistemas e a gestão sustentável dos recursos naturais.
- Alargar os programas de reflorestação, conservação da biodiversidade, restauração dos ecossistemas e agrossilvicultura sustentável através da agricultura climaticamente inteligente, da gestão sustentável dos solos, dos viveiros florestais comunitários e da restauração dos ecossistemas terrestres e costeiros degradados, assegurando a participação ativa e os benefícios equitativos das mulheres, dos jovens, das pessoas com deficiência (PcD) e das comunidades locais.
- Reforço da implementação das medidas de controlo da poluição do ar, da água, do solo e sonora e dos compromissos de crescimento positivo para a natureza.
- Reforço da prevenção e do controlo da poluição através da implementação de medidas integradas para melhorar a qualidade do ar, da água, do solo e do ambiente sonoro, do reforço da governação ambiental e do cumprimento regulamentar e da promoção de um desenvolvimento positivo para a natureza e hipocarbónico.

Médio prazo (até 2030)

1. Igualdade de Género, Deficiência e Inclusão Social (GEDSI):

- Alcançar a aplicação a 100% da OSG e do Marcador GEDSI em toda a administração.
- Assegurar que todas as infraestruturas públicas prioritárias cumprem as normas combinadas de Acessibilidade Universal e de resiliência climática.

- Demonstrar melhorias mensuráveis na propriedade de MPME por mulheres, na conclusão da escolaridade por PcD e na atribuição de empregos a PcD.

2. Alterações climáticas, biodiversidade, poluição e gestão da sustentabilidade dos recursos naturais

- Concluir a implementação dos planos municipais de adaptação climática nos 13 municípios.
- Alcançar a implementação plena dos planos de adaptação climática em todos os municípios e na RAEOA.
- Assegurar que todas as infraestruturas públicas prioritárias cumprem as normas ambientais, de resiliência climática e de acessibilidade universal.
- Alcançar a implementação a nível nacional de iniciativas de adaptação climática e gestão ambiental de base comunitária.
- Alcançar a cobertura nacional do sistema de alerta precoce de catástrofes nos 13 municípios.
- Atingir 1.000 hectares reflorestados, com $\geq 40\%$ dos benefícios económicos atribuídos às mulheres e aos jovens marginalizados. Reportar os progressos da implementação da CDN e do PNA de Timor-Leste no âmbito da avaliação final do PMP em 2030.
- Atingir as metas nacionais de reflorestação, restauração dos ecossistemas e agrossilvicultura sustentável.
- Operacionalizar viveiros florestais comunitários em todos os municípios.
- Operacionalizar plenamente o Parque de Conservação de Crocodilos e o Centro de Conservação da Flora e Fauna
- Institucionalizar as iniciativas de Escolas Verdes, Aldeias Verdes, Economia Azul e cozinha limpa a nível nacional.

A implementação será liderada pelo MPIE (através do novo Secretariado GEDSI da UPI) e pelo Ministério do Turismo e Ambiente, em estreita coordenação com a SEI, o MAPFF, os ministérios setoriais relevantes e os municípios. Todas as ações darão prioridade aos municípios mais atrasados e aos grupos vulneráveis, com coordenação explícita com o Capítulo 5 (programação para a juventude através do MJDAC) e o Capítulo 6 (disposições de género na posse da terra).



CAPÍTULO 9

Construindo um Timor-Leste
mais Resiliente, Inclusivo
e Próspero

MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E RELATÓRIO

Plano de Médio Prazo Integrado (PMPI) 2027–2030

Um quadro orientador de resultados para a responsabilização, a aprendizagem e o impacto.



ORIENTADO A RESULTADOS

Acompanha o progresso e alcança resultados mensuráveis.



RESPONSABILIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Fortalece a responsabilização por meio de dados confiáveis e relatórios públicos.



INCLUSIVO E EQUITATIVO

Desagrega os dados por sexo, deficiência, idade e município.



INTEGRADO E SIMPLES

Alinha os sistemas de monitorização e está ligado ao planeamento e aos orçamentos.



ADAPTATIVO E DE APRENDIZAGEM

Utiliza evidências para a aprendizagem, decisões e melhoria contínua.



ANEXO 1

Quadro Abrangente de Resultados para o PMPI 2027–2030



ANEXO 2

Referência de Metadados

Definições, Métodos de Cálculo, Fontes de Dados, Frequência e Custodiantes



CAPÍTULO 9: MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E REPORTE

9.1 Introdução

O PMP Integrado 2027-2030 requer um sistema de Monitorização e Avaliação (M&A) robusto, prático e orientado para resultados, que acompanhe os progressos, assegure a responsabilização, apoie a aprendizagem e permita ações corretivas atempadas por parte do Conselho de Ministros, dos ministérios setoriais, dos municípios, dos parceiros de desenvolvimento e da sociedade civil.

Este capítulo estabelece o quadro geral de M&A, as disposições institucionais, os indicadores-chave de desempenho, os mecanismos de reporte e os requisitos de capacidade para apoiar a implementação eficaz do PMP. O sistema foi concebido para ser simples, integrado nos sistemas governamentais existentes e diretamente articulado com os processos de decisão e orçamentais.

Este capítulo operacionaliza o **Anexo 1: Quadro de Resultados Abrangente do PMP 2027-2030**, que contém o conjunto consolidado de indicadores referido ao longo deste capítulo, e é acompanhado pelo **Anexo 2: Referência de Metadados dos Indicadores**, que fornece a definição precisa, o método de cálculo, a fonte de dados, a frequência de recolha e o responsável pela custódia de cada indicador do PMP.

9.1.1 Finalidade e princípios do sistema de M&A

O sistema de M&A irá:

- Acompanhar os progressos em função dos objetivos estratégicos, dos resultados dos pilares, das ARC e dos indicadores do PMP.
- Fornecer informação credível, atempada e acionável para a supervisão de alto nível e a gestão adaptativa.
- Reforçar a responsabilização e a transparência, incluindo através do reporte público.
- Assegurar a integração sistemática das questões transversais (GEDSI, resiliência climática, equidade espacial).
- Alinhar o reporte do PMP com as obrigações internacionais de reporte existentes de Timor-Leste, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Contribuição Determinada a Nível Nacional ao abrigo do Acordo de Paris, para evitar sistemas de reporte paralelos e duplicados para os mesmos dados de base.

9.1.2. Princípios fundamentais

- Centrado nos resultados e orientado para os efeitos.
- Integrado nos sistemas existentes (EMIS, HMIS, SIGI, SIGAP, SPMIS, dados de execução orçamental/DBFTL)
- Desagregado por sexo, deficiência, idade e município, de acordo com os requisitos de desagregação específicos estabelecidos no Anexo 2 para cada indicador.
- Apropriado pelas instituições implementadoras, com coordenação central do MPIE/UPI e responsabilidades específicas definidas em 0
- Articulado com o ciclo anual de orçamentação e planeamento.

- **Fonte única de verdade:** quando um indicador figura em mais de um capítulo de pilar, todas as ocorrências devem reportar valores, definições e fontes idênticos, o que é assegurado através do protocolo de consistência entre capítulos em 0.

9.1.3. Disposições institucionais

- **Coordenação central:** A Unidade de Planejamento Integrado (UPI) do MPIE servirá de órgão nacional de coordenação da M&A para a monitorização e avaliação dos resultados do PMP.
- **Responsabilidade setorial:** Cada ministério setorial manterá o seu sistema setorial de M&A alinhado com o quadro nacional e designará um ponto focal.
- **Nível municipal:** Os municípios reportarão sobre as prioridades locais e os serviços descentralizados.
- **Supervisão de alto nível:** O Conselho de Ministros receberá relatórios anuais de desempenho, com revisões periódicas presididas pelo Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico.

9.2 Matriz de papéis e responsabilidades

Tabela 9.2.1: Papéis e responsabilidades dos ministérios e instituições públicas na monitorização e no reporte da implementação do PMP

Tarefa	Responsável	Aprovação	Consultado	Informado
Recolher os dados brutos dos indicadores na fonte (unidade, agregado familiar, registo administrativo)	Unidades de dados/ ministérios setoriais (p. ex., unidades de saúde do MS, EDTL, INSS)	Diretor-Geral do ministério setorial	Municípios	UPI/MPIE
Validar e verificar a qualidade dos dados setoriais antes da submissão	Ponto focal de M&A do ministério setorial	Diretor-Geral do ministério setorial	Responsáveis setoriais pela custódia dos dados (de acordo com o Anexo 2)	UPI/MPIE
Submeter o relatório trimestral de progresso setorial à UPI	Ponto focal de M&A do ministério setorial	Secretário de Estado/Ministro do ministério setorial	-	MF
Compilar o Relatório Anual de	UPI/MPIE	Diretor da UPI	MF (DG PME/UMAD), pontos focais dos	Conselho de Ministros

Desempenho interpilares			ministérios setoriais, INETL.	
Executar a verificação de consistência entre capítulos (Secção 9.8)	UPI/MPIE	Diretor da UPI	Ministérios setoriais com indicadores partilhados	—
Aprovar o Relatório Anual de Desempenho antes da submissão ao CM	Direção do MPIE	Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico	Ministérios setoriais (revisão final)	Conselho de Ministros
Apresentar o Relatório Anual de Desempenho ao CM	Ministro das Finanças (Unidade de Monitorização e Avaliação do Desempenho)	Conselho de Ministros	UPI-MPIE	Parceiros de desenvolvimento, público
Realizar a Revisão Intercalar (2028) e a Avaliação Final (2031)	UPI/MPIE, com apoio técnico independente	Conselho de Ministros	Todos os ministérios setoriais, parceiros de desenvolvimento	Público, Parlamento Nacional
Resolver os indicadores classificados a vermelho / escalada	UPI/MPIE, ministério setorial relevante	Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico, ministro setorial relevante	—	Conselho de Ministros (de acordo com a Secção 9.13)
Manter a referência de metadados do Anexo 2 e resolver divergências de definição entre capítulos	UPI/MPIE	Diretor da UPI	INETL, unidades técnicas dos ministérios setoriais	Todos os ministérios setoriais

9.3 Quadro de resultados e indicadores-chave

O PMP utiliza um quadro de resultados hierárquico, integralmente detalhado no **Anexo 1: Quadro de Resultados Abrangente do PMP 2027-2030**:

- Resultados nacionais e dos pilares (alto nível, para acompanhamento pelo CM).
- Áreas de Resultados-Chave (ARC), também designadas Prioridades Estratégicas, e Resultados Estratégicos (nível do pilar).
- Indicadores com linhas de base (2025) e metas (2030), classificados por nível de resultado (Produto, Resultado Intermédio ou Resultado), em conformidade com a convenção de níveis aplicada em todos os capítulos dos pilares.

Todos os pilares reportam em função dos respetivos indicadores estratégicos. As questões transversais, como a GEDSI e a resiliência climática, são acompanhadas com dados desagregados, nos termos do Capítulo 8, e reportadas tanto no seu próprio capítulo como enquanto camada de desagregação dos indicadores dos outros pilares, sempre que os sistemas de dados o permitam.

Quando a definição precisa, a unidade, o método de cálculo ou a fonte de um indicador são necessários para um reporte rigoroso, estes constam do **Anexo 2: Referência de Metadados dos Indicadores**, em vez de serem repetidos neste capítulo.

9.4 Mecanismos de reporte e revisão

- **Relatórios trimestrais de progresso:** Os ministérios setoriais e os municípios submetem atualizações concisas ao MF, utilizando o modelo de reporte normalizado referido na Secção 9.7
- **Relatório Anual de Desempenho:** Revisão abrangente submetida ao Conselho de Ministros até março de cada ano.
- **Revisão Intercalar:** Avaliação abrangente em 2028 para ajustar prioridades e metas, incluindo a resolução formal dos indicadores assinalados como “A confirmar” em todo o PMP (ver Secção 9.7, Plano de Colmatação das Lacunas de Dados).
- **Avaliação Final:** Avaliação final em 2031 para informar o próximo ciclo de planeamento.

9.5 Metodologia de classificação do desempenho

Os relatórios utilizam um sistema de classificação de quatro níveis, aplicado uniformemente a todos os indicadores de todos os capítulos:

Classificação	Definição
 Verde	O indicador está na trajetória necessária para atingir a meta de 2030, ou à frente dela, com base no período de reporte mais recente comparado com uma trajetória de marcos intercalares acordada entre a linha de base de 2025 e a meta de 2030.
 Amarelo	O indicador está atrasado em relação à trajetória necessária, mas uma via credível e orçamentada para a meta de 2030 continua a ser alcançável no atual período do PMP, sob reserva das ações corretivas identificadas no relatório.
 Vermelho	O indicador está significativamente atrasado em relação à trajetória, sem uma via credível para a meta de 2030 no quadro das atuais disposições de implementação, ou a sua linha de base permanece por confirmar para além da data de resolução acordada (ver Secção 9.7).
 Ainda não mensurável	O estabelecimento da linha de base ou o desenvolvimento do sistema de dados ainda está em curso, em conformidade com uma data acordada no Plano de Colmatação das Lacunas de Dados (Secção 9.7). Passa automaticamente a Vermelho se a data de resolução acordada não for cumprida.

Cada Relatório Anual de Desempenho indica, para cada indicador Amarelo e Vermelho, a ação corretiva específica proposta, a instituição responsável e a data até à qual se espera que a classificação melhore. As classificações que permaneçam Vermelhas em dois Relatórios Anuais de Desempenho consecutivos acionam a via de escalada da Secção 9.13.

9.6 Fontes de dados e sistemas de informação

9.6.1. Sistemas fundamentais

O sistema de M&A recorrerá a:

- Sistemas setoriais fundamentais existentes (EMIS, HMIS, cadastro nacional de terras, dados de execução orçamental/DBFTL).
- SPMIS (Sistema de Informação de Planeamento Estratégico e Monitorização): o sistema central que o MPIE está a implementar para consolidar o reporte de indicadores interpilares, substituindo a submissão fragmentada dos ministérios setoriais com base em folhas de cálculo. O SPMIS foi concebido para interoperar com o EMIS, o HMIS e o protocolo de intercâmbio de dados assumido no Capítulo 6, ARC 4 (meta: protocolo de intercâmbio de dados operacional até 2028).

- Inquéritos e estudos regulares (Inquérito à Força de Trabalho do INETL, Censos, Inquérito Demográfico e de Saúde e inquéritos setoriais específicos indicados no Anexo 2).
- Monitorização ao nível dos projetos pelos ministérios setoriais e pelas instituições públicas implementadoras.

A UPI-MPIE lidera os esforços para melhorar a qualidade, a interoperabilidade e a tempestividade dos dados, incluindo a resolução das lacunas de prontidão dos sistemas identificadas abaixo.

9.6.2. Prontidão dos sistemas de dados

Tabela 9.6.1: Matriz de papéis e responsabilidades no reporte de Monitorização e Avaliação

Sistema	Estado atual	Lacuna	Data-alvo de operacionalização
EMIS (Educação)	Operacional; subsistem lacunas na qualidade e na desagregação dos dados	Desagregação por deficiência e rural/urbano ainda não sistemática	2027
HMIS (Saúde)	Operacional; reporte ao nível das unidades de saúde incompleto	Reporte em tempo real ainda não alcançado em todos os CSC	2028
SIGAP (RH da função pública)	58% dos trabalhadores da administração pública abrangidos.	Implantação plena do sistema em toda a administração central	2029
SIGI (Terras)	Operacional para o registo; dados de titulação não integrados	Integração do circuito registo-titulação	A confirmar com a DNTPSC
SPMIS (M&A central)	Em desenvolvimento	Especificação completa, protocolo de interoperabilidade e implantação nos ministérios setoriais	Final de 2027
Marcador GEDSI/de deficiência	Ainda não acompanhado sistematicamente	Confirmar se o Marcador GEDSI e o marcador de deficiência constituem um único instrumento ou dois; estabelecer o	2027

		acompanhamento da utilização efetiva	
Quadro de Monitorização do Desempenho Municipal	Ainda não existe	Estabelecimento pleno, incluindo a recolha de dados de linha de base	2027
Registo Nacional de Cancro	Não existe	Estabelecimento pleno e primeiro relatório anual	Registo até 2028; primeiro relatório em 2029

Esta tabela é revista e atualizada anualmente no âmbito do Relatório Anual de Desempenho, sendo os sistemas resolvidos retirados da tabela de prontidão e acrescentadas as lacunas recentemente identificadas.

9.6.3. Plano de Colmatação das Lacunas de Dados

Tabela 9.6.2: Plano de colmatação das lacunas de dados

Pilar	Lacuna de dados	Ação necessária	Entidade responsável	Data-alvo
Diversificação Económica	Resultados de emprego dos diplomados do EFTP não acompanhados	Estabelecer um sistema de acompanhamento dos diplomados do EFTP	SEFOPE / INDMO	Final de 2027
Diversificação Económica	Passagem das MPME de micro a pequenas não acompanhada	Estabelecer o acompanhamento através do registo SERVE/MCI, com acompanhamento de coortes pelo IADE	Ministério do Comércio e Indústria / IADE	2028
Infraestruturas (Estradas)	Sem linha de base nacional de tempos de viagem	Inquérito de linha de base aos tempos de viagem em todas as 13 ligações Díli-capitais municipais	Ministério das Obras Públicas	Final de 2027
Infraestruturas (Estradas)	Sem linha de base do custo de transporte por tonelada-km	Inquérito de linha de base aos custos de transporte nos	Ministério das Obras Públicas (NRAMS), com o INETL	Final de 2027

		seis corredores designados		
Infraestruturas (Água)	Sem linha de base das horas de abastecimento de água urbano	Estabelecer a monitorização das horas de abastecimento ao nível das zonas	BTL	Final de 2027
Infraestruturas (Eletricidade)	Sem linha de base consolidada de interrupções/fiabilidade	Consolidar os dados de interrupções ao nível dos alimentadores num valor nacional de SAIDI	EDTL	2028
Infraestruturas (Marítimas)	Sem linha de base do tempo de permanência da carga	Estabelecer a linha de base a partir dos dados do operador do Timor Port	MF (Alfândegas) / MTC	Final de 2027
Infraestruturas (Transportes Públicos)	Avaliação institucional da NPTA incompleta	Concluir a avaliação; adotar o quadro regulamentar	MTC	2026 / 2027
Infraestruturas (Transportes Públicos)	Sem linha de base da perceção de segurança das mulheres	Realizar um inquérito de linha de base à perceção de segurança	MTC/NPTA, com o Ministério da Solidariedade Social	Final de 2027
Capital Social e Humano (Educação)	Sem linha de base de numeracia no 3.º ano	Estabelecer a avaliação normalizada EGNA	Ministério da Educação	2027
Capital Social e Humano (Cancro)	Sem dados nacionais de incidência/mortalidade por cancro	Estabelecer o Registo Nacional de Cancro; primeiro relatório anual	Ministério da Saúde	2028 / 2029
Capital Social e Humano (Cancro)	Linha de base da cobertura vacinal contra o HPV não confirmada	Confirmar a partir dos registos administrativos do PAV	Ministério da Saúde (PAV/SMI)	Final de 2027

Capital Social e Humano (Juventude/FDCH)	Composição e resultados do FDCH não acompanhados	Estabelecer um sistema de acompanhamento dos resultados dos diplomados do FDCH	MF / Secretariado do FDCH	2027
Desenvolvimento Institucional (Governação Municipal)	Sem sistema de monitorização da prestação de serviços municipais	Estabelecer o Quadro de Monitorização do Desempenho Municipal	Ministério da Administração Estatal	2027
Desenvolvimento Institucional (Justiça e Posse da Terra)	Linha de base da titulação de terras carece de confirmação	Confirmar a linha de base específica da titulação com a DNTPSC	MJ (DNTPSC)	Final de 2027
Desenvolvimento Institucional (Segurança e Defesa)	Sem linha de base dos dias de patrulha na ZEE / tempo de resposta a emergências	Encomendar dados de linha de base	Ministério da Defesa / Ministério do Interior	Final de 2027
Transversal (GEDSI)	Unidade da linha de base do Marcador GEDSI pouco clara	Clarificar contagem vs. percentagem e confirmar a linha de base	SEI / MPIE	Final de 2027
Transversal (GEDSI)	Marcador GEDSI e marcador de deficiência	Confirmar se o Marcador GEDSI e o Marcador de Deficiência constituem um único instrumento ou dois.	SEI / MPIE	Final de 2027
Transversal (GEDSI)	Valores de registo do SERVE carecem de reconciliação	Reconciliar com a linha de base do total de registos anuais	MCAE / SEI	Final de 2027
Transversal (Clima)	Linha de base da implementação do PNA não confirmada	Confirmar a linha de base e a metodologia de monitorização	Ministério do Turismo e Ambiente	Final de 2027

Transversal (Clima)	Sem linha de base do sistema de alerta precoce de catástrofes	Estabelecer a cobertura de linha de base por município	Autoridade de Proteção Civil	Final de 2027
------------------------	---	--	------------------------------	---------------

A UPI/MPIE acompanha esta tabela como entregável autónomo no primeiro Relatório Anual de Desempenho (março de 2028), uma vez que uma parte significativa da base de indicadores do PMP só se torna reportável depois de estes sistemas estarem estabelecidos. O estabelecimento dos sistemas de medição é tratado como pré-condição da execução substantiva em 2028-2030, e não como uma via paralela.

9.7 Protocolo de consistência dos indicadores entre capítulos

Quando o mesmo indicador é relevante para mais de um pilar, aplica-se o seguinte protocolo:

- **Titularidade única por indicador.** A cada indicador que possa plausivelmente figurar em mais de um capítulo é atribuído exatamente um capítulo/ARC «titular» no Anexo 2. Todos os outros capítulos que o referem citam diretamente o valor do capítulo titular, em vez de o reformular de forma independente.
- **Verificação de reconciliação pré-publicação.** Antes da finalização de qualquer Relatório Anual de Desempenho ou revisão de capítulo, a UPI/MPIE executa uma verificação cruzada com o Anexo 2, confirmando que nenhum indicador figura com valores contraditórios em qualquer parte do documento.
- **Regra de atualização das alterações.** Qualquer revisão da linha de base, da meta ou da definição de um indicador partilhado é aplicada simultaneamente em todos os capítulos em que este figura, com a data e o motivo da alteração registados no Anexo 2.

9.8 Alinhamento com o reporte internacional

Muitos indicadores do PMP correspondem diretamente aos compromissos internacionais existentes de Timor-Leste. Para evitar a criação de sistemas de reporte paralelos para dados de base substancialmente iguais, o sistema de M&A alinha-se com:

- **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):** indicadores como o atraso de crescimento em menores de 5 anos, a mortalidade materna, a taxa NEET e a cobertura da proteção social correspondem estreitamente a indicadores específicos dos ODS. O Anexo 2 indica o código do indicador ODS correspondente, quando aplicável, e o reporte da Revisão Nacional Voluntária dos ODS recorre aos mesmos dados verificados do PMP, em vez de valores recolhidos separadamente.
- **Contribuição Determinada a Nível Nacional (CDN):** os indicadores de adaptação e resiliência climáticas do Capítulo 8 (ARC 2) planos municipais de adaptação, progressos na implementação do PNA, cobertura do alerta precoce de catástrofes são os mesmos indicadores que Timor-Leste reporta ao abrigo da sua CDN atualizada. A UPI/MPIE e o Ministério do Turismo e Ambiente coordenam os ciclos de reporte do PMP e da CDN, de modo a utilizar um único processo de recolha e verificação de dados.

9.9 Desenvolvimento de capacidades

A implementação bem-sucedida do sistema de M&A exige um investimento sustentado na capacidade institucional. Os ministérios setoriais e os municípios receberão formação específica em monitorização baseada em resultados, análise de dados e reporte. Serão incluídos nos orçamentos setoriais recursos dedicados às atividades de M&A. Quando existam lacunas, será mobilizado o apoio técnico dos parceiros de desenvolvimento para reforçar os sistemas nacionais e construir capacidade de longo prazo.

9.9.1. Divulgação pública e envolvimento das partes interessadas

1. O Relatório Anual de Desempenho é publicado num formato acessível ao público após a sua apresentação ao Conselho de Ministros, em conformidade com o princípio da transparência da Secção 9.2.
2. Os parceiros de desenvolvimento recebem o Relatório Anual de Desempenho e dispõem de uma oportunidade permanente de contribuir antes da Revisão Intercalar (2028) e da Avaliação Final (2031).
3. As organizações da sociedade civil, incluindo as que representam as mulheres, as pessoas com deficiência e os jovens, são consultadas no âmbito dos processos de revisão, em conformidade com os compromissos participativos incorporados nas intervenções GEDSI e de adaptação climática do Capítulo 8.

9.9.2. Riscos e mitigação

Os principais riscos para uma M&A eficaz incluem o reporte fragmentado, a fraca qualidade dos dados e a utilização limitada das conclusões na tomada de decisões. Estes riscos são tratados através de modelos de reporte normalizados, exercícios regulares de verificação dos dados, programas de capacitação e uma articulação clara dos relatórios de M&A com as reuniões de revisão de alto nível.

Via de escalada: quando um indicador permanece Vermelho em dois Relatórios Anuais de Desempenho consecutivos, ou uma ação do Plano de Colmatação das Lacunas de Dados (Secção 9.7) não cumpre a data-alvo acordada, a UPI/MPIE escala formalmente a questão ao Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico, que a apresenta diretamente ao ministro setorial relevante antes da próxima revisão do Conselho de Ministros. A revisão do Conselho de Ministros exige que o ministério responsável apresente um plano de ação corretiva revisto, com um calendário específico, em vez de o indicador continuar a ser reportado como Vermelho sem consequências.

ANEXO

PMP 2027-2030



Anexo 3 — Definições e terminologia

São fornecidas definições apenas para os termos essenciais; a restante terminologia relevante é apresentada na lista de abreviaturas.

Termo	Definição
Definições administrativas e geográficas	
Nacional	Relativo à totalidade do território de Timor-Leste.
Municipal	Divisão administrativa de primeiro nível (14 municípios, incluindo Ataúro).
Posto administrativo	Divisão administrativa de segundo nível no interior de um município.
Suco	Unidade administrativa/comunitária local no interior de um posto administrativo, composta por uma ou mais aldeias
Aldeia	Menor unidade administrativa/comunitária no interior de um suco.
Área urbana	Áreas oficialmente classificadas como urbanas pelo Instituto Nacional de Estatística, caracterizadas pela concentração de população, infraestruturas e atividade económica.
Área rural	Área oficialmente classificada como rural pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), geralmente caracterizada por povoamento disperso e uso agrícola do solo.
Estrada nacional	Estrada principal que liga municípios e destinos de importância nacional.

Termo	Definição
Estrada municipal	Estrada que liga postos administrativos, vilas e aldeias no interior de um município.
Estrada rural	Estrada que assegura o acesso entre comunidades rurais, explorações agrícolas e estradas municipais ou nacionais.
Definições populacionais e demográficas	
Crianças	Pessoa com idade inferior a 18 anos
Jovens	Pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos.
Taxa de mortalidade infantil	Probabilidade de uma criança nascida num determinado ano ou período morrer entre 1 ano de idade e antes de atingir os 5 anos de idade, se sujeita às taxas de mortalidade específicas por idade desse período, expressa por 1000 sobreviventes até 1 ano de idade.
População adulta	Pessoas com 18 anos ou mais.
Taxa de crescimento populacional	Aumento percentual anual da população.
Rácio de dependência infantil — rácio entre a população de crianças dos 0 aos 14 anos e	Rácio entre a população de crianças dos 0 aos 14 anos e a população em idade ativa dos 15 aos 64 anos, por 100 pessoas em idade ativa
Pobreza e vulnerabilidade	
Pobreza extrema	Situação em que os indivíduos não conseguem satisfazer as necessidades básicas mínimas, alimentares e não alimentares.

Termo	Definição
Pobreza multidimensional	Pobreza medida através de múltiplas privações nos domínios da saúde, da educação e das condições de vida.
Taxa de pobreza	Percentagem da população que vive abaixo do limiar nacional de pobreza.
População vulnerável	Indivíduos ou grupos com risco acrescido de pobreza, exclusão, discriminação ou choques.
Exclusão social	Processo através do qual indivíduos ou grupos são impedidos de participar plenamente na sociedade.
Choque económico	Acontecimento súbito que afeta o rendimento, o emprego ou os meios de subsistência dos agregados familiares.
Insegurança alimentar	Falta de acesso fiável a alimentos suficientes, seguros e nutritivos.
Vulnerabilidade social	Exposição a riscos decorrentes da pobreza, da deficiência, da idade, do género, da geografia ou de desvantagens sociais.
Setor da justiça e posse da terra	
Tribunais de primeira instância	Tribunais de nível distrital onde os processos são julgados em primeira instância; em 2024, operacionais em apenas quatro jurisdições — Díli, Baucau, Suai (Covalima) e Oe-Cusse (RAEOA) —, deixando nove municípios sem acesso direto aos serviços judiciais formais.
DNTPSC (Direção Nacional de Terras, Propriedades e Serviços Cadastrais)	Instituição responsável pelo registo e titulação de terras e pelo tratamento jurídico dos registos cadastrais, incluindo a resolução de litígios.

Termo	Definição
Volume de processos judiciais pendentes	Conjunto de processos judiciais que aguardam resolução; em 2024, estavam pendentes nos tribunais distritais cerca de 4.000 processos.
Título de propriedade	Documento legal formalmente emitido que certifica a propriedade segura e bancável de uma parcela de terreno registada, distinto do mero registo cadastral.
Cadastro Digital Nacional	Registo digital das parcelas de terreno de Timor-Leste; foram registadas mais de 326.111 parcelas a nível nacional, embora muito menos tenham sido convertidas em títulos formais.
Défi ce de titulação	Estrangulamento entre as parcelas de terreno registadas digitalmente no cadastro e as que foram convertidas em títulos juridicamente seguros e formalmente emitidos.
Governança municipal	
Encargos administrativos	Parte do orçamento municipal gasta em custos de funcionamento administrativo, em vez de na prestação direta de serviços ou em investimento de capital; atualmente entre 40 e 60%, com a meta de descer para ≤30% até 2030.
Balcão Único (One-Stop-Shop, OSS)	Instalação municipal que presta um pacote de serviços públicos prioritários aos cidadãos num único local; a construção está concluída nos 12 municípios, na RAEOA e em Ataúro.
GTIM (Grupo de Trabalho Interministerial para a Descentralização)	Órgão de coordenação através do qual os ministérios setoriais prestam apoio técnico às Autoridades Municipais durante a descentralização.

Termo	Definição
Órgãos do Poder Local	Órgãos eleitos do governo municipal — Presidentes de Município, Vice-Presidentes e Assembleias Municipais — criados ao abrigo da Lei n.º 23/2021, em substituição das Autoridades Municipais nomeadas.
Avaliação de condições mínimas	Avaliação formal utilizada para determinar se um município reúne as condições necessárias para a instalação dos órgãos eleitos do Poder Local.
Lei das Finanças Municipais	Lei n.º 16/2023, de 31 de maio, que estabelece o quadro jurídico dos orçamentos municipais e das receitas próprias, incluindo os sistemas de contribuição predial.
Receitas próprias	Receitas que um município arrecada localmente, como a contribuição predial, por oposição às transferências do orçamento do governo central.
Finanças públicas e combate à corrupção	
Ponto focal anticorrupção	Funcionário designado num ministério setorial ou município, responsável pela coordenação das medidas anticorrupção e do plano de controlo interno da instituição.
Código da Recuperação de Empresas e da Insolvência (CREI)	Lei n.º 9/2025, de 22 de dezembro, que estabelece o primeiro quadro estruturado de Timor-Leste para a recuperação de empresas e a insolvência.
Função de auditoria interna	Mecanismo de controlo institucional que revê e verifica as práticas de gestão financeira nos ministérios setoriais e municípios; atualmente apenas parcialmente estabelecido.
Quadro de Despesa de Médio Prazo (QDMP)	Instrumento de planeamento orçamental plurianual que articula as prioridades políticas com a afetação de recursos ao longo de um período superior a um único exercício orçamental.

Termo	Definição
Receitas internas não petrolíferas	Receitas públicas geradas por fontes distintas do petróleo, expressas em percentagem do PIB; atualmente abaixo da meta de 17,5% do Governo.
Estrutura orçamental baseada em políticas	Formato orçamental organizado em torno de políticas e programas, com indicadores de desempenho alinhados, em vez de categorias de inputs ou rubricas.
Declaração pré-orçamental / Orçamento do cidadão	Documentos orçamentais simplificados, publicados para informar e permitir a consulta da sociedade civil antes e durante o ciclo orçamental anual.
Código da Contratação e dos Contratos Públicos	Decreto-Lei n.º 1/2025, de 8 de janeiro, quadro jurídico que rege a contratação pública, incluindo a publicação obrigatória dos contratos e a proteção dos denunciantes.
Gestão das Finanças Públicas (GFP)	Sistema de regras, instituições e processos que rege a forma como os fundos públicos são orçamentados, executados, contratados, contabilizados e auditados.
Proteção dos denunciantes	Salvaguardas legais e institucionais para as pessoas que denunciam a corrupção, protegendo-as de retaliações.
Administração pública e governo digital	
Identificadores únicos comuns	Números de identificação normalizados para cidadãos, empresas e parcelas de terreno, que permitem interligar de forma fiável os diferentes registos públicos.
Roteiro de prestação de serviços digitais	Plano ao nível ministerial que estabelece a digitalização faseada dos serviços prioritários dirigidos aos cidadãos.

Termo	Definição
GRP/FMIS (Planeamento de Recursos do Governo / Sistema de Informação de Gestão Financeira)	Sistema central de gestão financeira do Governo, com o qual o sistema digital de RH SIGAP-FOUN está a ser tornado interoperável.
Interoperabilidade	Capacidade de sistemas de informação públicos distintos trocarem e utilizarem conjuntamente dados, atualmente inexistente entre a maioria dos sistemas setoriais.
SIGAP-FOUN (Sistema Integrado de Gestão da Administração Pública)	Plataforma digital integrada de recursos humanos da função pública de Timor-Leste; FOUN significa «novo» em tétum. Abrange 58% dos trabalhadores da administração pública em 2026.
Cabo Submarino Sul	Cabo submarino de fibra ótica que assegura a conectividade internacional fundamental de Timor-Leste à Internet, condição facilitadora dos serviços de governo digital.
Planeamento estratégico da força de trabalho	Processo estruturado de previsão e gestão das necessidades de pessoal nas instituições públicas; não existe atualmente nenhum modelo integrado.
Regime Unificado de Carreiras (Regime de Carreira Única)	Quadro único de carreiras da função pública, baseado no mérito, destinado a substituir o atual sistema de um regime geral e cerca de dezasseis regimes especiais com tabelas remuneratórias distintas.
Segurança e defesa	
Policimento Comunitário	Abordagem de policiamento que envolve as comunidades locais na identificação e resposta às preocupações de segurança pública. (p. 21)

Termo	Definição
Janela Única Eletrónica	Plataforma digital integrada destinada a consolidar os processos de desalfandegamento e controlo fronteiriço; ainda não operacional. (p. 21)
Zona Económica Exclusiva (ZEE)	Área marítima sobre a qual Timor-Leste detém direitos soberanos de exploração e aproveitamento dos recursos marinhos. (p. 21)
Pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN)	Atividade de pesca realizada fora dos quadros autorizados ou regulamentados; estima-se que custe à ZEE de Timor-Leste cerca de 40 milhões de USD por ano. (p. 21)
Conhecimento Situacional do Domínio Marítimo (MDA)	Sistema nacional de monitorização e coordenação das atividades nas águas marítimas e na ZEE de Timor-Leste, atualmente em fase inicial de desenvolvimento. (p. 21)
Relações internacionais	
Roteiro de Adesão à ASEAN	Conjunto de critérios que Timor-Leste deve cumprir para concluir a adesão plena à ASEAN; em 2026, cinco dos sete critérios estavam substancialmente cumpridos. (p. 21)
Conselho Nacional Organizador da Presidência da ASEAN (ACNOC)	Órgão que coordena a preparação e a realização da Presidência da ASEAN por Timor-Leste em 2029, organizado em cinco setores e catorze subcomissões. (p. 21)
Visão da Comunidade ASEAN 2045	Visão estratégica de longo prazo da ASEAN que orienta a integração regional, a refletir nos planos nacionais e setoriais de Timor-Leste. (p. 23)
Programa de Legado da Presidência	Programa concebido para sustentar os ganhos institucionais e diplomáticos da Presidência da ASEAN por Timor-Leste em 2029 para além do próprio ano da presidência. (p. 22)

Termo	Definição
Roteiro Nacional de Implementação da CEA (2026-2030)	Plano de Timor-Leste para a implementação dos seus compromissos no âmbito do pilar da Comunidade Económica da ASEAN. (p. 21)
GEDSI (Igualdade de Género, Deficiência e Inclusão Social)	Abordagem inclusiva que promove a igualdade de direitos, de oportunidades e de participação significativa para mulheres e homens, pessoas com deficiência e pessoas ou grupos que possam enfrentar exclusão social, discriminação ou barreiras no acesso a serviços, informação e oportunidades.
Marcador de género	Instrumento de codificação ou classificação utilizado no Sistema de Gestão das Finanças Públicas (SGFP) para identificar e acompanhar se as políticas, programas, projetos ou dotações orçamentais respondem à igualdade de género e às diferentes necessidades e prioridades de mulheres, homens, raparigas e rapazes.
Sistema de Gestão das Finanças Públicas (SGFP)	Sistema de leis, instituições, regras, procedimentos e sistemas de informação utilizado para planear, mobilizar, afetar, executar, contabilizar, reportar e auditar os recursos financeiros públicos, em apoio a uma prestação de serviços públicos eficaz, transparente e responsável.
Contribuição Determinada a Nível Nacional (CDN)	Compromisso e plano de ação determinados a nível nacional por um país, ao abrigo do Acordo de Paris, para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e, quando aplicável, o reforço da adaptação e da resiliência climática.
Avaliação Integrada de Vulnerabilidade	Avaliação sistemática que reúne informação climática, ambiental, social, económica e outra informação relevante para identificar a exposição, a sensibilidade e a capacidade adaptativa de pessoas, comunidades, ecossistemas e ativos, e para informar o planeamento da redução de riscos e da adaptação.
Plano Nacional de Adaptação (PNA)	Processo e quadro de planeamento nacional para identificar as necessidades, prioridades e ações de adaptação às alterações climáticas a médio e longo prazo, e para integrar a adaptação no planeamento, nas políticas, nos programas e nos orçamentos de desenvolvimento nacionais e setoriais.

Termo	Definição
Tara Bandu	Prática costumeira tradicional timorense de base comunitária e instituição social que estabelece regras, obrigações e restrições acordadas localmente para a gestão dos recursos naturais, a resolução ou prevenção de conflitos e a promoção da harmonia social e da responsabilidade coletiva.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE
IX GOVERNO CONSTITUCIONAL



upiteam@mpie.gov.tl



<https://mpie.gov.tl/>



tlfn : 3310370



Rua : Bedik-Hun Fatuhada Dili, Timor-Leste